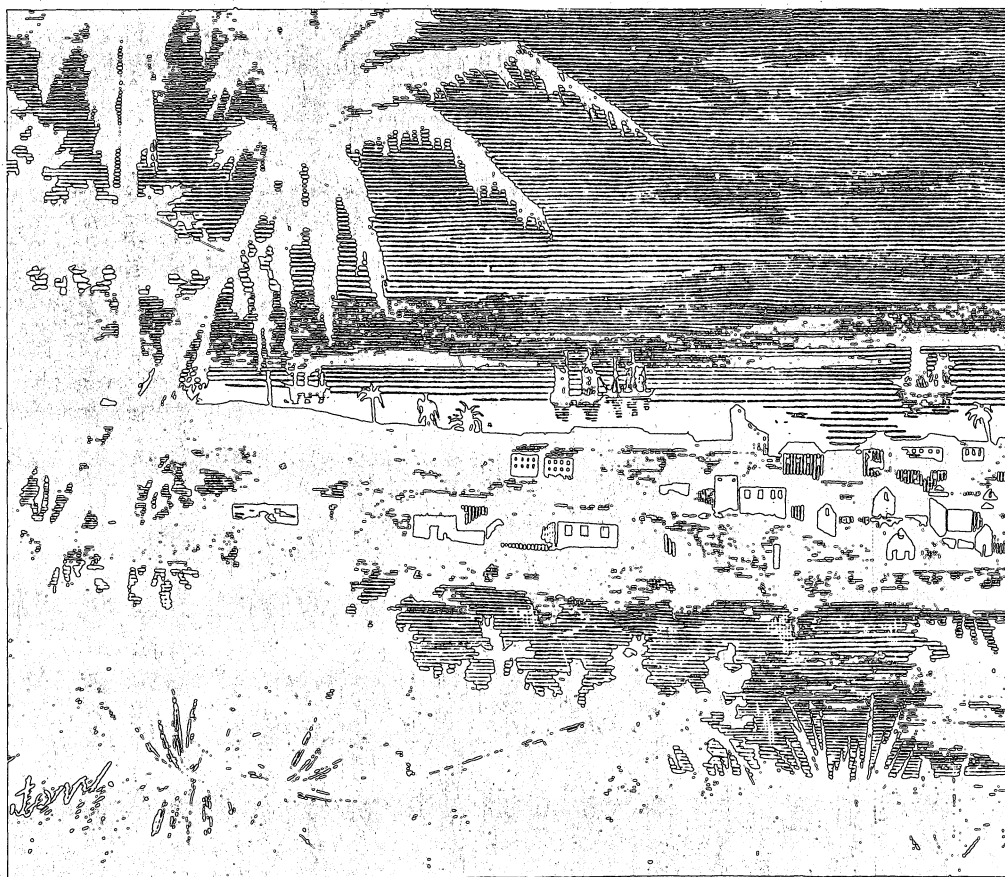


Arquivo

Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique



CENTENÁRIO DA CIDADE DE MAPUTO
1887-1987

nº 2 ESPECIAL

OUTUBRO DE 1987

SUMÁRIO

Apresentação	3
Maputo, Deste Lado da Baía, por Manuel Jorge Correia de Lemos	5
Lourenço Marques Antes de 1895, por Gerhard Liesegang	19
Lourenço Marques e o Transvaal, 1852-1928, por Luís António Covane	76
Recordações Sobre Lourenço Marques, 1930-1950, por Teresa dos Santos Oliveira	85
1962 — Os 75 Anos da Cidade. Resistir, Afirmando a Nossa Cultura, por Júlio Navarro	109
2 Crónicas Sobre a Cidade, por Luís Bernardo e Gouvêa Lemos	115
Traços Gerais da Cidade de Maputo, por Anice to dos Muchangos	122
O Mar Grande do Desassossego, por Manuela Sousa Lobo	136
O Operariado Moçambicano e a Sua História, por Alexandrino José	144
Alguns Mapas Históricos da Cidade	163

Acompanha este número uma Lista Bibliográfica.
das obras sobre a cidade de Maputo existentes
no Arquivo Histórico de Moçambique

Na Capa: Lourenço Marques, numa gravura antiga
da autoria de Isaias Newton (detalhe).

arquivo

Boletim Semestral do Arquivo Histórico de Moçambique
Universidade Eduardo Mondlane

Director: Inês Nogueira da Costa
Editor: João Paulo Borges Coelho

47/INLD/PUB. 87
Nº 2, Outubro de 1987

239 .730

APRESENTAÇÃO

Maputo, a cidade capital do nosso país, comemora em Novembro deste ano o seu primeiro centenário.

É uma cidade jovem, mas com uma história rica e diversificada, que passa pela fixação dos povos nesta região; o comércio de troca (ou escambo); a atracção que a sua localização e as suas riquezas exerceram sobre estrangeiros — portugueses, holandeses, austríacos, ingleses; a verdadeira ocupação colonial e a sua transformação numa bela cidade essencialmente voltada ao serviço do desenvolvimento do capitalismo no Sul de África.

Durante todo esse tempo, o Homem moçambicano esteve afastado do centro da História mas, consciente ou inconscientemente, ele foi o seu motor. O desejo de ser ele mesmo levou-o a diversas formas de luta e de resistência, que o levaram a vencer a ocupação e o tornaram independente. O que esta cidade é, desde 1975, e o que será no futuro, depende do querer e da vontade do Homem moçambicano e cidadão.

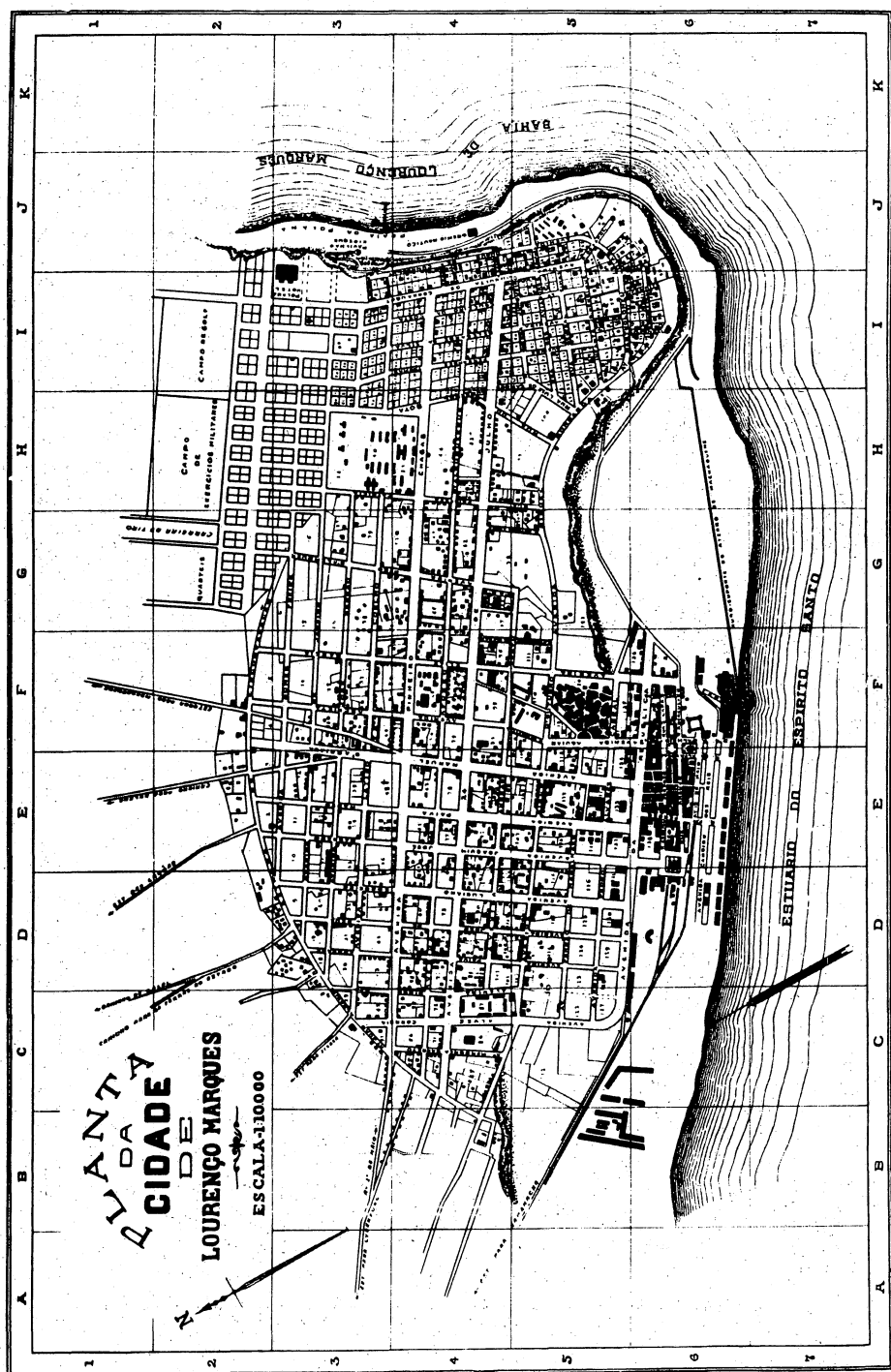
O Arquivo Histórico de Moçambique, como memória do país, é também, como não podia deixar de ser, a memória desta cidade. É nessa condição que nos queremos associar a esta comemoração.

O número 2 do Boletim "ARQUIVO" sai como número especial e totalmente dedicado ao "Centenário da Cidade". Nele, procuramos apresentar abordagens diversificadas que incluem a História, Geografia, Economia, Cultura e Literatura. É nossa intenção que ele contribua para um melhor conhecimento da nossa cidade, mas temos consciência dos limites dessa contribuição. Por isso, apresentamos como anexo a este número do nosso boletim, uma bibliografia da cidade, composta pelas obras referentes a ela que existem na nossa biblioteca, como convite a todos quantos queiram ter da cidade um maior e melhor conhecimento.

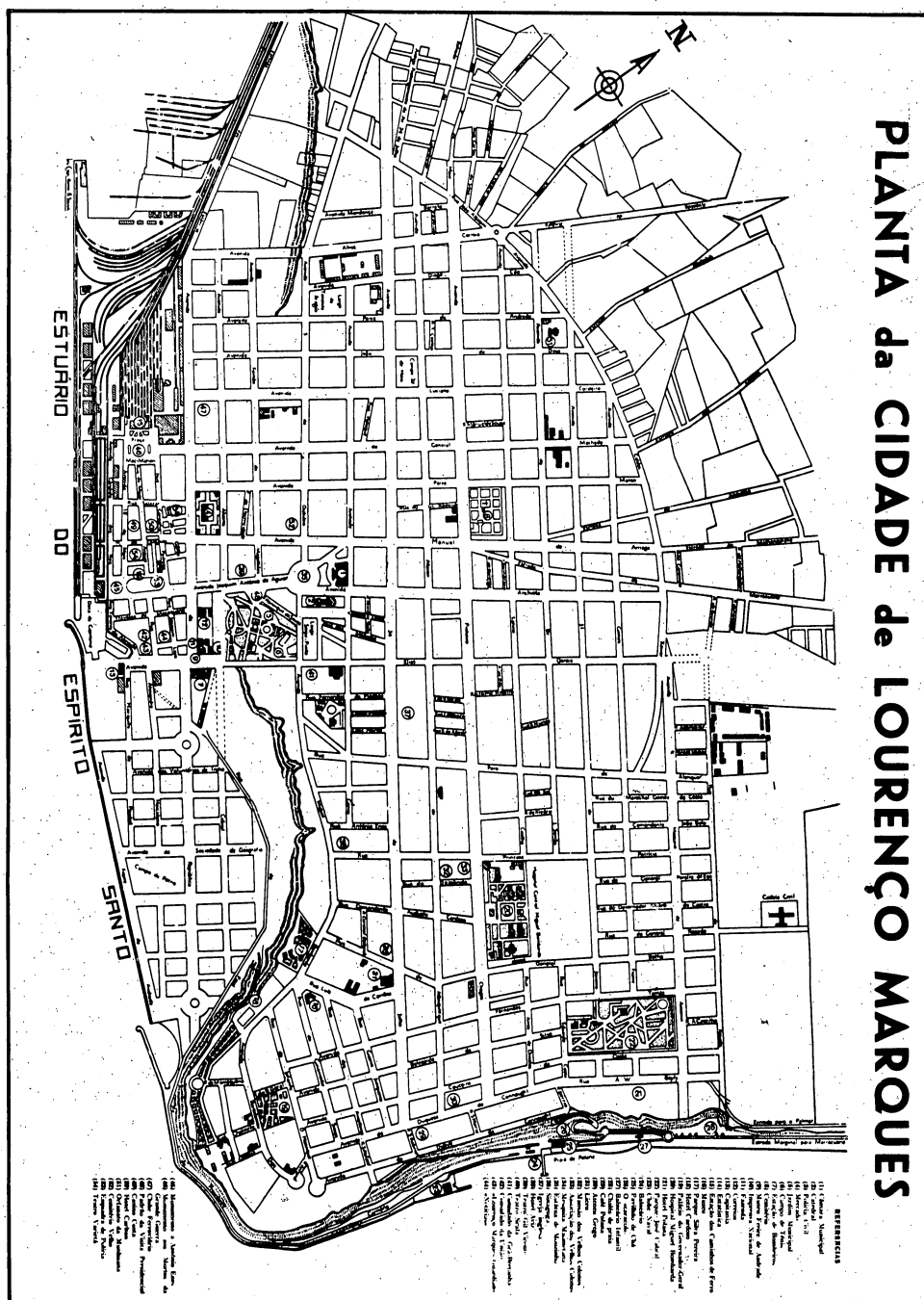
Queremos chamar a atenção dos leitores para o facto dos diversos artigos não terem a grafia dos nomes uniformizada. Trata-se de uma questão do foro da Linguística e que é, ainda, muito polémica.

Finalmente, por ser um número especial, não incluímos nele as rubricas "Acervo" e "Noticiário", que retomaremos no número seguinte.

Inês Nogueira da Costa



3. Planta da cidade de Lourenço Marques em c.1929 (Santos Rufino, Álbum nº1, Lourenço Marques, Panoramas da Cidade, 1929).



14.Planta da cidade de Lourenço Marques em c.1949 (António Mendes, Guia Policial, Lourenço Marques, 1949).

MAPUTO, DESTE LADO DA BAÍA

CONSIDERAÇÕES SOBRE A TOPONÍMIA DA CIDADE

Manuel Jorge Correia de Lemos

1. CHEGADA E FIXAÇÃO DOS PORTUGUESES

"Um dia, o príncipe Mantimana, filho de Maromana, filho de Mpfumo, filho de Nlharuti que foi o invasor (vindo de Psatine, Suazilândia) das terras da baía¹, andava a passear na praia de [Ca-] Mpfumo e viu uma estranha coisa: um grupo de seres que vinham pela praia, com gestos como de gente — mas brancos! Mantimana cuidou que seriam bichos e correu à povoação. Juntou-se gente, discutiu-se e, por fim, aceitou-se que tais seres eram, realmente, homens, embora brancos. Levaram-nos ao rei que lhes deu agasalho. Dias depois, gente do Tembe veio reclamar os homens brancos, os quais tinham morto Ncoro, rei do Tembe. Os de Mpfumo, porém, negaram-se a entregar-lhos"².

Assim se refere a tradição ronga à chegada dos primeiros europeus à hoje designada Baía de Maputo, em data que a memória não pode precisar. Alternativa bem mais segura para a fixação de acontecimentos que tiveram lugar em épocas tão remotas é o recurso a documentos escritos pelos navegantes que aqui primeiro chegaram, ou que por aqui passaram, ou por outros a quem transmitiram os seus conhecimentos sobre a região, como é o caso dos relatos de alguns dos naufrágios aqui ocorridos e compilados na conhecida História Trágico-Marítima.

Essas fontes escritas situam os contactos iniciais dos portugueses com a zona nos começos do século XVI, ao tempo das primeiras viagens marítimas para a Índia, contornando o Sul de África, mesmo não nos dando qualquer certeza quanto à data exacta em que isso terá acontecido³.

Atendo-nos à relação do naufrágio da nau São Bento, que se verificou no ano de 1554, da autoria de Manoel de Mesquita Perestrello e considerada como uma das melhores fontes de informação sobre a baía naquela época, a região era assim descrita:

"Nesta baía se recolhe a água de três rios assaz grandes, que de muito pelo sertão dentro vêm ali acabar; por cada um dos quais entra a maré dez e doze léguas, além do que a baía alcança. O primeiro deles para a parte do sul, se chama mar do Zembe⁴, que divide as terras de um rei assim chamado, das doutro, que é o Inheca⁵ com quem nós ao depois estivemos. O segundo se chama Santo Espírito, ou de Lourenço Marques⁶, que primeiro descobriu o resgate do marfim, que ali vem ter, por cuja causa é frequentada a navegação dele de alguns anos a esta parte, que dantes muitos passavam, que ali ninguém foi; este aparta as terras do Zembe das doutros dous

senhores, cujos nomes são o Rumo⁷, e Mena Lobombo⁸. O terceiro e último rio para o norte, se chama Domanhica⁹, por outro cafre assim chamado, que ali reina, com o qual vizinham outros muitos senhores (...)"¹⁰.

Nesta descrição podem ser identificados os nomes de algumas das unidades políticas existentes já na baía no século XVI, como eram os casos de Tembe (no texto, designada Zembe), Inhaca (Inheca), MPFUMO (Rumo), Libombo (Mena Lobombo) e Manhiça (Domanhica), as duas primeiras a Sul e as restantes na margem norte¹¹.

Pelos estudos que já se fizeram até hoje, sabe-se que durante os primeiros tempos não houve qualquer tentativa de fixação permanente na baía, pois ela "ficava fora da linha normal de navegação que entre [a Ilha de] Moçambique [local onde os portugueses se estabeleceram desde logo] e o Cabo [da Boa Esperança] procurava afastar-se da costa"¹². Os navegadores aportavam aqui em busca de abrigo ou para pequenas trocas comerciais com as populações ribeirinhas.

É dessa altura que datam os vários toponimos por que passou a ser conhecida a região entre os mareantes portugueses: BAÍA DA BOA PAZ, BAÍA FORMOSA, BAÍA DA BOA MORTE e BAÍA (RIO) DA LAGOA ou DA ALAGOA¹³. Dentre eles, este último viria a consagrar-se pelo uso, em particular através da sua versão em inglês, Delagoa Bay, utilizada internacionalmente, a partir da altura em que outros europeus, sobretudo ingleses e holandeses, passaram a frequentar a zona¹⁴.

É dado como certo ter sido o navegador e comerciante português Lourenço Marques, por volta de 1544 ou 1545, o primeiro europeu a fazer o reconhecimento de toda a região que confinava com a baía¹⁵, por ele chamada do SANTO ESPÍRITO (ESPÍRITO SANTO)¹⁶, dando assim início às viagens anuais ou de dois em dois anos que os portugueses passaram a realizar até aqui, a partir da Índia e, mais tarde, da Ilha de Moçambique¹⁷, sobretudo para o comércio do marfim, que recebiam em troca de tecidos e missangas¹⁸. Como homenagem ao acontecimento, o rei de Portugal, D. João III, baptizou a baía com o nome de LOURENÇO MARQUES¹⁹.

O comércio era feito, no princípio, nas praias, em idas e vindas de embarcações e, posteriormente, em acampamentos precários, constituídos por casas de palha, por vezes designados nas fontes escritas feitorias e, até mesmo, fortalezas, que eram abandonados depois de concluídas as trocas²⁰. Os principais pontos de apoio desse comércio português eram a Ilha dos Portugueses²¹, próxima da Ilha do Inhaca²², a foz do Rio Incomati, então chamado Rio do Manhiça²³, e a Ilha da Xefina²⁴.

Com o decorrer do tempo, para além dos portugueses, passaram também a frequentar a zona navegadores e comerciantes ingleses, holandeses, franceses e austríacos. Por volta de 1721²⁵,

numa altura em que os portugueses haviam interrompido as suas viagens regulares à região²⁶, os holandeses instalaram-se na baía, construindo aqui o FORTE LAGOA. Esse forte, que se situava na praia do Maxaquene, nas terras de Mpfumo, viria a receber, cerca de cinco anos depois, a designação de LYDZAAMHEID, cujo significado seria LIBERDADE ou TOLERÂNCIA²⁷. O estabelecimento dos holandeses foi, contudo, efêmero, pois em 27 de Dezembro de 1730 abandonaram a baía, depois de terem destruído o forte, devido, sobretudo, às muitas mortes que a insalubridade da zona lhes havia causado e aos seus insucessos comerciais²⁸.

Em 1777 foi a vez dos austríacos tentarem fixar-se na baía. Encarregou-se dessa missão Guilherme Bolts, cidadão inglês ao serviço da Áustria, que, mediante negociações com os chefes Tembe, Matola e Mpfumo²⁹, terá conseguido a cedência de algumas das áreas ribeirinhas das respectivas chefaturas, para estabelecimento de uma feitoria³⁰.

Nem todos os historiadores que se dedicaram ao estudo da zona estão de acordo quanto ao local onde teria sido edificada a feitoria austríaca, denominada de S. JOSÉ, que mais não foi do que um conjunto de instalações rudimentares feitas de paus e caniços e cobertas com capim³¹. Para uns ela ter-se-ia situado na margem sul da baía, na actual Catembe³², para outros na margem norte, próximo do lugar onde antes estivera o Forte Lagoa, dos holandeses³³.

A ocupação austríaca terminou em 1781, quando uma expedição militar portuguesa, proveniente de Goa, donde partira a 20 de Janeiro, chegou à baía, tomou e destruiu, sem qualquer resistência, a feitoria³⁴, restabelecendo assim a posição hegemónica lusa no comércio dos europeus com a região.

Deve-se a Vicente Caetano da Maia e Vasconcelos, governador interino de Moçambique, empossado em 8 de Maio de 1781, a iniciativa de se instalar "uma feitoria e casa forte", o chamado presídio, para proteger o comércio português na baía³⁵. Para a sua concretização, nomeou, em 25 de Novembro de 1781, capitão-mor e governador Joaquim de Araújo e "deu-lhe as instruções por que deveria reger-se, (...) que constituem a primeira carta orgânica-política, administrativa e económica da baía e terras de Lourenço Marques"³⁶. Oficialmente, essas instruções, consubstanciadas no denominado Regimento de 25 de Novembro de 1781, são consideradas o diploma de criação de Lourenço Marques³⁷.

Sabe-se que nos princípios de Janeiro de 1782 a expedição portuguesa, chefiada pelo indigitado governador, partiu da Ilha de Moçambique com destino à baía, onde terá chegado já nos finais do mês ou inícios de Fevereiro³⁸. Com o consentimento do chefe Matola, que era, na altura, o soberano das terras da margem nor

te do Estuário do Espírito Santo, por ter avassalado o Mpfumo, depois de uma luta intestina ocorrida cerca de 1729 ³⁹, os portugueses instalaram-se no lugar em que havia estado o forte holandês ⁴⁰, vindo a transferir-se, mais tarde, para o local onde ergueram a FORTALEZA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, sobre cujo alicerce foi reconstruída, em 1940, a actual ⁴¹.

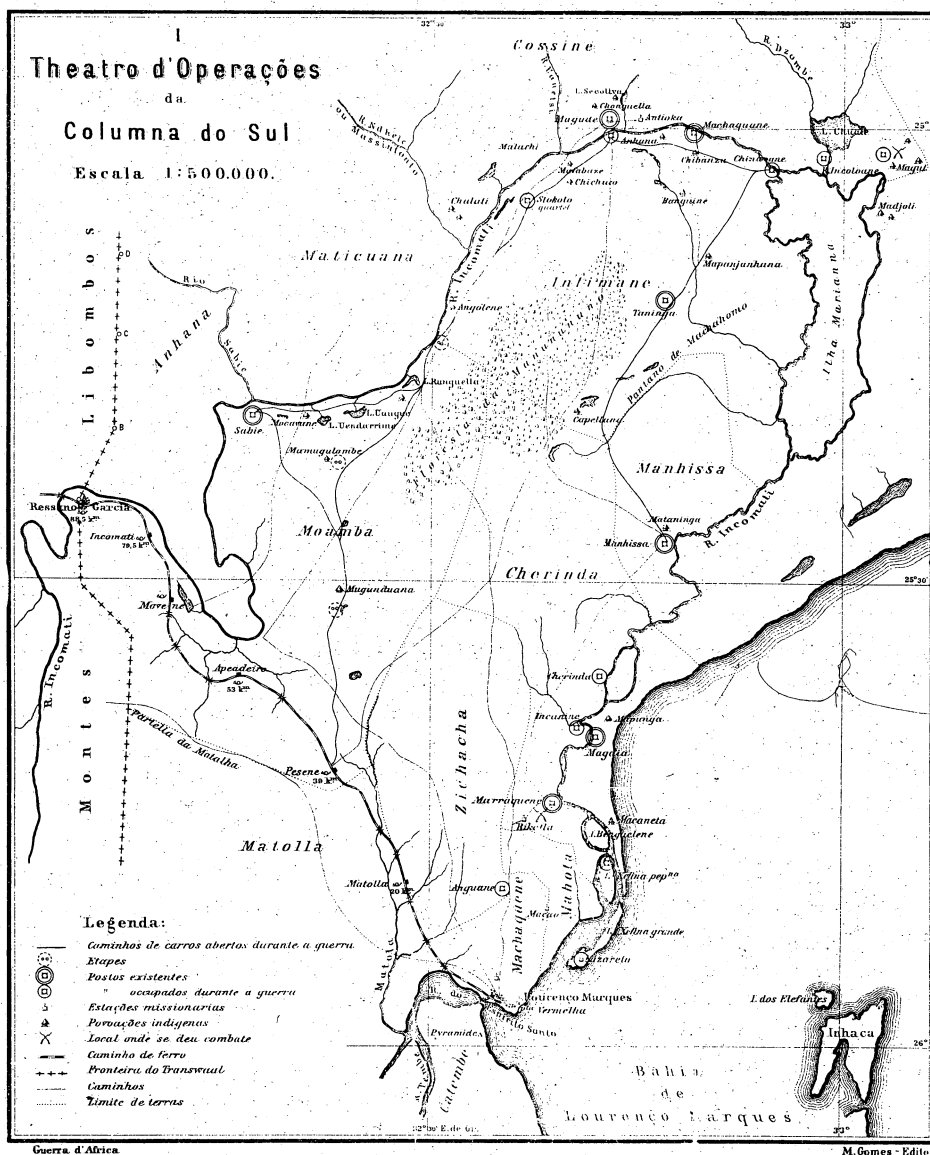
2. OCUPAÇÃO DA BAÍA

Durante a primeira metade do século XIX, o presídio viu-se frequentes vezes ameaçado pela animosidade ora de umas, ora de outras das chefaturas da região, vivendo praticamente confinado à estreita faixa de areia da praia da Maxaquene, completamente cercada de pântanos. É dessa altura que vem a designação XILUNGUÍNE, que, traduzida, significa o sítio dos brancos, havendo testemunhos de que o presídio português era assim conhecido, já por volta de 1830, nas regiões circunvizinhas, como era o caso de Porto Natal (hoje Durban), no actual território sul-africano ⁴².

Mas não eram só essas as adversidades enfrentadas pelos portugueses, pois, a acrescê-las, opunha-se-lhes também a rivalidade dos ingleses que, estabelecidos no Natal desde 1843 ⁴³, só vieram a desistir das suas pretensões relativamente ao sul da baía (Maputo, Catembe e Ilha da Inhaca) depois da sentença arbitral de 24 de Julho de 1875, proferida pelo então presidente da República Francesa, marechal de Mac-Mahon, que reconheceu a Portugal direitos soberanos sobre a região ⁴⁴.

No que respeita ainda à rivalidade com os ingleses, ela manifestava-se inclusivamente nos topónimos que uns e outros adoptaram para a região, quase sempre diferentes entre si e com poucas semelhanças relativamente aos originais. Assim, por exemplo, o que na cartografia portuguesa eram os rios (de) Manhiça (Incomati), de Lourenço Marques (Umbelúzi), do Espírito Santo ou da Alagoa (estuário onde confluem os rios Tembe, Umbelúzi e Matola), na britânica designavam-se King George's River, Dundas e English River ⁴⁵.

Aliás, a própria baía, no seu todo, que para os portugueses, oficialmente, se chamava de Lourenço Marques ou do Espírito Santo, internacionalmente, por via dos ingleses, era conhecida pelo nome de DELAGOA BAY ⁴⁶, tradução do antigo topónimo português Baía da Lagoa. Já nos princípios deste século, as autoridades coloniais procuraram pôr cobro ao seu uso generalizado, emitindo, para o efeito, legislação apropriada, mas só no tempo do governador geral José Cabral (1926-1937) foram conseguidos resultados positivos, ao ser determinada a devolução de todas as mercadorias e correspondência dirigidas a Delagoa Bay, em vez de Lourenço Marques ⁴⁷.



Mapa das Campanhas de Ocupação do Sul de Moçambique
(Em Antonio Ennes, A Guerra d'Africa em 1895).

Porém, é curioso referir que na linguagem corrente de muitos moçambicanos, e quase até aos nossos dias, era comum ouvir-se chamar DERAGUBÉ⁴⁸ à então capital da colónia de Moçambique, ao que julgamos por influência dos emigrantes que regressavam das minas da África do Sul, onde continuou a usar-se Delagoa Bay para referir Lourenço Marques.

Não se pode nem deve ignorar, contudo, que, à margem da toponímia oficial portuguesa, continuaram a utilizar-se as designações originais das terras à volta da baía, muitas delas derivadas dos nomes dos antigos chefes, dinastias e/ou chefaturas existentes na região antes e depois da chegada dos primeiros europeus. Tradicionalmente, a área que correspondia ao já extinto concelho de Lourenço Marques continuou a ser chamada MPFUMO, que era o nome da principal chefatura da margem norte da baía e da dinastia que nela reinava à chegada dos portugueses, no início do século XVI⁴⁹. Essa chefatura, reduzida já, territorialmente, à Zixaxa, desapareceu em 1895, com a prisão e deportação, para os Açores (juntamente com Ngungunhane), do seu último chefe, Nuamantibjane⁵⁰.

Merece aqui uma referência especial o facto de Nuamantibjane ter sido considerado pelo comissário régio António Enes, que se instalou em Lourenço Marques, com o seu estado-maior, para dirigir a ocupação militar do Sul de Moçambique, nos finais do século XIX, "o pior, o mais perigoso inimigo da cidade", "o elemento que afinal provou durante toda a campanha ter mais energia, mais vitalidade e até mais inteligência"⁵¹.

O insubmisso chefe Mpfumo Nuamantibjane apesar de despojado já de muitas das terras que lhe estavam subordinadas, em particular as mais próximas do mar (Polana, Mahé)⁵², ocupadas pelos portugueses ou, por via deles, tornadas "independentes", como era o caso da Maxaquene⁵³, foi um dos mais tenazes resistentes à ocupação colonial da baía, ao lutar pela sua liberdade até ao fim. Nuamantibjane e o seu vizinho e aliado Mahazul, chefe da Magaia⁵⁴, foram os protagonistas da chamada revolta de Lourenço Marques⁵⁵, que sofre um grande revés em Marracuene, no dia 2 de Fevereiro de 1895, face às bem armadas tropas portuguesas, auxiliadas pelos chefes Matola e Moamba, seus rivais de longa data⁵⁶.

Mas, usando palavras do próprio António Enes, "a pacificação [leia-se ocupação] da Magaia e da Zichacha, afinal era o despovoamento! Na realidade só estava submetido o chão, que se deixava pisar pelos (...) pés, só estava socegado o arvoredor, quando o não agitava o vento! O que era feito de tantas dezenas de milhares de habitantes? Estavam nos domínios do Gungunhana!"⁵⁷.

Refugiado Nuamantibjane em Magul, nos domínios de Ngungunhane, sob cuja protecção se colocara também Mahazul⁵⁸, a questão

da sua entrega, considerada condição essencial para que fosse aceite a submissão daquele potentado, viria a constituir o pretexto para a guerra que os portugueses desencadearam contra o Império de Gaza, conforme palavras do próprio António Enes:

"Fiz, pois, 'questão prévia' da entrega dos revoltosos, e fil-o calculadamente, para aproveitar e chamar a mim 'forças moraes'. Quiz pôr a contenda no terreno exclusivo d'essa entrega, porque ella não prejudicava de modo algum os vatuas, não lhes feria interesses nem sentimentos naturaes, como succedia com outras exigencias minhas, taes como o pagamento de imposto, a abertura de estradas por contribuição de trabalho, a occupação militar. Os conselheiros do Gungunhana, alguns dos quaes sabia que eram sensatos e prudentes e não tinham as velleidades ambiciosas do regulo, deviam propender para aceitar uma sujeição que parecia custar apenas a perda d'uns homens que nem sequer eram da sua raça orgulhosa, ao passo que talvez a não quizessem a troco das outras condições, materialmente mais duras, que eu também tencionava impôr"⁵⁹.

Recusada a entrega e iniciadas as hostilidades, foi precisamente Magul o primeiro local do Império de Gaza a ser atacado pelas forças de ocupação, porque enquanto Nuamantibjane ali permanecesse "o districto de Lourenço Marques não teria socego nem segurança, a auctoridade da corôa [portuguesa] não estaria desafiada nem vingada"⁶⁰. Definitivamente batido Nuamantibjane em Magul, em 21 de Outubro de 1895⁶¹, terminou a insurreição em Lourenço Marques e ficou aberto o caminho para o assalto a Manjacaze, capital do Império de Gaza⁶².

3. CRIAÇÃO DA CIDADE

O estabelecimento português na baía foi-se expandindo gradualmente, sobretudo a partir do início do último quartel do século passado, como resultado não só da vontade política portuguesa, mas também de outros factores conjunturais, em particular económicos, resultantes da fixação, desejo de emancipação e desenvolvimento das comunidades boers (provenientes do Cabo), constituídas em república(s) no interior próximo, que tinham como via natural e mais rápida de comunicação com o exterior o porto de Lourenço Marques⁶³.

Foi nesse quadro que se procedeu, primeiro, à abertura de uma estrada carreteira, a chamada Estrada de Lidemburgo (Lydenburg, Transvaal)⁶⁴, e, alguns anos mais tarde, à construção da linha férrea de Lourenço Marques a Pretória⁶⁵, acontecimentos que possibilitaram um fluxo cada vez maior de pessoas e bens nos dois sentidos, e estiveram na origem do crescimento da então pequena povoação portuguesa na baía.

Visionando-se já o seu papel futuro como importante entreposto comercial na zona, Lourenço Marques foi elevada à categoria de vila em 9 de Dezembro de 1876⁶⁶, pouco tempo depois da promulgação da sentença arbitral de Mac-Mahon, que reconheceu como "provados e estabelecidos" os direitos de Portugal relativa-

mente às regiões do Maputo e Catembe, na margem sul da baía, e à Ilha da Inhaca, que lhe eram disputadas pela Inglaterra⁶⁷, e as cendeu a cidade em 10 de Novembro de 1887, por decreto real, cu jo texto a seguir se transcreve:

"Tomando em consideração o notavel incremento que tem tido a villa de Lourenço Marques, capital do districto do mesmo nome na provincia de Moçambique, em resultado dos melhoramentos materiaes ali ultimamente realisa-dos, e attendendo á excepcional importancia que tanto aquella villa como o seu porto hão de adquirir com a proxima exploração do caminho de ferro que ha de ligar, por uma communicação facil e rapida, aquele districto com a republica do Transvaal, importancia que é já hoje muito sensivel no augmento da navegação e do commercio, e na transformação rapida que se es-tá operando nas condições economicas e sociaes d'aquella povoação: hei por bem decretar que a mencionada villa seja elevada á categoria de cida-de, com a denominação de: cidade de Lourenço Marques. O ministro e secretario d'estado dos negócios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 10 de Novembro de 1887 =REI= Henrique de Macedo"⁶⁸

Já nos finais do século XIX, em consequência da ocupação mi-litar do Sul de Moçambique em 1895, mandou-se transferir o cen-tro político-administrativo da colónia da Ilha de Moçambique pa- ra Lourenço Marques, através de uma circular datada de 22 de No-vembro de 1898. Essa medida, da responsabilidade do então gover-nador-geral, Dr. Baltazar Freire Cabral, determinava que a par-tir de 1 de Dezembro daquele ano, até novo aviso, a sede do go-verno e secretaria-geral passava a ser em Lourenço Marques⁶⁹; to-davia, mais não se fazia do que reconhecer uma situação de fac-to, que vinha já desde os começos de 1895, altura em que o no-meado comissário régio António Enes aqui chegou e estabeleceu o aparato administrativo-militar para dirigir de perto as campa-nhas de ocupação militar do Sul de Moçambique⁷⁰.

Legalmente, porém, a mudança da capital apenas se efectivou em 1907, ao ser decretada a reforma administrativa da colónia, denominada "Reorganização Administrativa da Província de Moçam-bique", com data de 23 de Maio de 1907, que estabelece, no seu artigo 19, o seguinte: "A província de Moçambique compreende to-do o território portuguez na Africa Oriental. A sua capital é a cidade de Lourenço Marques"⁷¹.

4. DE LOURENÇO MARQUES A MAPUTO

"Vamos dizer Lourenço Marques? População de Lourenço Mar-ques? Então como é que vamos dizer? Viva a população da Provín-cia de Maputo! Viva a população da Província de Maputo! Viva a população do distrito de Lourenço Marques? Então são de Louren-ço Marques? Não. Então qual é o nome que vamos dar à nossa Pro-víncia? Como é que se vai chamar esta Província? Capital de on-

de? O nome da capital como é que vamos dizer? Então? Eu vou dizer depois de ter ouvido muitas opiniões aqui. Lourenço Marques já não é Lourenço Marques. A capital chama-se Maputo. A partir das nove horas e trinta e cinco minutos de hoje Lourenço Marques morreu, a nossa capital chama-se Maputo. Província de Maputo, capital Maputo"⁷².

Foi nestes termos que em 3 de Fevereiro de 1976, menos de um ano após a data de Independência Nacional de Moçambique, o primeiro Presidente da República, Samora Moisés Machel, num comício público realizado na capital, anunciou, entre outras medidas, a mudança do nome da cidade de Lourenço Marques para Maputo.

A escolha do topónimo Maputo para designar a Província (antigo distrito) de Lourenço Marques e a respectiva sede, simultaneamente capital do País, foi, quanto a nós, uma opção essencialmente política, ao que julgamos inspirada no slogan "Do Rovuma ao Maputo", sempre presente no discurso nacionalista, a simbolizar a unidade do espaço geográfico e humano moçambicano, limitada pelo rio Rovuma, a Norte, e pelo rio Maputo, no extremo sul.

O rio Maputo, antes designado Lisuto⁷³, tomou o nome da chefatura cujas terras banhava, na margem sul da baía, para lá da Catembe, aquando da ocupação colonial, nos finais do século XIX. Essa chefatura, que nunca chegou a ter os seus limites político-administrativos deste lado, ou seja na zona onde é hoje a cidade de Maputo, era, de todas as que marginavam a baía, a mais recente, "não remontando além do século XVIII"⁷⁴. O chefe que lhe deu origem, Maputo, era um dos descendentes de Tembe, fundador mítico da chefatura do mesmo nome, situada a Sul da baía, da qual se separou, e existente já no século XVI, quando aqui chegaram os primeiros europeus⁷⁵.

Submetida em 1895⁷⁶ e ocupada em Março de 1896⁷⁷, pelos portugueses, a chefatura Maputo foi integrada na então criada circunscrição, depois concelho, do Maputo, actualmente distrito de Matutuine, com sede na Bela Vista⁷⁸.

Quase cem anos depois do pequeno povoado português da baía se ter tornado em vila⁷⁹, "morria" Lourenço Marques e "nascia" a Cidade de Maputo, nas históricas terras de Mpumo.

NOTAS

¹ Não tendo sido até agora normalizada oficialmente a ortografia do Tsonga em Moçambique pós-colonial, adoptamos neste trabalho a escrita mais consagrada pelo uso.

Segundo Henri(que) Junod, Usos e Costumes dos Bantos, Lourenço Marques:1944, Tomo I, pp.34 e 36, a genealogia da família real Mpumo foi a seguinte:Nlhá ruti, Mpumo, Fai, Maromana, Chilupana, Hassana (que atacou Lourenço Marques em 1868, foi exilado, depois recuperou o reino e morreu em 1878), Hamule, Zixaxa e Nuamantibjane (exilado em 1896, juntamente com Ngungunhane, para os

- Açores, onde faleceu). Nlharúti, o fundador mítico, teria vindo da região onde é hoje a Suazilândia, tendo, à sua morte, deixado as terras por ele conquistadas junto à baía, para os seus filhos Mpfumo e Matola, que deram origem às chefaturas que têm os seus nomes. Ver nota 7.
- ² Caetano Montez, *Descobrimento e Fundação de Lourenço Marques 1500-1800*, Lourenço Marques: 1948, pp.16-17. De acordo com o autor, esta tradição foi recolhida e registada por António Albasini.
 - ³ Sobre esta questão, ver C.Montez, op.cit., pp.13-14.
 - ⁴ Tembe. Não se deve confundir com o rio Tembe, pois ou se refere ao mar propriamente dito que separa a margem sul da baía (para lá da Catembe) da Ilha da Inhaca ou então ao rio que mais tarde se convencionou chamar Maputo (ver nota 73), nome da unidade política criada no século XVIII, por cisão da chefatura Tembe. Ver nota 75.
 - ⁵ Inhaca. O nome original da Ilha parece ter sido Choambone, designação que abrangia também a península que lhe está defronte. Para C.Montez, op.cit., pp.30-31, Inhaca poderia ter sido o título do respectivo chefe.
 - ⁶ Estuário do Espírito Santo, confluência dos rios Tembe, Umbelúzi e Matola.
 - ⁷ Mpfumo. Ver nota 1. Mpfumo, sucessor de Nlharúti, era o chefe principal da margem norte da baía e tinha como vassallos os seus irmãos Nuantihumane (Matola) Polana e Massinga (ver C.Montez, op.cit. pp.89-90).
 - ⁸ Libombo. Segundo Henri Junod, op.cit., pp.35 e 37, Libombo, das chefaturas e dinastia Nondwana (Magaia), teria reinado possivelmente antes da invasão das terras da baía por povos do interior, da região dos montes Libombos, próximo de Komatipoort, na vizinha África do Sul.
 - ⁹ Rio Manhiça, actual Incomati.
 - ¹⁰ Bernardo Gomes de Brito, *História Trágico-Marítima*, [Lisboa]: 1971, volume 1, pp.112-113.
 - ¹¹ Henri Junod, op.cit., pp.38-39. Ver notas 4, 5, 7 e 8.
 - ¹² C.Montez, op.cit., pp.16 e 19.
 - ¹³ Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa/Rio de Janeiro: s/d, vol. XV, p.501, e vol.VIII, p.505. O nome Baía da Lagoa teria surgido por se supor, erradamente, que as suas águas tinham uma origem comum com as do rio Nilo, num grande lago do interior do continente africano. Ver Visconde de Paiva Manso, *Memória Sobre Lourenço Marques*, Lisboa: 1870, pp.1 (nota de rodapé) e 3.
 - ¹⁴ Ver nota 46.
 - ¹⁵ C.Montez, op.cit., pp.19-23.
 - ¹⁶ Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol.VIII, p.505.
 - ¹⁷ C.Montez, op.cit., p.40.
 - ¹⁸ O marfim era o objecto principal do comércio e, se acaso não foi ele que provocou a expedição inicial, por ele se tornou famosa a baía de Lourenço Marques. Mas ao resgate concorriam também, como escreveu Frei João dos Santos,

"âmbar, escravos, mel e manteiga, cornos e unhas de Bada [abada = rinoceron-te], dentes e unhas de cavalo marinho. Havia cera, também, embora não em grande quantidade (...)" Sobre o assunto ver C.Montez, op.cit., pp.43-45.

¹⁹Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol.XV, p.502.

²⁰C.Montez, op.cit., pp.31-32.

²¹Também chamada Setimino ou Setimuro, nas fontes escritas portuguesas, p.33, e Xitemole, no diário de A.D.Pollet, director da feitoria austriaca em 1778, p.91, ao que parece por corruptela do nome original da Ilha, que era Xitimuli (escrita como se pronuncia). Ver C.Montez, op.cit.

²²Ver nota 5.

²³Ver nota 9 e descrição da baía por Manoel de Mesquita Perestrello.

²⁴C.Montez, op.cit., pp.31-40 e 49-50.

²⁵Idem, pp.73 e 75.

²⁶Os portugueses terão interrompido a sua frequência regular à baía entre 1703 e 1781. C.Montez, op.cit., p.49.

²⁷C.Montez, op.cit., pp.75-77. Segundo este autor (p.77), o forte ter-se-ia situado no prolongamento da rua Princesa Patrícia, actual avenida Salvador Allen de, na zona baixa das barreiras da Maxaquene, próximo, portanto, do local onde hoje se encontra o campo de futebol do Grupo Desportivo de Maputo. Alexandre Lobato, Lourenço Marques, Xilunguine, Biografia da Cidade, Lisboa: 1970, p.77, dá-lhe o nome de Forte Paciência.

²⁸A.Lobato, op.cit., p.77; C.Montez, op.cit., p.77.

²⁹C.Montez, op.cit., pp.89-90. O chefe Mpfumo estaria, nesse tempo, subordinado ao Matola, em consequência de ter sido derrotado numa disputa entre ambos, cerca de 1729 (C.Montez, op.cit., pp.77 e 89-90). Ver notas 1 e 7.

³⁰A.Lobato, História da Fundação de Lourenço Marques, Lisboa: 1949, pp.3-26.

³¹Idem, p.26; C.Montez, op.cit., p.91.

³²A.Lobato, op.cit. na nota 30, p.25.

³³C.Montez, op.cit., p.92.

³⁴Idem, pp.101-102; A.Lobato, op.cit. na nota 30, pp.41-47.

³⁵De acordo com C.Montez, op.cit., p.107, "a palavra presidio é, vulgarmente, mal entendida. Significa a força militar que guarnecia uma fortaleza. Por extensão, designava-se a própria fortaleza, a localidade onde ela se achava e, mais tarde, foi o título de uma jurisdição administrativa".

³⁶C.Montez, op.cit., pp.114 e 118.

³⁷Ver Lista das Povoações Criadas até 31 de Dezembro de 1972 e sua Situação Legal, Lourenço Marques: 1973, pp.2-3. O Regimento encontra-se publicado na íntegra em C.Montez, op.cit., pp.181-185.

³⁸C.Montez, op.cit., pp.117 e 119.

- ³⁹Idem pp.77, 89-90 e 120-121. Segundo o autor (p.121), "o Matola era então o soberano das terras da baía, desde o Espírito Santo (Umbelúzi) às margens do Incomati, compreendendo a Chirinda, a entestar com os reinos do Magaia e do Manhica". Ver nota 29.
- ⁴⁰Idem, p.121.
- ⁴¹A.Lobato, Lourenço Marques, Xilunguine, p.75; A.P.Lima, Edifícios Históricos de Lourenço Marques, Lourenço Marques:1966, pp.145-151.
- ⁴²Idem, p.83; A.Lobato, Lourenço Marques 1830, in Boletim Municipal, nº1, 10 de Novembro de 1967, p.13.
- ⁴³Alferedo Pereira de Lima, História dos Caminhos de Ferro de Moçambique, Lourenço Marques: 1971, Vol.I, p.35.
- ⁴⁴Idem, p.56.
- ⁴⁵Visconde de Paiva Manso, op.cit., pp.3-4; Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol.VIII, p.505.
- ⁴⁶A.Lobato, Lourenço Marques, Xilunguine, pp.78 e 116.
- ⁴⁷Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol.VIII, p.505.
- ⁴⁸Corruptela de Delagoa Bay. Hugh Tracey. A Música Chope: Gentes Afortunadas, Lourenço Marques: 1949, pp.105-106, cita canções chope em que está patente essa forma de designar Lourenço Marques.
- ⁴⁹Ver descrição da baía por Manoel de Mesquita Perestrelo. Ver também notas 1 e 7.
- ⁵⁰Ver nota 1. Ver também Circumscricções de Lourenço Marques, Lourenço Marques 1909, pp.29-30. Ver mapa.
- ⁵¹Ver A.Enes, A Guerra d'África em 1895 [Memórias], Lisboa:1898, pp.38 e 474.
- ⁵²Nas terras altas de Mahé (actual Alto Maé), perto do cemitério real Mpfumu, os portugueses construíram, de 1887 a 1893, o quartel da polícia (hoje quartel general) como guarda avançada da cidade e protecção da Estrada para Lidemburgo, no Transvaal (ver nota 64). A.P.de Lima, Edifícios Históricos de Lourenço Marques, pp.34-35.
- ⁵³A Maxaquene, em cujas praias se estabeleceu o presídio de Lourenço Marques, ter-se-ia tornado "independente" de Mpfumo durante o reinado de Hamule, no início do último quartel do século XIX (ver nota 1). Ver Circumscricções de Lourenço Marques, p.30.
- ⁵⁴Mahazul foi o último governante das chefatura e dinastia Magaia, que Henri Junod, op.cit., p.37, designa Nondwana. Ver nota 8.
- ⁵⁵Os chamados revoltosos afirmavam "que se Lourenço Marques era dos brancos, o matto era d'elles". António Enes, op.cit., p.44.
- ⁵⁶Idem, pp.89-105. Para um melhor dimensionamento do que significava para os portugueses a subjugação da chamada revolta de Lourenço Marques, convém aqui referir que em 5 de Junho de 1895 o comissário régio António Enes mandou que se afixassem nas diversas ruas da cidade e fossem distribuídos por todas as autoridades militares e civis editais em que se anunciava o premio de novecentos mil réis (900\$000) a qualquer pessoa que prendesse e entregasse Nuamantibjane ou Mahazul. Atendendo a esse facto, depois da campanha vitoriosa contra o Império de Gaza, que culminou com a prisão de Nuamantibjane e Ngungunhane, Mouzinho de Albuquerque veio de facto a repartir 200 libras pelas praças que o haviam acompanhado, sendo 8 libras para o sargento, 4 para cada cabo e soldado, 4 ao corneteiro e 2 para cada um dos dois soldados pretos. (Joaquim Mousinho d'Albuquerque, A Prisão do Gungunhana, Lourenço Marques:1896, pp.23-24). Ver António Enes, op.cit., p.242.

⁵⁷António Enes, op.cit., p.239.

⁵⁸Idem, pp.152, 256 e 420.

⁵⁹Idem, p.329. Ver também pp.289-291. A primeira das "condições com que seria aceite a submissão do regulo Gungunhana" dizia o seguinte: "O regulo Gungunhana entregará a auctoridade portuguesa, para serem devidamente castigados, os regulos da Zichacha e da Magaia e os indunas que se acham nas terras em que elle exerce auctoridade. Se elles não estiverem já n'essas terras cooperará para a sua captura pelos meios que forem indicados" (p.289). O conselheiro Almeida, a quem coube a missão de apresentar as referidas condições a Ngungunhane, tinha como instruções "que, se a primeira d'essas condições — a da entrega do Matibejana e do Mahazulo, — não fosse admittida ou não fosse cumprida, sem ser por motivos superiores á vontade do regulo, elle, Almeida, retirasse immediatamente 'sem mesmo ter dado conhecimento das outras condições'." (p.329).

⁶⁰Idem, p.348.

⁶¹Idem, pp.477-479. O primeiro confronto em Magul foi a 7 de Setembro do mesmo ano (pp.428-435).

⁶²Em desespero de causa, depois das suas tropas terem sido derrotadas em Coolela e Manjacaze atacada e incendiada (p.11), Ngungunhane viria a entregar Nua mantibjane aos portugueses em 13 de Dezembro de 1895 (pp.8 e 40), julgando, talvez, que ao proceder desse modo iria ganhar tempo e/ou travar a destruição do seu Império, o que afinal não conseguiu, pois ele próprio foi aprisionado em Chaimite, em 28 de Dezembro do mesmo ano (p.18). J.Mousinho d'Albuquerque, Op.cit.

⁶³Foi por volta de 1836 que grupos de famílias boers, que tinham abandonado o Cabo, então sob o domínio britânico, se fixaram na actual região do Transvaal. Alfredo Pereira de Lima, op.cit., pp.17 e 35.

⁶⁴Idem, p.49. A Estrada de Lydenburg (à letra Cidade das Lágrimas), ou Estrada Real para o Transvaal, começou a ser construída em princípios de Abril de 1871 e prosseguiu até Junho de 1874, tendo-se concluído até essa data cerca de 59 quilómetros de caminho.

⁶⁵Oficialmente iniciada em 18 de Maio de 1886, pelo governo português, a construção da linha férrea de Lourenço Marques a Pretória terminou em 2 de Novembro de 1894; o serviço regular de comboios começou a 1 de Janeiro de 1895, e a sua inauguração verificou-se a 18 de Julho do mesmo ano. A.P.de Lima, História dos Caminhos de Ferro, vol.I, pp.193-194.

⁶⁶Idem, p.30. Ver B.O. nº10, de 5 de Março de 1877, p.57.

⁶⁷Idem, p.56. Ver nota 44.

⁶⁸B.O. nº1, de 7 de Janeiro de 1888, p.1. Diploma transcrito em A.P.de Lima, p.32, com algumas inexactidões.

⁶⁹A.P.de Lima, Os Fundamentos da Transferência da Capital para Lourenço Marques in Boletim Municipal, nº1, 10 de Novembro de 1967, p.27.

⁷⁰Idem, pp.23-24.

⁷¹Idem, p.28. Ver Boletim Oficial nº26, de 1 de Julho de 1907, p.6.

⁷²Tempo, nº280, de 15 de Fevereiro de 1976, pp.17-18.

⁷³Circumscripções de Lourenço Marques, p.149. No "Atlas of Southern Africa"(Reader's Digest, 1984), p.155, o rio Maputo, na parte em que serve de fronteira entre Moçambique e a África do Sul; tem a designação "Suthu".

⁷⁴Henri Junod, op.cit., p.37.

⁷⁵Ver descrição de Manoel de Mesquita Perestrello. Ver também nota 4. Segundo Henri Junod, op.cit., p.37, Maputo era irmão segundo (e, por isso, subordinado) de Muári, do qual se tornou independente (ver genealogias Tembe e Maputo).

⁷⁶António Enes, op.cit., pp.276-279.

⁷⁷J.Mouzinho de Albuquerque, Moçambique 1896-1898, Lisboa: 1899, p.41.

⁷⁸Moçambique: Divisão Territorial 1986, Maputo: 1987, p. 129. Ver Resolução nº8/87, de 25 de Abril, B.O. nº16 (2º Suplemento), p.83-(11).

⁷⁹Ver nota 66.

LOURENÇO MARQUES ANTES DE 1895

ASPECTOS DA HISTÓRIA DOS ESTADOS VIZINHOS, DA INTERACÇÃO ENTRE A POVOAÇÃO E AQUELES ESTADOS E DO COMÉRCIO NA BAÍA E NA POVOAÇÃO

Gerhard Liesegang

I. INTRODUÇÃO

a) A data de 1887 na história da região em volta da baía.

1887 foi uma data importante na história de Maputo/Lourenço Marques, não tanto pela sua elevação a cidade mas porque, nesse ano, foi introduzido um factor que permitiu o "arranque" da povoação. Nesse ano construiu-se o primeiro troço do caminho de ferro que ligava a povoação ao interior, com a abertura dos primeiros 80 quilómetros, que ligavam a cidade aos Libombos, em 14 de Dezembro¹. Esta via atravessava uma porção importante da cintura de mosca tse-tse, que tinha dificultado a passagem de carros de bois vindos do reino Swazi e de Lydenburg (Mapa 1). O movimento do porto aumentou, e as receitas alfandegárias ultrapassaram pela primeira vez as da capital da colónia, a Ilha de Moçambique (Tab.1). Perspectivando um desenvolvimento posterior, havia pedidos de terrenos (entre eles, de um certo Oscar Sommerschild, que queria plantar 1000 hectares de eucaliptos na che-fatura Polana²) e um crescimento da povoação. O número de civis europeus residentes em Lourenço Marques começava a ultrapassar o da Ilha de Moçambique. Por tudo isto foi decidido elevar a jovem vila de Lourenço Marques a cidade, estatuto esse que o município da Ilha de Moçambique vinha gozando desde 1818³.

Este desenvolvimento não foi inesperado. De facto, já se tinha verificado um crescimento do movimento no porto e da população, entre 1867 e 1874, que justificava a elevação de Lourenço Marques de simples presídio (fortaleza com guarnição militar e povoação civil sujeita a administração directa do governador), para vila, em finais de 1876⁴. E já nessa altura se preparava o início da construção de um caminho de ferro para o interior, tendo chegado pelo menos cinco navios com material de construção para esse fim em 1876-1877⁵. A Câmara Municipal constituiu-se em 1877⁶, mas o caminho de ferro não foi construído então porque o Natal anexou a até então independente República Sul-Africana en

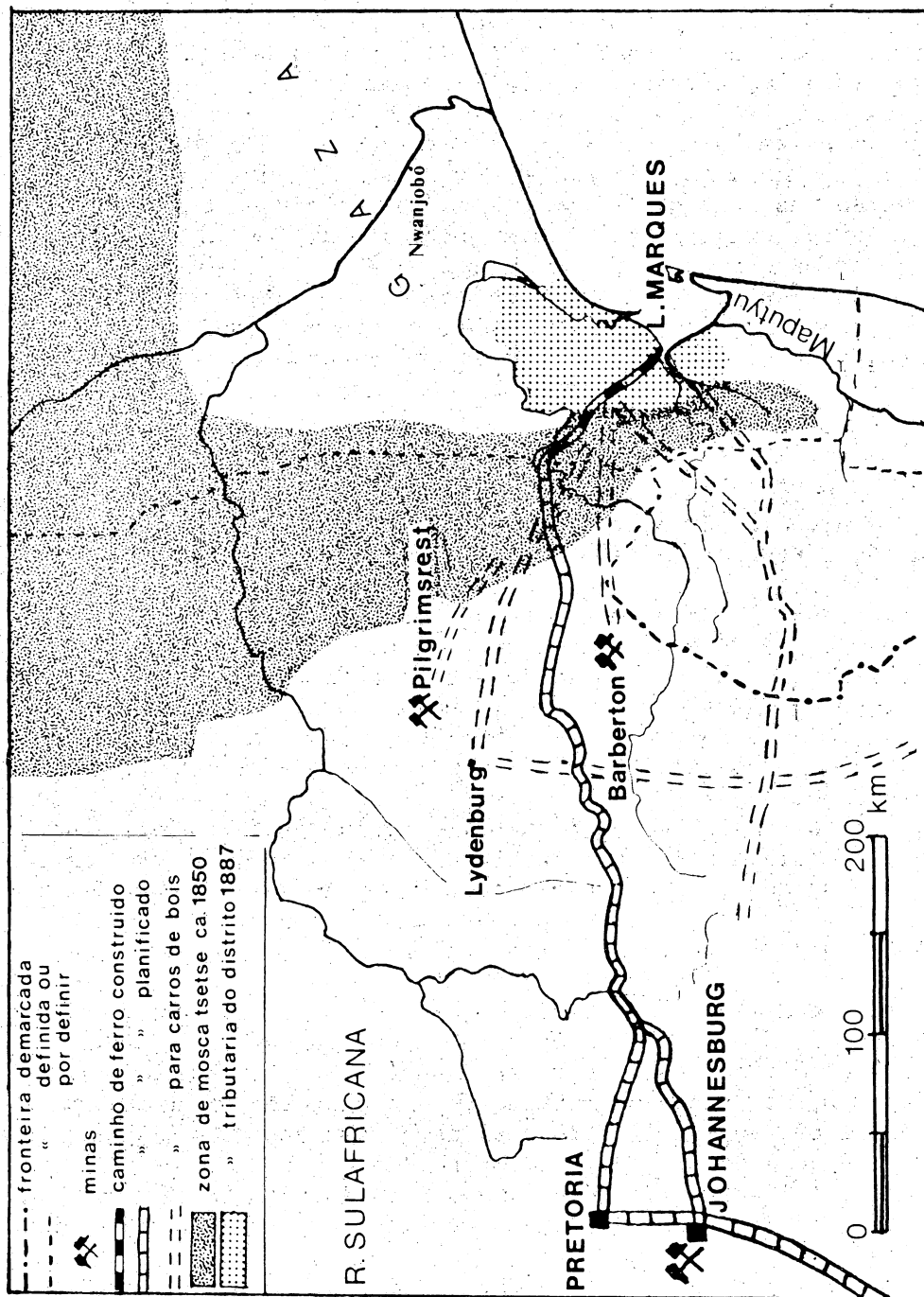
tre Janeiro e Abril desse ano. É possível que os planos para a construção do caminho de ferro e o receio do capital britânico de ficar excluído da expansão para o interior fossem os principais motivos que levaram à anexação⁷. Esta durou até 1881 e depois da reconstituição da República Sul-Africana, nesse ano, os esforços recomeçaram. Porém, só em 1887, já depois da descoberta dos ricos jazigos de ouro do Witwatersrand eles foram concretizados⁸.

TABELA 1
As receitas da Alfândega de Lourenço Marques, 1863-1897

ANO ECONÓMICO OU DO CALENDÁRIO	RECEITA EM CONTOS (DE RÉIS)	ACONTECIMENTOS
1863/4	4,4	
1864/5	4,6	
1865/6	5,9	
1866/7	3,0	
1867/8	2,9	
1868/9	6,0	
1870/1	6,4	
1871/2	7,0	
1872	9,1	Corrida para o ouro em Pilgrimsrest
1873	25,5	
1874	35,6	
1875	41,8	
1876	47,2	
1877	46,6	Ocupação do Transvaal pelos britânicos (1877-1881)
1878	29,8	
1879	32,3	
1880	47,8	
1881	67,1	
1882	89,4	
1883	107,5	Corrida para o ouro de Barberton
1884	61,8	
1885	50,9	Crise comercial e seca
1886	41,5	
1887	105,5	Construção do caminho de ferro
1888	174,0	
1889	167,5	
1890	300,0	Boom especulativo em Lourenço Marques
1891	190,0	
1892	152,0	
1893	232,0	
1894	266,0	
1895	378,0	Abertura do caminho de ferro para Pretória-Johannesburg
1896	813,0	
1897	740,0	

Fontes: Castilho, 1881: 44, para os anos 1863/4 a 1878; B.O. 1885: 321; e Liesegang 1986: 468, 472-3.

(Estas fontes têm provavelmente algumas gralhas que não foi possível eliminar porque não conhecemos os manuscritos originais).



Mapa 1: A Situação de Lourenço Marques em 1887

Foi portanto uma nova função, constituída pela prestação de serviços para uma zona do interior da África Austral onde fora implantada uma economia capitalista com base na extracção de minérios, que facilitou o crescimento de Lourenço Marques. Participaram neste "arranque" não só funcionários e soldados⁹ portugueses, artesãos e comerciantes portugueses e indianos (cf. Tab.4), comerciantes britânicos, suíços, alemães, dos países nórdicos¹⁰ e de outras origens, mas também mistos e africanos naturais de Lourenço Marques e do Sul de Moçambique¹¹. Este estudo visa descrever elementos da história das formações político-económicas donde saíram os africanos que vieram povoar os subúrbios de Lourenço Marques, e esboçar fim da independência dos estados africanos que circundavam a povoação portuguesa.

b) Limitações deste estudo.

Os últimos cem anos (1887-1987), nos quais Maputo cresceu de uma povoação de poucos milhares de habitantes para um aglomerado de perto de um milhão de habitantes¹², não constituirão o objecto deste trabalho. Neste período Maputo, como aliás a Beira, povoação fundada em Agosto de 1887 numa pequena duna perto da foz do rio Púnguê¹³, cresceu para uma cidade colonial com uma nítida divisão em grupos sociais e raciais, estrutura essa que foi revolucionada com a independência, em 1975. Essa divisão ainda não existia por volta de 1830-1860, quando muitos europeus e indianos tinham vizinhos africanos (embora já tivesse começado a aparecer em 1884¹⁴).

Não se investiga aqui também o porquê da fundação da povoação no século XVIII, no contexto do sistema colonial e mercantil português, que visava excluir outras potências da costa de Moçambique. Tal já foi feito por Alexandre Lobato, Caetano Montez e Alan Smith¹⁵. Entre as obras utilizadas encontram-se também as de A. Pereira de Lima¹⁶ e P. Péliissier, que dá uma ampla descrição da conquista imperialista e das resistências, além de obras escritas no século XIX¹⁷. Os estudos de Alan Smith e, especialmente, ainda, a tese de David Hedges (1978), informaram pela primeira vez, compreensivelmente, sobre a história dos estados africanos da região, utilizando uma vasta gama de fontes, constituída pelos relatos de naufragos portugueses, holandeses e britânicos, pelos relatórios dos comandantes holandeses na baía, entre 1721 e 1730, além de fontes escritas por funcionários portugueses.

Nota-se, ainda, a falta de um estudo sistemático sobre o crescimento da povoação e o seu impacto na região entre 1850 e 1900, tema sobre o qual se encontram muitos elementos no vasto

acervo do Arquivo Histórico de Moçambique, estudo que poderia também investigar as raízes daquele Lourenço Marques periférico e suburbano pelo qual passaram muitos nacionalistas moçambicanos. O interessante trabalho de J. Penvenne (1982), que aborda parte desta problemática, explora sobretudo o período 1905-1940, fornecendo apenas algumas referências sobre o período aqui tratado. Espalhados no Arquivo Histórico de Moçambique e nos arquivos das missões religiosas encontram-se, ainda, alguns dados sobre os inícios de Chamanculo (Hlambankulu?), Munhuana e Mafalala¹⁸, de pois de 1890, zonas das quais vinham diariamente as pessoas que trabalhavam no porto e noutros serviços. Como notou Calane da Silva, "... Não tenhamos dúvidas: se os architectos ou os mestres-de-obras desta metrópole foram estrangeiros, foram moçambicanas as mãos que a ergueram, que a moldavam"¹⁹.

II. PERIODIZAÇÃO

Tomando como base de referência factores políticos e económicos, podemos chegar à periodização seguinte, para o Sul de Moçambique, onde se localiza Maputo:

1. Do século I/II até 1545: Da fixação dos primeiros agricultores até à utilização da baía para a exportação de marfim. É possível que neste período alguns géneros exóticos (talvez apenas missangas) tenham chegado à região, vindos da costa entre Sofala e Inhambane. A população ocupava-se essencialmente da agricultura, pesca e pastorícia²⁰, bem como da caça e recollecção. Houve trocas regionais num período relativamente antigo, como atestam as conchas pescadas no Índico que foram encontradas no Transvaal²¹, e na zona costeira importava-se, provavelmente, ferro e cobre do interior.

2. De 1545 até 1820: Neste período há contactos marítimos mais frequentes. A baía serve para saída de marfim e entrada de tecidos e outros géneros. Durante os séculos XVI e XVII, os navios e os comerciantes ficavam, geralmente, apenas alguns meses na baía, mas entre 1721-1730 (ocupação holandesa), 1777-1796 (presença de uma companhia austríaca²², seguida pela primeira ocupação portuguesa) e 1799-1820 (ocupação definitiva dos portugueses), já há povoações comerciais europeias, embora não constituindo ainda um factor político e militar importante.

3. De 1820 até 1865: A actividade mercantil e militar da colónia ultrapassa o que é hoje a baixa de Maputo. Modificação da estrutura política do interior, onde se formam os impérios nguni (Zulu, Swati e Gaza) e aparecem os primeiros núcleos de europeus (boers, pouco depois de 1840, e britânicos em Natal²³).

4. De 1866 até 1886: Alguns anos de estagnação devido ao fim da economia de exportação do marfim, seguidos por uma lenta expansão. Início do trabalho migratório (primeiro para Natal e depois de 1873 para Kimberley) e crescente importância da prestação de serviços para o interior.

5. De 1887 até 1895: Estruturação do imperialismo português no Sul de Moçambique, sua expansão política, as últimas resistências e ocupação definitiva do território (até ao fim do período colonial²⁴).

Trataremos primeiro algumas tradições históricas e a história política dos estados dessa zona até 1895/6, passando depois para o desenvolvimento físico e social da povoação, a rede de comércio e transportes (tanto marítimos como terrestres) e a expansão do sistema da África Austral no século XIX, concluindo com um sumário e um breve comentário.

III. HISTÓRIA DOS ESTADOS AFRICANOS DA REGIÃO

a) O período antes de 1550.

Um conhecido piloto português, Manuel de Mesquita Perestrelo, documentou, na descrição da viagem de um grupo de sobreviventes do navio S. Bento, em 1554, a existência das chefaturas Nyaka (Nhaca), Tembe, Mpfumu, Libombo e Manyise (Manhiça)²⁵. Esta descrição constitui um importante marco cronológico na interpretação das tradições orais. Estas conservam alguns dados importantes sobre a origem dos grupos dominantes nessas chefaturas. Essas tradições foram pela primeira vez escritas por Jan van de Capelle, último governador do forte holandês, ocupado entre 1721 e 1730. Van de Capelle diz o seguinte, numa informação sistemática sobre a zona em volta da baía:

"Todos os africanos que vivem aqui nas redondezas vieram de Baatwa [região habitada pelos nguni ao Sul e Sudoeste da baía²⁶] com excepção de Cherinda e Machaja [Mabyaja, Magaia], que parece já viviam há mais tempo nesta região... Exceptuam-se também os Tembe, cujos antepassados vieram há muitos anos da zona de Walunge, situada no 'Rio do Norte' [Incomati], acima do chefe Mainisse [Manyise], para aqui, e fixaram-se com o nome de Wainsonke no país que habitam agora, o qual parece ter estado sem habitantes antes desse tempo²⁷.

"Bombo²⁸, Massingane, Lecondane ou Howane²⁹, Makande e Mainisse, vieram na mesma altura, há muitos anos, sob o mando de Bombo e com o nome comum de Baanhondwana³⁰, da região de Baatwa, e fixaram-se junto dos já mencionados Cherinda e Machaja.

Alguns anos mais tarde vieram os antepassados de Mafumbo [Mpfumu], sendo três irmãos juntos de Baatwa... para aqui. Como tinham muitos súditos, venceram a população daqui... Dos três irmãos que encontraram desta maneira um campo aberto, dois fixaram-se no país, o qual tem sido habitado por Mafumbo desde este tempo, e o terceiro foi para o país que Matolle habita agora. (Portanto Matolle é um rebento do mesmo tronco). Eram conhecidos naquele tem

po sob o nome comum de Unfume, cujo nome os de Mafumbo têm agora para si só. Afora disso ainda têm o nome Waseruti [vaNhlaruti?³¹] e os de Matolle, o nome de Chelembe. Além dos nomes acima, a saber, Tembe, Wainsonke, Mafumbo, Waseruti, Matolle, Chelembe, Machaja e Waanhondwaan... este país, ou a população desta região, é também conhecido como Insanguane³² ou ainda com o nome geral de Waronge"³³.

As tradições de imigração dos Tembe foram também registadas em 1823 por H.F.Fynn, e mais tarde ainda por H.A.Junod (ca. 1893-1910), J.Stuart, A.Cota (por volta de 1941)³⁴. Eram sensivelmente idênticas. No que toca ao grupo Nondwana ("Waanhondwaan"), a versão de Junod difere. Segundo ele, os Mabyaja (Magaia) teriam vindo depois do grupo Libombo³⁵. Não sabemos se se trata de erro de uma das duas fontes ou se houve uma reinterpretação da tradição entre 1730 e 1890. De qualquer maneira, parece notável que a uma grande parte da população do Sul de Moçambique seja atribuída uma origem longínqua, nos planaltos da África Austral. É possível que estas zonas ocupadas pelos Bantu ainda numa época muito recuada, já tivessem desenvolvido uma grande densidade de população por volta do século X da nossa era, obrigando grupos a saírem da região à procura de melhores terras. É um pouco duvidosa a afirmação segundo a qual o país, antes da chegada dos "Wainsonke", estava despovoado. O que costuma acontecer, nestes casos, é que já não existe memória certa sobre os primeiros habitantes. É de presumir que desde a chegada dos primeiros agricultores³⁶, atestada pelas estações arqueológicas do campus universitário e da Matola³⁷, a região nunca tenha estado completamente deserta.

As unidades políticas, chefaturas em que existia já uma diferenciação entre a linhagem reinante e o resto da população, não eram muito grandes, não contando, possivelmente, com mais de 500 a 2000 habitantes³⁸. Mas já se tinha atingido uma certa estabilidade territorial e não era fácil uma linhagem dividir-se e estabelecer unidades políticas separadas e novas.

b) O período entre 1550 e 1820.

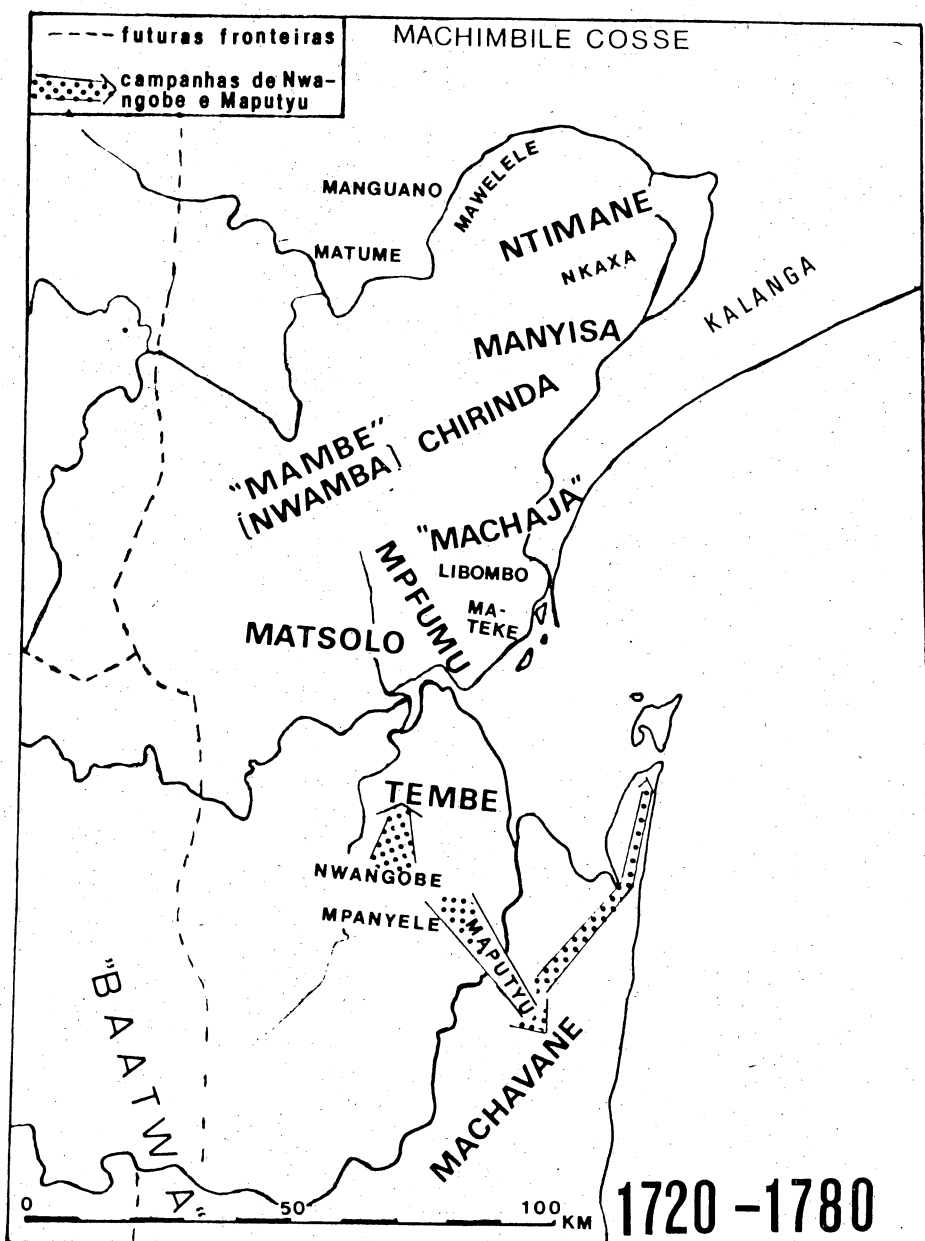
Neste período há uma continuidade relativamente grande da população na zona da baía. As migrações do século XVIII, que afetaram as actuais províncias de Gaza³⁹ e de Inhambane⁴⁰, não tiveram repercussões perto de Maputo. É de presumir que a existência de bolsas de terras férteis e húmidas com grande variedade de recursos (perto dos rios Maputo, Tembe, Matola, Infulene e Incomati) tenha contribuído para esta estabilidade. Nestas zonas húmidas podia-se produzir mesmo em tempo de seca, que é bastante frequente na região de Maputo devido à fraca pluviosidade e, mesmo, às interrupções frequentes na estação das chuvas⁴¹.

As principais modificações ao norte da baía, neste período,

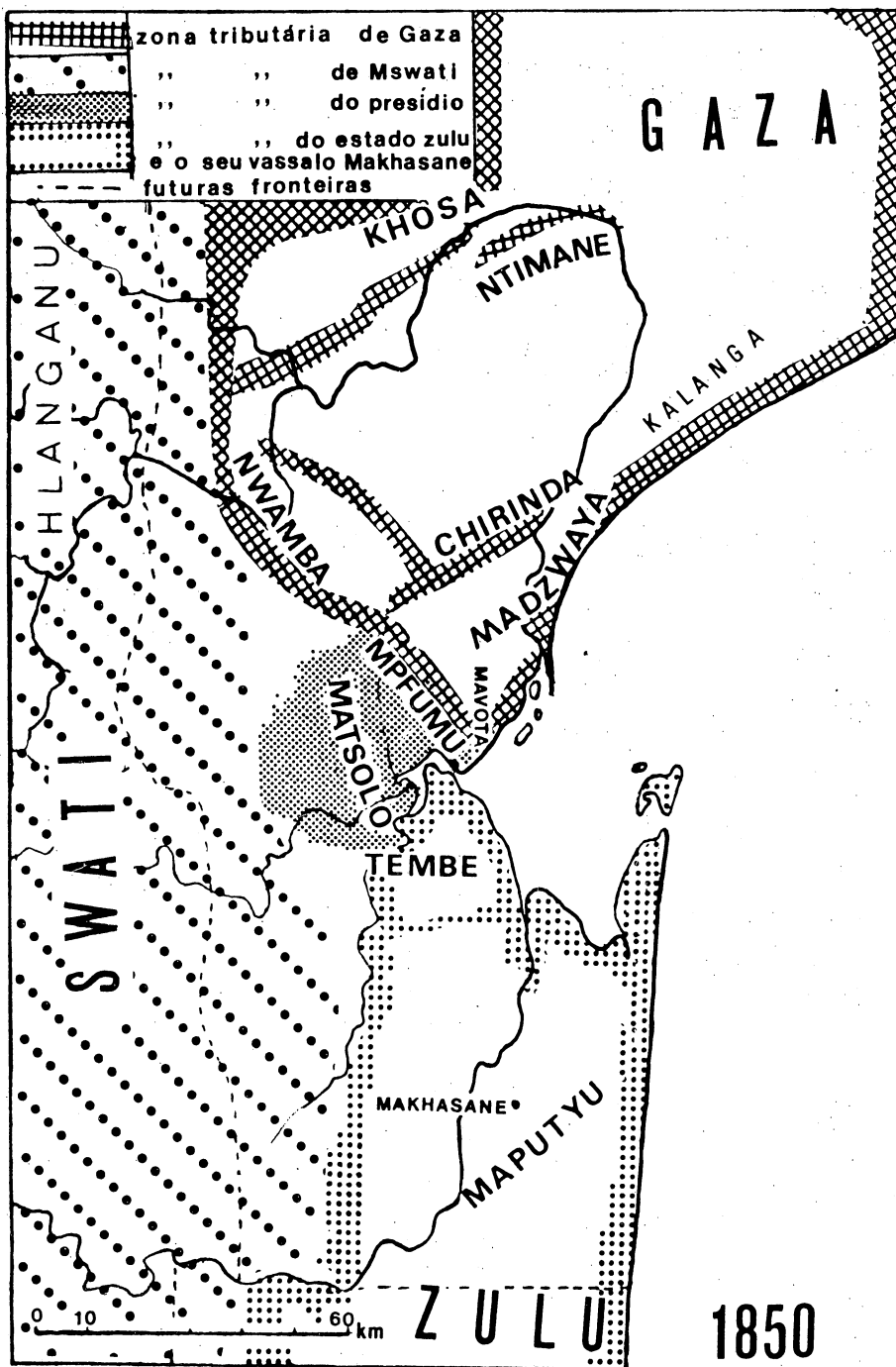
são o quase desaparecimento da chefatura de Libombo, que a fonte holandesa acima citada tinha considerado a mais antiga⁴². As fontes holandesas mencionam também, pela primeira vez, um grande número de chefaturas no interior, de que os portugueses só tinham um conhecimento vago. Entre elas estão, por exemplo, Matso lo (Matola), Nwamba (Moamba) e Ntimane, mas esta menção tardia não constitui prova que elas se tenham também formado tardiamente⁴³.

Ao sul da baía, as principais modificações são a conquista da Ilha de Inhaca pelos Manganyela, antes de 1622⁴⁴, e as conquistas de Nwangobe e dos seus filhos, entre 1729 e 1740. No início do ano de 1730, Nwangobe (Mangobe) figurava ainda como tio do chefe Madomedom, nas fontes holandesas. Madomedom residia perto da margem direita do rio Tembe, provavelmente na zona de Gwaxine, onde se localizou o centro de Tembe até finais do século XIX. Nwangobe vivia entre esta zona e o rio Maputo (nesta altura ainda conhecido como "rio Machavane"), provavelmente perto de uma pequena depressão ainda hoje marcada nos mapas como "Baixa Mangove", perto da qual foi enterrado⁴⁵. O limite oriental de Tembe era, nesta altura, o "rio Machavane", chamado assim porque banhava o país dos Machavane, que predominavam na sua margem oriental. Segundo Hedges, que dedicou um estudo detalhado ao conflito que se iria iniciar, ainda em finais de 1730 Nwangobe tinha atacado Madomedom, obrigando este a fugir para Mpfumu⁴⁶. Nessa altura Maputyu, filho de Nwangobe, deve ter atacado também os Machavane, forçando-os a submeter-se ou a fugir para o Sul. Por volta de 1750/60, Nwangobe era o chefe dominante ao sul da baía. Hedges pensa que o facto de Nwangobe e Maputyu controlarem o acesso aos vendedores de marfim que vinham do Sul, lhes permitiu acumular poder mais rapidamente do que Tembe, que controlava o acesso, principalmente, à Swazilândia de hoje, onde houve algum marfim, embora em quantidade não significativa⁴⁷.

Depois da morte de Nwangobe, três dos seus filhos dividiram o governo entre si. Muhadye, estabelecido em Tembe, tornou-se chefe de Tembe⁴⁸. Mpanyele (Panyela), na margem esquerda do rio Maputo, na zona de Matutuine, ficou com as terras paternas e oferecia sacrifícios na campa do pai. Ao Maputyu couberam as suas conquistas na margem direita deste rio. Foi esta a situação que os austríacos encontraram em 1777⁴⁹. A antiga linhagem de Tembe não abandonou a luta e, ainda em 1777, fez esforços baldados para recuperar o domínio sobre Tembe, o que não conseguiu⁵⁰. A ilha de Inhaca foi incorporada nos domínios de Maputyu ainda antes dos finais deste período⁵¹. Por volta de 1800-1820, eram dois os estados que tinham limites com a baía. Tembe, cujo chefe era conhecido como "Capelle"⁵², e Maputyu, cujo chefe era Makhasane des



Mapa 2: Os Estados em Volta da Baía de Maputo, 1720-1780



Mapa 3: Os Estados em Volta da Baía de Maputo, c.1850

de cerca de 1810, e que haveria de governar durante uns 40 anos⁵³.

Ao norte da baía existiram, no mesmo período, cerca de seis unidades políticas. Nwamba, no interior, Matola (Matsolo), Mpfumu, Mavota e Mazwaya. Em 1777 pontificava, entre eles, o chefe Chibanzana de Matola, quando se tratasse de assuntos respeitantes ao comércio, no sítio onde hoje se encontra a cidade de Maputo. Todavia, visitantes britânicos encontraram, em 1798, Mpfumu sob o domínio de Nwamba (Moamba), e por volta de 1805/22, o chefe Nkolele de Nwamba assume um papel preponderante, ouvindo-se pouco de Matola. Mas na década seguinte Matola, subordinado ao chefe Matxakane, recupera, e as fontes referem pouco o Nwamba⁵⁴.

Lourenço Marques esteve permanentemente ocupado desde 1799 ou 1800, mas a presença portuguesa, inicialmente, não causou um grande impacto. A população directamente dependente dos portugueses era tão diminuta que não permitia grandes intervenções militares no interior⁵⁵.

c) 1821-1866: Restruturação do interior.

Neste período, a maior parte dos estados Ronga sobrevive mas torna-se, pelo menos durante algumas décadas, vassala de novas potências que surgem. Nesta altura formam-se os estados Zulu, Swati e Gaza, e duas décadas depois (1845-1848), formam-se igualmente os estados boers de Lydenburg e Zoutpansberg, que viriam a incorporar-se na República Sul-Africana. A povoação portuguesa começa a participar nas lutas políticas e favorece o aparecimento de linhagens como a de Maxakene (Maxaquene), que podem disputar o poder à linhagem principal de Mpfumu. Uma maneira de analisar estes acontecimentos seria concluir que a formação dos estados de Gaza, Swati e Zulu, num período de guerras conhecido por "mfecane", foi um processo que teve paralelo nas conquistas dos Maravi, nos séculos XVI-XVII, não influenciando muito a maneira de produzir nem o sistema económico-cultural africano. Pelo contrário, a imigração dos boers (afrikaner) já trouxe certos elementos do sistema capitalista, não obstante os traços primitivos da sua economia, que dependia, até cerca de 1870, em certas zonas, também da caça ao elefante, além da pastorícia.

O primeiro sinal do alastramento dos "mfecane" para Moçambique são os ataques feitos por dois grupos de Nguni, em 1821 e 1822. Em 11 de Julho de 1821, o governador C. da Costa Matozo participa o primeiro destes ataques ao governador geral, na Ilha de Moçambique:

"Tenho a participar a Vossa Ex^a que no dia 5 de Julho do presente anno, foram atacadas as terras do Regulo Capela pelo Regulo Inhabosa, senhor de humas terras que ficão ao sul de Santa Luzia, que eu ignoro o nome. Este regulo vinha

com hum poder de oito mil homens pouco mais ou menos... A não esperada vinda do inimigo, causou hum tal terror panico, a esta gente, que indiscretamente fugirão, só hum neto do Capela por nome Maeta se opôs a huma coluna do inimigo, com tal valor que lhe derrotou... O Capela logo que viu que o seu povo o não podia defender, foi refugiar-se em huma pequena Ilha chamada dos ratos, junto com a sua família: O inimigo tomou livremente posse das terras, roubando todo o gado, e deitando fogo a algumas cazas..."⁵⁶.

Depois de terem recebido um tributo composto de géneros importados (missangas, anéis de cobre grandes para o pescoço e braceletes) os atacantes retiraram-se e atacaram Matola e Moamba. É muito provável que este grupo fosse chefiado por Zwangendaba Jere, antigo ministro no estado Ndwandwe, de Zwide Nqumayo. Em 1822 Zwangendaba vivia perto da Manhiça. O nome Inhambos sobreviveria ainda durante algumas décadas, especialmente em Inhambane, onde os soldados de Manukuse (Sochangane) se chamavam manhambozes na década de 50. Sochangane Nqumayo era um parente de Zwide de que seguiu Zwangendaba e que, em 1822, ainda vivia em Tembe, nas terras de "Capela"⁵⁷. Nesta altura Zwide, rei dos Ndwandwe, que tinha sido derrotado por Shaka Zulu cerca de 1819 ou 1820, já estava morto, mas um filho seu resistiu a Shaka até 1827. Além de Zwangendaba e Sochangane, passaram ainda não muito longe de Lourenço Marques mais dois grupos, os de Ngaba Msane e de Ngwana Maseko, sem porém se fixarem nesta região⁵⁸.

Em 1824 Shaka tinha estendido o seu poder para o Norte. Não só Maputo e Tembe, mas também Matola, se submeteram ao seu poder. Sochangane retirou-se provavelmente para Ntimane, antes de passar para o país dos Khosa, ao Norte do rio Incomati⁵⁹. Segundo uma fonte portuguesa, foi em 1827 que Sochangane e Zwangendaba se fixaram em Bilene⁶⁰. Shaka mandou uma expedição contra eles em 1828, ano em que foi assassinado. O ataque não foi bem sucedido e os sobreviventes receberam alimentação na terra de Makhasane. Nesta altura, a posição de súbdito fiel livrava Makhasane dos ataques dos Zulu. A predominância Zulu ao Sul da baía continuou no governo de Dingane (1828-1840), irmão de Shaka, Mpande (1840-1872), e Cetewayo (1872-1879). A posição de Matola modificou-se. Em 1833/4 ainda estava na zona de influência zulu, embora prosseguindo, simultaneamente, a sua própria política expansionista⁶¹ (o que também se aplica a Makhasane e aos seus sucessores⁶²). Mas depois da morte de Machakane (Matxakane), após 1840, os Swati substituíram os Zulu. Em 1888 testemunhas declararam que, no tempo de Matxakane, Matola estendeu-se do rio Tembe até ao rio Incomati, e que o chefe Mahlalela da zona de Namaacha lhe era tributário⁶³. É provável que o sucessor de Matxakane fosse de menor idade, ou de fraca personalidade⁶⁴. No início dos anos 50 procurou o apoio dos portugueses antes de se alinhar com os estados Swati e Gaza. No tempo do governo de Mudlayi

(Muduai), entre aproximadamente 1845 e 1865, Nwamba seguiu também esta política de alinhamento com Sochangane e Mswati, mostrando-se pouco afável nas relações com o governador e comerciantes de Lourenço Marques. Ao norte de Lourenço Marques, a influência de Sochangane cresceu depois do seu regresso da expedição a Mussurize ou "Mussapa", em finais de 1838⁶⁵. Um irmão seu fixou-se na área de Magul-Calanga, donde controlava o acesso ao centro do estado de Gaza, que se localizava perto do rio Limpopo, na zona de Chaimite⁶⁶. Para chegar à residência do rei de Gaza, os portugueses subiam geralmente com pequenos barcos à vela até um pouco acima da Manhiça (ou até Magule), e faziam o resto do caminho a pé. Pouco depois de 1840, Sochangane organizou uma campanha que assegurou o seu domínio em Manhiça e Chirinda, e lhe permitiu também intervir em Mabyaja e perto de Lourenço Marques. Assim, o domínio de Gaza começava em Mavota, a poucos quilómetros de Lourenço Marques⁶⁷. Os portugueses mantiveram uma certa influência política em Mpfumu, aonde viviam muitos dos carregadores e caçadores, dos quais eles necessitavam para o transporte de mercadorias para o interior, e para a caça ao elefante. Agiram, provavelmente, contra Hasana e o seu sucessor na chefia de Mpfumu, Hamule, depois de 1840, o que pode ter favorecido a linhagem de Maxaquene (que sofreu também as prisões e o exílio forçado). Foi Sitene, filho de Maxaquene, que viria a conduzir as tropas de Mpfumu, em Dezembro de 1861.

As tensões agudizaram-se depois da morte de Sochangane, em Outubro de 1858⁶⁸. O seu sucessor, Mawewe, estabeleceu contactos comerciais e uma aliança com o governo de Inhambane. Em 1860 as tropas de ambos atacaram a fortificação de Mahuntse Makwakwa em Nyareluga (Inharrime)⁶⁹. Em contrapartida, o governador de Lourenço Marques e muitos dos chefes Tsonga que tinham limites com territórios da República de Zoutpansberg e com Lourenço Marques, foram ameaçados de ataques. Foi por isso que Muzila, outro filho de Sochangane, refugiado no norte do Transvaal desde Abril ou Maio de 1859, encontrou entre os Khosa e os caçadores de elefantes de Lourenço Marques muitos aliados quando, em 1861, decidiu atacar Mawewe. Deixou a zona do Transvaal, onde vivia, em Outubro. No caminho, juntou-se a ele Magude (Magudzu) Khosa, que tinha sido obrigado por ataques de Mawewe a subir o rio Sabie e a refugiar-se no que é hoje o Parque Nacional de Kruger. Os dois encontraram uma reacção hostil nas terras de Nwamba e Matola, mas o seu exército já era suficientemente forte para repelir um ataque feito por aqueles em conjunto com um destacamento enviado por Mawewe. Esta batalha deu-se no curso superior do rio Matola⁷⁰.

Depois da batalha, o exército de Muzila e Magude (Magudzu),

e os dois últimos (que tinham sido mandados para Tembe antes da batalha e haviam chegado ao presídio de barco)⁷¹, apresentaram-se em Lourenço Marques. Masukesuke Xavangu descreveu, em 1971, a chegada e o acordo estabelecido, da seguinte maneira:

"Entraram na povoação [Lourenço Marques]. Muzila entregou a carta [de João Albasini] ao Khanyane [governador Onofre Lourenço de Andrade] e o Khanyane pegou na carta e disse: 'Oh! Afinal são palavras de uma pessoa das nossas relações. As nossas coisas encontram-se bem quando nós entendemos. Mpfumu, Mabota, Matsolo e Manhiça encontram-se unidos [ao nosso país]. Menos N'wamba e Xi rinda, que estão separados de nós. Eles estão ao lado de Muzila'.

"Muzila disse: 'Não posso habitar aqui que cheira mal, cheira a mariscos. Aqui comem peixe'.

"Saíram..."⁷²

Segundo o governador português, Muzila prometeu também tornar-se vassalo dos portugueses, mas não existe nenhum documento assinado por este nem pelo grande número de moradores de Lourenço Marques que se costumavam chamar aos "adjuntos"⁷³.

O resultado das negociações foi que o estado e dois grandes comerciantes de marfim, Diocleciano Fernandes das Neves e Ignacio José de Paiva Raposo, forneceram armas aos caçadores de elefantes de Mpfumu, que se juntaram ao exército de Muzila e Magude. Este exército alcançou uma vitória ao norte do rio Incomati, ao sul de Chokwe, num local que aparece nas fontes como Vongochane, Muvulucani e outras grafias semelhantes. Esta vitória obrigou Mawewe a refugiar-se na terra do seu cunhado ou sogro, Mswati da Swazilândia⁷⁴.

Muzila instalou-se em Gaza em Janeiro de 1862, e os caçadores de elefantes voltaram com muito marfim e gado para Lourenço Marques. Porém, a guerra não estava no fim. Mawewe fez um contra-ataque, apoiado por fortes contingentes cedidos por Mswati, forçando Muzila a abandonar o vale do Limpopo e a recolher-se em Mussurize, onde passou a residir até à sua morte, em 1884. A defesa do vale do Limpopo foi organizada por Nwanjobo Ncayi-Ncayi Dlamini, e em várias batalhas foi possível expulsar os Swati e as tropas de Mawewe. Na retirada, os Swati perderam muito do gado de que se tinham apossado, em Nwamba, onde tinham à espera os caçadores de elefantes de Lourenço Marques. Os ataques posteriores dos Swati em direcção a Gaza e ao rio Incomati, onde Magude eventualmente se estabeleceu, não tiveram nenhum impacto decisivo.

A preponderância dos caçadores de elefantes de Lourenço Marques sofreu rudes golpes em Setembro de 1863 e em 1864, quando tropas de Mswati atacaram as terras vizinhas do presídio.

Em 21 de Setembro de 1864, o comerciante e agente comercial goês António Gabriel de Gouveia, estabelecido havia muitos anos (pelo menos desde 1840) em Lourenço Marques, e alheio ao envol-

vimento militar de I.J.de Paiva Raposo e D.F.das Neves, escreveu, numa carta particular a um oficial português, que Mawewe

"ajudado do regulo Mussuate, e do de Moamba tem hostilizado barbaramente as terras deste districto, que são de 'Canfumo', Mavota, e Matola, que desde o mês de Setembro de 1863 até ao presente mês do corrente ano, são três vezes, sendo a principal, e muito forte de Setembro do ano passado, de [sic] cujo ata que, não satisfeito o inimigo de acometer a mortandade a ferro frio, correu a beira do rio, e fez com que morresse muita gente afogada, apresentando-se com todo o arrojo no segundo dia a frente do Presídio, e ao alcance da artilharia, de que tendo-se feito muito fogo infelizmente nenhuma bala se acertou, por falta de pessoas habéis, levando apos disto a força do inimigo muito gado, marfim, fazendas, e armas assim dos habitantes, como dos cafres indigenas; ainda que no quarto ou quinto dia a gente das terras do districto marchou por casualidade sobre pequeno troço inimigo, que tinha estado na rectaguarda, e com algum tiroteio das espingardas, fez aí afugentar aquele troço, apanhando-se pouco gado, que não chegou a sexta parte daquele que tinha passado com a força maior da guerra"⁷⁵.

A morte do rei Mswati, em Agosto de 1865⁷⁶, contribuiu para um retraimento dos Swati, que a partir dessa data passaram a ser governados por regentes e reis fracos. Eles continuam, porém, a exercer certa influência em Moamba e em toda a vertente Este dos Libombos, ao Sul da área de Ressano Garcia-Nkomatipoort, onde havia um pequeno chefe Ngomane⁷⁷. Não voltarão a atacar Lourenço Marques.

Estas guerras forçaram a população dos estados em volta da baía a refugiar-se em zonas mais seguras. Estados como Tembe e Matola sofreram bastante. Houve também outros processos de modificação. Diminuiu o número de elefantes no Sul de Moçambique. Em 1824-1826 ainda havia elefantes em Natal e em 1834 um comerciante britânico levou ainda do estado Zulu uma boa quantidade de marfim⁷⁸. Poucos anos depois, o número de elefantes ao Sul da baía tinha decrescido muito e a atenção dos caçadores africanos e europeus começava a dirigir-se para o Norte da baía e para certas zonas do Transvaal. Antes de 1860, o número de elefantes ao Sul do rio Limpopo tinha diminuído tanto que só ao norte do mesmo rio a caça dava ainda vantagens ao grande caçador. E quinze anos mais tarde, em 1875, na zona ao Sul do rio Save já escasseavam os elefantes. Foi provavelmente por isso que, muito cedo, começou o trabalho migratório entre a zona de Lourenço Marques e o Natal, que por sua vez permitiria aos comerciantes de Lourenço Marques sobreviver⁷⁹.

d) 1867-1895: Dos estados africanos independentes ao distrito colonial.

Este espaço de, aproximadamente, uma geração, relativamente bem documentado, merece um estudo mais aprofundado. Iniciá-se com o longo governo de José Augusto de Sá e Simas (1867-1873). Simas mudou de aliança. Prendeu o chefe Maxaquene e deve ter con

trariado o chefe de Mpfumu, Hamule (Amule), que mandou atacar ou ameaçar o presídio, cuja linha de defesa tinha sido aperfeiçoada durante o governo de Simas⁸⁰. A esta demonstração de força o governador respondeu com a prisão e o desterro de Hamule para a Ilha de Moçambique. Voltará dali apenas em 1875. Parece que Sá e Simas já conseguia exercer algum poder no interior, mas essencialmente através de aliados locais. Os estados africanos continuavam profundamente divididos. Os guerreiros de Maputyu atacavam os seus parentes em Tembe, e numa ocasião, em 1872, até entrevistaram ao Norte da baía⁸¹.

O governo de Sá e Simas é caracterizado por uma estagnação económica mas, ao que parece, havia exportação de alguns cereais para o Natal, com o qual se passaram a estabelecer contactos mais frequentes. A corrida para o ouro em Graskop e outros lugares da área de Lydenburg traz mais movimento, e Lourenço Marques começa a crescer. O governador desta altura, Augusto de Castilho, (1873-1879), evita conflitos e parece dirigir a sua atenção para o exercício do poder no interior da povoação, assim como para contactos com os europeus. Mantém, durante algum tempo, um destacamento na ilha de Inhaca. Uma expedição das obras públicas começa a reconstruir algumas infraestruturas na vila e constrói os primeiros edifícios públicos fora dos limites da linha de defesa, entre eles uma igreja e um hospital⁸².

Em 1881/82, há uma nova tentativa de expansão e afirmação da presença no interior. Ao que parece, houve primeiro ataques portugueses contra Chirinda e Nwamba (Moamba), o que criava um ambiente suficientemente ameaçador para não haver resistência quando se recolhiam as vassalagens de Chirinda (o herdeiro Mahatane era menor), de Magunjuana de Nwamba, de Mutua da "Manhiça do Norte", de Mpfumu (o herdeiro Nwamantibyana era ainda igualmente menor), de Mavota de Mbokwane e Mavota de Chicavele, de Matola (também com herdeiro menor, Sigaule), de Manicusse de Polana, de Mayé (Nwayeye), de Maxaquene (também Mahumane, o herdeiro, era menor), de Mabyaya (Mapunga enviou um "secretário") e, finalmente, de Tembe (onde o herdeiro de Bangwane era, também, menor)⁸³.

Mais tarde, no mesmo ano, procede-se a um arrolamento das palhotas, primeiro nas duas Mavotas, Polana e Maxaquene, e depois, em Dezembro, em Moamba. Em Maxaquene houve uma certa resistência passiva. Como desabafou um alferes encarregado deste serviço:

"São quase onze horas e não me aparece pessoa que me indique quais as palhotas que ainda faltam arrolar, e mesmo não sei se nas que tenho arrolado, aqui, me faltará alguma, pois que desde a chegada do paquete do Natal, Rainha e secretários, tudo se ocupa em festejar o regresso de alguns pretos que vieram, ligando muito pouca importância ao serviço.

"É verdade que a Rainha nos tem acompanhado no arrolamento, ela só, mas é uma nulidade que nenhum prestígio tem nas povoações que ficam no declive do denominado Alto de Machaquene até à linha da defesa da vila, que contudo ela diz serem terras que lhe pertencem"⁸⁴.

De facto, foram cobrados impostos durante alguns anos, mas com um ritmo, ao que parece, irregular, porque, por exemplo, o imposto de 1884/5 foi cobrado apenas em 1887. A Tabela 2, referente a esta cobrança, mostra que o poder português se estendia já sobre um território considerável. Os impostos eram ainda relativamente baixos e equivaliam a poucos dias de trabalho. Não obstante, os cobradores detectaram alguns casos de chefes de família que ocultavam parte da sua família⁸⁵. Até 1894, o imposto quase que triplicou, e estava para ser novamente aumentado em 1895⁸⁶.

Em 1887 encontramos o governador do distrito, e o cobrador, activamente empenhados em aumentar o distrito à custa do estado de Gaza. Na chefatura Mamethonga (Sabié, ao norte do rio Incomati), o Jamboza, residente em Bilene, na povoação de Nwandjovo, como representante de Ngungunyane, distribuiu uma bandeira portuguesa. Essa bandeira era uma daquelas que o residente português em Gaza tinha entregue para serem arvoradas nas fronteiras daquele território. Quando J.M. Lourenço, emissário do governador, chega para arvorar a bandeira, é-lhe dito que já existe uma bandeira portuguesa⁸⁷.

Foi nesta situação que se estabeleceu um comando militar nas Terras da Coroa, uma espécie de Distrito Militar, com um regulamento próprio (o primeiro do género, em Moçambique). O primeiro chefe militar foi o major Francisco Lopes Serra, que se tinha familiarizado com o distrito como comandante da guarnição de Lourenço Marques⁸⁸. O comando estava situado a cerca de 10 quilómetros da vila, nas terras do chefe Mbukwane de Mavota⁸⁹. Estava previsto que o chefe tivesse, também, autoridade judicial, e que haveria subchefes. Estes foram eventualmente estabelecidos em Macanda (para "Magaia"), Incomati, e Stocolo (para Ntimane e o "Norte")⁹⁰.

Junto ao chefe de Maputyu, onde governava o jovem Ngwanazi junto com a sua mãe Zambili, havia um residente, que tinha uma casa em Bela Vista (Matutuine) e que dependia directamente do governador.

Em 1890 a força da administração já é suficientemente forte para prender Mabayi (chefe de Tembe) e Hanyane (primo de Ngungunyane), que se tinha refugiado em Nwamba um ano antes, porque havia entrado em conflito com "Habela" (Abel Erasmus), o notório cobrador de impostos boer cuja área de actividade era a zona entre Lydenburg, Krugerpos e as fronteiras com a Swazilândia e Moçambique. Segundo uma fonte posterior, Mabayi tinha mandado

matar um homem sem referir o assunto ao comandante militar⁹¹, e Hanyane tinha sido, na opinião de alguns colonialistas, sacrificado para não se porem em risco as relações com Ngungunyane num momento crítico das negociações entre Portugal e a Grã-Bretanha acerca das zonas de influência⁹².

TABELA 2
Resultados do arrolamento e da cobrança de imposto de palhota em 1887
(respeitante ao ano económico de 1884/5)

REGULADO	REGULO	POPULAÇÃO			PALHOTAS	RECEITA
		Masc.	Fem.	M + F		
Magaia	Mapunga	4.191	6.226	10.417	4.086	1.379\$625
Cichaxa	Mamatib'jane	1.943	2.586	4.529	1.873	632\$137,5*
Matolla	Sigaule e sua mãe	1.573	2.083	3.656	1.540	519\$750
	Mamuquiana					
Moamba	Magumdjana	1.116	1.522	2.638	1.125	379\$687,5
Mahota	Laulane	584	770	1.354	593	200\$137,5
Mahota	Chicavella	162	230	392	155	52\$312,5
Mahota	Mabucuana	582	778	1.360	613	206\$887,5
Polana	Pessa	162	229	391	236	79\$650
Machaquene	Mahumane	424	654	1.078	590	199\$125
Mahé	Bacuana	189	313	502	273	92\$137,5
Catembe	Mavay	729	984	1.713	763	257\$512,5
Cherinda	Muhatana	850	1.166	2.016	827	279\$112,5
Manhiça do Norte	Mutua	289	457	746	264	90\$112,5
Manhiça do Sul	Munhangua	179	275	454	175	59\$062,5
Manhiça do Cossine	Cossine	444	701	1.145	393	132\$637,5
		13.417	18.974	32.391**	13.509	4.559\$287,5

Fonte: AHM, Lourenço Marques, Gov. do Distr. Cx 128-M 3(3) Doc.8
Anexo ao relatório do (sargento ajudante) Joaq.Marques Lourenço ao G.L.M., L.M., 7 de Março de 1887. A ortografia dos nomes é aquela do documento.

*Como ainda não se utilizava moeda portuguesa, a cobrança foi feita em moeda britânica. O montante cobrado foi de 1s 6d (um shilling e seis pence que correspondia a 337,5 réis, ao câmbio oficial de 1 libra esterlina por 4.500).

**Dois anos antes, a população arrolada tinha sido de 18.623 pessoas (Vasconcellos 1886:30).

Em 1894 surge um conflito, que se alarga para uma confrontação armada entre o colonialismo português e a população africana. Os chefes africanos vinham vendo as suas prerrogativas desaparecer e a população estava descontente com o imposto de palhota e a maneira como este costumava ser cobrado. O comandante Serra, que tinha conseguido aumentar o poder português sem recorrer a conflitos abertos, tinha já, nesta altura, sido substituído e os

comandantes militares interinos em Anguane não tinham grande conhecimento da região nem dos processos políticos existentes que, aliás, não pretendiam respeitar. Nesse ano Mahazul, chefe de Ma byaya e sucessor de Mapunga, falecido em 1890, autorizava as pessoas que dependiam directamente dele a cultivar as terras de um tio afastado, Mobvesha. Era um processo tradicional que alargava o poder pessoal do chefe do estado à custa dos seus parentes mais afastados (dessa maneira, podia, eventualmente, distribuir terras aos seus filhos). Mobvesha, que vivia na margem direita do rio Incomati (enquanto que Mahazul vivia na margem esquerda), pretendeu expulsá-los e queixou-se ao comandante em Anguane. O comandante podia ter pedido informações ao subchefe de Macanda, que não tinha, segundo o regulamento, funções judiciais. Tal não fez. Quando verificou que a sua intervenção não era vista com bons olhos, obteve, aparentemente, autorização (ou ordem) do governador do distrito para prender Mahazul e desterrá-lo. A notícia transpirou até este último e, em seguida, os seus "grandes" passaram a andar sempre prevenidos no posto, acompanhados por muita gente, o que impedia que se efectuassem prisões. Quando o comandante quis mandar prender alguns dos conselheiros de Mahazul, estes foram libertados pelo povo que assistia. Foi o sinal de revolta⁹³.

Os portugueses tentaram aliciar os chefes de Matola, Nwamba, Mpfumu e Maputyu, para os ajudar contra Mahazul. Nwamanti-byane, chefe de Mpfumu, parece hesitar mas contacta Mahazul e Ngungunyane, e o povo mostra-se tão hostil que os contactos com os portugueses são suspensos. Com Ngwanazi, de Maputyu, e a sua mãe, há contactos oficiais em Setembro. Apela-se para ele, não como futuro fornecedor de trabalhadores forçados mas como aliado. O enviado português relata:

"Fiz sciente ao regulo e a rainha de que S.Exã o conselheiro Governador Geral e V.Exã [o governador de Lourenço Marques], tinham neles e no seu povo absoluta confiança, e que o governo estava muito satisfeito pela resposta dada a Snr capitão Vasconcellos, isto é, pelo modo franco e leal como declaravam que estavam promptos a auxiliar o Governo Portuguez no castigo que este tem em vista infligir no regulo Mahazul e a quaisquer outros que tomem o seu partido. Tanto o Guanazi como a Zambili responderam que também tem plena confiança no mesmo Ex^{mo}. Senhor e a V.Exã; que são amigos do Governo Portuguez e portanto que estão promptos para o auxiliar no que for preciso..."⁹⁴

Ngwanazi manda, de facto, o seu exército até Catembe. Não chega, porém, a atravessar o rio e regressa, dispersando-se. Entre os portugueses, correm boatos de que foi visto um enviado de Ngungunyane exortando o exército a regressar⁹⁵. É evidente que os homens de Ngwanazi notaram que essa guerra era diferente das anteriores.

Os ataques sobre a cidade, levados a cabo por Mahazul e Nwa

mantibyane, foram coordenados mas revelaram pouca disciplina e não chegaram a ameaçar realmente a povoação. Os combatentes, na sua maior parte, estavam satisfeitos por os soldados portugueses se terem retirado para a povoação e não andarem já nas suas terras.

No seio daqueles que tinham aderido à revolta surgem contrações. Um grupo ataca e mata pessoas na Matola, que passa depois a apoiar os colonialistas abertamente. A chegada de soldados de Lisboa permite aos portugueses contra-atacar, depois da batalha de Marracuene, em 2 de Fevereiro de 1895, onde alguns guerreiros tinham mesmo chegado a entrar no reduto português, apesar de terem sido vencidos no final. Mahazul e o chefe Nwamantibyane refugiam-se em Gaza, desencadeando a guerra contra Ngungunyane⁹⁶. O chefe de Nwamba, que tinha tido contradições com Mpfumu, aproveitou-se da derrota para capturar mulheres e gado que se haviam refugiado nas suas terras.

Nwamantibyane acompanhou Ngungunyane e Godide no exílio nos Açores. Mahazul foi preso apenas algumas semanas depois de Ngungunyane, e enviado para a Ilha de Moçambique (e, posteriormente, como soldado para Timor?). O chefe de Matola, que temporariamente tinha ocupado Mpfumu, é, por seu turno, enviado para o exílio em 1897. No ano de 1896 Ngwanazi tinha encontrado refúgio na África do Sul, depois de atacado por um pelotão de cavalaria chefiado por Mousinho de Albuquerque⁹⁷.

IV. A POVOAÇÃO E A SUA POSIÇÃO NAS REDES DE COMÉRCIO E TRANSPORTES

a) Considerações preliminares.

Uma condição básica para o funcionamento das cidades é a existência de redes de distribuição e de redistribuição que permitam a uma parte da população desligar-se da produção agrária, que obriga, na maioria dos casos, a população a viver relativamente dispersa⁹⁸. Para compreender o sistema é necessário analisar a divisão do trabalho a nível local e regional (e, eventualmente, mundial), e estudar os meios de transporte.

Antes de 1545, a baía não foi utilizada como porto de embarque e desembarque. Para os árabes e swahili a navegação deve ter sido tecnicamente difícil e pouco interessante, do ponto de vista económico. Foi aparentemente uma maior procura de marfim por parte da Índia, a partir de, aproximadamente, 1535/40, que facilitou a expansão da rede mercantil do Índico para o Sul de Moçambique⁹⁹. Lourenço Marques foi o nome do piloto enviado da Ilha de Moçambique para reconhecer a baía e o seu potencial, em termos de capacidade para fornecer marfim. Foi a exportação de marfim que sustentou o comércio até ao século XIX.

Até ao início daquele século, o volume do comércio não justificava, provavelmente, uma povoação europeia do tamanho da existente. Um dos primeiros governadores, José Joaquim da Costa Portugal, que deve ter enriquecido com o comércio de escravos em Cabo Delgado, parece ter sofrido graves prejuízos antes da sua morte em Lourenço Marques, em 1789¹⁰⁰. Pouco a pouco, porém, apareceu um pequeno grupo de comerciantes, cujo número foi aumentando ao longo do século.

A esta actividade de exportação correspondia uma rede no interior do país. Essa rede tinha uma função mais geral do que fornecer marfim para exportação. Através dela se distribuía também, por exemplo, até ao fim do século XVIII, cobre de origem africana e, provavelmente, ferro do Transvaal, cuja parte oriental era conhecida no Sul de Moçambique, no século XIX, como "Beja"¹⁰¹. O Mapa mostra algumas dessas trocas.

Os parágrafos seguintes vão aprofundar alguns dos aspectos acima mencionados, esboçando as principais modificações entre ca. 1800 e 1895.

b) Configuração física e social da povoação em 1800-1895.

A fortificação construída pelos holandeses, entre 1721 e 1730, destinava-se à defesa contra ataques vindos do mar e tinha a forma de um pentágono regular¹⁰². A fortificação construída pelos portugueses, aproximadamente no mesmo local, tinha uma forma rectangular e visava principalmente a defesa em relação a ataques vindos de terra. Exigia, por isso, um campo de tiro entre a fortificação, que em 1808 era ainda uma simples paliçada de madeira¹⁰³, e a povoação, que se situava principalmente a Oeste da fortaleza. A actual praça 25 de Junho (antiga Praça 7 de Março) teve a sua origem a partir deste campo de tiro.

A povoação estendia-se numa lomba de areia que, nas marés vivas, ficava totalmente separada da terra. Noutros períodos, a zona entre a actual avenida 25 de Setembro e a parte alta da cidade apresentava-se com aspecto pantanoso.

Cohen, que visitou a povoação em 1873, referiu-se a duas ruas paralelas, a actual rua da Revolução de Outubro (antes rua da Alegria, depois rua D. Luís e mais tarde rua Consiglieri Pedroso) e a rua de Bagamoio (antes rua dos Mercadores, depois rua A.J. de Araújo)¹⁰⁴. Uma rua mais pequena, a rua da Gávea, de que existem ainda traços, estendia-se a Nordeste da actual rua da Revolução de Outubro, a Oeste da sede do Banco de Moçambique.

Estas ruas estavam ligadas por uma série de travessas¹⁰⁵. Circundava a povoação, entre os anos 40 e 80, uma "linha de defesa" que, com o tempo, começou a contar com uma série de baluartes em alvenaria, que foram demolidos quando as obras para o ca

minho de ferro e para as novas avenidas necessitaram desse espaço (um dos baluartes localizava-se no cruzamento actual entre a avenida 25 de Setembro e a avenida Samora Machel)¹⁰⁶.

Em 1833 existiam já, na povoação, algumas construções em alvenaria e com terraços, mas nos anos 70, apesar de já ter ocorrido um certo crescimento, havia ainda palhotas redondas e casas cobertas de capim. O governador A. de Castilho proibiu este tipo de cobertura em 1876, na sequência de um incêndio que, em 1875, consumiu quase metade da povoação habitada¹⁰⁷. Depois dessa data só se passaram a admitir terraços e tectos cobertos a telha ou zinco ondulado.

Até aos anos 70, a população concentrada neste espaço nunca chegou a ultrapassar muito o milhar de habitantes, entre soldados, comerciantes imigrados da Europa e Índia, empregados civis do governo, habitantes livres de origem local, e escravos. Além da população humana, havia animais domésticos. Muitos habitantes criavam porcos e bovinos. Muitos dos currais localizavam-se dentro da povoação¹⁰⁸.

É possível que até cerca de 1850 o solo da povoação fosse de quem o ocupava (e era, talvez, o governador quem o distribuía) mas, pelo menos, depois de 1858, houve processos públicos de aforamento, com possibilidade de licitação. Antes, porém, já tinha havido casos de venda de casas, por dinheiro ou marfim¹⁰⁹. Entre cerca de 1865 e 1875, os foros subiram aproximadamente 1000%, o que reflecte também uma maior afluência de comerciantes, que beneficiavam do aumento do movimento do porto¹¹⁰.

Até cerca de 1870, as terras das encostas do Alto de Maxaquene e de Nwayeye (Mahé) estavam cobertas de machambas. Havia também duas ou três fontes nesta zona, onde os habitantes iam buscar água. (Quando, em 1815, um chefe, provavelmente o de Mpfumu ou Nwamba, mandou atacar o presídio, este vira-se privado de víveres, água e lenha¹¹¹).

Depois de 1875 surgiram as primeiras casas nesta encosta. O estado mandou ali construir o novo hospital militar (o antigo localizava-se num prédio da povoação¹¹²) e uma igreja, que se localizava onde, mais tarde, viria a ser construída a catedral. Houve um plano para estabelecer uma nova povoação na encosta do alto de Nwayeye, num quadrilátero paralelo à rua que conduzia para o Transvaal (rua de Lydenburgo)¹¹³. Desses planos há ainda uns traços visíveis¹¹⁴. Em 1887 propôs-se, no entanto, o actual plano, que alinhava melhor com a rede já existente na baixa, onde se rectificaram algumas irregularidades e se fizeram aterros que originaram a actual avenida dos Mártires de Inhamitanga. Esse plano só veio a ser aprovado em 1892, e não se sabe se os pedidos de terrenos feitos entre 1888 e 1892 já o tinham como base¹¹⁵.

Os primeiros artesãos vieram da Índia e da Ilha de Moçambique. Em 1806, aparecem um ferreiro, de nome Lourenço, que era escravo de Joaquim do Rosário Monteiro (armador de navios do trato de escravos residente na Ilha de Moçambique), e o calafate Agostinho, escravo do comerciante Fuchande Vergi¹¹⁶. Em 1808, o mestre ferreiro era um indiano, Manamala Dougi, possivelmente natural de Diu, e o carpinteiro era um africano, de nome Leandro. Manamala Dougi parece ter vivido em Lourenço Marques entre, pelo menos, 1804 e 1814¹¹⁷. Deve ter recebido o seu soldo por inteiro, enquanto que uma parte do salário dos escravos era paga aos seus donos. Isso é mencionado numa nota que o feitor (uma espécie de tesoureiro) escreveu, em 1821, para a Ilha de Moçambique:

"Aqui se acham dois pedreiros, um calafate, um carpinteiro e um ferreiro, todos oficiais mecânicos... para isso a Real Junta [da Fazenda] tinha arbitrado 30 panos por mês a cada um deles, destes eles recebiam sete panos e outros 23 ditos pagava a Real Junta aos seus senhores"¹¹⁸.

No presídio utilizava-se pouco dinheiro antes de 1854. Os empregados do governo, mesmo os desterrados, recebiam o seu salário em "panos" e arroz. Assim, o calafate, como artesão ("oficial mecânico"), recebia, por mês, cinco panos e duas panjas (cerca de 52 litros) de "mantimento", enquanto que Jamali Mahomed, o cheique desterrado de Infusse (no continente, a Sul da Ilha de Moçambique), recebia dois panos e meio, e uma panja¹¹⁹. Com essa quantia tinha de pagar também a sua habitação e entreter um servente, mulher ou escravo.

Os soldados, na sua maior parte recrutados na Ilha de Moçambique, recebiam também um soldo análogo. Alguns viviam, provavelmente, na fortaleza, que em 1886 servia ainda de quartel¹²⁰, mas a maior parte deve também ter habitado numa palhota, fora. Os oficiais viviam inicialmente em palhotas e casas de laca-laca, maticadas e cobertas de caniço¹²¹. Mais tarde, também alugavam ou construíam casas de alvenaria, feitas com pedra da Ponta Vermelha e cal de carapaças de ostra.

Os oficiais eram, muitas vezes, acompanhados por membros da família e alguns escravos, que faziam os trabalhos domésticos. Por isso havia também, em Lourenço Marques, escravos de Inhambane, Sofala, Sena e Ilha de Moçambique. Em 1 de Janeiro de 1858, Lourenço Marques contava com uma população de 888 pessoas, das quais 384 escravos dos particulares e 11 do estado¹²², já com o estatuto de libertos. A percentagem de escravos em relação à população total era mais baixa que em Inhambane ou na Zambézia, que eram colónias mais antigas. Também os comerciantes e muitos dos residentes africanos abastados possuíam escravos. Depois da abolição formal da escravatura, em 1876, permaneceram alguns vesti

gios deste estatuto até cerca de 1895¹²³.

O governador e os oficiais envolveram-se directamente no comércio até depois de 1850. Inicialmente havia poucos moradores que se dedicassem exclusivamente ao comércio. Um dos primeiros comerciantes era agente no comércio de escravos, em 1822, e vivia temporariamente na Matola¹²⁴. Alguns empregados da Companhia Comercial de Lourenço Marques e Inhambane permaneceram na povoação, mesmo depois daquela companhia ter perdido o monopólio, em 1834¹²⁵. No período entre 1835 e 1845, fixaram-se também goeses e hindus de Diu, e um ou outro comerciante parsi ou muçulmano, naturais da Índia¹²⁶. Era um dos efeitos da abolição de algumas das restrições impostas ao movimento de indianos pela administração da monarquia absolutista. Também se estabeleceram alguns comerciantes civis europeus, já nos anos 50¹²⁷.

Quase todos os comerciantes e alguns dos oficiais sem família viviam maritalmente com mulheres naturais do presídio ou com escravas que haviam adquirido. Estas uniões são documentadas em assentos notariais de doação ou de libertação de escravas¹²⁸. É possível que algumas das mulheres pertencessem, pelo lado materno ou paterno, a linhagens de chefes da vizinhança de Lourenço Marques, mas tal não parece ter sido a regra¹²⁹.

Os carregadores e caçadores empregados pelos comerciantes, viviam todos, provavelmente, fora da povoação, mas houve alguns ajudantes de artesãos, remadores, pescadores ou mesmo artesãos (por exemplo, pedreiros), que viviam na povoação¹³⁰.

Com o crescimento de Lourenço Marques, vieram fixar-se mais artesãos. Nos anos 60 aparece um serralheiro português, que talvez se dedicasse também ao conserto de armas de fogo, e na década de 70 é a vez dos comerciantes alemães, dinamarqueses e holandeses, seguidos depois por britânicos. Aumentou também o número de comerciantes indianos. Algumas destas casas comerciais construíram armazéns para guardar peles exportadas do Transvaal. (As oleaginosas eram de menor importância, no caso de Lourenço Marques). Aquelas casas serviam-se de intermediários indianos, mistos e africanos, que levavam as mercadorias para o interior¹³¹. Os trabalhos de estiva, no porto, davam trabalho a pessoas que viviam, provavelmente quase todas, fora da povoação, mas nos censos de recenseamento de 1887 já aparece um operário natural de Lourenço Marques como morador na vila¹³². Os marinheiros, as pessoas que se dirigiam para os campos de ouro, bem como os africanos que voltavam da África do Sul com dinheiro, permitiram o aumento do número de tabernas, e no recenseamento eleitoral de 1887 já há um razoável número de taberneiros (Tab.4)¹³³. Os censos de 1894 e 1896, feitos já depois do alargamento da cidade para a parte alta, permitem verificar uma diversificação ainda

maior. Neles são referidos alguns artesãos chineses e engenheiros franceses que se ocupavam do fabrico de álcool, etc.¹³⁴

TABELA 3
A população da povoação de Lourenço Marques, 1844-1896

Ano	População Total	Europeus		Asiáticos* e Afroasiáticos		Africanos Livres e Libertos		Escravos	
		Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
1844	492			165 ¹				207	120
1858	888	67	7	50	1	103	276	384	
1859	974	66	9	56	4	100	264	475?	
1862	1.021	76	8	45	2	397	220	191	90+
1878				458 ¹¹					
1894		460	131	237	8	61	52		
1895	2.799	1.128	215	529	20	652	255 [§]		
1896	3.672	1.257	287	737	27	889	475		

Fontes: Cod. 183, fol. 18, 42, 175; B.O. 1850: 72; 1863: 169; Castilho 1881: 30-32. G.D.L.M. Cx 12, M. 2(3) Doc. 1; Adm. Conc. de L.M.: Mappa estatístico da população de Lourenço Marques, referido a 31 de Dezembro de 1895 e Mappa estatístico da população da Cid. de L.M. ref. a 31 de Dezembro de 1896...

*As estatísticas entre 1857 e 1885 diferenciam segundo religião, raça, ocupação e sexo, nem sempre muito sistematicamente. Entre Asiáticos houve goeses (cristãos), banianes (geralmente hindus), muçulmanos (ou "mourões", que abrangiam, por vezes, muçulmanos naturais de Moçambique parcialmente descendentes de africanos).

¹Inclui 120 pessoas da população livre e 45 soldados (Cod. 183, fol. 42, 175).

⁺Em 1862 quase 200 libertos foram incluídos no número dos "livres".

"Inclui toda a população "civilizada" ou "não indígena".

[§]O mapa para 1895 tem a seguinte nota crítica: "A raça asiática feminina deve atingir um número muito superior ao apresentado nesta estatística, isso porque a maior parte dos mouros, banianes, batias e gentios se furtam a todo o transe não só a apresentar aos estranhos as suas mulheres, mas até mesmo a declarar, seja a quem for, os seus nomes. Quanto às mulheres de raça africana, também se devem calcular pelo menos em número igual ao do sexo masculino, porquanto se notou que uma grande parte de europeus as excluiu das relações de sua família apresentadas nesta repartição. Secretária do Concelho de L.M. 1-3-1896, Francisco de Mello Bréyner" [que desde 1887 estava em Lourenço Marques].

TABELA 4
Origem e ocupação dos cidadãos portugueses com direito a voto
em Lourenço Marques a 29 de Maio de 1887

OCUPAÇÃO	ORIGEM									
	Índia			Metrópole	Moçambique			Outros		
	Diu	Damão	Goa		Moç.	Inh.	L.M.	Marrocos	Guiné	
Comerciante	54	21	5	10	-	3	-	1	-	94
Negociante	6	1	1	6	-	-	-	-	-	14
Caixeiro	1	3	2	2	-	-	-	-	-	8
Taberneiro	-	-	3	4	-	2	1	-	-	10
Lojista	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Barbeiro	1	-	-	1	-	-	-	-	-	2
Alfaiate	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Proprietário*	-	-	-	2	1	-	-	-	-	3
Oficial Militar	-	-	1	9	-	-	-	-	-	10
Funcionário Público	-	-	3	11	-	-	-	-	-	14
Ger.e G.Livr.de Banco	-	-	-	2	-	-	-	-	-	2
Parocho	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Interprete Porteiro	-	-	-	-	-	-	2	-	-	2
Patrão de Escaler	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Carpinteiro	-	-	-	2	-	2	-	-	-	4
Serralheiro	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Pedreiro	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Operário	-	-	9	1	1	-	1	-	-	12
TOTAL	63	25	26	52	2	7	4	1	1	181

Fonte: G.D.L.M. Cx 130 M1(1) "Caderno de Recenseamento Eleitoral
para a Assembleia de 5-6-1887 para Eleição de Deputado
às Cortes, 2º Círculo..." [sumário da lista nominal, assinado
por F.Lopes Serra e outros, L.M. 29-5-1887]

*Os dois proprietários naturais da Metrópole eram antigos comerciantes com cerca de 50 anos de idade.

c) O comércio marítimo até 1865

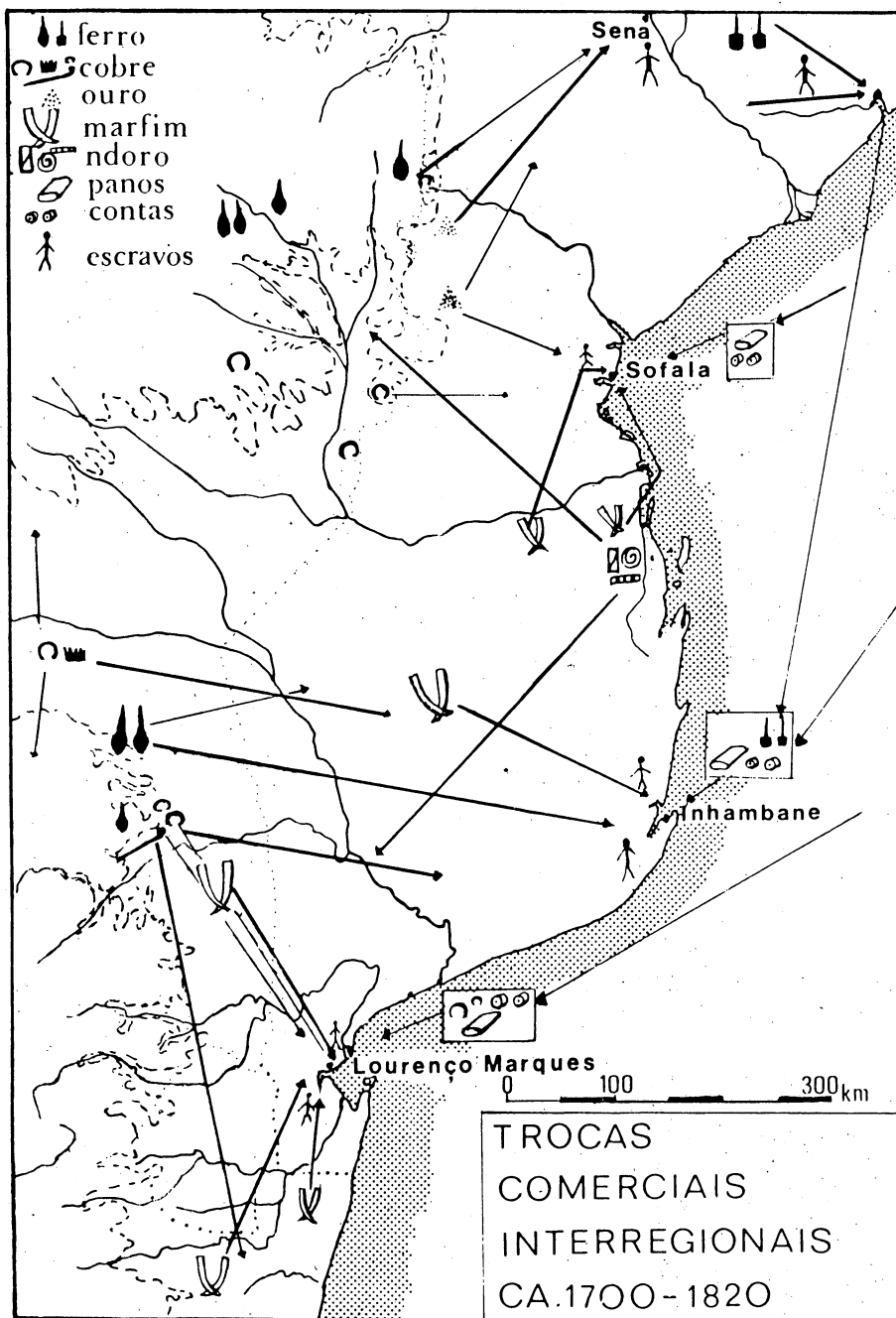
No século XVI a baía foi visitada quase exclusivamente por barcos portugueses que compravam marfim. No século XVII, apareciam também alguns barcos britânicos, vindos principalmente da Índia, além de um ou outro barco holandês. No século XVIII e nos inícios do século XIX, os britânicos continuaram a aparecer na baía, permanecendo — como por exemplo em 1815 — contra a vontade dos portugueses, e vendendo as mercadorias mais barato do que estes¹³⁵. Os holandeses que vieram em 1721 não estavam tão interessados no marfim. Procuravam captar a exportação de ouro, sobre a qual tinham idéias irrealistas¹³⁶. Nos finais do século

XVIII, a baía foi regularmente visitada por navios britânicos e americanos, que vinham à pesca da baleia. Os portugueses já tinham notado, no século XVIII, que as baleias costumavam vir a esta zona, nos meses de Junho a Setembro, para dar à luz as suas crias. Owen, em 1823, especificou que eram "baleias pretas" as que visitavam a baía¹³⁷. Durante as semanas ou meses que aqueles navios permaneciam na baía, engajavam muitas vezes remadores locais, que passavam a tripular os barcos que partiam na perseguição das baleias. Por isso alguns dos principais intermediários aprendiam rudimentos de língua inglesa e vendiam aos navios alguns géneros alimentícios, como, por exemplo, galinhas, bois e cebolas¹³⁸.

A povoação era abastecida anualmente por um barco de viagem, que trazia as fazendas que serviam para o pagamento da tropa e de outros empregados do estado. Por vezes era um dos barcos que vinham da Índia, entre Fevereiro e Março. Nesse caso, ele descarregava as fazendas que trazia da Índia na Ilha de Moçambique e reembarcava fazendas e géneros para Lourenço Marques ou, eventualmente, outros portos a que deveria aportar. Quando o barco de viagem era um dos barcos costeiros pertencentes aos armadores da Ilha de Moçambique, a entrada e estadia dependia de outros factores. Havia barcos que chegavam em Julho, Novembro e Dezembro, e ficavam às vezes mais de um mês (ver Tab.5 e sgs.¹³⁹). Quando parte do pagamento dos salários foi monetarizada, por volta de 1854, o estado deixou de distribuir tecidos e apenas se passou a responsabilizar pelo rancho dos soldados. O estabelecimento de ligações comerciais com a metrópole, por esta altura, facilitou a aquisição de géneros alimentícios metropolitanos por parte dos oficiais e funcionários. Facilitou também aos taberneiros a aquisição de vinho, embora a aguardente tivesse talvez mais procura¹⁴⁰.

Que é que se exportava? Nos 300 anos entre meados do século XVI e meados do século XIX, o marfim foi sempre um artigo muito procurado. Segundo estimativas de entre 1777 e 1781, que talvez, de certa maneira, fossem anos de ponta, exportavam-se, em média, entre 34 e 50 toneladas, o que correspondia a cerca de 1800-2000 elefantes abatidos por ano¹⁴¹. Com a diminuição da área de influência do porto de Lourenço Marques e com a destruição da caça (talvez a partir de cerca de 1824), as quantidades diminuíram. Mesmo antes de 1824, apenas uma parte do marfim exportado da baía era integrada na rede comercial portuguesa. A restante seguia nos barcos britânicos.

A venda de escravos foi outra fonte de receita dos moradores, na primeira metade do século XIX. Os holandeses já tinham fomentado este tipo de comércio durante os 10 anos em que esti-



Mapa 4: Trocas Comerciais Interregionais, c.1700-1820

veram na baía. Em 1731, um ano depois de haverem abandonado o presídio, compravam ainda escravos¹⁴².

O trato de escravos foi introduzido novamente depois da ocupação portuguesa, embora inicialmente apenas tivesse pequenas proporções. A guarnição mandava alguns escravos capturados ao longo do ano para a Ilha de Moçambique, no barco de viagem. Também começaram a aparecer barcos franceses da Ilha de Bourbon mas, pelo menos inicialmente, não devem ter encontrado escravos em quantidade suficiente para completar a sua carga, de maneira que talvez passassem também por outros portos como Inhambane e Quelimane, ou ainda pela Ilha do Ibo, em Cabo Delgado, que tinha uma longa tradição de contrabando. Os barcos utilizados pelos franceses neste tráfico, no último quartel do século XVIII, eram geralmente brigues e outros navios com dois mastros e de 150 a 250 toneladas, assim como alguns outros mais pequenos (cerca de 80 toneladas) e, ainda, outros maiores (350 a 600 toneladas). Estes navios transportavam, em média, cerca de 250 escravos. De entre os que aportavam Lourenço Marques não parecem ter havido navios de grandes proporções, razão pela qual parece ser realista considerar uma média de cerca de 200 escravos por barco¹⁴³. No ano de 1825/6, devem ter sido embarcados em Lourenço Marques, em barcos franceses, cerca de quinhentos escravos. No ano seguinte esse número deve ter duplicado. Há indícios de que, entre 1827 e 1829, esse tráfico se manteve neste nível ou, mesmo, aumentou¹⁴⁴.

Além disso houve alguns embarques para a capital e, pelo menos em anos posteriores (1828-1831), embarques directos para o Brasil. Entre 1831 e 1835 o comércio de escravos esteve quase parado, embora tivesse recomeçado depois. Para este período há poucas provas do envolvimento de Lourenço Marques¹⁴⁵.

D.F.das Neves contou, mais tarde, que Sochangane proibiu a exportação de cativos dos seus domínios e, em 1845, castigou um chefe que a tinha feito¹⁴⁶. Como Neves não vivia ainda em Lourenço Marques nessa altura, deve simplesmente ter ouvido a notícia sobre essa medida, que visava, talvez, a recuperação da população, depois das guerras dos "mfecane"¹⁴⁷.

Até cerca de 1865, o marfim era o principal artigo de exportação, e a navegação servia principalmente esse ramo de comércio.

O estudo das Tabelas 5, 6, 7 e 8, permite detectar algumas das características e modificações do sistema, que surgiram entre 1824 e 1862. Nas Tabelas 5, 6 e 7 aparecem baleeiras. Nas Tabelas 5 e 6 há evidências sobre o comércio de escravos, que parece ter sido mais intensivo no ano de 1826/7 do que no ano anterior. No primeiro ano (1825/6), há um barco que segue directamente para Bourbon ("Les Deux Clementines"), e mais dois a car-

regar, mas seguindo ainda para outros portos moçambicanos, e no ano seguinte (1826/7) são, aparentemente, cinco os que seguem com destino a essa possessão francesa. Como os barcos eram pequenos, não carregavam, provavelmente, mais de 200 escravos cada um. Há ainda os barcos britânicos que queriam, desta vez, com protecção da sua frota, estabelecer relações comerciais em Tembe e Maputyu. Na Tabela 7 aparece um dos brigues norte-americanos, com pequena tripulação, que eram característicos deste período. Também o brigue Vasco da Gama, de iniciativa de alguns comerciantes holandeses que queriam estabelecer uma relação permanente com os boers do interior, tem uma tripulação relativamente pequena, enquanto que os barcos do Índico com a mesma envergadura têm pelo menos o dobro ou mesmo o triplo em termos de tripulação. Este facto pode observar-se na Tabela 8. Nota-se igualmente o surgimento de uma ligação directa com Lisboa, que tinha começado nos anos 50. Nessa altura, os únicos barcos a entrar no porto são os portugueses. Os americanos tinham desaparecido com o início da guerra civil, em Abril de 1861. Nos finais da década de 60 os navios não portugueses (especialmente os franceses envolvidos no transporte de oleaginosas) são outra vez uma "visão familiar" para os habitantes de Lourenço Marques.

Na década de 70 o padrão de navegação começa a modificar-se e, já nos anos 80, Lourenço Marques recebe regularmente navios a vapor pertencentes a diversas linhas de navegação. No mês de Outubro de 1887, por exemplo, entraram 6 navios, cinco dos quais tinham mais de mil toneladas, e dois "cutters" de 37 toneladas, o que equivale a todo o movimento do ano de 1861¹⁴⁸.

ABREVIATURAS USADAS NAS TABELAS 5, 6, 7 E 8

-
- Br. = Brigue (utilizou-se também o termo Goleta).
 - Brit. = Britânico
 - B.V. = Barco de Viagem, que abastecia o presídio com as "Fazendas da Ley" que serviam para efectuar pagamentos
 - Contrab. = Contrabando
 - d.c.m. = Dentes de cavalo-marinho
 - E. = Escuna
 - E.U.A. = Estados Unidos da América
 - F. = Francês
 - H. = "Hiate" (Iate)
 - Ha. = de Hamburgo
 - Inh. = Inhambane
 - "Mad." = "Madagascar" (provavelmente origem e destino fictícios para os navios de Bourbon)
 - Maur. = Maurícias
 - Moç. = Ilha de Moçambique
 - P. = Português
 - P. Baleia = Pesca da Baleia
 - Que. = Quelimane
 - Z. = Zanzibar
-

TABELA 5
Porto de Lourenço Marques: Entradas e saídas de navios entre Julho de 1824 e Agosto de 1825

Navio	Capitão	Nacio- nalidade	Proce- dência	Destino	Entrada-Saída	Carga Entrada	Carga Saída	Objectivo Função
Br. Furão	F. X. de Moraes	P	Moç.	Moç. ?	15/7-4/8/24	Fazendas	Escravos, etc. B.V.	
Br. Zephire	Le Duche	F	"Mad."	Que.*	30/7-29/8/24	Faz. etc.	Escravos	Contrab. Escr.
Br. Eleanor	Rob. Mitchen?	Brit.	Londres	?	11/8-25/9/24	?	d.c.m.	P. Baleia
E. Orange	H. Maynard	Brit.	Moç.	Cabo?	23/8-8/9/24	Fazendas	Marfim, d.c.m. Negócio	
Grove								
Br. E.	W. Corbett	Brit.	Liverpool	Cabo?	27/10-8/11/24	Fazenda	Marfim	Contrabando
Salisbury				Natal?				
Br. E.	W. Corbett	Brit.	Natal	?	5/1-18/1/25	?	Marfim?	Contrabando
Salisbury				Moç.	2/3-27/3/25	?	Marfim, etc.	(Encomendar escravos?)
Br. Les Deux	Fr. Finand	F	Bourbon	Moç. ?	6/4-22/4/25	Fazendas	Marfim	B.V.?
Clémentines	(Fineau?)		Moc. (com escalas)	?	16/4-4/9/25	Marfim	+	
Br. Feliz	Abuxamo	P	"Destá"					
Dia	Issufo	Brit.	Bahia"					
Br. Eleanor	Ninguem	Brit.	Maur.	?	9/5-10/5/25	?	?	Negócio de marfim
Gustave	Louis	Brit.	Moç.	Bourbon	5/7-19/7/25	Mantimento	(Escravos)	Escravos
Br. Les Deux	Fr. Fino	F	Bourbon	Inh.	10/8-13/8/25	?	?	Arribada
Clémentines	(Fineau?)		Bourbon	Z?	14/8-?	?	?	?
Batel A.	Boutel	F	Hamburgo?					
Hersília	?	H						

Fonte: AHM Cod. 5300, fol 42 v. Omittiu-se apenas um "correio" que vinha de Natal em 18/5/1825.

* "O dia da saída foi fundear na Inhaca aonde dizem que levou alguns negros". Segundo o passaporte (Cod. 5300, fol. 43 v. de 27/8/1824) pertenceu ao armador Leborie (Lebord?), em Bourbon, e mudou de capitão de Lourenço Marques. Como mestre e capitão foi nomeado Manoel Joaquim Sarzedas.

† Constavam oito arrobas de marfim.

+ Quase toda a tripulação morreu de febre. Sobre este navio houve troca de correspondência, c.f. Owen 1833, Manso 1870:132-5, 138.

TABELA 6
Porto de Lourenço Marques: Entradas e saídas de navios entre Setembro de 1825 e Setembro de 1826

Navio	Capitão	Nacio- nalidade	Proce- dência	Destino	Entrada-Saída	Carga Entrada	Carga Saída	Objectivo Função
E. Orange Grove	Rob. Hole (Hall?)	Brit.	Cabo	(Cabo)	19/9/25-?	Fazendas?	Marfim?	Contrabando de marfim
Br. Sta. Maria	L'Oiseau	F	Inh.	(Bourbon)	1/11-?	?	?	Contrabando de escravos
Batel Boa Esperança	Joaquim dos Santos	P	Inh.	(Mog.)	1/11-?	?	?	?
Fior de Inhambane	João Pereira Borges	P	Moc. (Inh.)	(Mog.)	24/12-11/2/26	Fazendas	(Marfim?)	B.V.
Furão	Jose C. Malho	P	Mog. (Inh.)	Mog.?	22/1-31/1/26	2 passag.?	?	Passageiros
St. Jean	Pedro Toupet	F	"Mad."	Bourbon?	24/1-8/3/26	?	?	(Escravos)
Br. Salisbury	W. Corbett	Brit.	Inhaca	(Cabo)	20/3-8/4/26	?	(Marfim?)	Contrabando
Galera Real	Alexandre	Brit.	Londres	?	3/4-18/4/26	?	?	P. Baleia
Soberano	Sinclair	P	Lisboa	Inh. Mog.	6/4-24/7/26	Col. da C.?	?	*
Br. Maria	V. Tomas	P	Londres	?	25/5-?	Com. Fazend.	?	P. Baleia
Teresa	Joao Coleman	Brit.	Mog.	(Cabo)	1/6-7/6	Goma copal?	?	Escala
Galera	Temple Nourse	Brit.	Mog.	(Cabo)	3/6-2/7/26	"Marimento"?	?	(Escravos)
Ratcliff	Pedro Toupet	F	Bourbon	(Bourbon)	15/7-26/8/26	"Refresco"	?	(Escravos)
Br. Orange	Afonso Adam	F	Bourbon	(Bourbon)	24/7-14/9/26	"Lastro"	?	(Escravos)
E. Espiègle	Topnet	F	Bourbon	(Bourbon)	24/7-14/9/26	Arroz	?	(Escravos)
Br. Les Deux	Clementines	F	Bourbon	(Bourbon)	24/7-14/9/26	Arroz	?	(Escravos)

Fonte: AHM Cod. 5300 fol. 46 v (A lista das Tabelas 5 e 6 abrange o período do governo de Schmid van Belliken).

* Navio no qual veio a primeira "colónia" da Companhia Comercial de V.T. dos Santos e Baptista Bollele (ver Lobato 1961:125 e segs. e A Guerra dos Reis Vátuas... 1986:15-16). O governador não se podia informar da carga porque Santos se recusou a apresentar o manifesto.

TABELA 7
Porto de Lourenço Marques: Entradas e saídas entre Dezembro de 1850 e Fevereiro de 1852

Navio	Capitão	Nacio- nalidade	Tripu- lação	Proce- dência	Destino	Entrada-Saída	Carga Entrada	Carga Saída	Objectivo Função
Br.Fr.de Lacerda	"Mouro"	P	25	Inh.	Moç.	5/2/51-27/3/51	Fazenda da Lei	Marfim	B.V.
Br.Miranda	Ign.M.de Miranda	P	34	Inh.	Que.	26/12/50-8/3/51	Fazenda da Lei	Marfim	*
Br.4 de Abril	"Mouro"	P	35	Moç.	Moç.	26/4/51-11/3/51	Faz.Muníc. Arnam.	Marfim	
Br.Amizade	Amud Bay'	P	11	Moç.	Moç.	1/7/51-12/8/51	Faz.da Lei	Marfim	
Br.Vasco da Gama	A.A.Amaral da Silva	P	11	Gibral- tar	Inh.	29/7/51-31/8/51	Generos da Europa	G.da Euro- pa, marfim	Abastecimen- to dos boers ⁺
Br.Estrela de Damão	Amud Bay'	P	22	Inh.	Inh.	31/7/51-11/8/51	Fazenda da Lei	Marfim	
E.Queen	Heidem	E.U.A.	4	Cabo Verde	Z.	11/8/51-14/8/51	?	?	
Br.Flor de Inhambane	Casimiro Simões	P	30	Moç.	Moç.	24/11/51-?	(Fazendas)	(Marfim)	
Br.Estrela de Damão	Ibramo Bay Valgy	P	26	Moç.	Moç.	24/11-23/12/51	(Fazendas)	(Marfim)	
Br.Vasco da Gama	A.A.Amaral da Silva	P	11	Moç.	Amster- dão	13/2/52-27/3/51	(Fazendas)	Marfim e peles	
Barca Eliza Dunbar	J.Ellis	E.U.A.	18	Açores	Mad.	17/2/52-24/4/52	Azeite de baleia	Baleeira, aguada	

Fontes: AHM, Gov. Distr. L.M. Cx 8-134 M 2(4), L.M. 31-10-1851 (A.P.Baptista Gonçalves) e L.M. 6 de Abril 1852, M.A.R.de Cardenas, quarto Districto Militar, Mappa dos navios entrados e sahidos....

* O original traz mais dados, por exemplo, sobre o número de passageiros. Neste caso diz: Veio e foi o negociante Cruz com 3 criados. Este navio é um dos que, sobre os quais podem incidir suspeitas de envolvimento no tráfico de escravos.

+ O nome Amud Bay aparece duas vezes. O capitão do brigue Estrela de Damão era, provavelmente, Ibramo Bay. Vê-se também que os registos eram feitos com pouco cuidado ou foram elaborados posteriormente (em dois casos falta o nome).

+ "Levou a seu bordo o sob-carga (sic) João Arnaudo Semellkamp (sic)".

TABELA 8
Porto de Lourenço Marques: Entradas e saídas de navios entre 8 de Fevereiro e 31 de Dezembro de 1861

Navio	Capitão	Nacio- nalidade	Tone- ladas	Trip.	Proce- dência	Destino	Entrada	Saída	Passageiros (na chegada)
Barca	Sebastião	P	228	15	Lisboa	Inhambane	8/2/61	3/3/61	70
Assumpção	F. da Fonseca	P	135	30	Inh.	Moç.	25/2/61	17/4/61	6
Br. Estrela	Velligi	P	135	30	Inh.	Moç.	25/2/61	17/4/61	6
de Damão	Amade	P	318	18	Lisboa	Moç.	23/3/61	27/4/61	72
Barca Tejo	Francisco	P	112	23	(Moç.?)	Moç.	?"	17/4/61	?
Br. Nossa	Sebedino	P	112	23	(Moç.?)	Moç.	?"	17/4/61	?
Senhora	Ibramo	P	10	9	(Moç.?)	Moç.	?"	20/4/61	?
Cutter (da Jacinto J. marinha) e Silva		P	10	9	(Moç.?)	Moç.	?"	20/4/61	?
Andorinha		P	135	30	Moç.	Moç.	28/7/61	11/8/61	22
Br. Estrela	Velligi	P	135	30	Moç.	Moç.	28/7/61	11/8/61	22
de Damão	Amade	P	228	14	Moç.	(Lisboa)	8/7/61	?"	34
Barca	Sebastião	P	228	14	Moç.	(Lisboa)	8/7/61	?"	34
Assumpção	F. da Fonseca	P	67.75	20	Moç.	(Moç.?)	22/11/61	?"	10
Br. Flôr	Amad Bai	P	67.75	20	Moç.	(Moç.?)	22/11/61	?"	10
de Goa	Guilamo	P	233	14	?	Inh., Que., Moç.	?"	8/9/61	?
Br. Tarrujo	Antonio Ger- mano Soares	P	233	14	?	Inh., Que., Moç.	?"	8/9/61	?

Fonte: AHM Distr. L.M. Cx 8-134, M 2(4), Distr. de L.M., Moç., Mapa demonstrativo dos navios entrados e saídos... Onofre L.de Andrade 2-1-1862; Também B.O. 1862:106.

* Entrou provavelmente antes de 8/2/61.

† Esteve provavelmente ainda no porto em 2/1/62.

" O Brigue Nossa Senhora do Socorro entrou em 27 de Novembro de 1860 (B.O. 1861: 82).

d) A rede comercial terrestre ca.1750-1850

A baía de Maputo e a África Austral ao Sul do Zambeze não conheceram, ao que parece, as grandes caravanas de mais de mil pessoas que costumavam fazer as viagens do interior para a costa, ao norte daquele rio. Mesmo as caravanas de carregadores e caçadores de elefantes, organizadas por comerciantes europeus no comércio com o Transvaal, raras vezes atingiam mais do que umas poucas centenas de homens¹⁴⁹, e muitos desses grupos eram, mesmo, menores.

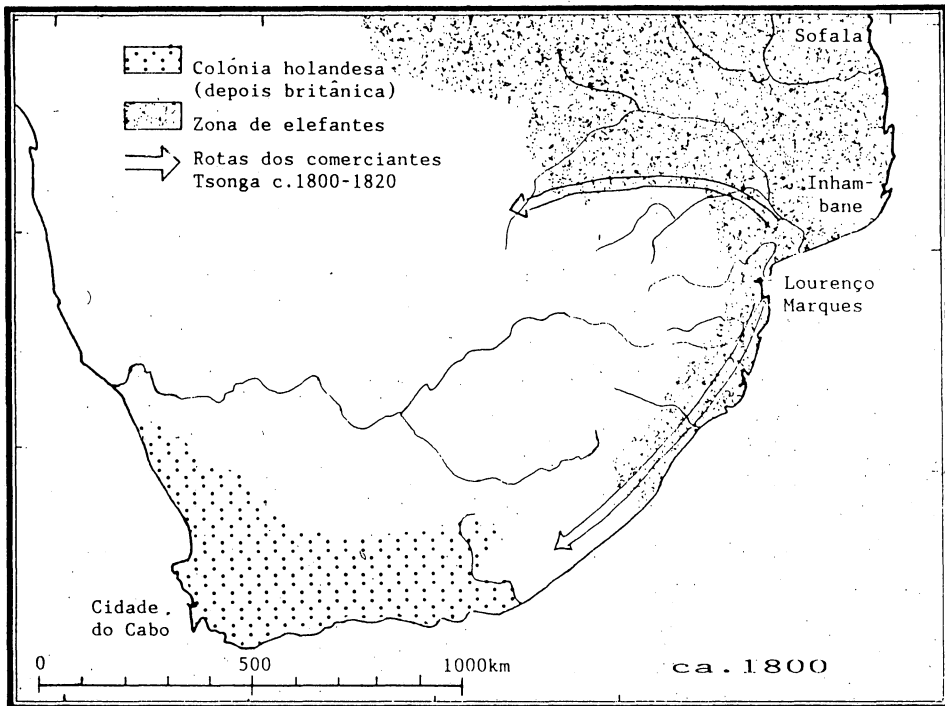
Vários grupos de africanos se dedicavam ao comércio. No período antes de 1823 habitantes do Sul de Moçambique, que se distinguiram pela tatuagem característica de cicatrizes no dorso do nariz e no meio da testa, contactaram os Tswana no curso superiores do rio Limpopo (Marico), efectuando a troca de gado por missangas azuis e brancas, após percorrerem cerca de 600 km. Também foram vistos comerciantes do Sul de Moçambique, em 1811, no Transkei actual, então país do chefe "Gaika" (Ngqika)¹⁵⁰.

Os Nguni do Natal actual, onde, por volta de 1825, havia ainda elefantes, iam até à baía de Maputo com marfim para venda¹⁵¹. Em 1777 aparecem na baía de Maputo comerciantes do norte do Transvaal que traziam, entre outras coisas, cobre, que era também muito procurado no Natal. Esses comerciantes pertenciam ao grupo "Lemba", que inclui grupos islamizados que viveram no planalto do Zimbabwe¹⁵². Os holandeses, entre 1720 e 1730, tiveram também contactos com o Transvaal, mas não mencionam especificamente os Lemba. Em contrapartida, entrevistaram o comerciante Humane, ou Mahumane, que tinha visitado o país dos Venda, no norte do Transvaal¹⁵³. Outros devem ter ido directamente para a zona a oeste da baía¹⁵⁴.

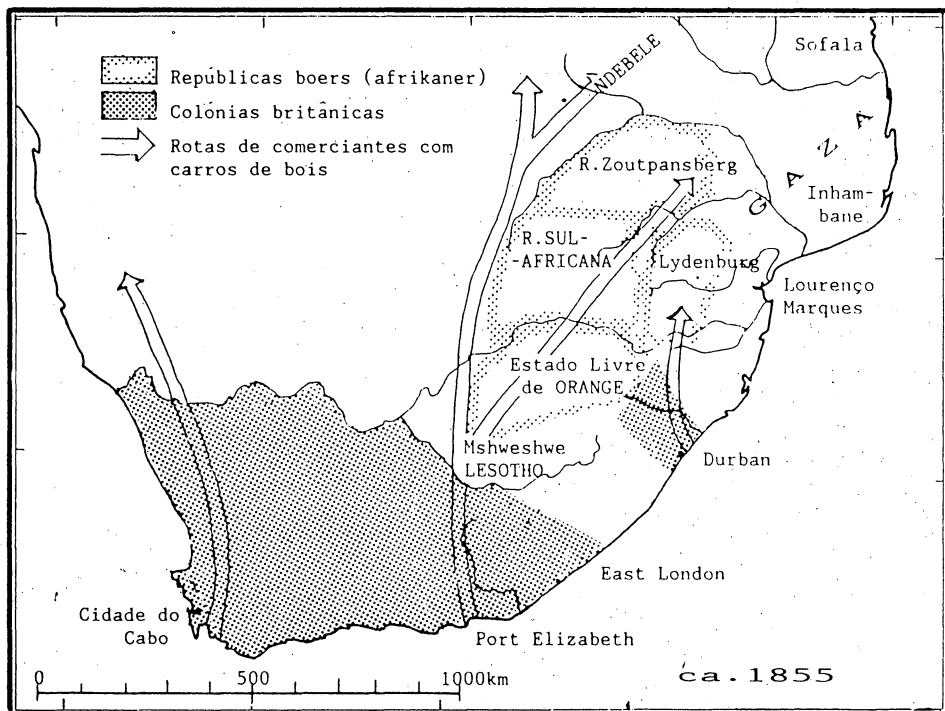
A produção de ferro e enxadas era uma actividade especializada, só praticada em certas zonas. Como todas as famílias precisavam de enxadas para a agricultura, as trocas deste tipo eram generalizadas. Frequentemente não eram trocas entre dois produtores mas entre um produtor e um intermediário, porque as distâncias eram enormes.

Nessas trocas não entravam apenas o ferro, cobre, gado, marfim e missangas, mas ainda penas de avestruz, peles de gato, estanho para ligas de cobre, mantas de pele (no planalto frio da África Austral), sal, cereais, tabaco, etc.

É provável que essas trocas tenham aumentado com a intensificação do comércio na costa mas, como se viu, um mínimo de trocas tinha sido já necessário anteriormente, uma vez que o ferro e o cobre não se podiam produzir em todas as regiões.



Mapa 5: O Raio de Acção dos Mercadores do Sul de Moçambique, c.1800-1815



Mapa 6: O Raio de Acção dos Comerciantes com Carros de Bois na África Austral, c.1855

e) A penetração da rede da África Austral para o interior

Em 1652 os holandeses fundaram um entreposto no Cabo da Boa Esperança. Este deveria servir como ponto de apoio do comércio no Índico. No primeiro século depois da sua fundação, houve apenas contactos esporádicos entre os agricultores Bantu e a colónia holandesa. Os holandeses estavam sobretudo interessados na aquisição de bovinos e carneiros, que efectuavam junto dos pastores Khoikhoi das vizinhanças do presídio do Cabo, e junto dos primeiros farmeiros boers que se estabeleciam na zona, praticando alguma viticultura, produção de trigo (com irrigação) e pastorícia.

Os primeiros contactos com os povos Bantu foram efectuados entre 1750 e 1800, e só depois de 1800 é que os comerciantes europeus (e alguns mestiços) avançaram para o interior, utilizando carros de bois. Penetraram na zona do marfim pouco depois da passagem do controlo do Cabo para a coroa britânica, na sequência das guerras napoleónicas. Inicia-se assim a punção da área de influência da baía de Maputo e de Inhambane, no interior da África Austral. Esta área de influência foi ainda mais diminuída quando os primeiros comerciantes britânicos se fixaram em Port Natal (mais tarde chamado Durban), em 1824, depois de terem tentado a sua sorte na baía de Maputo, com pouco sucesso. Com o êxodo dos boers a partir dos domínios britânicos do Cabo, depois da libertação dos escravos em 1834, entra um grupo de pastores, agricultores e caçadores europeus no interior. Entre 1837 e 1848 os boers fixam-se no Transvaal. Procuravam um porto de mar independente do controlo britânico. Dado que estes boers utilizavam carros de bois, que não podiam atravessar sem perdas a cintura de mosca tsé-tsé, as tentativas de contactar Lourenço Marques e Inhambane não tiveram muitos resultados práticos e eles continuaram a depender parcialmente dos portos britânicos¹⁵⁵. Todavia, recebiam alguns tecidos importados através de Lourenço Marques e houve comerciantes portugueses que lá se estabeleceram (entre outros, João Albasini, Casimiro Simões e Jacob Couto). Porém, as suas ligações principais eram com os portos da África do Sul. Para ali a distância era maior mas o transporte mais económico. Um carro de bois substituíria cerca de 150 carregadores, sendo manejado por apenas duas ou três pessoas¹⁵⁶.

Até cerca de 1855, o raio de acção dos comerciantes baseados no Cabo Oriental (Port Elizabeth, Grahamstown, East London, com escala em Bloemfontein), atingia o rio Zambeze, na zona Norte do Botswana e no Zimbabwe Ocidental. Um dos portos utilizados para escoar mercadorias do Transvaal era Durban. Lourenço Marques assume apenas a função de entrada lateral secundária para

esta rede. Essa função foi facilitada pelo estabelecimento de uma alfândega, depois de 1854, que tornava Lourenço Marques independente do despacho na Ilha de Moçambique. Porém, limitavam-na os altos custos de transporte com carregadores e também, possivelmente, os direitos mais elevados. Foi só com as corridas para o ouro (Graskop, Pilgrimsrest e Lydenburg, ca.1873, e Barberton e Rand, em 1883/6) que os contactos se começaram a intensificar. No tempo frio, os carros de bois começavam a descer, passando por zonas onde, devido ao abate da caça, já existia pouca mosca tse-tse. Traziam peles de bovinos e carregavam mercadoria para os novos centros mineiros¹⁵⁷. Estes contactos foram facilitados por um tratado assinado em 1869 entre a República Sul-Africana e o governo português.

V. SUMÁRIO E COMENTÁRIO FINAL

Este esboço, que tenta historiar a trajectória do Sul de Moçambique até 1895, combina um sumário de estudos feitos por especialistas com algumas contribuições pontuais do autor, onde se tenta ultrapassar ou corrigir aquilo que foi apresentado em estudos anteriores.

Focámos primeiro a importância dos acontecimentos ocorridos em 1887, para a história da cidade e da região. Foi no ano de 1887 que se deu um passo importante para a construção do primeiro troço do caminho de ferro, que haveria de ligar a baía aos planaltos mineiros do Transvaal. Surgiu assim uma interdependência entre o Este do Transvaal e a cidade. Mesmo sem o porto, o Sul de Moçambique não teria escapado à dependência em relação à África do Sul. Devido ao desnível de salários, teria sempre havido uma migração de trabalhadores, embora sem o porto e o caminho de ferro nunca tivesse havido um crescimento rápido da cidade. Quanto muito, ter-se-ia formado um centro modesto como Inhamitane.

Nesta altura os portugueses já tinham estabelecido uma dominância política em parte do interior ao Sul do Incomati (Mapa 2). Tinham estabelecido um governo indirecto, através dos chefes locais, nos anos de 1882-1887. Cobravam uma quantia relativamente pequena (considerando os salários da altura) como imposto e requisitavam, de vez em quando, trabalhadores dos chefes. Este sistema era mais ou menos aceite até 1894, altura em que os portugueses quiseram aumentar os impostos e o controlo sobre os chefes. Até então, como também havia impostos e contribuições no estado de Gaza, ou impostos ainda mais elevados nos territórios britânicos e do Transvaal, não se deu um êxodo geral da população.

Os capítulos seguintes estudam, predominantemente, o período

do antes de 1887-1895. Apresentam uma tentativa de periodização, passando depois para um esboço da história política da região. Nota-se, em alguns casos, uma grande constância nas tradições de migração, que legitimavam o governo das linhagens dominantes. Embora houvessem lutas pelo controlo da região e, por vezes, a hegemonia pontual de um dos chefes, ao Norte da baía, um estado raras vezes conseguiu dominar outro. Mantinham-se os estados pequenos. Ao Sul da baía as modificações eram maiores, embora se note uma continuidade no que toca ao núcleo Tembe, comprovada a partir de 1554. Mas no vale do actual rio Maputo houve modificações. Para os náufragos portugueses de 1554, este rio era o rio Tembe porque Tembe era o principal estado nas suas margens. De 1647 até cerca de 1720, aquele rio era referido como rio Machavane, porque os Machavane tinham estabelecido ali a sua supermaçia, depois de algumas décadas de dominância dos Nyaka. Por volta de 1730/1, o chefe de uma linhagem lateral de Tembe, Nwango-ve (ca.1730-1760), conquistou o vale do rio e, também, todo o estado Tembe. O seu filho Maputyu (ca.1760-1780) deixou o nome ao rio e a uma parte dos territórios conquistados pelo pai¹⁵⁸. A sua linhagem começou por hostilizar, e chegou mesmo a dominar, as duas linhagens chefais fundadas por irmãos seus. No tempo colonial a zona ficou conhecida por Maputo.

Só se pode falar de uma presença portuguesa a partir de cerca de 1799-1800, embora sem grande impacto político até à altura em que os portugueses se começaram a envolver em guerras na zona vizinha. Como até depois de 1860 o número de soldados geralmente oscilasse entre os 50 e os 100, permanecendo muitas vezes abaixo do primeiro número, o impacto militar não podia ser muito grande. Todavia, adicionados os auxiliares e os caçadores de elefantes, que sabiam manejar armas de fogo, eles podiam ter um certo peso nas alianças com chefes vizinhos.

A conquista colonial inicia-se nos anos 80 e acaba com a derrota, em Fevereiro de 1895, de um movimento de resistência popular encabeçado por Mahazul, chefe de Mabyaja, e por Nwamanti-byane, chefe de Mpfumu. Maputyu, ao Sul da baía, que até então tinha conservado o estatuto de estado semi-independente, começa a pagar imposto de palhota a partir de Janeiro de 1896, e o seu chefe, Ngwanasi, foge para o Natal.

No que toca ao desenvolvimento físico, social e económico da povoação, os anos 70 constituem um ponto de viragem. Em 1873 as receitas da alfândega (de longe as mais importantes no século passado) dão um salto em frente com a passagem de géneros destinados ao Transvaal. Moderniza-se o transporte marítimo e fazem-se os primeiros preparativos para a construção de um caminho de ferro e para a eliminação do pântano que separava a povoação

do alto, onde hoje se encontra a maior parte da cidade. Nessa época foi também oficialmente extinta a escravidão e escravos e libertos desaparecem das estatísticas de habitantes.

Na rede comercial terrestre, a expansão do sistema mercantil da África do Sul já tinha afectado grandemente a importância relativa de Lourenço Marques, antes de 1873. No século XVIII e no início do século XIX, quase todas as missangas e tecidos importados (embora em pequena quantidade) para o Leste da África Austral passavam por Inhambane ou pela baía de Maputo. Entre 1824 e cerca de 1866, o marfim que passava por Lourenço Marques vinha de uma área cada vez mais restrita. Se Lourenço Marques não diminuiu a sua população e, mesmo, experimentou um lento crescimento, foi porque o valor do marfim, em termos de tecidos, aumentou, e porque a economia se diversificou.

Actualmente, torna-se necessário um avanço nesse caminho da diversificação para a cidade de Maputo crescer, virada para o resto de Moçambique e para os países da SADCC.

NOTAS

- ¹ Lima 1971, vol.I: 135. (Identifica-se a publicação através do seu ano de edição, neste caso 1971. O número que se segue aos dois pontos é o número da página. Outras abreviações: B.O.=Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Moçambique; Cx=Caixa; fol.=Folio, seguido da indicação de recto=r., ou verso=v.; G=Governador; GG=Governo Geral ou Governador Geral; GDLM= Governo do Distrito de Lourenço Marques; L.M.=Lourenço Marques; M=Maço; R.S.E.A.=Records of South Eastern Africa, ed. George McCall Theal. Se não houver outra indicação os documentos citados encontram-se no Arquivo Histórico de Moçambique (AHM), Fundo do século XIX. Agradeço ao editor do Boletim Arquivo o convite para escrever este artigo, que me permitiu combinar resultados de investigações feitas há já muitos anos com outras feitas agora, a propósito do mesmo. Agradeço a J.P.Borges Coelho a revisão do português).
- ² B.O. 1887: 485, portaria nº437 de 22 de Outubro de 1887, e B.O. 1909: 332-3. Segundo Noronha (GDLM Cx 128-M1(5) doc.1, Relatório e Projecto de Regulamento para a Concessão de Terrenos..., L.M., 29 de Março de 1893, p.23), Dr. Sommerschild, um sueco,... tem arroteado cerca de 100 hectares, e com os quais gastou mais de 54 contos...". Deve ser essa a razão pela qual não encontramos a sua concessão em listas de concessões caducadas ou canceladas (p.e. GDLM, Cx 1-M1(1) Cópia do foral e informações... 1871-1893). Sobre a história da concessão que foi vendida em 1896: A Concessão Sommerschild... 1953: 6-9.
- ³ Gama 1859: 92.
- ⁴ Decreto de 9 de Dezembro de 1876, publicado no B.O. 1877:57.
- ⁵ B.O. 1877: 42, 75.
- ⁶ Alberto & Toscano 1942: 163.
- ⁷ Noronha 1895: 10-11. Schreuder 1983: 13. Em Natal a construção do caminho de ferro tinha começado em 1876, mas durante muito tempo esteve parada em Pieter

maritzburg porque deparou com muitos obstáculos naturais. Castilho 1881: 61, 81-6.

8 Lima 1971, vol.I: 94-115.

9 Houve uma secção importante das Obras Públicas com o major Araújo e J.J.Lapa, Lourenço Marques. Entre os soldados da 4ª Companhia de Caçadores havia, em 1887, muitos soldados de Angola. O corpo de Polícia estabelecido em 1887 tinha muitos soldados europeus (mais tarde passaria a recrutar também africanos) e recebeu um novo quartel no Alto Mae.

10 Por volta de 1883-4, o principal comerciante estrangeiro era Johannes Bang, que era simultaneamente cônsul da Suécia e Noruega. Segundo Joest 1885:208-10 ele já vivia em Lourenço Marques havia 16 anos em 1884. Por volta de 1872 apareceu Oswald Hoffmann, um alemão vindo possivelmente de Lisboa (Cohen 1875:275; Lima 1971, vol.I:24; Câmara Municipal de L.M. Cx 275, Registo de Aforamentos, 6-8-1873 (figura como louvado) e 69 v.). Em 1876, uma casa holandesa já tinha um depósito de peles na actual rua de Bagamoio, conhecida como Mees e Dunlop. Bang era também representante da casa ManteFrères e Borelli. A casa Fabre e Fils empregava sobretudo pessoal suíço, embora estivesse baseada em Marselha, França (Segundo Vasconcellos 1885:323, que menciona ainda outras casas, veio em 1881).

11 Taju Ali, nascido por volta de 1854, em Inhambane, tinha, em 1884, um carro puxado por 5 juntas de bois (J.J.Lapa, Itinerário... GDLM Cx 130, M2(3) doc.1 L.M. 16-1-1884). Paulino Antonio Fornasini (nascido cerca de 1852, em Inhambane) tornou-se um comerciante abastado. Ibramo Mangá, também natural de Inhambane, parece ter oscilado entre Inhambane e Lourenço Marques. Joaquim Saramatana que em 1887 figura como operário, nasceu em Lourenço Marques por volta de 1845 e era, possivelmente, a julgar pelo seu nome, filho de um soldado (da Ilha de Moçambique?), mencionado no Cod.53, fol.26r, 26-9-1855).

12 Segundo o 1º Recenseamento Geral da População: Informação Pública. Maputo: Conselho Coordenador do Recenseamento 1983:6, viviam 755.300 pessoas na cidade de Maputo em 1980. Ver também Medeiros 1985. O trabalho de Reis 1973, é uma análise minuciosa de um códice (o actual 2487) que contém recenseamentos de 1894, 1895 e 1896, e infelizmente só foi analisado o ano de crise de 1894.

13 B.O. 1887:428. O primeiro comandante para o posto de Aruãgua, na Beira, já tinha sido nomeado em 1884, mas não chegou a tomar posse porque o posto foi fundado apenas em 1887 (B.O. 1887:291, Portaria 287).

14 Joest 1885:211-2, que esteve em Lourenço Marques no início de 1884, conta que "na povoação de Lourenço Marques não se toleram pretos durante a noite, com a excepção de alguns empregados domésticos. Vivem fora, nas encostas do alto. O seu numero é difícil de determinar, mas pode elevar-se a alguns milhares". A proibição de construir palhotas ou utilizar cobertura de capim ou caniço (des de 1876, v. nota 100) também deve ter contribuído para aprofundar a divisão social.

15 O trabalho de Lobato 1960, sobre o presídio de Lourenço Marques entre 1787 e 1799, tem elementos importantes para a história da administração colonial de todo o Moçambique nos finais do século XVIII. Ainda importante, sobre a ocupação holandesa em 1721-1730, é o trabalho de Coetzee 1948.

16 Na sua história dos caminhos de ferro, Lima (1971) apresenta também elementos de uma história económica e social. A sua colecção de artigos sobre edifícios (Lima 1972) é, em conjunto com a obra mais geral de A.Lobato (1970) muito importante para a história do desenvolvimento físico da povoação.

- ¹⁷Entre as principais obras sobre o período em questão destacam-se Boteler 1835, Owen 1833 (que publicou largos extractos do manuscrito de Boteler), Neves 1878, Cohen 1875, Joest 1885, Mackay 1890 (estes dois últimos permaneceram pouco tempo e são quase tão superficiais quanto as descrições de Mauch e Erskine utilizadas por Lima 1872:70-1), Castilho 1881, Monteiro 1891, e vários trabalhos de Noronha, que esteve em contacto com Lourenço Marques durante quase 15 anos (1881-1894).
- ¹⁸Em 1822-23 ainda havia uma lagoa de Munhuana onde habitavam hipópótamos (Boteler 1835, vol.I:35). Os censos de 1894-96 permitem também localizar uma parte da população africana (cf.Reis 1971, cod.2487, fol.188v-189v). Butselaar 1984:129 e passim, dá uma ideia sobre as fontes missionárias. A primeira menção do nome Mafalala encontrei-a no álbum de Lazarus 1901:41, que mostra o que parece ser a dança de uma irmandade muçulmana, com a designação "Mafalala Mozambique Kafirs Dance". Ver também La Rive e Grandjean 1904, e Maphophe 1956:22-30.
- ¹⁹Calane da Silva, "Cadê os dias das cidades?", Notícias 12-3-1987.
- ²⁰Ainda antes da chegada de Lourenço Marques, a região tinha sido visitada por navegadores portugueses que compravam algumas vacas. Sobre a economia do século XVIII, ver Bucquoi 1744, Francken 1761, e Hedges 1978:37-87.
- ²¹Mason 1976 (Agradeço a R.T.Duarte esta referência).
- ²²Segundo a opinião de Lobato 1960:23, o estabelecimento principal dos austriacos ficava na Catembe, na Ponta Mahone.
- ²³Os primeiros comerciantes britânicos de marfim fixaram-se em Durban (então Port Natal) em 1824, que, todavia, só se tornou colónia britânica em 1840-1, quando o governo colonial no Cabo queria impedir que os boers (ou afrikaner) que tinham deixado a colónia do Cabo, tivessem acesso ao mar.
- ²⁴Hedges 1983, propôs uma periodização ligeiramente diferente, baseada noutros critérios.
- ²⁵Perestrelo in R.S.E.A. I:200. Junod 1913, foi o primeiro autor a salientar a importância desta fonte para a história dos estados africanos.
- ²⁶Smith 1970:322 e 1973, identificou "Baatwa" com os "Sotho" porque partiu do princípio que parte da zona da Swazilândia que incluía "Baatwa" era habitada por Sotho na altura. Contra essa identificação, que foi também adoptada por Rita-Ferreira 1982 (p.e. Mapa 3), argumentamos que os holandeses observaram que a língua "baatwa" tinha cliques, razão pela qual introduziram o termo "Hotentotes", que ainda sobrevivia em 1823 para designar os Nguni (Owen 1923, 1833; Hedges 1978:124). As línguas sotho do Transvaal não tem cliques. "Baatwa" corresponde a "Vatwa", a partir de onde os portugueses construíram a designação de "Vátuas" no começo dos Mfecane. Vatwa é, provavelmente, um termo antigo utilizado em língua Tsonga, pelo menos no seu dialecto Ronga, para designar os Nguni.
- ²⁷Esse tipo de afirmações, em tradições orais, não correspondem muitas vezes aos factos.
- ²⁸Bombo = Libombo.
- ²⁹O nome de Lecondane já aparece em Feyerabend 1650:289, e é talvez o Nkondzweni das tradições (Jacques 1982:27). Howane corresponde provavelmente a Honwane.
- ³⁰Para Junod 1927, vol.I:16, 357-8, Nondwane era a região perto da foz do rio Incomati, que tinha sido conquistado pelos Mazwaya (Mabyaja) aos Libombo, e

que, por sua vez, a tinham conquistado aos Mahlangwana, Honwana e Nkumba.

- ³¹Nhlaruti é o nome do antepassado dos chefes mencionado por Junod 1927, I:25. No que toca a Matsolo (Matola), a grafia de Capelle varia entre Matollo e Matolle; autores britânicos como Owen escreviam, por vezes, "Matoll".
- ³²No século XIX, os "Montes Insanguane" era uma designação dada aos Pequenos Libombo, perto de Boane. (Boane é, provavelmente, derivado do nome do chefe Bohani, que vivia na margem do rio Umbeluzi por volta de 1870-1876). Castilho, 1881:65.
- ³³Arquivos Nacionais da Holanda em Haia (s'Gravenhage), KA 12205 (C442), p.912-916, Carta de Jan van de Capelle, 2-5-1730 (outra cópia em KA 12205, p.207 e segs. (Tradução do autor).
- ³⁴Fynn 1823:486; Junod 1927, vol.I:23; Os informadores Zulu entrevistados por Stuart no fim do século passado referiam-se quase exclusivamente à conquista do território Machavane no século XVIII (Webb 1979:143-144); Mesquitela Cota, Fundo GG, Estudos Cx 2, Doc.11 (antigo nº 13), Monografias dos usos e costumes dos povos indígenas da Província do Sul do Save (s.d. ca.1942), p.1.
- ³⁵Junod 1927, vol.I:357; Jacques 1982:72 considera, porém, Mazwaya e Ngomana como filhos de Livombo.
- ³⁶Antes da chegada dos agricultores, as zonas costeiras estavam, provavelmente, cobertas por densas florestas, interrompidas por zonas pantanosas, com poucas zonas mais abertas, aptas para a caça. Por isso o número de caçadores e colectores, na zona costeira do Sul de Moçambique, não era provavelmente muito grande.
- ³⁷Silva 1976; Morais 1978.
- ³⁸Os arrolamentos para fins de imposto começam a atingir maior consistência entre 1887 e 1900. Na literatura surgem, por vezes, estimativas que devem andar longe da realidade, como a população de 10.000 que Owen (1823:468) atribui a Inhaca. Segundo as investigações de Lopes (1985:68), a ilha pode sustentar 1.315 habitantes, ou seja, pouco mais de mil à base de produção local. Se houver troca de cereais por peixe seco, etc., podemos talvez estimar em cerca de 1.500 habitantes.
- ³⁹A síntese feita por Rita-Ferreira 1982, terá que ser revista à luz de mais dados. Por exemplo, a identificação do "Grão Caixa" de Sta Tereza (1784:168; Rita-Ferreira 1982:120) com os Khosa não pode ser sustentada. Recentes estudos do ARPAC em Xinavane mostraram que Nkaxa (ou Nkaxi, em Jacques 1982:89), era um chefe que vivia na área de Taninga/Ntimane. Os Khosa estavam ainda, talvez, na zona do Baixo Limpopo, e os Makwimbila (talvez os Machimbile Cosse dos holandeses) deviam ter ainda o domínio da zona Magude-Macia. Talvez os "Machicosje" dos holandeses (Capelle 1723:16) sejam antepassados dos Rikhotso. (Uma versão da tradição da origem em Mesquita Pimentel, em Ferrão 1909:113). Presenças no Vale do Limpopo estiveram talvez na origem da migração de Bila ou Bilankulu (Vilanculo), por volta de 1750.
- ⁴⁰Entre outros grupos, movimentaram-se provavelmente os antepassados dos chefes de Cumbana, os Vatama ou Nkumbe de Homoine, e os Dzivi de Yingwane (chefe que aparece por volta de 1780), e outros. A migração dos Dzivi data de cerca de 1760.
- ⁴¹Há anos em que as chuvas (muitas vezes ainda mal distribuídas) só atingem entre 500 e 600mm, quando são precisos 700mm bem distribuídos num trimestre.

- ⁴²Ver fonte citada na nota 33. Libombo era tão importante que Feyo 1650:289 designava o braço de mar existente entre Catembe e a actual cidade por "Rio Libombo". Ainda é mencionado nas guerras de 1830 e nas tradições encontradas por Junod (1927, vol.I:357).
- ⁴³Rita-Ferreira 1982:76 coloca a chegada de Nwamba no século XIX, não tendo notado que "Mambe" já figura nas fontes holandesas do século XVIII (cf. Coetzee 1948).
- ⁴⁴Almada 1625 in R.S.E.A. VIII:48; Feyo 1650:288; Ver também Hedges 1978, e o texto que aparece na nota 158. O Plano de Trabalhos Integrados da Inhaca 1976:21-2, diz que Makhasane (ca. 1812-1852) atacou Inhaca acompanhado por Nongo Manganyela. A tradição em que esta afirmação se baseia confunde provavelmente dois acontecimentos diferentes separados por mais de 300 anos.
- ⁴⁵Carta de Portugal, Província de Moçambique 1:50.000, folha 1198 (s.d. ca. 1964-5, baseado em voo fotográfico de 1958). A 7km a ONO de Bela Vista (Matutuine) e a 1km da missão de S.Roque. O local foi visitado pelo A.H.M. em 1981. A estrada de Matutuine a Porto Henrique tinha sido planificada numa rota que passava por cima da campá, o que forçou o chefe Capezulo a transferi-la para um local vizinho.
- ⁴⁶Hedges 1978:125, 143-4; Capelle 1732:501.
- ⁴⁷Hedges 1978:134-136, que baseia o seu argumento, também, numa análise da ecologia de Matutuine (e não exclusivamente no comércio).
- ⁴⁸P.A.Viana Rodrigues, em Ferrão 1909:147-154. Nwangobe já estava morto em 1767 quando o Governador de Inhambane José de Melo mandou para ali um navio.
- ⁴⁹Diários e outros documentos dos austríacos foram confiscados e traduzidos de inglês para português. As traduções encontram-se no Arquivo Histórico de Lisboa, entre documentos da Índia, cf. Hedges 1978:129, 134, 267.
- ⁵⁰Hedges 1978:143-4.
- ⁵¹É provável que já Nwangobe e Maputyu exercessem ali alguma influência. Cerca de 1852, "Unhaca pequena" e "Unhaca grande" foram administradas por dois filhos de Makhasane, "Minguanna" e "Mahou". (Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Papéis do Marquês de Sá da Bandeira, "Mappa nominal das nações vizinhas do Districto de Lourenço Marques", s.d. (a autoria atribui-se ao médico António Porfírio de Miranda)). Ver ainda Owen 1823:468; Boteler 1835:23.
- ⁵²Parece que já Muhadye, que sucedeu a Nwangobe em Tembe, era conhecido como "Capell", talvez uma alcunha extraída do nome do governador holandês. O nome passou como título ao seu filho ou neto Muhali (Mohaar) que, segundo White 1800:44, era um homem alto e magro e de cerca de 60 anos de idade. Só haveria de morrer em 1822, sendo sucedido pelo seu neto Mayeta (Owen 1823:472).
- ⁵³Não há datas exactas para o início e o fim do governo de Makhasane. Hedges 1978:154-5 e 262, cita estimativas diferentes. O primeiro documento no A.H.U. que se refere a ele data de 1813. Quando morreu, nenhum dos seus principais filhos era vivo, razão pela qual foi sucedido por um neto, Musongi (Musongwe), ou Mozinyingili (ver também Rodrigues, em Ferrão 1909:147-151).
- ⁵⁴Nas fontes portuguesas, Nkolele escreve-se "Colella" e as trocas de presentes ("saguates") aparecem, por exemplo, nos códices 4487 e 5300 (fol. 10r). White 1800:43, menciona como observação sobre a sua visita em 1798, que depois da retirada dos portugueses em 1796, o chefe de Mpumu foi capturado por "Wambo" (que deve ser Nwamba). A predominância de Nwamba deve, portanto, datar de cer

- ca de 1797. Ainda em 1860 o chefe Mudlayi de Nwamba mostrava-se ressentido com o domínio dos portugueses em Mpumali (Neves 1878:25).
- Sobre Matxakane (talvez Matxekane e encontram-se também grafias como Maxacane e Machacane) ver "A Guerra dos Reis Vatuas", 13, 34-5, 59-68.
- ⁵⁵Sequeira 1927:33-4, reproduz uma carta de 1815 do governador e feitor Ouvedo, que refere escravos novos capturados numa guerra contra Mavota.
- ⁵⁶Quando foi visto, em 1965, o documento estava no A.H.U., na Caixa 68 de Moçambique. Citado em Liesegang 1968:237-8.
- ⁵⁷Boteler 1835, vol.II:64.
- ⁵⁸Grandjean 1899:71; Matos, em Ferrão 1909:52-53.
- ⁵⁹Grandjean 1899:73.
- ⁶⁰Teixeira 1838 (1918):64.
- ⁶¹Grandjean 1899:75; "A Guerra dos Reis Vatuas": 10, 13, 64, 68-69; Neves 1882:337.
- ⁶²Vianna Rodrigues, em Ferrão 1909:148-151.
- ⁶³GDLM Cx 127 M2(4), Comissão de limites entre o território português e Mussuete 1888, 3v, 17, depoimento de Maculuine 22-6-1888.
- ⁶⁴No AHM existem duas ou três referências, das quais tomei apontamentos que, no momento, não estão acessíveis.
- ⁶⁵Uma referência ao regresso encontra-se na carta de Agostinho José da Cruz ao G. António Alves de Azevedo Campos, Morrumbene 7-12-1838, A.H.M., G.do Distrito de Inhambane Cx 52 M1(6).
- ⁶⁶Sochangane foi visitado em 1840 por Caetano dos Santos Pinto (Pinto 1840), e em Março de 1856 por Tomás da Cunha Pinto (Liesegang 1968:64-5).
- ⁶⁷J.A.Paes de Matos, em Ferrão 1909:52-3; Mappa nominal... cit. na nota 51; Liesegang 1968:66-67.
- ⁶⁸Cod 1850, fol.112, carta ao G. de L.M., Miguel José da Silva, ao Secretário Geral, 22-10-1858.
- ⁶⁹Annaes do Conselho Ultramarino, parte não oficial, (Lisboa), III:89-90. Sobre esta guerra o AHM recolheu ainda, em 1981, fontes orais em Inharrime e Panda.
- ⁷⁰Neves 1882:340; Grandjean 1899:84.
- ⁷¹Como eram pessoas importantes, não podiam participar no combate. Cf. Neves, 1882:340; Transcrições dos relatórios originais publicadas por Ribeiro 1940:542-543.
- ⁷²Entrevista de Masukesuke Xavangu com o autor, Xivonguine 1971, tradução de Albino Dimene. Outra versão dos acontecimentos foi dada pelo antigo Residente Geral de Gaza, Casaleiro de Alegria Rodrigues, numa carta publicada no suplemento nº 13, de 6 de Julho de 1891, da revista "Colonias Portuguesas". Refere na página 94 uma conversa entre Muzila e ele. Muzila teria dito: "Meu irmão não consentia que os brancos mandassem caçar nas terras, todos os caçadores do Diocleciano Fernandes das Neves e do Paiva Raposo, quando vinham caçar, entregavam ao meu irmão a caça, recebiam d'elle mulheres e ficavam nas terras com o título de caçadores do regulo e assim iam vivendo.

"Depois da morte do meu pai, bastante tempo depois, vieram ter comigo o Diocleciano e o Paiva Raposo e propuseram-me em bater o Mauvea e que eles me ar ranjariam força d'elles e do governo.

"Aceitei e tive a felicidade de vencer meu irmão.

"Elles exigiam de mim deixar caçar a sua gente nas terras e n'isso consenti, e também desejaram que eu lhes mandasse entregar os seus caçadores que estavam fugidos em Gaza.

"Não os mandei entregar, mas quando me diziam onde estavam e os mandavam buscar, entregava-os.

"Já vê que foi por seu interesse que eles me auxiliaram e eu nunca falei com o governador de Lourenço Marques.

"Ainda assim, eu mandava constantemente ao governador grandes porções de marfim, porque n'aquelle tempo havia muito nas minhas terras: e só mais tarde, quando o governador me mandou dizer que eu era obrigado a dar-lhe o dente da terra, porque a terra era d'elle governador, eu deixei de lhe mandar o marfim..."

Isto põe em dúvida parte do relatório de Andrade (em Ribeiro 1940:542-3).

⁷³Andrade 1867:25, publicado em Annaes do Conselho Ultramarino, parte não oficial, IV, 1864:83-4. O documento tem apenas as assinaturas de Diocleciano Fernandes das Neves, Ignácio José de Paiva Raposo, do alferes José de Sequeira Campelo e do G. Onofre de Andrade.

⁷⁴Neves 1882:342.

⁷⁵Extracto de um caderno no Cod.1317 da Biblioteca Municipal do Porto, Portugal, citado por Liesegang 1968:248-9. Gouveia tinha contactos com Lydenburg, correspondendo-se com o procurador H.T.Bühmann, e está documentado em Lourenço Marques entre cerca de 1840 e 1870. Teve ali uma filha, Espiciosa da Conceição Gouveia (Cod.5322. 24v-25, 14lv., 25-3-1851). Aparece também como louvado, curador de escravos ad hoc nos anos 60. Sobre a guerra, também Matos, em Ferrão 1909:55.

⁷⁶Bonner 1983:103 (a data de 1868 que aparece em muitas publicações, está errada).

⁷⁷Myburgh 1949:105-132; GDLM, Cx 127-M2(4), Comissão de Limites entre o território Portuguez e Mussuate 1888, páginas 3, 8, 18 e passim; margem direita do Incomati, L.M. 16-1-1884, página 14. Entre a povoação de "Ingomane" e Pesse-ne não havia outras na altura.

⁷⁸Ver relato do comerciante Collis no Grahamstown Journal 1834, nº 146, referido em "A Guerra dos Reis Vátuas...", p.20.

⁷⁹Ver citações do B.O. de 1865 e 1866 em Hedges 1983:215.

⁸⁰Pelissier 1984:550-1; Roque de Aguiar, em Ferrão 1909:30. Hamule foi preso nos limites de Nwamba. Do governo de Sá e Simas faltam fontes primárias para compreender o que se passou. O código 153 citado por Reis já havia desaparecido no tempo colonial.

⁸¹Já antes do governo de Sá e Simas existia um destacamento na ilha de Benguelene, para controlar a foz do rio Incomati (Cod.11-1852, fol.22v e 25. Ordem nº 161, 5-11-1867). Sobre os ataques de Maputo a Musongi, por volta de 1870-1872: Roque de Aguiar, em Ferrão 1909:551; GDLM, Cx 127-M2(4), Comissão de Limites Portugal-Mussuate, 13; Castilho 1881:46-8.

⁸²Castilho 1881:26-27; Joest 1885:207. Em 1886 ainda existia um destacamento na Inhaca (com 22 soldados) e outro no Incomati (com 19 soldados). Rogaciano P. Rodrigues, Inspeção ao batalhão de caçadores 4, 6 de Agosto a 5 de Setembro de 1886, GDLM, Cx 128-M2(1) (que inclui também uma boa descrição da fortaleza).

- ⁸³B.O. 1882:38-9, 53-6, vassalagens de 20-11-1881, 3-12-1881 e 14-1-1882; GDLM Cx 134-M1(1-3) Termos de vassalagem de 25-1-1882, 21-1, 30-1, 2-2 e 4-2, Cod. 381. A missão de Thadeu José da Silva, que visitou o "rebelde Muzila" em 11 de Setembro de 1882, depois de ter estado engajado no arrolamento da população no período depois das vassalagens, deve ser vista no contexto desta política de expansão, mas não trouxe nenhum resultado concreto (GDLM Cx 128-M1(15) doc.1-3). D.F.das Neves, na foz do rio Limpopo, criticou alguns aspectos dessa política (Neves 1952:96).
- ⁸⁴GDLM Cx 128-M3(3), Ernesto da Palma Monteiro Peixoto, Machaquene 31-3-1882. Thadeu José da Silva, de quem existem cartas datadas de 5-2, 27-4 e 6-6, parece ter operado com mais sucesso porque ofereceu aguardente aos colaboradores locais (muitas vezes chefes) que indicaram as casas a arrolar, explorando as diferenças de classe da sociedade tradicional.
- ⁸⁵Os documentos citados na nota 84 referem um caso da "Magaia". Há também indicações que já antes de 1890 tinham sido queimadas palhotas de pessoas que se haviam ausentado ou recusado a pagar.
- ⁸⁶Botelho 1936:435, 438; Noronha 1894:8; Pelissier 1984:579 e segs., 583. O imposto subiu de 1s 6d para 4s (900 réis) e 6s (1.350 réis).
- ⁸⁷GDLM Cx 128-M3(3), Joaquim Marques Lourenço ao G.L.M., 28-5-1887 e 13-6-1887. Parece que esta medida travou o avanço português e ainda em 1892 o chefe Inhambende de Mamethonga era súbdito de Gaza (GDLM, Cx 10-M2(5), doc.1, o subchefe do Incomati, Julio Gonçalves, ao chefe militar, 28-2-1892).
- ⁸⁸A nomeação de Serra no B.O. 1887:563 de 29-11-1887 (Portaria 503 assinada por Augusto de Castilho) refere os seus conhecimentos da língua e dos usos e costumes. Serra veio para Lourenço Marques em 1868, com 15 anos de idade, como voluntário. Em 1875 era alferes (GDLM Cx 134-M3(2) doc.1, folha com informações sobre Serra).
- ⁸⁹Ver mapas de Grandjean 1893 e 1900.
- ⁹⁰Em GDLM Cx 127-M3(13), encontra-se um manuscrito do regulamento das terras de Lourenço Marques datado de 23-4-1888 (e que parece ter sido também publicada em B.O.).
- ⁹¹Viana Rodrigues, em Ferrão 1909:148.
- ⁹²Hanyane morreu um ano mais tarde, em Sena, para onde João de Azevedo Coutinho o tinha levado (Coutinho 1942:226-230).
- ⁹³Sobre essa revolta existe uma documentação relativamente ampla no AHM (GDLM, Cx 101-M1 e M2(3); Cx 134-M2(1) e M2(2), bem como antecedentes em Cx 10-M3). Existe ainda bastante material impresso incluindo alguma referências na obra de Junod 1927, I:511-515; Butselaar 1984:125-126; Noronha 1894. A análise mais ampla é aquela em Pelissier 1984:582-597. Reis 1973:83, numa breve referência ao levantamento, salienta a responsabilidade do governador.
- ⁹⁴GDLM Cx 128-M1(10), Bela Vista 22-9-1894, Joaquim Monteiro Libório ao G.L.M. Libório tinha pelo menos oito anos de experiência nesse tipo de diplomacia.
- ⁹⁵Noronha 1894:54. Noronha é uma fonte valiosa porque se refere também ao sentimento popular e às actividades mais ou menos espontâneas. Certas afirmações são provavelmente baseadas em boatos.
- ⁹⁶Botelho 1936:459-462, 467; Pelissier 1984: 583-4, 592-597.

- 97 Botelho 1936:507-8; Pelissier 1984:586-597, 622. Mahazul foi enviado de Chibuto para Xai-Xai em 25 de Janeiro de 1896 (Cod. 11-909) e no dia 30 do mesmo mês seguia já a bordo do vapor Kaiser para a Fortaleza de S. Sebastião na Ilha de Moçambique (Cod. 11-144, fol. 109, G.L.M. ao G.G., 30-1-1896, N.º 36. Em 20 de Abril foi a vez do "regulo de Moamba" Nwagundjuana seguir para o mesmo destino (op.cit., n.º 83), tendo-o seguido, em Maio, familiares e indunas seus, assim como de Ngwanazi (op.cit., fol. 124 e 128).
- 98 Uma excepção são as chamadas "cidades agrárias", principalmente na zona mediterrânica e no Norte da Índia, onde o transporte com carros de bois e a cultura de cereais que exigem pouca atenção têm permitido aglomerados de 1.000 a 3.000 pessoas que viviam, no passado, principalmente da agricultura.
- 99 Axelson 1973:136-7, 141, 144; Montez 1948:21-3.
- 100 Lobato 1960:12-13.
- 101 Neves 1882:337, 1878:98-108. As enxadas de "Beja", importadas em grandes quantidades para Lourenço Marques e Inhambane entre 1870 e 1883, eram do tipo das fabricadas no Transvaal e serviam como forma de pagamento. Vinham principalmente de Inglaterra, e não da cidade de Beja, em Portugal.
- 102 Ver reprodução em Lobato 1970:Estampa 164, na página deste Boletim.
- 103 Cod. 5300, fol. 10r, L.M., 26-2-1808, G. Simplicio de Sá a José de Mello e Costa, fala de "serviço da fachina... enquanto esta fortaleza for de madeira". Boteler 1835, I:30, sobre a fortaleza de "terra e madeira".
- 104 Cohen 1875:273. Cohen narra que "Lourenço Marques é chamada Dunisa pelos Zulus, Xilunguina pelos Tonga (Tsonga) e Umfume (Mpfumu) pelos africanos locais. Do lado da terra é circundada por uma paliçada. O espaço assim fechado tem o comprimento de 1700 passos [ca. 1,4km] e 400 passos [ca. 320m] de largura. No meio há duas ruas principais, ligadas por travessas estreitas. Todas as casas [de alvenaria] têm uma cobertura de terraço e estão limpas. A maior parte das habitações africanas (palhotas) está nos flancos". Em 1873 existiam já os primeiros 9,5km de estrada em direcção ao Transvaal (até à Machava e com uma ponte em Infulene) e na encosta havia muitas povoações dispersas com postas, cada uma, por poucas palhotas. Todos os dias afluíam pessoas dos arredores, trazendo artigos para venda (Cohen 1875:270-3). Não sabemos se em 1873 havia já uma espécie de bazar. Em 1867, as mulheres que vendiam "produtos do paiz" entravam na povoação passando a "linha de defesa" (Cod. 1852, fol. 16v, ordem n.º 93, 11-7-1867). Mapas do período em Lobato 1970: estampa 170 (na página 167 deste Boletim) e estampa 178, assim como as páginas 244 e 245; e Castilho 1881:23-6.
- 105 Tinham aproximadamente a largura da Travessa da Catembe, que ainda hoje existe. Tinham o nome dos lugares para onde se dirigiam (por exemplo, Travessa de Maxaquene), ou de pessoas que ali moravam (por exemplo, Travessa da Ditoza).
- 106 Lobato 1970:Estampa 196, e Lima 1972:Gravura em face da página 94. A Avenida da 25 de Setembro tinha, nesta altura, o nome de Avenida D. Carlos.
- 107 Os censos dos anos 50 e 60 publicados no B.O. indicam também o número de casas de pedra e cal. Em 1859 houve já aforamentos de terrenos com a proibição de "fazer palhotas" e a obrigação de fechar o terreno com um muro (GDLM Cx 134-M1(3), Auto de Vistoria n.º 34, 10-10-1859). Sobre o incêndio, Castilho 1881:24. Regulamentos mencionados em: L.M. Camara Municipal, Cx 275, Registro de Aforamentos 1866-1876, 26-2-1876, "deve edificar casa maticada com cal por fora, coberta de terraço, telha ou ferro zincado ou outra coisa incombustível...".

- ¹⁰⁸Cod. 5322, fol.136, 9-9-1849, Ordem de Vicente Tomas dos Santos que menciona "100 e tantas cabeças" da Companhia e "beco por onde entra o gado que pertence à companhia".
- ¹⁰⁹GDLM Cx 134-M1(3), doc.1-7; Cod. 5322, 25-2-1844, venda de uma casa a João Albasini por Jose Baião; 6-12-1847, casa de João Albasini, a Punja Caca por cinco arrobas de marfim grosso.
- ¹¹⁰Em 1873 os foros eram ja de 4.500 réis (uma libra), enquanto que em 1866 havia ainda foros de entre 200 a 600 réis (L.M., Câmara Municipal, Cx 275, Registo de Aforamentos 1866-1876).
- ¹¹¹Cod. 5300, fol.17 v., carta de 15-4-1815. O ataque era atribuído ao aliciamento do capitão britânico Thomas Ramsden. (Foi, possivelmente, com a tripulação do seu navio que Xamaguava, ou "English Bill" aprendeu hindustani.Cf. Owen 1823:471).
- ¹¹²L.M., Câmara Municipal, Cx 275, Registo de aforamento, 8-8-1873. O hospital encontrava-se, nessa altura, na Rua dos Mercadores (hoje Rua de Bagamoio).
- ¹¹³Mapa de Ignacio Jose de Paiva Raposo, incluído no mapa de Jeppe, publicado por Lobato 1970:Estampa 176, neste Boletim na página 168.
- ¹¹⁴Por exemplo no alinhamento de uma casa em ruínas (construída com pedras da Ponta Vermelha) no cruzamento das avenidas Filipe Samuel Magaia e Ho-Chi-Minh, e numa estrada que liga as avenidas Guerra Popular e Albert Luthuli.
- ¹¹⁵Lima 1971, vol.I:31-2.
- ¹¹⁶Cod. 5300, fol.8, 17-3-1806. Estes artesãos faziam parte da guarnição, cf. as folhas em GDLM Cx 10-M1(5), doc.1, Mappa geral das praças que existem neste presidio, L.M., 10-3-1811, Theodosio Jose Pereira Ramos.
- ¹¹⁷Cod. 5300, fol. 9v, 11-2-1808; fol. 15v-16r, 10-7-1814.
- ¹¹⁸Cod. 5300, fol. 38v, 18-8-1821.
- ¹¹⁹Cod. 5300, fol. 19v, Agosto de 1815 (sobre as despesas da feitoria em 1822, ver Cod. 4487).
- ¹²⁰GDLM Cx 128-M2(1), Inspeção do Batalhão de Caçadores 4 de Regaciano Pedro Rodrigues.
- ¹²¹Boteler 1835, vol.I:30. O GG Abreu de Lima, em 1844, fala de 19 "casas" e de 127 "palhotas" (Botelho 1936:280). Em 1862 havia 63 casas de alvenaria, 22 com paredes rebocadas e 37 palhotas (B.O. 1863:169).
- ¹²²Citado por Castilho 1881:30-32, do B.O. 1858:77.
- ¹²³Cf. Harries 1981. Sobre esse assunto escreveu o Residente Geral em Gaza, Ca saileiro de Alegria Rodrigues, em 1887:
 "Assunto: Sobre o negocio de Bilene, trafico de escravos com o titulo de casamentos,
 A averiguação sobre o nefasto trafico da escravatura que se tem feito e esta fazendo no Bilene, deve principiar por Lourenço Marques.
 O Exmo Snr. Conselheiro Governador Geral [Augusto de Castilho] deve recordar-se de quando governou aquelle districto, d'um grande movimento de negrinhas em casa dos baneanes e mouros; resultando d'esse movimento o verem-se constantemente caras novas, augmentando e diminuindo conforme a extracção que havia a este infame negocio.

"Em casa d'algumas mulheres, tanto moutas como christãs, exerciam as desgraçadas negrinhas um outro negócio ainda mais indigno; sendo tais casas consideradas o alcoice de Lourenço Marques...

"Quando ali estive como director da alfândega, ainda pude avaliar bem os interesses que auferiam os negociantes de taes immoralidades... quase todos os negociantes ali estabelecidos tinham os seus agentes no Bilene, e eram estes, que hoje muito mais têm augmentado, se empregam em comprar as negrinhas que a gente do Bilene estava constantemente roubando aos Chopes.

"Estas negrinhas passavam depois para diferentes estações, desde o Bilene até Lourenço Marques, onde eram vendidas se encontravam compradores, com o titulo de casamento; e as restantes recolhiam a Lourenço Marques onde continuava o negócio à proporção que recolhiam dos portos ingleses os pretos que já iam trabalhar..." (AHM, GG, Cx 8-163-M2(3), Gaza, 9-2-1887, Nº 166, Rodrigues ao Secretário Geral).

Em biografias de grandes guerreiros e chefes da segunda metade do século XIX, que foram quase todos polígamos, consta um certo numero desse tipo de casamentos (o autor soube de três).

¹²⁴Owen 1833, vol.I:262-3. Segundo disse Nascimento, esteve ali (com sua mulher grávida) contra a sua vontade, exilado pelo G.L.M., e pediu transporte para a Ilha de Moçambique.

¹²⁵"A Guerra dos Reis Vátuas...", 15-6. Contrariamente ao que pensávamos sobre este trabalho, a companhia não suspendeu as suas actividades. Em 1849 existia ainda, embora o seu armazém tivesse sido judicialmente encerrado (Cod. 5322, fol.135-9).

¹²⁶Cod.5322, Boda Cassimo, C.L.Gonzaga Dias, P.Rafael Arcanjo, etc.

¹²⁷Cod.5323, fol.36, Ignácio José e António Paiva Raposo, 6-1-1857.

¹²⁸Cod.5322, Caseira Emília, 12-1-1842, Caseira Joaquina, 25-5-1842; Cod.5323.

¹²⁹Há uma notícia que refere a mãe de João e José Albasini como pertencendo à família dos chefes de Maxaquene (Penvenne 1982:259, citando o Brado Africano de 19-8-1922 e 8-9-1922), mas é possível que do lado paterno ela descendesse de um governador ou oficial da guarnição (o seu nome português era Joaquina Correia de Oliveira). J.Penvenne 1982:260, aponta que o nome completo da mulher do cônsul da Holanda, Gerard Pott, estabelecido em Lourenço Marques pelo menos desde 1886, era Carlota Especiosa Paiva Raposo, o que faz pensar que descendeu de Ignacio José de Paiva Raposo, comerciante de marfim. A "avo" de João e José Albasini era Águeda Manuel da Silva (Cod.2487, fol.980,173), possivelmente filha ou irmã de Dionísio Manuel da Silva que, em 20-5-1842, era descrito como "natural do presídio" mas sabia ler e escrever (Cod.5322, Dionísio morreu cerca de 10 anos mais tarde). Estes dados levam a concluir que se constituíram famílias de mistos, que beneficiavam também da posição do pai.

¹³⁰Neves 1878:11-24. Algumas impressões sobre as classes dos libertos e escravos em Lourenço Marques, dá o "Resultado dos trabalhos da comissão de inquérito relativo ao roubo de armas praticado a bordo da barca espanhola "Duque de Tetuan" (1866), em GDLM Cx 128-M2(8), doc.1.

¹³¹No censo de 1896 (Cod.2487, fol.189v) Mandissa Chimungana ainda aparece como "negociante". A família de Jimu Chimungana, natural de Tembe, ligou-se à Missão Suíça e registou os terrenos em seu nome (ver cadastro predial no B.O. 1909:308-9; Butselaar 1984). Menos ligação directa com Lourenço Marques tinha João Nwasivulana, que tinha negociado na Manhica e no Guijá (também no ramo mencionado na nota 123?) antes de se tornar intérprete, no Chibuto.

¹³²Cf. nota 11.

- ¹³³Em 1866 houve pelo menos 2 (ver "Resultado dos trabalhos..., referido na nota 130).
- ¹³⁴Reis 1973. Cod.2487.
- ¹³⁵Montes 1948; Lobato 1961:32-3; Smith 1970; Hedges 1978; Cod.5300, fol.17r (sobre o capitão Ramsden. Parece que as cópias mandadas preparar por Augusto de Castilho (AHM, Espólios Cx 1-M2(5)) e algumas das cópias apresentadas por Sequeira, provêm deste códice.
- ¹³⁶Smith 1970; Liesegang 1977:165; Coetzee 1948.
- ¹³⁷Beach e Noronha ed. 1980, Vol.II:16, Resposta a questões postas ao padre Joaquim de Santa Rita (ca. 1740-4); Owen 1833, Vol.I passim (que já criticava que as baleias fossem caçadas quando davam à luz); Boteler 1835, vol.I:29; Castilho 1881:42, que diz que a caça acabou à cerca de 10 anos.
- ¹³⁸Owen 1833, vol.I:101-2 e 218; Boteler 1835, vol.I; Owen 1823:471.
- ¹³⁹Lobato 1960:40; Boteler 1835, vol.I:30-32.
- ¹⁴⁰Inicialmente vendia-se também aguardente de cana fabricada em Inhambane (a destilação de álcool foi uma das primeiras indústrias que os colonos montaram ainda no período mercantil).
- ¹⁴¹Os dados nos documentos austríacos têm sido utilizados por Smith 1970, Hedges 1978:129; Rita-Ferreira 1982:119-120. O que isso significa em termos locais varia um pouco nas estimativas dos autores. A medida do peso de dois dentes é de cerca de 15 quilogramas, o que permite calcular também o número de elefantes mortos noutras zonas.
- ¹⁴²Capelle 1732:490-501.
- ¹⁴³Toussaint 1967:241-251.
- ¹⁴⁴Discordo, em alguns pormenores, da estimativa feita no meritíssimo trabalho de Capela e Medeiros 1986:41, que assume que cada barco levava cerca de 400 escravos. Porém, é possível que o total não seja muito diferente, depois de revistas as bases da estimativa.
- ¹⁴⁵Foram apreendidos um ou dois brigues em Lourenço Marques, em 1846/48 (Capela e Medeiros 1986:124). Outros indícios no Cod.5322, 12-12-1839 e 6-2-1847.
- ¹⁴⁶Neves 1882:338.
- ¹⁴⁷Na sua história de Gaza, G.Makavi também refere a tradição que diz que Sochan gane viu a necessidade de um aumento da população. Não obstante, ofereceu alguns captivos aos boers de Ohrigstad/Lydenburg, no conjunto talvez algumas de zenas de pessoas, na maior parte crianças do sexo masculino.
- ¹⁴⁸B.O. 1887:614 (desde o início da publicação, em 1854, que o B.O. publicava mapas e tabelas sobre a navegação, quando havia dados e espaço).
- ¹⁴⁹Boteler ouviu de uma fonte portuguesa que havia planos para expandir a presença portuguesa na Matola porque chegavam ali caravanas de 2.000 pessoas do interior, o que, porém, carece de confirmação por outras fontes. Boteler 1835, Vol.2:189-190; Hedges 1978:230. Em 1860, Diocleciano chefio uma caravana de 253 pessoas, 120 das quais traziam generos para os afrikaner de Zoutpansberg (Neves 1878:24). Podem ter transportado cerca de 2,4 toneladas, o que teria sido possível transportar em um ou dois carros de bois.

- 150 Smith 1969:179; Liesegang 1968:16, citando o diário de Andrew Smith.1834-1836.
- 151 Santa Teresa 1784:163, mencionando Alentotes (Nguni) na Inhaca.
- 152 Dados no "Processo da feitoria austriaca", cf. nota 49.
- 153 Liesegang 1977:169-173.
- 154 Liesegang 1977:173.
- 155 Um primeiro estudo que explorou fontes primárias foi Kruger 1938. Sobre o im pacto britânico em Natal Hedges 1978:231-249; Sobre o Cabo, Elphick 1977; Muí to útil ainda Noronha 1895.
- 156 Segundo Schreuder 1980:185, a carga de um carro de bois podia ser 3,5 a 4 to neladas (7.000 a 8.000 libras).
- 157 Vasconcellos 1885:322, estimava que, em 1884, 252 carros de bois tinham trans portado 700 toneladas do porto para o interior (cerca de 2,8 toneladas por carro). Em 1883 só tinham vindo cerca de 80 carretas.
- 158 Hedges 1978:115-116, 123-6 e passim.

FONTES

a) Fontes Manuscritas do Arquivo Histórico de Moçambique:

1. Códices do Fundo do Século XIX: 28, 114, 183, 381, 909, 1411, 1852, 2487, 2627, 4487, 5300, 5318, 5322, 5323, 5324.
2. Governo do Distrito de Lourenço Marques: Caixas 1, 10, 12, 100, 101, 120, 127, 128, 130, 134.
3. Câmara Municipal de Lourenço Marques: Caixa 275.
4. Governo Geral: Fundo do Século XIX; Fundo do Século XX: Estudos, Cx 2, doc.11.
5. Espólios: Caixa 1.

b) Fontes de Outros Arquivos:

Utilizaram-se alguns dados do ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO em Lisboa, contidos nos "Avulsos de Moçambique" e no maço 137 da "Índia", bem como do ARQUIVO NACIONAL DA HOLANDA, em Haia ('s Gravenhage), no código K.A. 12205.

c) Trabalhos Impressos (ou de Síntese):

1. MAPAS:

GRANDJEAN, A. 1893: Carte du Nkomati Inférieur et du District Portugais de Lourenço Marques, 1:250.000, Bull. de la Soc. Neuchâteloise de Géographie, VII, 1892-1893, p.113-121.

—1900, Le bassin du Nkomati et sa communication avec celui du Limpopo 1:500.000, Bull. de la Soc. Neuchâteloise de Géographie, XII.

CARTA DE PORTUGAL, 1:50.000, Província de Moçambique - Folha 1198, Bela Vista, (L.M., s.d., ca.1964, voo fotográfico de 1958).

2. LIVROS E ARTIGOS

ALBERTO, M.Simões e Fr. A.Toscano 1942: O Oriente Africano Português: Síntese Cronológica da História de Moçambique. Lourenço Marques.

ALMADA, Francisco Vaz de, 1625: Tratado do Sucesso que teve a Nau S.João Baptista... Lisboa, reimpressão em RSEA, VIII:1-68.

ANDRADE, Onofre Lourenço Paiva de, 1867: O presídio de Lourenço Marques no período de 24 de Novembro de 1859 a 1 de Abril de 1865 (offerecido ao Marquês de Sá da Bandeira), Lisboa, 62pp.

ANNAES DO CONSELHO ULTRAMARINO - parte não oficial, Lisboa, 7 vols., 1854-1866.

ARRIAGA, Visconde de (João Pinto de Magalhães), 1881: Lourenço Marques: Exame sobre o tratado relativo à Bahia e território de Lourenço Marques concluído entre Portugal e a Inglaterra a 30 de Maio de 1878, Lisboa.

AXELSON, Eric, 1967: Portugal and the scramble for Africa 1875-1891. Johannesburg.

—1973: Portuguese in South-East Africa 1488-1600, Cidade do Cabo.

BASTOS, M.Henriqueta Calçada, 1935: Música e cantares indígenas: Três canções dos Maputo, Moç. Doc. Trimestral 2, 29-40.

BEACH, David N. e H. de Noronha ed., 1980: The Shona and the Portuguese, 1575-1890, Harare, 2 vols. (policop.).

BOLETIM.OFFICIAL DO GOVERNO GERAL DA PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE (iniciou a publicação em 1854-9 com o título "Boletim do Governo da Província de Moçambique).

BOTELER, Th., 1835: Narrative of a voyage of discovery to Africa and Arabia ... performed from 1821 to 1826, London.

BOTELHO, J.Justino Teixeira, 1936: História militar e política dos portugueses em Moçambique de 1833 aos nossos dias, Lisboa (2ª edição).

BUCQUOI, Jacob, 1744: Aanmerkelyke ontmoetingen in die zestienjarige Reize naa de Indien, Haarlem, reimpresso em R.S.E.A., VI, 422-469.

BUTSELAAR, Jan van, 1984: Africains, missionnaires et colonialistes: Les origines de l'église presbytérienne du Mozambique (Mission Suisse) 1880-1896, Leiden.

CAPELA, José e Eduardo Medeiros, 1986: O Tráfico de Escravos de Moçambique para as Ilhas do Índico, 1720-1902, Maputo.

CAPELLE, J.van de, 1723: Relação (sobre Delagoa Bay). Moçambique: Documentário Trimestral, 30, 1942:7-30 (com mapa em facsimile de de Konick 1726).

—1732 Dagregister (Diário) Snuffelaar 1731, R.S.E.A., 1, 467-506.

CASTILHO, A.de, 1881: O Districto de Lourenço Marques no presente e no futuro, Lisboa (2ª edição).

CHIAU, Ruben M., 1986: Apontamentos sobre os Vanguni e o Imperio de Gaza, Maputo (edição póstuma revista por Julião Themba, polic.).

COETZEE, C.G., 1948: Die Kompanjie se besetting van Delagoabaai, Archives Year-book for South African History, 11, 2:167-276.

COHEN, E, 1875: Erläuternde Bemerkungen zu der Routenkarte einer Reise nach den Goldfeldern und von Lydenburg nach der Delagoa Bai im östlichen Süd-Afrika, Hamburg: Geogr. Gesellschaft, Zweiter Jahresbericht, 173-286.

COLÓNIAS PORTUGUESAS (As), Lisboa, Revista Mensal, desde 1882.

CONCESSÃO Sommerschild e o novo contrato entre a Câmara Municipal de Lourenço Marques e a "Delagoa Bay Lands Syndicate, Limited" (A), Lourenço Marques, 1953 (98pp.).

CORY, George E., 1926: The diary of the Rev. Francis Owen Missionary with Dingane 1837-1838, Cidade do Cabo (na p.140 breve referência sobre Lourenço Marques em 1838).

COUTINHO, J.de Azevedo (1942): Memórias de um velho marinheiro e soldado de África, Lisboa.

ELPHICK, R., 1977: Kraal and Castle: Khoikhoi and the formation of White South Africa, New Haven.

FEYO, Bento Teixeira, 1650: Relação do naufrágio que fizeram as naus Sacramento e Nossa Senhora da Atalaya... no ano de 1647. Reimpressão em Theal, R.S.E.A., vol.VIII, 235-294.

FERRÃO, Francisco, 1909: Circumscrições de Lourenço Marques: Respostas aos que sites feitos pelo Secretário dos Negócios Indígenas, Dr.Francisco Ferrão, Lourenço Marques.

FRANCKEN, Jacob, 1761: Ramspoedige Reize van het O.I. Schip De Naarstigheid ... Haarlem, reimpressão em R.S.E.A., VI: 470-506.

FYNN, Henry Francis, 1823: Delagoa Bay, em R.S.E.A., II:479-488.

GAMA, J.Vicente da, 1859: Almanach civil e ecclesiastico, histórico-administrativo da Provincia de Moçambique para o anno de 1859, Moçambique.

GRANDJEAN, A., 1899: L'invasion des Zoulou dans le Sud-Est Africain: Une page d'histoire inédite, Bull. de la Soc. Neuchâteloise de Géographie, IX, 63-92.

GUERRA DOS REIS VÁTUAS do Cabo Natal, do Maxacane da Matola..., (A), 1986 (original de ca. 1835), Maputo: Arquivo Histórico Nacional, documentos 1.

HARRIES, Patrick, 1981: Slavery, social incorporation and surplus extraction: The nature of free and infree labour in South-East Africa, Journal of African History, 22(3), 309-330.

HEDGES, David W., 1978: Trade and politics in Southern Mozambique and Zululand in the eighteenth and early nineteenth centuries, London: Tese de Doutoramento, School of Oriental and African Studies.

—1983: O Sul e o trabalho migratório, em C.Serra coord., História de Moçambique, vol.II, Maputo, pp.209-225.

JACQUES, A.A., 1982: Swivongo swa Machangana (Vatsonga). Braamfontein: Sasavona (4ª edição, 1ª de 1938).

JOEST, Wilhelm, 1885: Um Afrika, Köln (Colónia, viagem de um jornalista em redor de África).

JUNOD, H.A., 1913: The condition of the natives of South Eastern Africa in the sixteenth century. South Afr. Journ. Science, 10:136-161.

—1927: The life of a South African Tribe, London: 2 vols.

KRÜGER, D.W., 1938: Die weg na die See, Archives Yearbook of South African History, I, 1:31-232.

LA RIVE, G. e A. Grandjean ed., 1904: Du Transvaal a Lourenço Marques. Lettres de Mme Ruth Berthoud-Junod, Lausanne.

LAZARUS, J. & M., 1901: A souvenir of Lourenço Marques: An album of views of the town published by J. & M. Lazarus, Lourenço Marques: Tobler.

LIESEGANG, Gerhard, 1968: Beiträge zur Geschichte des Reiches der Gaza Nguni im südlichen Moçambique 1820-1895, Köln (Contribuição para o estudo da história do reino de Gaza no Sul de Moçambique 1820-1895), Tese de Doutoramento.

—1977: New light on Venda Traditions: Mahumane's account of 1730, History in Africa 4:163-181.

LIMA, Afredo Pereira de, 1971: História dos Caminhos de Ferro de Moçambique, Lourenço Marques (3 vols.).

—1972: Pedras que já não falam, Lourenço Marques.

LOBATO, Alexandre Marques, 1948: História da Fundação de Lourenço Marques, Lisboa.

—1960: História do Presídio de Lourenço Marques II: 1787-1799, Lisboa.

—1961: Quatro estudos e uma evocação para a história de Lourenço Marques, Lisboa.

—1970: Lourenço Marques, Xilunguine: Biografia da Cidade, Lisboa.

LOPES, Leonel, 1985: A Ilha da Inhaca: O crescimento populacional e o impacto nas condições naturais, Maputo (Tese de Licenciatura em Geografia).

MACKAY, Wallis, 1890: The prisoner of Chiloane: or with the portuguese in South-East Africa, London.

MAPHOPHE, Calvin, 1956: Ta vutomi bya mina, Johannesburg: Swiss Mission (2ª ed.).

MASON, R.V., 1974: Background to the Transvaal Iron Age - New discoveries at Olifantspoort and Broederstroom, Journal of South African Institute of Mining and Metallurgy, vol. 74, nº 6.

MEDEIROS, Eduardo, 1895: A evolução demográfica da cidade de Lourenço Marques 1894-1975: Estudo Bibliográfico, Cadernos de História, 2, 45-50.

MONNA, I. e L. Spruit, 1728: Relatório e Diário... na lancha "de Hoop"... examinando o Rio do Norte desta baía. Ed. C. Montez, trad. W. Mulder, Moç. Doc. Trimestral, 34, 1943:11-29.

MONTEIRO, R., 1891: Delagoa Bay: Its natives and natural history, London.

MONTEZ, Caetano, 1948: Descobrimento e Fundação de Lourenço Marques, Lourenço Marques.

MORAIS, J., 1978: Tentativa de definição de algumas formações sócio-económicas em Moçambique de 0 a 1500, Maputo: U.E.M.

- MYBURGH, A.C., 1949: The tribes of the Barberton district, Pretoria: Ethnol. Publications, 25.
- NEVES, Diocleciano Fernandes das, 1878: Itinerário de uma viagem à caça dos elefantes, Lisboa.
- 1882: Exploração do rio Bembe, Boletim da Soc.de Geografia de Lisboa, 3, 336-347 (comunicação datada de 29-6-1881).
- (1952): Alguns documentos para a biografia de Diocleciano Fernandes das Neves e para a história do estabelecimento no Bembe (Moçambique, Documentário Trimestral, 69, 1952:77-107). (Alguns dos originais encontram-se no AHM-GG, Cx 8-163 M1(12)).
- NORONHA, Eduardo de, 1894: A rebelião dos Indigenas em Lourenço Marques, Lisboa.
- 1895: O districto de Lourenço Marques e a Africa do Sul, Lisboa.
- 1922: Em redor de Africa, Porto.
- OWEN, W.F.W., 1823: The Bay of Delagoa, R.S.E.A., II, 465-479.
- 1833: Narrative of voyages to explore the shores of Africa, Arabia and Madagascar..., London (reprint Farnborough, 1968).
- PELISSIER, R., 1984: Naissance du Mozambique: Resistences et revoltes anticoloniales 1854-1918, Orgeval.
- PENVENNE, J.M., 1982: A history of African Labour in Lourenço Marques, Mozambique, 1877 to 1950. Boston, Ph.D.
- PERESTRELO, M.de Mesquita [1555]: Relação do naufrágio da nau S.Bento, R.S.E.A., I:150-218.
- PLANO DE TRABALHOS INTEGRADOS DA INHACA: Relatório final da 1ª fase, Maputo, U.E.M., 1976.
- PINTO, Caetano dos Santos, 1840: Viagem de Inhambane às terras de Manicusse em 1840, Arquivo das Colónias (Lisboa), I, 1917:269-274.
- REIS, Carlos Santos, 1973: A população de Lourenço Marques em 1894 (um censo inédito), Lisboa: Inst. Nac. de Estatística, Centro de Estudos Demográficos (estudo de uma parte do Cód.2497).
- RIBEIRO, António Sousa, 1940: Anuário de Moçambique, Lourenço Marques.
- RITA-FERREIRA, António, 1982: Presença Luso-Asiática e Mutações Culturais no Sul de Moçambique (até ca. 1900), Lisboa: Estudos, ensaios e documentos, nº 139.
- SANTA THEREZA, Francisco de, 1784: Plano e relação da bahia denominada de Lourenço Marques, in Montez, 1948:161-173.
- SCHREUDER, D.M., 1980: The scramble for Southern Africa 1877-1895: The politics of partition reappraised. Cambridge University Press.
- SEQUEIRA, M.: Cartas dos Governadores de Lourenço Marques: Desde a restauração do presídio na Catembe (1799) à implantação do Liberalismo na Colónia (1834). Cópia do arquivo da antiga Secretaria Geral. Lourenço Marques 1927/1931 (Manuscrito dactilografado na Secção Especial do AHM).

- SERRA, C, coord. e ed., 1983: História de Moçambique, vol.II, Maputo.
- SILVA, Teresa Cruz e, 1976: A preliminary report on an Early Iron Age Site, Maputo: U.E.M., Instituto de Investigação Científica de Moçambique, CEA S.Arq.
- SMITH, A.K., 1969: The trade of Delagoa Bay as a factor in Nguni politics 1750-1835. In African Societies in Southern Africa ed. L.Thompson, London:171-189.
- 1970: The struggle for control of Southern Mozambique, 1720-1835. Tese, UCLA, University of California, Los Angeles.
- 1973: The peoples of Southern Mozambique: A historical survey, Journal of African History, 14, 565-580.
- TEIXEIRA, Custodio J.Ant., 1838: Descrição dos Rios da Bahia de Lourenço Marques, Arquivo das Colónias, II, 1918, pp.61-65.
- THEAL, George McCall, 1898-1901: Records of South Eastern Africa, London (reimpressão na Cidade do Cabo, 1964).
- TOUSSAINT, Auguste, 1967: La Route des Iles: Contribution à l'histoire maritime des Mascareignes, Paris: Sevpen.
- VAAL, J.B., 1953: Die Rol van João Albasini in die Geskiedenis van die Transvaal, Archives Yearbook for South African History, XVI, 1, 1-154.
- VASCONCELLOS, Adolfo de Castro, 1885: Relatório (sobre a alfândega de Lourenço Marques). Boletim Oficial 1885:320-325.
- VASCONCELLOS, Antonio de Azeredo, 1886: Governo do Distrito de Lourenço Marques - Relatório referido ao ano de 1885-1886, Boletim Oficial 1886:30-40.
- WEBB, C. de B. e J.B. Wright, 1979: The John Stuart Archive of recorded oral evidence relating to the history of the Zulu and neighbouring peoples, Vol.II, Durban e Pietermaritzburg.
- WHITE, William, 1800: Journal of a voyage performed in the Lion, Extra-Indiaman from Madras to Colombo and da Lagoa Bay in the year 1898 with some account of the manners and customs of the inhabitants of Da Lagoa Bay, London.
- WOODHEAD, Cawthra, 1895: Natal a Moçambique, Porto (Prefácio de E.Borges de Castro datado de Durban, outros artigos de A.de Castilho, Freire de Andrade, etc.).

LOURENÇO MARQUES E O TRANSVAAL, 1852-1928

Luís António Covane

INTRODUÇÃO

Maputo, cidade de Lourenço Marques até 1975, era um "simples lugar de comércio com os nativos no séc.XVI; presídio em 1771; fortificado em 1782; villa em 1876; Cidade em 1887... Capital da colónia em 1898..."¹.

A história do seu desenvolvimento está organicamente ligada à prosperidade económica da vizinha província sul-africana do Transvaal. O rápido crescimento económico num território do "hinterland", ditado pela descoberta e exploração dos grandes jazigos de ouro de Witwatersrand, a partir de 1886, exigiu da administração colonial portuguesa de Moçambique a realização de uma série de ajustamentos em Lourenço Marques para não bloquear a expansão dos interesses económicos do Transvaal.

A posição geográfica privilegiada de Lourenço Marques e o facto de Portugal, potência colonizadora, ser um país desprovido de meios financeiros para incentivar a exploração dos recursos humanos e naturais em seu próprio benefício, entre finais do século XIX e princípios deste, facilitaram o processo de estruturação da dependência do Sul de Moçambique em relação aos interesses dos capitais investidos na indústria mineira e na agricultura do Transvaal.

As rivalidades entre os boers e os ingleses, colonizadores do Natal e Cabo até 1910, tiveram um papel bastante relevante na consolidação das relações entre os colonialistas portugueses e os governos do Transvaal. Os boers procuravam, nas suas relações com os portugueses de Lourenço Marques, meios para reduzirem a sua dependência em relação aos portos britânicos do Cabo e Natal, e Portugal, ocupando uma zona estrategicamente vantajosa para os importadores e exportadores do Transvaal, actuava de modo a conseguir o máximo de proveito.

A baía, o porto, o território de Maputo, principalmente na segunda metade do século XIX, tornaram-se objecto de ambições e disputas entre Portugal, Transvaal e Inglaterra. Os portugueses conseguiram sair dessas lutas com as suas posições reforçadas, explorando as divergências que opunham os ingleses aos boers e promovendo, com sucesso, acordos internacionais e uma campanha diplomática que culminou com a decisão arbitral de 1875, favorável

a Portugal.

Durante o período considerado neste trabalho, as relações de complementaridade económica foram quase sempre acompanhadas por acordos inter-governamentais. Esses acordos, na sua maioria desfavoráveis para a economia de Moçambique, cimentaram os alicerces que contribuíram para a colocação da África do Sul na posição de verdadeira metrópole da colónia portuguesa de Moçambique.

Neste trabalho pretende-se fazer uma breve análise da importância de duas áreas económicas nas relações entre Lourenço Marques e o Transvaal: transportes e mão-de-obra.

TRANSPORTES

"Lourenço Marques é o distrito mais insignificante de toda a província pelo que respeita à sua área, à sua agricultura e às suas indústrias. Tem apenas a importância que lhe dá, por mero reflexo, o ter condições orográficas fáceis que permitiram a construção de um caminho de ferro de penetração, de grande valor político e comercial, e o possuir um porto excelente, e com o qual nunca há-de poder hombrar o de Natal..."².

O Transvaal, território sem saída para o mar, foi produto da expansão e conquista promovidas por boers descontentes com a imposição da coexistência com os ingleses, resultante da cedência do Cabo à Inglaterra, pelo governo holandês, em 1814. O "great-trek" (1835-1840) foi a resposta que os boers encontraram para se situarem longe da influência política e económica inglesa. O movimento conduziu os boers para o norte do rio Vaal onde, vencidas as resistências africanas locais, estruturaram uma unidade política, o Transvaal.

Pelo tratado de Sand River, negociado em 1852, a Inglaterra reconheceu a independência do Transvaal, comprometendo-se a não alargar as fronteiras dos seus domínios para além do rio Vaal. O acordo não significou o fim das hostilidades entre ingleses e boers. Elas reflectiam condições materiais e políticas estruturais: os boers, pelo nível ainda baixo de desenvolvimento da sua economia, lutavam pela perpetuação da exploração de mão-de-obra serva e escrava, contrariando abertamente a política anti-esclavagista que o desenvolvimento industrial ditava ao governo inglês; a Inglaterra, dominando os portos do Cabo e Natal, alimentava esperanças de condicionar a economia do Transvaal, controlando as suas importações e exportações.

O reconhecimento da independência do Transvaal facilitou, de certo modo, o diálogo entre os governos boers e os portugueses de Lourenço Marques. Muito cedo as autoridades do Transvaal iniciaram os contactos visando a criação de condições para a transformação da baía de Lourenço Marques numa via de ligação do seu território com o mundo. Em 1852 convidaram Portugal para a assinatura de um acordo sobre a delimitação da fronteira³. Voltaram a insistir em 1864, pedindo tal "como grande favor"⁴.

As imperfeições da máquina administrativa colonial portuguesa e o facto de a sua presença política no Sul de Moçambique ser ainda insignificante, bloquearam a possibilidade de uma resposta rápida.

O governo do Transvaal decidiu, em 1868, acelerar e precipitar os acontecimentos, proclamando através do seu presidente, Pretorius, as fronteiras do seu território, que incluíam a baía de Lourenço Marques. Portugal, apanhado quase de surpresa, viu-se obrigado a negociar com o Transvaal o Tratado de Amizade, Comércio e Fronteiras, em 1869, desfavorável para Moçambique em muitos aspectos. As negociações, pela parte portuguesa, haviam sido conduzidas por Alfredo Duprat, Cônsul de Portugal no Cabo⁵. Este homem de estado, segundo os funcionários portugueses em Moçambique, por nada entender sobre o nível de penetração dos interesses portugueses no Sul de Moçambique, facilitou a expansão territorial do Transvaal em detrimento de áreas já consideradas sob a influência da Coroa portuguesa.

Como o tratado estava a levar muito tempo para ser ratificado pelo governo central português, a impaciência conduziu a que "em Maio de 1870 o governo do Transvaal dirigiu uma nota ao governo português, estabelecendo um prazo fatal. Se o tratado não fosse ratificado até 31 de Julho, ele se consideraria desobrigado"⁶. Portugal ratificou o tratado, porque compreendia que uma "política inspirada nesta filosofia é evidente que se não podia utilmente combater com notas diplomáticas fundadas no direito, mas sim com actos decisivos fundados na energia"⁷.

Em 1872, o presidente Pretorius cedeu o seu lugar ao reverendo Thomas François Burgers. Apesar da ligação, por terra, do porto de Lourenço Marques com o Transvaal haver sido minimamente assegurada, com a conclusão da estrada de Lydenburgo, em 1874, uma das ideias fixas do novo presidente era o caminho de ferro Pretória-Lourenço Marques. A abertura da estrada não era suficiente para libertar Lydenburgo do porto de Durban. A mosca tse-tse, em quase toda a região central, dizimava os bois, burros e cavalos que puxavam os carros de passageiros e de mercadorias⁸.

O presidente Burgers visitou a Europa para obter os financiamentos necessários para o caminho de ferro em vista, e esteve em Lisboa, negociando novo tratado com Portugal⁹. Em 1875 foi alcançado com Portugal um acordo para a construção de uma linha férrea que ligasse o Transvaal com o mundo, através de Lourenço Marques. A sua execução não pôde ser imediata porque, em 1877, a Inglaterra anexou o Transvaal.

O governo inglês, tentando continuar com a linha do governo de Burgers em relação a Moçambique, negociou com Portugal, em 1879, "um tratado de amizade e comércio pelo qual se estabelecia

recíproca liberdade de comércio e navegação e se assegurava a construção do caminho de ferro Lourenço Marques-Pretória. Aceitaram-se e confirmaram-se as cláusulas do tratado celebrado com o Transvaal em 1875"¹⁰. A Inglaterra nada fez para a materialização destes compromissos, ignorando absolutamente o acordo celebrado.

A autonomia do Transvaal foi restituída em duas fases, entre 1881 e 1884, e neste último ano, como resultado da convenção suplementar celebrada em Lisboa entre o governo português e o do Transvaal, Portugal deu uma concessão a um grupo português sob a condição de formar uma companhia a designar-se Caminho de Ferro de Lourenço Marques ao Transvaal, para a construção da secção moçambicana da linha férrea¹¹. As dificuldades resultantes da falta dos financiamentos necessários em Lisboa, explica a decisão do governo de autorizar a companhia a ceder os seus direitos ao coronel MacMurdo, um financeiro americano estabelecido em Londres¹². MacMurdo formou, com o capital de \$500.000, a East African Railway Company, em 1885¹³.

Em 1887 a linha férrea foi aberta numa extensão de 80 quilómetros. O facto de faltarem cerca de 9 quilómetros para a sua conclusão, e de a companhia não se mostrar disposta a concluí-los, assim como a interpretação abusiva das cláusulas da concessão que conferiam à companhia MacMurdo o direito de definir e afixar as tarifas de utilização da linha, provocaram sérias preocupações ao governo português. A título de exemplo, as tarifas propostas conduzião ao absurdo de o transporte de um cavalo, por 80 quilómetros, custar um terço do seu valor¹⁴.

A solução que o governo português encontrou, depois de consultas e negociações difíceis, foi a rescisão do contrato, em 1889¹⁵. A decisão obrigou o estado a tomar sob a sua responsabilidade a conclusão da linha e a indenizar os accionistas britânicos e americanos com a avultada importância de 15.000.000 de francos, sancionada pela arbitragem do governo suíço¹⁶. Em 1894 a linha férrea foi ligada ao Caminho de Ferro do Transvaal.

O desenvolvimento da indústria mineira do ouro no Transvaal, apesar da concorrência dos portos ingleses, garantia tráfego com pensador para o porto e caminho de ferro de Lourenço Marques.

O conflito anglo-boer (1899-1902) marcou o início do período de dificuldades para o complexo ferro-portuário de Lourenço Marques, concebido e construído quase exclusivamente para servir os interesses do Transvaal. A perspectiva do Transvaal colonizado por uma potência possuidora de portos, cuja prosperidade dependia do tráfego de e para o Rand, suscitou no governo português a necessidade da reformulação urgente da sua política em relação ao Rand, para não se asfixiar em absoluto a vida económi-

ca da cidade de Lourenço Marques¹⁷.

O "modus vivendi" de 1901, parcialmente mutilado pelo adiamento de 1904, foi a solução mais equilibrada adoptada, obrigando a Inglaterra a utilizar o porto de Lourenço Marques como condição para beneficiar de facilidades no recrutamento de mão-de-obra, que escasseava nas explorações mineiras e agrícolas do Transvaal¹⁸.

Os preparativos para a independência da União Sul-Africana, proclamada em 1910, incluíram, para os ingleses, a procura de um instrumento legal que garantisse, no futuro, a defesa dos capitais investidos no Transvaal contra as indubitáveis pressões que Cabo e Natal iriam promover contra Lourenço Marques. A convenção de 1909, negociada sem se tomar em consideração os interesses de Cabo e Natal, oficializou a zona de competência, acordada em 1905, e definiu entre 50 e 55% o tráfego que devia passar pelo porto de Lourenço Marques¹⁹.

A proclamação da União e a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) tornaram favoráveis as condições para a não observância rigorosa das cláusulas acordadas. Terminada a guerra, o Partido Sul-Africano, de Smuts, internacionalmente favorecido pelo prestígio conquistado ao lado das forças aliadas, vencedoras, e internamente corroído por praticar uma política laboral que contrariava os interesses da classe operária branca, esboçava planos expansionistas em relação ao Sul de Moçambique. O governo de Smuts exigia a compra ou o aluguer do porto de Lourenço Marques, por um período não inferior a 99 anos. Smuts, nos inúmeros contactos com os negociadores e funcionários superiores portugueses, sustentava, em relação ao porto, o seguinte:

"A instabilidade da sua administração, em que governos e governadores mudam constantemente, impede, apesar da sua boa vontade, que reconheço, que eu possa fazer planos seguros de que poderei exportar por Lourenço Marques os meus productos; na situação presente não posso por a sorte do Transvaal... nas suas mãos..."²⁰.

A recusa de Portugal em aceitar as propostas sul-africanas, para além de ter criado um clima de tensão, esclarece as razões que conduziram à assinatura, em 1923, de um acordo que excluiu as áreas dos transportes e comércio. Os esperados reflexos negativos da não existência de cláusulas protegendo o tráfego por Lourenço Marques, porque o Transvaal experimentava uma fase de franco desenvolvimento, não se fizeram sentir. Pelo contrário, as percentagens que a Convenção de 1909 fixava foram sempre alcançadas²¹.

A vitória do Partido Nacional de Hertzog, nas eleições de 1924, e o golpe militar de 1926 em Portugal, contribuíram para a criação de um ambiente favorável para o reinício das negociações. Em 1928 foi assinada uma convenção restabelecendo as cláusulas sobre o porto, caminhos de ferro e comércio²².

MÃO-DE-OBRA

A emigração de moçambicanos do Sul do rio Save para os territórios vizinhos, especialmente para os que hoje formam a República da África do Sul, teve início nos meados do século XIX, reflectindo imperativos económicos, políticos e sociais internos, e a expansão do capital agrícola e mineiro sul-africano.

Assim, as plantações de cana-de-açúcar do Natal (1850) e a indústria mineira de diamantes de Kimberley (1870) constituíam os principais polos de atracção da força de trabalho moçambicana²³.

Antes da imposição do domínio colonial português no Sul de Moçambique (1897), a emigração já era uma prática corrente, parcialmente estimulada por necessidades que na altura só o dinheiro podia satisfazer, e controlada pelas aristocracias locais²⁴. Desde então, a crescente monetarização da economia do Sul de Moçambique fez da emigração uma componente fundamental para a reprodução e equilíbrio material de grande parte das famílias camponesas e das classes dominantes. A título de exemplo, "em 1879 havia cerca de 15.000 moçambicanos a trabalhar em diversos pontos da África do Sul e, em 1897, cerca de 60.000 estavam nas minas de ouro do Transvaal"²⁵.

O início das campanhas militares de ocupação colonial no Sul de Moçambique, em 1895, marcou uma nova etapa nas relações entre Moçambique e os territórios da África do Sul (colónias britânicas e repúblicas boers). As vitórias conseguidas pelos colonizadores portugueses nas batalhas de Marracuene, Coolela e Manjacaze, ainda em 1895, concorreram decisivamente para a rápida montagem das primeiras estruturas político-administrativas coloniais. As autoridades coloniais portuguesas encetaram contactos com as autoridades do Transvaal visando o controlo e o proveito da emigração para os campos auríferos de Witwatersrand, descobertos em 1886.

A necessidade imperiosa de um instrumento legal com força suficiente e reconhecido pelos interessados, levou o governo português, em 1896, a negociar com as autoridades de Pretória. Dos contactos resultou, em 1897, ano da eliminação do último foco da resistência armada em Gaza, comandada por Maguiguana Cossa, na promulgação, pelo então Comissário Régio, Mouzinho de Albuquerque, do primeiro "Regulamento para o Engajamento de Indígenas para a República Sul-Africana (Transvaal)"²⁶.

O Regulamento durou pouco tempo porque, no Transvaal, a situação político-económica e social sofreu profundas transformações com a deflagração da guerra anglo-boer. A quase total paralisação da indústria mineira, principal empregadora da mão-de-obra moçambicana, resultou, segundo os cálculos da Câmara de Mi-

nas, na repatriação de 80.000 trabalhadores, desequilibrando a área mais importante do relacionamento económico entre Moçambique e o Transvaal.

O governo colonial português, depois de se certificar da vitória britânica, decidiu suspender a execução do regulamento de 1897. Era seu objectivo condicionar a assinatura de um novo acordo de fornecimento de mão-de-obra à garantia de utilização do porto e caminho de ferro de Lourenço Marques para as exportações e importações do Transvaal colonizado, e de facilidades no intercâmbio comercial.

A partir do "modus vivendi" de 1901, a questão da força de trabalho passou a estar numa interdependência com os sectores já referidos.

O governo português, aproveitando-se das limitações impostas pelo baixo nível de mecanização da produção na indústria mineira, foi capaz de utilizar, com certo sucesso, a mão-de-obra como trunfo nas negociações com as autoridades sul-africanas.

No início deste século, as pressões portuguesas produziam os resultados desejados porque não contrariavam o ritmo acelerado de acumulação capitalista na indústria mineira, baseado na mais-valia absoluta resultante da gradual e incessante redução dos salários dos trabalhadores negros²⁷. Esta prática apresentava-se, na altura, como alternativa única que o capital podia adoptar, porque o preço do ouro era fixo e o custo do equipamento, virtualmente todo importado, estava fora do controlo das companhias mineiras. A única via para influenciar a rentabilidade era situar os custos de mão-de-obra no mais baixo nível possível.

A proclamação da União, integrando províncias possuidoras de portos (Cabo e Natal) e o período da Primeira Guerra Mundial, caracterizado por uma crise generalizada na vida económica e política sul-africana, colocaram Portugal numa posição tão difícil que se viu obrigado a não poder continuar a impôr a inclusão de cláusulas sobre transporte e comércio para autorizar o recrutamento de mão-de-obra. Em 1923, depois de negociações difíceis, influenciadas habilmente pela Câmara das Minas, foi assinado um acordo entre a administração colonial de Moçambique e o governo da União da África do Sul, cobrindo apenas a área de força de trabalho. O acordo, desvantajoso do ponto de vista dos interesses portugueses, foi possível porque Portugal não tinha meios para pressionar o governo da União a adoptar uma solução mais equilibrada.

A tensão que caracterizava as relações entre Portugal e a União foi ultrapassada com a assinatura da Convenção de 1928. Este acordo restabeleceu as três áreas cobertas pela Convenção de 1909 e introduziu, pela primeira vez, o sistema de pagamento diferido de parte dos salários dos trabalhadores moçambicanos.

CONCLUSÃO

Com a Convenção de 1928, Portugal e a União Sul-Africana conseguiram equilibrar e harmonizar os interesses da burguesia têxtil e vinícola, detentora do poder político em Portugal, e os do capital mineiro. A introdução do sistema de pagamento diferido contribuiu para o desenvolvimento da actividade comercial em Moçambique e facilitou, ao governo português, o acesso à moeda externa. Em relação aos transportes, as cláusulas sobre a partilha das tarifas e percentagem de tráfego para a zona de competência colocaram o porto e os caminhos de ferro de Lourenço Marques numa posição confortável, quando comparada com a instabilidade que caracterizou o período anterior.

A Convenção, apesar de ter sofrido algumas alterações²⁸ e violações, constituiu o suporte principal das relações entre os dois territórios até 1975.

NOTAS

- ¹ Moçambique, Documentário Trimestral, nº12, 1937, p.115.
- ² Lima, Alfredo Pereira de. Os fundamentos da transferência da Capital para Lourenço Marques. In: Boletim Municipal, nº1, Novembro de 1967 (Edição da Câmara Municipal de Lourenço Marques), p.20.
- ³ Leme, Câmara. Lourenço Marques: estudo synthetico sob o aspecto historico, politico e moral, precedido de uma exposição previa e de um epilogo. Lisboa: Typographia Castro Irmão, 1897, p.24.
- ⁴ Rego, A. Silva. Relações entre Moçambique e a África do Sul, 1652-1900. In: Moçambique: Curso de extensão universitária, ano lectivo de 1964-1965. A. Silva Rego et al., Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1966, p.65.
- ⁵ Idem, p.67.
- ⁶ Leme, Câmara. Op. cit., p.24.
- ⁷ Ibidem.
- ⁸ Penvenne, Jeanne M. A History of African Labour in Lourenço Marques - Moçambique, 1877 to 1950 (Submitted in partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy, 1982), p.31.
- ⁹ Rego, A. Silva. Op. cit., p.69.
- ¹⁰ Carmona, Ilda Belo. Relações entre os portugueses de Moçambique e os "boers" ou holandeses de África (Dissertação para Licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas). In: Moçambique: Documentário Trimestral, nº86, 1950, p.63.
- ¹¹ Geographical Section of the Naval Intelligence Division (Compiled by). A Manual of Portuguese East Africa. London: His Majesty's Stationery Office, 1920, p.365.
- ¹² Ibidem.
- ¹³ Ibidem.

¹⁴Rego, A. Silva. Op. cit., p.73.

¹⁵B.O. 33, I Série, 1889, p.465: Rescisão do contrato com a C^a. Eduardo Mac-Murdo, Proposta ao Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios Estrangeiros, de Marinha e Ultramar.

¹⁶Geographical Section of the Naval Intelligence Division, op. cit., p.367.

¹⁷B.O. 19, I Série, 1901: Declarado caduco o regulamento para a emigração de indígenas para o Transvaal, de 18 de Novembro de 1897, e prohibida a emigração até à publicação do novo regulamento. 9 de Maio, p.117.

¹⁸Acordo para um "Modus Vivendi" entre a Província de Moçambique e o Transvaal, feito pelo Governador Geral da Província de Moçambique e Lord Milner, Alto Comissário de Sua Majestade Britânica, representado pelo Capitão Fritz E. H. Crowe e assinado em Lourenço Marques, em 18 de Dezembro de 1901. Lourenço Marques: s/r, 1901, 4p.

¹⁹B.O. 13, I Série, 1909: Convenção celebrada entre o Governo desta Província e o do Transvaal, em substituição do Modus Vivendi de 18 de Dezembro de 1901 e seu aditamento de 15 de Janeiro de 1904. Suplemento.

²⁰Portugal. Ministério das Colónias. Relações com a África do Sul: Convenção de Pretória, 1928. Lisboa: Imprensa Nacional, 1929, p.9.

²¹Katzenellenbogen, Simon E. South Africa and Southern Mozambique: Labour, Railway and Trade in the Making of a Relationship. Manchester: Manchester University Press, 1982, p.89.

ANO	LOURENÇO MARQUES (%)
1923	52.36
1924	47.58
1925	52.41
1926	53.32
1927	53.16
1928	52.35

²²Diário do Governo, I Série, nº277 de 30 de Novembro de 1928. Convenção entre o governo português e o da União da África do Sul para regular a emigração de indígenas de Moçambique para o Transvaal, bem como assuntos de Caminhos de Ferro e intercâmbio comercial. 11 de Setembro de 1928.

²³Rita-Ferreira, A. O movimento migratório de trabalhadores entre Moçambique e a África do Sul. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1963 (Estudos de Ciências Políticas e Sociais), p.12.

²⁴Harries, Patrick. Slavery, Social Incorporation and Surplus Extraction: The Nature of Free and Unfree Labour in South-East Africa. In: J.A.H., 22, 3(1981), p.320.

²⁵Harries, Patrick. Class Formation, Culture and Conscienceness: The Making of Modern South Africa Kinship. London: University of London, Centre of International and Area Studies (Conference, January 1980), p.3.

²⁶B.O. 50, I Série, 1897: Regulamento para o engajamento de indígenas para a República Sul-Africana. P.C.R., 18 de Novembro de 1897.

²⁷Rita-Ferreira, A. Op. cit., p.76.

²⁸B.O. 46, I Série, 17 de Novembro de 1934: Revisão das cláusulas da Convenção entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da União da África do Sul, p. 659 e sgs.

RECORDAÇÕES SOBRE LOURENÇO MARQUES, 1930-1950

Teresa dos Santos Oliveira

"Cada geração tem, de sua cidade, a memória de acontecimentos que permanecem como pontos de demarcação em sua história"¹.

1. INTRODUÇÃO

A cidade de Lourenço Marques cresceu sobrepondo-se ao antigo território governado pela dinastia Mfumo², e quando, em 1887, a pequena vila ascendeu ao estatuto de cidade³, ainda o último chefe desta dinastia não tinha sido militarmente submetido⁴.

Somente após as campanhas militares de 1895 — que conquistaram Gaza e a região de Lourenço Marques, ao derrotarem as chefaturas Zihlahla (Mfumo), Mabjaia e o extenso reino de Nghunghunyani — se tornou possível construir a cidade, não mais limitada ao porto e encravada nas terras baixas e pantanosas junto ao mar⁵. As populações que foram para a cidade depois da guerra refizeram os seus destinos trabalhando para ela⁶.

Entre 1930 e 1950, Lourenço Marques era o local para onde se vinha trabalhar, antes ou depois da ida às minas do Rand, temporária e obrigatoriamente no cumprimento de um xibalo, ou em busca de um emprego e fixação, de forma a pagar-se o imposto e a casar. Construía-se o futuro construindo-se a cidade⁷.

Neste texto pretendemos apresentar, através de relatos orais, as oportunidades de trabalho que a cidade oferecia aos assalariados africanos nessa época.

As gerações nascidas nas primeiras décadas do nosso século viveram a sua idade viril em plena época do fascismo em Moçambique. A política do "Estado Novo" em Lourenço Marques caracterizou-se pelo rigoroso controlo dos trabalhadores. As populações a quem tinha sido dado o "estatuto de indígena", esse controlo foi feito através da legislação e das instituições que impuseram o pagamento de impostos, a identificação e movimentação dos trabalhadores, e a obrigatoriedade do trabalho.

A legislação sobre o trabalho, ou com ele relacionada, produzida entre 1926 e 1960, apresenta pequenas alterações, sempre no sentido de uma melhor sistematização ou operacionalidade da sua aplicação. Só após 1960 são introduzidas algumas reformas de modo a fazer face aos imperativos da pressão internacional e do surgimento dos movimentos de libertação nas colónias portuguesas.

Os relatos orais que transcrevemos aqui não são apresentados na sua versão integral e original. Alguns são traduzidos das línguas tsonga e ronga, e todos constituem um "recorte" da versão integral.

Estes relatos são resultado de entrevistas realizadas em diferentes projectos de investigação do Arquivo Histórico de Moçambique, que se encontram conservadas na "Colecção de Fontes Orais da História".

A identificação dos entrevistados é sumária, pois as suas entrevistas foram concedidas em contextos diferentes do deste artigo. É também apresentado um breve relato anterior a 1930, que ilustra as oportunidades de emprego logo após 1895.

II. RECORDAÇÕES

1. Entrevista com D.J.Sithole — Maputo, 1986

"O meu pai nasceu na Beira. Veio com Nghunghunyani, no tempo antes da guerra com Nghunghunyani, quando saiu de Musapa para cá⁸. O meu pai era um dos soldados. O seu 'butho'⁹ era 'Ndu mazakulu', quer dizer, era 'Ngonde'.

O meu pai ainda foi a pé com outros amigos para a África do Sul, e esteve lá não sei quantos anos. Só iam trabalhar e voltavam a pé.

O meu pai resolveu vir aqui. Naquele tempo chamava-se 'Delagoa Bay'. Veio fixar-se aqui. Trabalhava a descarregar os caris que vinham nos navios. Mas não havia um porto como este¹⁰. Era só água. Iam com lanchas buscar aos navios.

Depois, o meu pai começou a estudar à noite na Missão, e como a Missão precisava de homens para começar a trabalhar, o meu pai foi um dos primeiros evangelistas desta Missão¹¹.

A primeira capela desta Missão foi ali no Laulana. Quando o meu pai foi ordenado o primeiro evangelista, foi fundada uma capela no Zihlahla. Esta foi a segunda capela.

Eu nasci em 1904, mas só em 1916 fui para a escola. Aprendíamos em ronga e em português. Em 1920 vim para a cidade procurar trabalho."

2. Entrevista com C.N.Nhaca — Maputo, 1980

"Sou o primeiro filho. Somos quatro.

Frequentei a escola anglicana no Bairro Fajardo. Comecei, era 1922. Nesse tempo, a gente começava a estudar quando já era um rapaz que completou quinze anos. Para fazer a 4ª classe..., quando chegava os dias de exame ficava doente. Depois aborreci-me. Os meus amigos já eram professores, outros casaram, estavam a trabalhar, já tinham passado a 4ª classe.

Mas o meu pai, como era um sábio, não me deixava. Dizia que não podia sair da escola sem ter a 4ª classe. 'Vou-te auxiliar tudo o que você quer, porque eu estou a trabalhar, estou a ganhar. Você fica a estudar até sair com um papel do seu estudo, da escola'. Não cheguei a fazer a 4ª classe. Então comecei a trabalhar. O meu pai dava-me tudo. Eu tinha fato, tinha sapatos, tudo, quando andava na escola. Os meus amigos não encontravam isso. Andavam [descalços], andavam com calções, assim. Mas eu usava como se fosse um rapaz que estivesse a trabalhar.

Depois, fui trabalhar num escritório, lá no escritório do Catója, como servente. Como tinha escola, andava nos Correios a abrir a caixa, a entregar as facturas da firma. [Ganhava] 150\$00. Só trabalhei um ano. Deixei porque estava a atingir a idade para casar. Eu vi que não vale a pena, com esse dinheiro não vou fazer nada, nem para vestir não chega.

O meu pai ralhava: 'Eles não podem pagar a você 300\$00 ou 400\$00 porque não tem diploma. Você tem escola, tudo, mas não tem diploma. Como há-de ser? Você tem que estudar à noite'.

Mas a escola à noite ainda era fraca, porque não havia professores nesse tempo.

Depois de sair do Catoja, trabalhei na Fábrica de Cigarros A.E.George. Essa fábrica é aquela que está ali ao pé da Capitania. Trabalhei lá seis meses, só. Não ganhava nada. Aquele que não é de valor, que não é técnico... é só trabalhar. Toda a gente assim. A separar o tabaco, a limpar, separar e limpar. Esse grupo só ganhava 100\$00, 150\$00 os mais antigos. Aqueles que ganhavam bem eram os que estavam na embalagem. Empacotavam com as máquinas que eram a vapor. Não eram de electricidade mesmo. Não se faziam greves. Aquele que não quer, não é? Diz que ganha pouco e vai-se embora hoje mesmo: 'Olha, eu já não quero trabalhar porque encontrei outro serviço lá fora onde vou ganhar mais'. Pronto. 'Pode ir'. A Fábrica de Cigarros era para os rapazes porque aquele serviço era para a rapaziada que saía das escolas. Assim, para ganhar 60\$00, 75\$00, 100\$00 eram rapazes de 10 a 15 anos. Os adultos são os que fazem o serviço pesado, que ganham até 300\$00 ou 400\$00.

Depois parti para a África do Sul. Em 1930. Estava à procura de dinheiro para casar. Aqui não havia vencimento que uma pessoa pudesse juntar dinheiro até completar o 'lobolo'. Fazer o casamento! Não pode. Não se ganhava para comprar um fato melhor. Ainda não havia. A cidade não era grande. A cidade era de cá da baixa até à Pinheiro Chagas, aquela que se chama Eduardo Mondla ne. Chegava ali só. O resto, lá, eram oficinas, cantinas, quê... e moradias das pessoas. A cidade dos serviços, para fazer serviço, era cá¹².

Fui duas vezes para a África do Sul, antes de fazer a cerimónia do casamento. Quando se está a namorar, os meus pais vão ter com os pais dela com 500\$00 e um anel. Mas ela não quis esperar por mim até ter o dinheiro. Como já me apresentei aos pais dela, queriam que a levasse para minha casa. Mas eu e o meu pai queríamos as coisas a correr com ordem. O caso foi assim. Eu fiquei lá na África do Sul a trabalhar até acabar. Depois, quando cheguei a casa, andei a procurar outra menina. Depois 'deposi-tei', entreguei o lobolo e casei. Dentro de um ano estava casado porque já tinha o dinheiro.

Quando casei estava na firma A.Teixeira Lda. Trabalhei lá quando voltei da África do Sul. Eu era o encarregado do armazém. Armazém de ferragens: pregos, chapas, todos os ferros, latas de tinta... Quando saí fui para a Câmara Municipal.

A gente, quando queria encontrar um serviço, era com a ajuda da família. Se tenho o meu irmão, cunhado ou quê, e se há uma vaga, não é? Vou pedir por ele no serviço: 'Senhor chefe, o meu irmão, o meu cunhado, o meu primo, ele não trabalha, como estou a ouvir que aqui há uma vaga, eu estava a pedir para ele ser admitido'. Era assim que a gente encontrava serviço. Só o serviço de brigada ou carregamento é que se encontrava andando pelas ruas. Eram muitas as pessoas que andavam pelas ruas a pedir serviço. Era muita gente nesse tempo, porque não havia muito serviço. A cidade era pequena e não havia muitas empresas como hoje¹³.

Na Câmara Municipal ganhava-se por 15 dias. Quando eu entrei eu não sabia que era para ganhar por 15 dias. Precisavam de serventes na Câmara, e esse meu cunhado arranjou-me o lugar. Quando chegou o dia, eles passaram para a gente aquele 'tiquiti' [ticket, cartão], para irmos receber os 15 dias. Era 10\$00 por dia, porque eramos assalariados eventuais. O dia em que não trabalha não conta. Domingo não conta. Quando se tem muitos feriados não se ganha. Foi isso que me fez abandonar a Câmara.

Depois, quando vim para a Estatística, era o tempo em que estavam a fundar o Arquivo. Aquele edifício que está ao pé do Dicca¹⁴. Eu fui lá trabalhar a ganhar 300\$00, três notas de cem escudos, sem abono, sem nada nem nada. Em 1942.

Depois, em 1942, acabaram as obras, pintaram tudo, puseram as prateleiras. No fim de 1943, mandaram o chefe que ia servir como Conservador. Chamava-se senhor Conservador. Era o tenente Montêz. Essas repartições do Estado, nessa altura, eram chefiadas pela gente do quartel. Capitão, tenente... ele foi nomeado em Lisboa. Sim, senhor. Não havia funcionários, não havia nada. Fomos nós os dois para o Arquivo Histórico. Quando era para fazer limpeza e carregar os livros, ia-se chamar os presos que estavam no Comando, para fazerem o serviço que é pesado. A esses presos não se pagava dinheiro, só comida. Era como no xibalo.

Eu nunca fui para o xibalo, porque sou natural de cá da cidade. Nós aqui não sofremos todas as coisas. Aqui havia prisões no tempo das 'rusgas' para cumprir o serviço militar. Houve uma rusga em 1941. Havia rusgas à noite. Às nove horas começavam a exigir documentos. Também se ia para a prisão ou para o xibalo para pagar o imposto se não tem dinheiro. Ia para a machamba de um senhor seis meses sem ganhar nada. O Estado é que cobrava o dinheiro daquele senhor.

Era assim que a gente vivia. Mas só que a gente não ganhava que chegasse, porque a vida era assim: o serviço não havia, as coisas eram caras... nesse tempo a vida era barata mas também não se ganhava que chegasse."

3. Entrevista com Felizmina — Maputo, 1981

"Não sei bem a minha idade. Quando eu nasci já existia o ra pé de 'murimi'¹⁵.

Nasci aqui em Lourenço Marques. Nesse tempo morava no Hule ne.

O meu pai tinha ido para a África do Sul deixando-me com os meus três irmãos e a mamã. O meu pai não regressou e eu fui ficando crescida. O que podia fazer? Íamos procurar ameijoas para vendermos na cidade e carregávamos lenha. Íamos ao 'Chandjala'¹⁶. Dizem que agora está lá o quartel. Nos nossos tempos ficavam lá os soldados. Íamos vender lenha ali. Davam-nos farinha, davam-nos feijão-nhemba para ajeitarmos a vida da casa.

Então comecei a ver: 'Ora! Esta vida não melhora. A vender não melhora! O melhor é eu ir procurar um emprego. Vou trabalhar, quando chegar ao fim do mês vou conseguir tirar algum dinheiro'. A mamã disse: 'Ih! Ih! Tenho medo. Primeiro vou dizer aos familiares do teu pai'. Foi informar a nossa tia. A nossa tia também é mulher, o que podia fazer? Disse: 'Vai procurar ser viço'.

Vim pedir emprego aqui na Facobol. Comecei em 1949, quando a fábrica ficava na Malhangalene. Quando alguém se engajava, para entrar aqui, perguntavam-lhe: 'Você entrou, sabe o que é aqui?' Se dissesse que não, informava-se: 'Aqui é N'wamukhakha'¹⁷ aqui não se ri'. Apanhava-se quinze dias de suspensão para ficar em casa, depois mandavam chamar porque o trabalho estava parado. Aqui havia palmatória, quem nos batia era o 'Malalanhane'¹⁸.

Entrei aqui a ganhar 1\$00. Comecei a trabalhar no serviço de galoar. Naquele tempo, vínhamos formar uma bicha na entrada e o patrão vinha, escolhia e engajava a pessoa, assim. Também o dinheiro era marcado pelo patrão, não era marcado pelo governo¹⁹. Os que entraram depois de nós já começaram com 1\$50. Depois fui andando até 7\$50, depois quarenta quinhentas[20\$00].

Quando entrámos para a Malhangalene, a fábrica era pequena. Era uma garagenzita que tinham alugado. O serviço não corria bem. Os sapatos eram vendidos mas não saíam como devia ser, porque a casinha era pequena. Depois, começámos a fazer sacos de água quente, sacos para gelo, sapatos com sola. Fazíamos 120 a 210 sapatos de ginástica. Começou a entrar um bom dinheiro, e o patrão disse isto: 'Estamos a pensar construir outra fábrica'. Construiu-se outra fábrica lá na avenida de Angola. Não podemos comparar com aquele tempo em que se vendiam sapatos por 15\$00, 30\$00, 50\$00. Este era o máximo. Quando viemos para cá, já era melhor. Trabalhava-se à hora, não se igualando ao trabalho ao dia, pois com as horas-extras tinha mais uns escudozitos que eram suficientes.

Depois começaram a trabalhar os do 'cilindro'. Moem a borracha e temperam. Faziam coisas em borracha. Faziam tudo: solas para sapatilhas, peçazinhas, borrachas para as portas dos carros. O cilindro faz tudo. Depois, a fábrica começou a crescer. Cresceu e continuou até hoje.

No tempo em que viemos para cá, nós, os que completámos cinco anos aqui, começámos a ganhar 700\$00. Nunca passei daí até hoje que cheguei a Frelimo.

Desde que entrei na Facobol... não sei mesmo! Às três e meia acordo, tomo banho, saio, às quatro horas estou aqui a entrar. Quando alguém diz que se atrasa, palavra de honra que não compreendo. Às três horas a minha cabeça já não quer que eu continue na cama.

Naquele tempo, os sapatos eram muito comprados. Cosemos muitos sapatos e compraram muitos sapatos, mas não nos aumentavam o dinheiro. Desde o amanhecer, às vezes só saíamos às 10 horas. Aquilo já não é trabalhar, é torturar. Se para nós existiam as 11h 30m, nós não sabíamos. Tínhamos que comer enquanto estamos a coser. Como é que conseguíamos comprar a comida nos bazares e cozinhar? Oh! Comíamos sardinha com pão. Se estava sentada a trabalhar, eles mandavam um e diziam: 'Vai comprar pão e sardinha'. Abriam a lata de sardinha e deitavam no pão. Comíamos. Para cozinhar onde íamos arranjar tempo? Comíamos a trabalhar e sem marcar, porque não tínhamos acabado o trabalho. Mesmo à noite, quando se ficava a trabalhar é porque não se tinha acabado o trabalho. Trabalhava-se de 'borla' todo aquele tempo.

Quando eu vim trabalhar aqui na Facobol eu não sabia. Eu tinha máquina em casa mas não sabia coser sapatilhas, não sabia 'galoar', não sabia. Vim aprender tudo aqui. Depois fazia tudo. Sei pôr tudo num sapato. Dizem que era a 'faz-tudo'.

Naquele tempo, vinham brancos de Lisboa aprender aqui, mas muitos voltaram, não conseguiram, porque eles estavam habituados

a cortar os sapatos por molde e a pregar com alfinetes. Mas a sapatilha não se faz assim. É cortada aqui e você tem que a coser. Você é que nota: 'Como é que este sapato está?' Porque nós embora não tivéssemos estudado na escola, se nos ensinam como é fazemos. Admitiam-te para aprender mas se ao fim de dois dias não sabias... 'vai!'. Amanhã vão escolher outro à entrada. E assim por diante.

Hoje, quando olham para nós, os mais antigos, dizem: 'São os vulcanizadores'. Ah! Passeiam por aí. Enquanto que esta fábrica desenvolveu-se devido ao fabrico de sapatilhas. O trabalho em cabedal começou há poucos anos. Quem construiu esta casa toda foi a sapatilha e foi a borracha.

O serviço era desde que se entra até que se acaba. Por isso, à noite, quando descíamos a Malhangalene — não existe ali uma esquadra? — éramos apanhados, e eles iam-nos buscar de manhã e tornavam a levar-nos para o serviço. Diziam ao patrão: 'Apanhámos a sua gente'. Porque nesse tempo às 21h já não se podia transitar. 'Estivémos a trabalhar'. 'Onde está o papel do teu serviço?'. E lá [no serviço] diziam: 'Você, tartaruga, fica a trabalhar'.

Eu pensava que nas fábricas tirávamos dinheiro às mãos-cheias, que trazia dinheiro para casa, porque se dizia que era melhor trabalhar do que andar a vender pouco a pouco. Que também na fábrica vínhamos sofrer, não sabia.

Tínhamos quinze dias de férias²⁰. O patrão dava uns poucos quilos de arroz e açúcar — 'São boas-festas'. Ia-se comer aquelas boas-festas e ficava-se quinze dias em casa. Dizíamos: 'Ih! O patrão gosta muito de mim. Deu-me arroz'. Esquecendo qual o horário a que você entra, como é o teu esforço, quanto dinheiro tiras por dia. Não sabes porque não estudaste. Mas ele, ele manda cultivar arroz e oferece para te animar. E você ainda diz: 'Ih! Este patrão é bom!'

O que eu fiz é o que estão a ver. A fábrica encheu-se, tem pessoal, tem tudo. É o fruto do trabalho das minhas mãos."

4. Entrevista com M.M.Vicente — Maputo, 1980

"Eu nasci, conforme consta nos meus documentos, em 1920. Mas os velhos lá da minha terra contavam que não foi em 1920, mas em 1917. Assim, como cresci enfezado, nesses tempos, quando se faziam os arrolamentos, que é o recenseamento, mandavam levantar um rapaz e, vendo a altura, diziam: 'Tem tantos anos'. Enquanto que não eram esses os seus anos.

Em 1936 continuei a 3ª classe, e no mês de Dezembro, que era o mês em que se faziam os exames, fui fazer o exame da terceira classe e passei. Os que passavam na 3ª classe rudimentar

tinham, para continuar os seus estudos, que ir internar-se na Missão, mas comendo à sua custa, e como a minha casa era muito longe, que não podia aguentar, e a minha mãe não podia trazer comida à Missão porque já era uma pessoa de idade, desisti, dei de aprender, e saí de casa a pé para o Chongoene. De Chibuto. E dali, saí de Chongoene para ir dormir em Chissano, na Macia. No segundo dia dormi nas últimas lojas quando se vem para cá. Chamavam Nhimbeni a esse local. E no terceiro dia cheguei a Xinavane às 10 horas da manhã. Comecei a procurar trabalho lá, e encontrei o trabalho de carregar cana-de-açúcar com um ordenado de 35\$00 por mês. Trabalhei durante um mês e pedi para sair. Recebi esses 35\$00 e fui à carreira do 'Malebolile', que era o Manuel Antunes, que são os carros do Bilene.

Nesses tempos, a passagem de Xinavane para cá, Lourenço Marques, era 22\$50. Saí de lá para aqui. A cantina do Manuel Antunes era ali ao pé da Munhuana, ali na Missão da Munhuana.

Nos tempos, quando uma pessoa vinha para aqui à procura de trabalho, ia procurar trabalho ali no Mercado. Este Mercado Central, mesmo. As pessoas iam lá. Ficavam ali e vinham as senhoras para escolher um dos rapazes que estavam ali.

Depois, quando fui ao Mercado Central, fui ali ter com outros rapazes. Havia lá muitos. Veio uma senhora, D. Mariana, uma senhora que tinha uma pensão ali na 24 de Julho. Ela falou comigo: 'Quanto queres ganhar?' Pedi 50\$00.

Quando fui para casa dessa senhora, era para lavar a louça, como ainda não sabia outro trabalho a não ser esse, andar à procura de capim para os coelhos e ir levar o 'mata-bicho' ao patrão, nos Caminhos de Ferro. Nos Caminhos de Ferro, havia um 'compound', lá onde ficavam os contratados que trabalhavam ali mesmo no cais. E era esse o meu trabalho lá. Quando acabou o mês a senhora, em vez de me pagar 50\$00 como foi combinado, pagou-me 100\$00, por ver que eu era um bom rapaz...

Trabalhei ali em 1937, 1938. Mas como eu tinha substituído um outro 'moleque' que tinha sido preso, quando este voltou a senhora viu que não podíamos trabalhar os dois e disse-me para ir procurar trabalho noutro sítio.

Em 1939, quando chegou o presidente Carmona, no mês de Julho, fui a Machanguene, na Matola, à WNLA para ir para a África do Sul.

Em 1951, voltei cá para procurar trabalho. Nesse tempo, o trabalho era muito difícil de encontrar²¹. Quando uma pessoa chegava aqui ia para a Administração do Concelho, com a licença da Administração da sua terra, e ali, no Concelho de Lourenço Marques, davam-lhe, se não era 15 dias eram 10 dias, para andar à procura de trabalho. Se não encontrasse trabalho, volta-

va para a Administração do Concelho e davam mais 5 dias. Ao fim desses 5 dias não se voltava mais. Se voltasse para lá, ia ser contratado para as machambas desses 'Diccás' e outros industriais. Havia um senhor que era o Cardiga.

Como era raro encontrar serviço, andei a fazer biscates. Até que um senhor da minha terra, que também procurava trabalho, ouviu dizer que nas Obras Públicas queriam pessoal para ir trabalhar na Pedreira. Fui lá com ele. Levaram-nos até a Ponta Vermelha, onde a gente arrancava as pedras para reconstruir-se a Fortaleza. Ali o serviço era muito pesado porque a gente cavava para tirar aquelas pedras. Se a gente encontrava uma pedra grande, era com cinzel e martelo, daqueles martelos que não têm sinais de quilos, é uma massa de ferro. E agora, rachar aquelas pedras era um serviço muito pesado!

Muitos fugiam, outros trabalhavam só meio-dia, à tarde não voltavam. Mas eu fiquei ali a trabalhar, como já me tinha acostumado a trabalhar na África do Sul já sabia o que era serviço pesado.

Depois, quando acabou esse trabalho, a Fortaleza já estava pronta. Fui trabalhar ali mesmo."

5. Entrevista com M.Mabutane — Maputo, 1981

"Nasci na Matola. Cresci sem pai, o meu pai morreu em 1939. Vivi com a minha mãe, vendia coisas para poder estudar. Estudei e fiz a 4ª classe em 1948. No mesmo ano comecei a trabalhar na Fábrica de Tabacos.

Nesse tempo só se contava a guerra do 'Germano'²². Depois, passado algum tempo, houve muita fome mesmo. Só vivíamos de qual quer maneira. No campo, pouco mais ou menos, conseguimos sobreviver. Até que terminou essa guerra.

Comecei a trabalhar com 14 anos, no último ano em que fiz a 4ª classe. Comecei no mesmo ano, porque já nem tinha roupa para vestir, não é? Era um pouco matulão! Não tinha outra maneira a não ser começar a trabalhar. Trabalhei na fábrica Sociada de Ultramarina de Tabacos. Antigamente era a Fábrica Nacional de Tabaco.

Primeiro trabalhei como cortador de tabaco, depois passei a trabalhar na máquina de fazer cigarros, como ajudante de maquinista. Na ausência do mestre eu é que ficava no lugar. Havia vários tabacos. Depois era 'civilizado', depois juntavam na máquina... sofria aquelas transformações até ser cigarro.

Nesse tempo 'entrei' com 150\$00. Ao fim de um ano fomos aumentados 10\$00. Trabalhei durante quatro anos. Depois, fui para uma oficina de auto-mecânica, mas saí. Não conseguia arranjar emprego. Então, em 1952, fui para as minas da África do Sul.

Nesse tempo éramos brincalhões. Depois do serviço era só futebol. Nesse tempo não bebíamos.

Em 1955 entrei para a DETA e no fim desse ano casei-me. Em 1957, a minha roupa estava esfarrapada, já não conseguia comprar. Nesse tempo recebíamos muito pouco. Então saí, e de 1957 a 1959 fui trabalhar para a África do Sul, só para conseguir roupa porque aqui não podia comprar uma calça, não é? Nem sapatos.

Depois, como tinha a 4ª classe, fiz um requerimento e fiquei como contínuo. Mas só limpava o carro e fazia o chá para o Inspector. Fiquei assim durante um ano. Mas um dia perguntei-lhe: 'Faz favor, eu entrei aqui com a 4ª classe para fazer outros serviços, eu só passo a vida a limpar o carro!' Ele disse que me batia, mas como eu fazia bem a limpeza... Depois, comecei a trabalhar com outro comandante.

Uma vez assisti a um filme no cinema Império, depois estava a conversar com um amigo e disse: 'Eh pá!' Um guarda que estava atrás, ouviu. No dia seguinte, levaram-me para a Polícia, a esquadra do Bairro Indígena. Depois começaram a contar e diziam-me: 'Diz lá a verdade, rapaz!' Um senhor polícia, era civil, deu-me 'porrada'. Então, aquele que me levou para a cadeia escreveu ali: 'UPA', e disse: 'Lê lá!' Eu li: 'Upa'. Mas eu disse 'eh pá' e não 'upa'. Depois encontrei-me com um amigo que me explicou. Foi quando comecei a conhecer que há movimentos que lutam, agora. A partir daí comecei a saber que havia qualquer coisa. Depois vim consultar esse meu amigo, que tinha um livrinho. Era um livrinho oferecido pelo seu chefe, e vinha ali na capa: 'As Gadanhas da Morte do Tempo Presente'²³. Depois, nós começamos a ler aquele livro e começamos já a abrir os olhos. A vida, afinal, é esta assim?!

Nós contamos aos nossos filhos: como crescemos, como trabalhamos, com quantos anos começamos a trabalhar, como era com os passes. Há coisas que eles acreditam, há coisas que não acreditam..."

III. MEMÓRIA E HISTÓRIA DO TRABALHO

Estes relatos constituem uma pequena amostragem da memória sobre aspectos da vida na cidade, durante as décadas de 1930 a 1950, onde podemos encontrar algumas concepções comuns, como o tempo e o trabalho.

O tempo é periodizado em três ciclos: o tempo da escola, o casamento e o trabalho. Cada ciclo corresponde a diferentes etapas do processo de inserção do indivíduo no conjunto das relações económicas e sociais que eram dominantes na época. O acesso a um determinado sistema de ensino condicionava o estatuto po

lítico e civil, no interior da sociedade colonial. O casamento, ao inserir a família em certo estrato social, exigia que se reproduzisse o fenómeno de acumulação e redistribuição de bens entre famílias — o "lobolo", mesmo que simbolicamente. Mas era fundamentalmente através do trabalho que cada indivíduo se integrava no sistema de relações económicas ²⁴.

É no relato das oportunidades de emprego que existiam, das condições e processos de trabalho, das crises económicas que se reflectiam na vida familiar em diferentes ritmos, que emerge a imagem da cidade ²⁵:

— "Naquele tempo chamava-se 'Delagoa Bay'(...). Trabalhava a descarregar carris que vinham nos navios. Mas não havia um porto como este(...). Depois, o meu pai começou a estudar à noite na Missão. (...) foi um dos primeiros evangelistas(...)".

— "(...) Depois fui trabalhar num escritório (...) como servente. Deixei por que estava a atingir a idade para casar. (...) Aqui não havia vencimento que uma pessoa pudesse juntar dinheiro até completar o 'lobolo'. Eram muitas as pessoas que andavam pelas ruas a pedir serviço. A cidade era pequena e não havia muitas empresas como hoje. (...) porque a vida era assim: o serviço não havia, as coisas eram caras... esse tempo a vida era barata, mas também não se ganhava que chegasse."

— "(...) A vender não melhora! O melhor é eu ir procurar um emprego. Naquele tempo, vínhamos formar uma bicha na entrada, e o patrão vinha, escolhia e engajava a pessoa, assim. (...) quando se ficava a trabalhar é porque não se tinha acabado o trabalho. (...) o serviço era desde que se entra até que se acaba."

— "Nos tempos, quando uma pessoa vinha para aqui à procura de trabalho, ia procurar o trabalho ali no Mercado. Em 1959, voltei cá para procurar trabalho. Nesse tempo, o trabalho era muito difícil de encontrar. Muitos fugiam, outros trabalhavam só meio dia. (...) como já me tinha acostu mado a trabalhar na África do Sul, já sabia o que era serviço pesado."

— "Comecei a trabalhar com 14 anos. Em 1952 fui para as minas da África do Sul. Em 1955, entrei para a DETA. (...) Nesse tempo, recebíamos muito pouco. Então saí, e de 1957 a 1959, fui trabalhar para a África do Sul só para conseguir roupa, (...). Depois, como tinha a 4ª classe, fiz um requerimento e fiquei como contínuo."

Lourenço Marques representava a possibilidade de se encontrar um emprego e salário permanentes. Embora os salários fossem inferiores aos que se ganhavam em certos postos de trabalho na África do Sul, na cidade havia a possibilidade de constituir e fixar a família, fugindo às duras condições e escassas oportunidades de trabalho das zonas rurais.

Porém, não era fácil encontrar-se um emprego permanente. Os melhores eram os serviços do Estado, e estes estavam reservados principalmente aos emigrantes portugueses ²⁶, para quem Lourenço Marques também era a oportunidade de um emprego melhor que na

terra natal. O trabalho especializado no porto, caminhos de ferro e fábricas, era concorrido entre imigrantes europeus e africanos "não-indígenas". Restava à grande massa populacional, abrangida pelo "estatuto político, civil e criminal dos indígenas", o trabalho eventual nas "repartições do Estado" e os contratos como operários, jornaleiros e serviçais²⁷, pois, nas zonas rurais, primeiro o xibalo²⁸ e depois a cultura do algodão²⁹, restringiram as oportunidades de trabalho e aliciaram à emigração para Lourenço Marques.

Até à instauração do fascismo em Portugal, nem o regime monárquico nem o republicano, apesar dos diversos decretos sobre o controle da força de trabalho, haviam conseguido realizar um plano concreto de colonização e fomento do território moçambicano³⁰. A primeira legislação que regulamenta o trabalho dos "indígenas" data de 1900, e traça os fundamentos da política colonial sobre o trabalho:

"Todos os indígenas das províncias ultramarinas portuguesas são sujeitos à obrigação, moral e legal, de procurar adquirir pelo trabalho os meios que lhes faltem, de substituir e de melhorar a própria condição social".

É interessante notar que este decreto regulamenta também a emigração e o acesso à terra, pelo que, no seu artigo 1.º, concluiu:

"Teem plena liberdade para escolher o modo de cumprir essa obrigação, se não a cumprem de modo algum, a auctoridade publica pode impor-lhes o seu cumprimento"³¹.

Este decreto exceptuava as mulheres, os menores de 14 anos e os cipais e "chefes indígenas"

Em 1904, novo regulamento concretiza o "estatuto de indígena" e as condições de assalariamento na cidade de Lourenço Marques, através de uma das mais importantes instituições, a Administração do Concelho. Segundo este "Regulamento dos Serviçais e Trabalhadores Indígenas no Distrito de Lourenço Marques", dentro da cidade só era permitida a permanência de indígenas que fossem proprietários de bens imóveis ou de estabelecimentos comerciais ou industriais, os que estavam ao serviço do Estado ou do município, os que possuíam uma licença para permanecer na cidade à procura de emprego, os que eram serviçais de um particular de passagem na cidade, ou possuissem um documento que comprovasse que vinham resolver um assunto pessoal ou vender produtos, e ainda, os serviçais, operários e jornaleiros particulares. A estes trabalhadores era permitido viver na cidade desde que estivessem registados na Administração do Concelho, mas estava-lhes interdita a circulação dentro dela a partir das 21 horas, salvo aqueles que fossem portadores de documentos dos seus empregadores para tal, como era o caso dos condutores de "rickshaw" e os

carregadores. Segundo este regulamento, não era permitido aos trabalhadores abandonarem os seus locais de trabalho. Os que o fizessem seriam presos ³².

Em 1919, pelo "Regulamento dos Passes Indígenas", nenhum indígena podia ser recrutado sem possuir o respectivo "bilhete de identidade", assim como um documento de "livre trânsito" para se movimentar de uma área administrativa para outra ³³. Em 1922, nenhum indígena podia permanecer na cidade mais de três dias sem um passe de trânsito, e os trabalhadores que não tinham alojamento nos seus serviços deviam pernoitar nos "compounds" ³⁴.

Mas foi o "Estado Novo" que sistematizou toda a legislação laboral dos períodos anteriores e criou os mecanismos para a sua aplicação e controlo, de forma a poder realizar a sua política económica, que em relação às colónias se resumia a: fontes de produção de matérias-primas para as manufacturas portuguesas, particularmente a indústria têxtil; mercados da produção metropolitana e locais para fixação da mão-de-obra excedentária portuguesa. Para permitir a realização destes objectivos, é então reestruturada toda a administração colonial, facto atestado por importante legislação como o "Acto Colonial", a "Carta Orgânica do Império Colonial" e a "Reforma Administrativa Ultramarina" ³⁵. Em Moçambique, a aplicação destes princípios políticos e económicos efectiva a regulamentação criada depois do golpe de Estado de 28 de Maio de 1926, nomeadamente o "Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas", a "Organização do Ensino Indígena" e o "Regulamento do Trabalho dos Indígenas" ³⁶.

A crise mundial de 1929 pressionou a grande viragem na atitude do governo colonial português em relação às suas colónias, particularmente as maiores, Angola e Moçambique. Antes tinha sido o Brasil que "até ainda depois da guerra, ocupou os cuidados e os interesses da nação sob os aspectos económico e social" ³⁷. A nova estratégia económica de "nacionalizar" as riquezas de Moçambique, principalmente a sua força-de-trabalho, iria alterar as oportunidades de trabalho na cidade.

Durante a crise económica de 1929, que em Moçambique se reflectiu a partir dos primeiros anos da década de trinta até à década de quarenta, os emigrantes portugueses, na sua maioria com níveis de instrução muito baixos, tiveram que enfrentar a escassez de postos de trabalho na cidade, e muitos conheceram o desemprego ³⁸. Para estes emigrantes sem capital, o crédito agrícola era insignificante, o reconhecimento ecológico e agrícola de Moçambique não estava traçado e o crédito industrial era praticamente inexistente ³⁹.

Contudo, a emigração europeia foi crescendo, particularmente a portuguesa, e o Estado criou mecanismos para a proteger, di

minuindo significativamente, em Lourenço Marques, o número de em presas concessionárias britânicas e os seus funcionários não-portugueses⁴⁰. E com a criação de um ensino separado para os africanos, o Estado criou a barreira principal na competição destes com os europeus pela obtenção de postos de trabalho nas cidades e, simultaneamente, impediu que esta mão-de-obra que emi grava aos milhares para as colónias britânicas vizinhas e para a União Sul-Africana, continuasse a correr o risco de fugir da es fera de influência portuguesa. Influência esta considerada pou co enraizada, pois ainda nos anos 40 o Governador-Geral em Mo çambique, achava que os emigrantes portugueses não estavam "psi cologicamente fixados"⁴¹. Assim, através do diploma-legislati vo nº 238 de 17 de Maio de 1930, é organizado o "Ensino Indíge na da Colónia de Moçambique, que visava a instrução indígenã co mo o "principal agente civilizador, da consolidação do domínio português, e a base do progresso da colónia"⁴². O ensino primá rio deveria "civilizar e nacionalizar os indígenas da colónia por meio do ensino da língua portuguesa e da transformação dos costumes selvagens"⁴³, enquanto que o ensino profissional "per mitiria "preparar os indígenas de um e outro sexo, maiores de 10 anos, para adquirirem honestamente os meios de manterem uma vi da civilizada e contribuirem mais eficazmente para o progresso da colónia"⁴⁴.

Mas foi o aumento da taxa do "imposto indígena", que a par tir de 1938 passa a ser extensivo a todos os indígenas de ambos os sexos residentes no concelho de Lourenço Marques (cidade e subúrbios)⁴⁵, que, durante a crise, pressionou este grupo so cial, seleccionado por um sistema de ensino diferente, a assala riar-se, aceitando salários inferiores.

Em 1943 o imposto aumenta novamente, passando, na cidade, de 150\$00 para 250\$00, enquanto que os salários, entre 1930 e 1945, variaram entre os 100\$00 e os 300\$00.

A obrigatoriedade do imposto para todos os homens e mulhe res entre os 18 e os 60 anos⁴⁶ aumentou o afluxo de população em busca de trabalho na cidade, ao mesmo tempo que, nesta, os pre ços dos géneros alimentícios subiam⁴⁷.

Por outro lado, na cidade reflectia-se a crise das zonas ru rais do Sul de Moçambique: as dificuldades de agricultores e cria dores de gado africanos competirem no mercado com os europeus, a intensificação da cultura do algodão e o contínuo recrutamen to para "trabalhos públicos", pois na linguagem da época já não existia o trabalho compelido popularmente conhecido por xibalo⁴⁸.

De forma a evitar o êxodo rural, o aumento do desemprego e a concorrência pelos postos de trabalho, por um lado, e a manter o fluxo de mão-de-obra barata, por outro, o Estado torna mais

rigorosa a movimentação de "indígenas" dentro da cidade. Em 1944, através do "Regulamento dos Serviços Indígenas", obriga todos os africanos maiores de 14 anos, com residência temporária ou permanente na cidade, estivessem registados no comissariado da polícia, incluindo as mulheres que se dedicavam ao serviço doméstico ou à venda ambulante. Todos estes trabalhadores tinham que possuir uma "Caderneta Indígena" e um "Livrete de Serviço"⁴⁹. Através deste controlo, os que abandonassem os postos de trabalho eram detectados e condenados a trabalho correcional, perdendo os salários já vencidos. Os trabalhadores eram também proibidos de pedir aumentos salariais e, mais uma vez, repetia-se a regulamentação de 1904, que proibia a circulação de indígenas de pois das 21 horas⁵⁰.

Dois anos antes deste "Regulamento dos Serviços Indígenas", o Governador-Geral, José Bettencourt, através da circular data-da de 7 de Outubro de 1942 e com o nº 818/D-7, exigirá já que todos os homens válidos entre os 18 e os 55 anos, provassem que vi-viam do seu trabalho. Esta circular pretendia evitar que todos aqueles que conseguiam cumprir com o pagamento do imposto se fur-tassem ao trabalho assalariado, num momento em que a concorrên-cia pela obtenção de mão-de-obra barata era grande, entre a ci-dade, agricultores, empresários de plantações, e minas e "farms" das colónias vizinhas⁵¹.

Estabelecendo um rigoroso controlo sobre a mão-de-obra ur-bana e rural, o Estado conseguiu fazer face aos primeiros anos de crise, durante a IIª Guerra Mundial:

"Como não podia deixar de ser, alguns rendimentos mais dependentes das rela-ções comerciais com o estrangeiro, tais como os direitos de importação e os impostos de farolagem, tonelagem e de comércio marítimo, e os rendimentos pos-tais e telegráficos, têm sido um pouco afectados nestes últimos anos. Mas estas quebras vêm sendo amplamente compensadas com o crescente aumento dos impostos indígenas, de rendimento, de selo e de emigração — este últi-mo devido a uma maior actividade nas minas dos países vizinhos dando lugar a mais elevada necessidade de mão-de-obra indígena que vêm buscar a Moçambi-que, e aqueles a um melhor funcionamento da máquina fiscal e ao aumento da prosperidade económica da colónia"⁵².

Até aos anos 50, o imposto indígena foi uma importante fon-te de receitas, exigindo uma "preserverante actuação das autori-dades administrativas da cidade"⁵³.

Pressionados pelas crises e controlados através do imposto, os assalariados "indígenas", em Lourenço Marques, eram classifi-cados pelo próprio governo nas seguintes categorias: a) servi-çais domésticos; b) serventuários do Estado; c) serviços de par-ticulares; d) carregadores; e) artífices; f) compradores e ven-dedores ambulantes⁵⁴. Além dos serviços públicos (a maior parte dos quais teve uma grande expansão nos anos 40 e 50, com a cons-trução de novos edifícios e empreendimentos), do serviço domes-

tico, dos trabalhos de carga e descarga no porto e caminhos-de-ferro, eram poucas as empresas que absorvessem numerosos artífices, como serrelharias, carpintarias, oficinas mecânicas. As unidades industriais existentes em Lourenço Marques não eram numerosas nem diversificadas limitando-se praticamente a processamento de oleaginosas, gelo, tabacos, cerveja, moagens e cimento⁵⁵. Só a partir dos anos 50 surgirá um maior número de indústrias voltadas para a produção de bens necessários à vida urbana. O total de investimentos é muito pequeno, pois o capital mais significativo estava investido no sector agro-industrial: processamento de algodão, açúcar e sisal, e no sector dos portos e caminhos-de-ferro⁵⁶. Estas pequenas indústrias centradas em Lourenço Marques não tinham uma importância de realce no conjunto da economia de Moçambique e laboravam, a maior parte delas, com matérias-primas importadas. A principal fonte de acumulação vinha da existência, na cidade, de mão-de-obra abundante e barata.

No princípio do século, vir trabalhar para "Delagoa Bay" era tentar um emprego no porto. Nos anos 30, a cidade era ainda pequena, não havia muitos postos de trabalho e era preciso ter estudos, pela menos a 4ª classe, para se ter um salário razoável⁵⁷.

Nos anos 40, com o aumento do imposto indígena e para resistir ao agravamento do custo de vida, não era possível viver do pequeno comércio ambulante. O controlo administrativo e fiscal era muito eficiente, pelo que o surgimento de várias e pequenas unidades industriais na cidade constituía uma oportunidade de de assalariamento, embora muitas delas funcionassem num regime de trabalho árduo e rigoroso⁵⁸. Até meados da década de 50, era difícil encontrar um trabalho permanente⁵⁹.

Nos anos 60 é abolido o "Estatuto do Indigenato" e, com ele, o "ensino separado"⁶⁰. A nova lei de trabalho, o "Código do Trabalho Rural", perante pressões da Organização Internacional do Trabalho, introduz algumas reformas: estabelecimento do horário de trabalho em 8 horas por dia e 45 horas por semana, direito a 15 dias de férias anuais remunerados, salários iguais para ambos os sexos e, principalmente, proibição de sanções penais por falta de cumprimento do contrato de trabalho⁶¹.

Trata-se de uma nova linguagem que reforma apenas alguns dos aspectos mais violentos que caracterizam a legislação sobre o trabalho, do período anterior⁶².

O crescimento demográfico e económico de Lourenço Marques, nos anos de 1930 a 1950, só é compreensível, apesar das restrições de Portugal ao desenvolvimento industrial das colónias e das crises conjunturais dos anos 30 e 40, entendendo-se o sistema de trabalho que foi implantado na cidade, por um lado, e a crescente proletarianização das zonas rurais do Sul de Moçambique, por outro.

NOTAS

¹Bosi, Edea, *Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos*, São Paulo:1983, p.XV.

²António Ennes, nas suas memórias sobre as guerras de ocupação colonial, apresenta um mapa com a localização das chefaturas existentes entre a Baía e Marracuene, em 1895. Ver Ennes, A., *A Guerra d'Africa em 1895:Memórias*, Lisboa:1898, s/p.

³Lourenço Marques vê o seu estatuto elevado de vila a cidade pelo decreto régio de 10 de Novembro de 1887.

⁴O último descendente da dinastia real Mpfumo foi Nwamantibyane, filho de Zihlahla, desterrado em 1896 com Nghunghunyani, após violentos combates no Sul (Lourenço Marques e Gaza). O exílio do último descendente Mpfumo na corte de Nghunghunyani foi o pretexto para a invasão à capital do Estado de Gaza, e para a prisão e deportação de Nghunghunyani.

"O regulado de Zichacha, que acabou com a guerra em 1895, por o ultimo régulo se ter sublevado, passando as suas terras a ser incorporadas nas da Matolla, isto é, segundo o missionário Junod, o antigo regulado Mpfumo que tinha sido dividido pela insubordinação de um filho de Nhanruti, voltou, com pequena diferença, a ser constituído como estava então em consequência do incidente da guerra". In *Circunscrições de Lourenço Marques: Respostas aos quesitos feitos pelo secretário dos Negócios Indígenas*, dr.Francisco Ferrão, para a confecção do relatório sobre o districto de Lourenço Marques, Lourenço Marques: 1909, p.29.

⁵Após os últimos ataques à região de Lourenço Marques (Zihlahla) e Marracuene (Mabjaia), a população fugiu. Mais tarde, o governo de António Ennes emitiu um decreto amnistiando a população que desejasse regressar para trabalhar em Lourenço Marques ou nas terras circunvizinhas.

"Voltei do Incomati descontente com a humanidade, aborrecido de mim mesmo, a considerar nos estragos e nas calamidades da guerra. A participação da Magaia e da Zixaxa, afinal, era o despovoamento! Na realidade só estava submettido o chão que se deixava pisar pelos nossos pés; só estava socegado o arvoredor, quando o não agitava o vento! O que era feito de tantas dezenas de milhares de habitantes? Estavam nos domínios de Gungunhana".

O decreto concedia perdão no seu artigo 2º: "... aos indígenas não exceptuados delle pelo artº 1º que se apresentarem a qualquer auctoridade civil ou militar para lhes ser aceite a submissão, aos que vierem ou tiverem vindo procurar trabalho na cidade de Lourenço Marques, e aos que, embora não se apresentem, voltarem a estabelecer-se nas terras da Coroa e n'ellas viverem sem perturbar a ordem e a segurança publica e obedecendo às leis (...)" In: Ennes, A., op.cit., pp.239, 241.

⁶Jeanne Penvenne, na sua história do trabalho em Lourenço Marques, sumariza:

"In summary, men formerly engaged in ivory and skins trading as hunters, traders or porters increasingly found their work less remunerating. Agriculturists found their market crops less valuable and more difficult to sell. War, drought and disease destroyed accumulated cattle wealth and game reserves and drove whole communities into refuge. Recruiters took advantage of crisis to persuade hunters, warriors, traders, porters and refugees of the benefits of selling their labour to recoup their losses". In: Penvenne, J., *A History of African Labour in Lourenço Marques — Mozambique, 1877 to 1950*, Boston: 1982, p.15. Ver nota 5.

⁷"New state cooperation with portuguese employers made Lourenço Marques something of company town with its own state-run contract labour recruitment agency". In: Penvenne, J., op.cit., p.455.

⁸A vinda de Nghunghunyani de Mossurize para Gaza foi em 1899. Ver mapa das deslocções de Nghunghunyani e alterações territoriais do Estado de Gaza em: Nghunghunyani: herói da resistência à ocupação de Gaza/DNPP e AHM, Maputo:1985,s/p.

- 9 "Butho" era o termo que designava os regimentos do exército do Estado de Gaza.
- 10 As obras do porto de Lourenço Marques prolongaram-se de 1897 a 1902. Ver Penvenne, J., op.cit., p.42.
- 11 O Anuário de 1908, na relação das missões estrangeiras (não-portuguesas), refere a Igreja Evangelista e a Anglicana como as únicas que tinham sedes em Lourenço Marques, não indicando as estações da Igreja Wesleyana. In: Anuário de Moçambique/Sousa Ribeiro, Lourenço Marques: 1908, p.360.
- 12 "Em 1887, António José de Araújo programou a cidade até à Pinheiro Chagas, a seguir à qual ficavam, como segunda linha de defesa, as 'lunetas de observação do mato'. Era apenas um plano. (...). Só à volta de 1930 é que o panorama começou a mudar com os primeiros prédios de 3 e 4 andares...". In: Lobato, António, Lourenço Marques, Xilunguine, Lisboa, Lourenço Marques: 1967, 1968, pp. 257, 258.
- 13 A crise de emprego e o aumento do custo de vida e a diminuição de salários na década de 30, com a depressão económica mundial de 1929, coincide com a criação de uma legislação laboral mais rigorosa.
"O empobrecimento da população que se tem acentuado de há uns anos para cá — resultante, em parte, da crise económica mundial; noutra parte, daquela abolição de fontes de riqueza fácil (...) da queda de vencimentos em 1932". In: Betencourt, José Tristão (General), Relatório do Governador-Geral de Moçambique respeitante ao período de 20 de Março de 1940 a 31 de Dezembro de 1942, Lisboa: 1945, p.307.
- 14 O Arquivo Histórico de Moçambique é criado dentro da estrutura dos Serviços de Estatística, em 1934, pela portaria-provincial nº 2267, de 27 de Junho. A legislação publicada em 1939, considera 1934 o ano de criação, mas reafirma a necessidade de continuar sob tutela da Repartição Técnica de Estatística — Diploma-Legislativo nº 635, de 19 de Abril de 1939.
Contudo, em 1942, o edifício onde funcionava a Repartição Técnica de Estatística sofre reestruturações, é alugado, e neste mesmo ano é nomeada a comissão que avalia e selecciona, dos documentos existentes, os que têm valor histórico. Talvez seja esta a razão porque, para o Sr. C.N.Nhaca, 1942 é o marco da fundação do Arquivo Histórico de Moçambique.
- 15 A tradução desta entrevista foi publicada no boletim do Centro de Estudos Africanos, "Não Vamos Esquecer", nº 2/3 de Dezembro de 1983, pp.14-21.
"Murimi" era um curandeiro que preparava um medicamento à base de rapê, que misturava com outras drogas ("mhondro"). Este medicamento tinha propriedades que permitiam ajudar a descobrir quem era o feiticeiro". Provavelmente existiu na primeira década do século.
- 16 "Chandjala" significa lugar desabitado.
- 17 "Nwamukhakha" ("Mukhwayimba") era a alcunha dada a um agricultor que recrutava penitenciados.
- 18 "Malalanyani" significa "enfezadinho". Era a alcunha dada ao administrador do concelho de Lourenço Marques, A.H.I.Ferraz de Freitas, 1948-1958. Ver Anuário da Colónia de Moçambique, Lourenço Marques: 1948 a 1958.
- 19 Vide "Regulamento do Trabalho dos Indígenas na Colónia de Moçambique, portaria-provincial nº 1180, de 4 de Setembro de 1930, no seu artº 14". Aos trabalhadores recrutados à tarefa ou empreitada, o trabalho era ajustado com os empregadores devendo contudo, ao fim de 9 horas, ser considerado um dia de trabalho e ajustado o salário nesta base.

20 O direito a férias só é introduzido na legislação laboral em 1962, através do "Código do Trabalho Rural para as Províncias de Cabo-Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique e Timor": Decreto-Lei nº 43309 de 27 de Abril de 1962. Através deste decreto, os trabalhadores passam a ter direito a 15 dias de férias com salário, a partir de um ano de trabalho. Estas reformas foram introduzidas na legislação laboral devido a críticas e pressões da Organização Internacional do Trabalho. Ver Boletim Oficial, nº 20(1962), pp.885-919.

21 Durante a IIª Guerra Mundial, nova crise económica afecta Moçambique e reflecte-se na busca de empregos permanentes na cidade de Lourenço Marques. Esta crise estendeu-se até aos primeiros anos da década de cinquenta. Pelo "Regulamento dos Serviços Indígenas" (portaria-provincial nº 5565 de 12 de Junho de 1944), todos os trabalhadores que vinham a Lourenço Marques em busca de emprego, deviam legalizar-se na Administração do Concelho de Lourenço Marques no prazo de 10 dias, e todos os homens e mulheres que residissem e trabalhasssem em Lourenço Marques deviam possuir, além da "Caderneta Indígena", um "Livrete de Serviço". Ver Boletim Oficial nº 24 (1944), pp.280 a 287.

22 Refere-se à IIª Guerra Mundial.

23 Refere-se à obra da autoria de Cunha Leal "A Gadanha da Morte: Reflexões Sobre Problemas Euro-Africanos", Lisboa:1961, que, apesar da sua perspectiva colonial, levanta a hipótese de uma futura autodeterminação das colónias portuguesas.

24 Eclea Bosi, no seu estudo sobre a relação entre a Memória e a História da Sociedade, analisando o caso concreto do crescimento da cidade de São Paulo, conclui: "Temos portanto que atender a essas duas dimensões do trabalho: sua repercussão no tempo subjectivo do entrevistado e sua realidade objectiva no interior da estrutura capitalista. (...) O trabalho significa a inserção obrigatória do sujeito no conjunto de relações económicas e sociais. Ele é um 'emprego' não só como fonte salarial, mas também como lugar na hierarquia de uma sociedade feita de classes e de grupos de 'status'". Bosi, E., op.cit., pp.342, 392.

25 O Arquivo Histórico de Moçambique está muito grato a estes trabalhadores que se disponibilizaram a relatar as experiências das suas vidas.

26 Os Diplomas-Legislativos nº 352 de Julho de 1932, e nº 724 de 11 de Setembro de 1940, ao legislarem que 70% dos funcionários sejam não-indígenas nacionais assim como o uso obrigatório da língua portuguesa nos locais de trabalho, estavam a garantir maiores possibilidades à imigração portuguesa em Lourenço Marques, diminuindo as hipóteses dos funcionários de língua inglesa, mas criavam igualmente uma barreira aos indígenas no acesso aos postos de serviços públicos.

27 No censo de 1928, é apresentada uma lista de profissões na cidade de Lourenço Marques, assim como os totais preenchidos pelos trabalhadores africanos, não distinguindo trabalhadores indígenas e não-indígenas, e que são os seguintes:

CLASSE A

Funcionários Públicos	1099
Funcionários Nomeados	814
Funcionários Assalariados	625
Funcionários Contratados	468
Funcionários Reformados	1

CLASSE B

Estudantes	1	Professores	14
Missionários	3	Proprietários	17

CLASSE C

Despachante 1

CLASSE D

Agricultores	474		
Alfaiates	36	Modistas	1
Comerciantes	57	Ourives	3
E.Escritório	16	Relojoeiros	2
Fotógrafos	1	Telegrafistas	2

CLASSE E

Caixeiros de balcão	68
Cobradores	12
Cond. Automóveis	11
Costureiras	4
Electricistas	20
Encadernadores	2
Enfermeiros	6
Estofadores	1
Fundidores	1
Maquinistas	3
Mecânicos	1
Músicos	2
Sacristães	5
Serralheiros	23
Torneiros	1

CLASSE F

Aprendizes carpinteiro	5
Aprendizes serralheiro	5
Calafates	1
Cantoneiros	9
Calceteiros	2
Capatazes	24
Carpinteiros	127
Carregadores	2111
Cesteiros	11
Cigarreiros	10
Cond. Carroça	74
Cond. "Rickshaw"	10
Contínuos	41
Correiros	1
Cortadores	13
Cozinheiros	878
Criados	5514
Curtidores de Peles	3
Escoveiros	2
Esteireiros	13
Estivadores	22
Ferradores	6

Ferreiros	10
Fiéis de Armazém	1
Fogoeiros	7
Funileiros	25
Guardas	51
Impressores	1
Jardineiros	17
Malhadores	2
Marítimos	193
Padeiros	87
Pastores	33
Pedreiros	63
Pescadores	151
Pintores	117
Porteiros	1
Sapateiros	26
Sem profissão	9434
Serradores	5
Serventes	272
Tipógrafos	13
Trabalhadores	800
Vassoureiros	23
Vend. Ambulantes	73

In: Ensaio de uma história demográfica de Lourenço Marques, por Alexandre Lobato. in Boletim Económico e Estatístico, nº 17 (1938), pp.52-55

Em 1950, no Relatório da Inspeção Ordinária ao Concelho de Lourenço Marques, o inspector assinala a não existência de um cadastro de profissões dos indígenas, mas afirma que os indígenas de Lourenço Marques são principalmente marceneiros, pintores, barbeiros, lavadeiros, alfaiates, costureiros, sapateiros, engraxadores, negociantes nos mercados e vendedores ambulantes. Ver Inspeção dos Serviços Administrativos e dos Negócios Indígenas: Relatório da Inspeção Ordinária ao Concelho de Lourenço Marques e Circunscrições de Marracuene e Maputo, Augusto Vaz Spencer, Lourenço Marques: 1950, p.205.

Segundo Alexandre Lobato, "... a população da cidade de Lourenço Marques tem uma grande contribuição de imigrados. Mesmo entre os africanos isso se nota. E para este grupo sabe-se que é hábito a mulher ficar na aldeia, provendo e auxiliando a actividade agrícola da família, enquanto o homem ou emigra para o estrangeiro (minas do Rand), ou para a cidade de Lourenço Marques, onde encontra ocupação como criado, carregador ou operário". Ver Lobato, A., op. cit., p.36.

²⁸ Na sua história do trabalho em Lourenço Marques, J. Penvenne considera que o xibalo nas zonas rurais foi um dos principais factores de proletarização do Sul do Save, criando uma corrente migratória à procura de emprego na cidade. Através do sistema de impostos, licenças e concessões, o Estado colonial limitou a actividade comercial de homens e mulheres africanos, apenas lhes restando o assalariamento na cidade, com baixos salários. Ver Penvenne, J., op. cit., pp. 395, 400, 432.

²⁹ A cultura do algodão é regulamentada em 1926 pelo Decreto nº 11944, de 28 de Julho. Através deste decreto, competia aos governos das colónias e às autoridades administrativas promover, auxiliar na propaganda e fiscalizar a cultura algodoeira entre os 'indígenas'. Esta legislação e complementada pelo Decreto nº 35844 de 31 de Agosto de 1947, que obriga, a partir de 1948, que todos os indígenas entre os 18 e os 55 anos cultivem 1 hectare de algodão (os homens), e 1/2 hectare (as mulheres). Ver M.J.C. Lemos, Fontes Para o Estudo do Algodão em Moçambique: Documentos de Arquivo, 1938-1974, Maputo: AHM, 1985 (mimeo).

³⁰ O Governador-Geral, em 1945, considera que só após o censo de 1940 o Estado Colonial tem um conhecimento mais rigoroso sobre a população, e que a administração

ção se tornou mais uniforme e efectiva. Ver Bettencourt, J.J., op.cit., p.36.

³¹Regulamento do Trabalho dos Indígenas: Decreto de 9 de Novembro de 1899, Ministério da Marinha e Ultramar, Boletim Oficial nº 3 (1900), pp.23-29.

³²Regulamento dos Serviçais e Trabalhadores Indígenas no Distrito de Lourenço Marques, Decreto de 9 de Setembro de 1904, Boletim Oficial nº 45 (1904), p.4-6.

³³Regulamento de Passes Indígenas ou Bilhetes Individuais, portaria provincial nº 1185, Boletim Oficial nº 21 (1919), pp.349-351.

³⁴Regulamento de Polícia dos Serviçais e Trabalhadores Indígenas no Concelho de Lourenço Marques, Boletim Oficial nº 54 (1922), pp.541-544.

³⁵Acto Colonial, Decreto-Lei nº 18570 de 8 de Julho de 1930, Boletim Oficial nº 43 (1930), pp.503-508; Carta Orgânica do Império Colonial, Decreto - Lei nº 23228 de 15 de Novembro de 1930, Boletim Oficial nº 51 (1930), pp.825-849; Reforma Administrativa Ultramarina, Decreto-Lei nº 23229 de 15 de Novembro de 1933, Boletim Oficial nº 51 (1933), pp.849-929.

³⁶Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique, Decreto nº 12533 de 23 de Outubro de 1926, Boletim Oficial nº 36 (1927), p.383; Regulamento do Trabalho dos Indígenas, Portaria nº 1180 de 4 de Setembro de 1930, Boletim Oficial nº 35 (1930), pp.411-449; Organização do Ensino Indígena na Colónia de Moçambique, Diploma-Legislativo nº 238 de 17 de Maio de 1930.

³⁷Lobato, A., op.cit.(1938), p.36.

³⁸"Como em todos os países nesta hora de crise mundial, na Colónia de Moçambique há desemprego. Na cidade de Lourenço Marques dos 289 desempregados, 176 eram europeus, 50 indianos, 62 mistos e 1 africano". In Anuário de Lourenço Marques, Lourenço Marques: 1935, pp.146,190.

POPULAÇÃO DA CIDADE DE LOURENÇO MARQUES, 1930-1950

	1930	1940	1950
Indígenas	23090	28568	45070
Não-Indígenas	9001	16170	24791

In: Anuário da Cidade de Lourenço Marques, Lourenço Marques, 1930, 1940, 1950.

³⁹"Com o fim de animar o desenvolvimento de novas indústrias o governo promulga o Decreto 995 de 1914 que permite conceder o direito de exclusivo de exploração". In Anuário de Lourenço Marques, Lourenço Marques: 1935, p.129. Existiam, por exemplo, a fábrica de cerveja de F.Dicca, as explorações de glícina e produtos de oleaginosas de Paulino Santos Gil. Em 1935 foram pedidos exclusivos para o fabrico de tintas preparadas, tecidos de seda, sal e curtumes. Ver Anuário da Cidade de Lourenço Marques, Lourenço Marques, 1935 a 1945.

⁴⁰Pelo Diploma-Legislativo nº 352 de 23 de Julho de 1932, 70% dos funcionários deviam ser não-indígenas nacionais (portugueses), e pelo Diploma-Legislativo nº 724 de 11 de Setembro de 1940, era obrigatório o uso da língua portuguesa nos locais de trabalho.

⁴¹Bettencourt, J.J., op.cit.(1945), pp.304,306.

⁴²Organização do Ensino Indígena na Colónia de Moçambique, Diploma-Legislativo nº 238 de 17 de Maio de 1930, Boletim Oficial nº 20 (1930), pp.224-226.
Ver também as portarias provinciais nº 1114 a nº 1118 de 17 de Maio de 1930, Boletim Oficial nº 20 (1930), pp.229-239.

ESTATÍSTICA DO ENSINO EM LOURENÇO MARQUES

1930 — Frequentavam as escolas rudimentares, elementares e complementares, 23885 alunos.

No ensino liceal havia 182 alunos: 142 europeus, 20 indianos, 19 mistos e 1 africano.

In Anuário de Lourenço Marques, Lourenço Marques: 1930, p.73.

1940 — Existiam 187 escolas do ensino rudimentar, com um total de 19977 alunos, e 6 escolas complementares, com 634 alunos, dos quais 189 eram africanos.(O total de escolas rudimentares deve referir-se a todo o distrito).

No liceu, dos 505 alunos, 442 eram europeus, 40 indianos, 20 mistos e 1 africano.

In Anuário de Lourenço Marques, Lourenço Marques: 1940, p.109, 111,114.

1950 — Existiam 49 escolas rudimentares e um total de 10839 alunos.

In Anuário de Lourenço Marques, Lourenço Marques, 1950-1951, p.346.

⁴³Regulamento do Ensino Primário Indígena, portaria nº 1114 de 17 de Maio de 1930.

⁴⁴Regulamento do Ensino Profissional Indígena.D-L nº238 de 17 de Maio de 1930.

⁴⁵"A partir de 1938, todos os indígenas de ambos os sexos, maiores de 16 anos, residentes no Concelho de Lourenço Marques (cidade e subúrbios), ficam sujeitos ao pagamento do seguinte imposto de capitação, que substitui o actual imposto de palhota:

Homens..... 150\$00

Mulheres... 100\$00

Os conhecimentos do imposto indígena no Concelho de Lourenço Marques serão de modelo especial, em cartão, e substituirão para todos os efeitos todos os documentos exigíveis aos indígenas para residencia, emprego ou trânsito, com excepção da caderneta indígena..."

In Imposto Indígena no Concelho de Lourenço Marques, portaria provincial nº3245 de 22 de Dezembro de 1937, Boletim Oficial nº 51 (1937), p.596.

⁴⁶Este novo regulamento contempla outra modalidade, o "Imposto Indígena Reduzido", que na cidade de Lourenço Marques era de 100\$00, porque as mulheres solteiras, viúvas e divorciadas, não conseguiam suportar o pagamento do imposto de 250\$00. In Regulamento do Imposto Indígena, portaria provincial nº 4768 de 27 de Junho de 1942, Boletim Oficial nº 25 (1942), pp.179 a 195.

⁴⁷"São os produtos importados os que pesam mais consideravelmente nas oscilações registadas e, como na alimentação da população entram em número considerável os de importação nacional e, em especial, os de importação metropolitana, é ao elevado custo por que ficam os produtos que a colónia compra a Portugal que se tem de atribuir, em grande percentagem, o agravamento do custo dessa alimentação". In Bettencourt, J.J., op.cit (1945), p.221.

⁴⁸"Trough taxation, licensing, and monopoly concessions, the state took a new set of initiatives with regard to both male and female African entrepreneurs in this period, and while some measures proved ill-timed, inappropriate, and ultimately unsuccessful, the initiatives merit review since they comprised yet another aspect of the overall pressure on Sul do Save Africans to sell their labour for low wages in Lourenço Marques". In Penvenne, J., op. cit. (1982), p.432.

⁴⁹ Caderneta de Identificação Indígena e Trabalho, portaria nº 332 de 5 de Junho de 1926, B.O. nº23 (1926), pp.153 a 155. Nesta caderneta deveriam constar todos os elementos que dissessem respeito aos indígenas como: número de palho-tas, número de mulheres e filhos, se cumpriram ou não a obrigação de traba-lho, isenção de trabalho que tiveram, comportamento, autorização de saída de Moçambique, número de vezes que emigraram e tempo de permanência no Trans-vaal, assim como o estado do pagamento do imposto, etc.

⁵⁰ Regulamento dos Serviços Indígenas, portaria provincial nº 5565 de 12 de Ju-nho de 1944. Boletim Oficial nº 24 (12.6.1944), p.280-287.
Dois anos antes tinha sido de novo regulamentada a obrigatoriedade da Cader-neta Indígena: "Regulamento de Identificação Indígena", portaria provincial nº 4950 de 19 de Dezembro de 1942, Boletim Oficial nº 50 de 19 de Dezembro de 1942, pp.836 a 841. Este regulamento aperfeiçoava e sistematizava os anterio-res: portaria provincial nº 332 de 5 de Junho de 1926, e portaria provincial nº 4354 de 9 de Abril de 1941. Sobre este regulamento, o relatório da inspec-ção desde 1943-1944 ao Concelho de Lourenço Marques diz: "Este é um dos assun-tos que maior trabalho exige aos funcionários do Concelho, desde que foi pos-to em vigor na cidade de Lourenço Marques o Regulamento dos Serviços Indíge-nas. A falta de cumprimento das disposições contidas neste novo regulamento, deu origem à organização de uma imensidade de processos (...)" In Inspeção dos Serviços Administrativos e dos Negócios Indígenas: relatório da inspecção ordinária ao Concelho de Lourenço Marques e Circunscrições de Marracuene e Ma-puto, Augusto Vaz Spencer, 1950, p.187.

⁵¹ Bettencourt, J.J., op.cit. (1945), pp.79, 81.

⁵² DESIGNAÇÃO DA RECEITA	1939	1940	1941	1942
Imp. Directos Gerais.	130098551\$00	140297052\$89	144858906\$78	144283873\$45
Impostos Indirectos..	72447830\$16	62017611\$54	63312604\$22	62312604\$22
Ind. em Regime Tribut.	17109492\$17	15505977\$84	15630481\$93	17787663\$88
Taxas-Rendimentos de Diversos Serviços..	60270623\$56	51843487\$94	54440576\$39	59781062\$75
Domínio Privado, Empre- sas e Indústrias do Estado, Participação de Lucros.....	14601308\$73	13912757\$02	16155264\$86	16498466\$65
Rendimentos de Capi- tais, Acções e Obri- gações de Bancos e Companhias.....	----	----	----	----
Reembolsos e Reposiç.	10311992\$59	10156018\$07	9535122\$74	8881934\$24
Consignação de Recei- tas.....	5809054\$06	8034031\$44	9536283\$27	20202964\$88
SOMA.....	310648852\$54	301766936\$74	314166337\$59	426831561\$34

In Bettencourt, J.J., op.cit. (1945), pp.8-10.

⁵³ O recenseamento do imposto indígena declarava os seguintes números para a sua contribuição:

ANOS	IMPOSTO NORMAL	REDUZIDO	TOTAL
1944	3800	4500	8300
1945	4247	3740	7987
1946	4247	3740	7987
1947	4325	----	4325
1948	4325	----	4325
1949	3955	----	3955

Segundo o relatório, a redução a partir de 1947 deve-se ao novo regulamento que suprime a cobrança de impostos reduzidos. In Inspecção dos Serviços Administrativos e dos Negócios Indígenas: Relatório da Inspecção Ordinária ao Conselho de Lourenço Marques e Circunscrições de Marracuene e Maputo, Augusto Vaz Spencer, 1950, p.197.

⁵⁴Regulamento dos Serviços Indígenas, portaria provincial nº 5565, Boletim Oficial nº 24 de 12 de Junho de 1944, pp.280-287.

⁵⁵"While processing industries enjoyed market expansion in the prosperous years following the second world war, there was very little diversification in this period. Flour milling, oil processing, timbering, quarrying, and the manufacture of alcohol and cement comprised the city's principal industries in the late nineteenth century and at the close of the Republican period. Sugar and tobacco processing were added to the list, and beer brewing had largely displaced large scale alcohol distillation. From the thirties to the fifties, soap, oil, furniture, tobacco, beer, cement and flour, remained the principal industries and were organized on the basis of monopoly or limited concessions. By mid-century Mozambican industry was very limited and industry there was highly protected. New state strategy was to encourage and protect white Portuguese labour enterprise, and to foster development only when it complemented or contributed directly to current metropolitan priorities and development goals". In Penvenne, J., op.cit.(1982), pp.446-447.

⁵⁶"Só após a alteração do regime industrial em 1954, ficaram isentas de restrições diversas indústrias, nomeadamente as indústrias de vestuário, de couro e peles, de mobiliário, alimentares, reparação de máquinas, veículos e material eléctrico, soldadura e outras indústrias manuais ou com potência inferior a 2 cavalos-vapôr. Esta medida resultou num surto de indústrias de carácter ligeiro, que produziam principalmente para o mercado restrito das cidades e da população colonial ou que ofereceram serviços essenciais na economia colonial, como por exemplo os transportes". In Moçambique Durante o Apogeu do Colonialismo Português, 1945-1961, A Economia e a Estrutura Social, Manual de História de Moçambique, vol.III, cap.IV (em esboço).

⁵⁷Ver entrevista com C.N.Nhaca, Maputo, 1980.

⁵⁸Ver entrevista com Felizmina, Maputo, 1981.

⁵⁹Ver entrevista com M.M.Vicente, Maputo, 1980; e com M.Mabutane, Maputo, 1981.

⁶⁰O Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique, Decreto-Lei nº 39666 de 20 de Maio de 1954, altera o Estatuto Civil e Criminal dos Indígenas, Decreto-Lei nº 16473 de 6 de Fevereiro de 1929. Contudo mantém o ensino separado e o estatuto indígena de acordo com os "interesses superiores do livre exercício da soberania portuguesa" e "as conveniências das economias regionais". É abolido pelo Decreto-Lei nº 43893 de 6 de Setembro de 1961.

⁶¹Código do Trabalho Rural para as Províncias de Cabo Verde, Guiné. São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique e Timor, Decreto-Lei nº 44309 de 27 de Abril de 1962, Boletim Oficial nº 20 (suplemento de 21 de Maio de 1962), pp.885-999.

⁶²"If the threat and actual incidence of cruel and drastic sanctions taken by the New State to guarantee the subordination and discipline of Mozambican workers are not emphasized and taken seriously, there is no hope of understanding Mozambican labor history". Penvenne, J., op.cit. (1982), p.394.

1962 — OS 75 ANOS DA CIDADE RESISTIR, AFIRMANDO A NOSSA CULTURA

Júlio Navarro

Natural foi que os 75 anos da cidade, fossem comemorados.

Natural foi que essas comemorações tivessem como seu mais alto expoente a cerimónia, levada a efeito nos salões nobres da Câmara Municipal, dia 24 de Julho, em que medalhas de honra foram distribuídas aos "mais antigos residentes na cidade, não-naturais" — leia-se: "colonos".

Natural também que se procurasse dar uma tímida entrada a duas coisas não habituais ainda pouco antes: cultura e a participação de negros¹.

Já menos natural parece o irromper de uma série de eventos ligados a essas comemorações em que a cultura, mas a cultura mûçambicana, ganha força marcante e até mesmo de confronto — na expressão possível na ocasião — com a situação colonial.

Menos natural? Aparentemente.

Não podemos deixar de notar que é também em 1962 — durante as comemorações — que se cria a FRELIMO — e, como sabemos, ela não nasceu do nada, não nasceu sem que existissem condições objectivas e subjectivas para tal.

Logo, talvez não o "menos natural" mas o "inesperado".

Como esperar ver no Salão Nobre da Câmara Municipal de Lourenço Marques em sessão de gala colonial, um Rui Nogar berrar: "Eu sou carvão!/Tenho que arder/E queimar tudo com o fogo da minha combustão!" Como esperar ver a africanidade de Noémia de Sousa enaltecida? E a denuncia feita por Orlando Mendes, dita por um Luís Bernardo?

No entanto essa era apenas uma "bolha" do fermento de resistência que lavrava. Se no Norte era possível a criação da FRELIMO aqui, no Sul, na cidade-capital, a luta travava-se de há muito de diversas maneiras — e a afirmação da identidade cultural não era das menores.

"PENETRAR" NAS COMEMORAÇÕES

Para comemorar "dignamente" os 75 anos da cidade, a Câmara colonial chamou a si a colaboração das "forças vivas": Associação Comercial, Associação de Fomento Agrícola, Associação dos Proprietários, Automóvel e Touring Club, Câmara do Comércio, Conselho

Provincial de Educação Física, Imprensa Diária, Rádio Clube de Moçambique, Sindicato Nacional do Comércio e Indústria, Sociedade de Estudos². Para além destes ainda participaram — um pouco "forçando a porta", principalmente o Núcleo — a Associação dos Naturais e o Núcleo de Arte.

E foi estabelecido um programa que se estendia de Julho a Novembro de 1962, tendo como "pontos fortes": 24 de Julho, "Dia da Cidade"; 27 de Agosto, a primeira vareação municipal; 6 de Setembro, a primeira sessão municipal; e 10 de Novembro, a passagem de vila a cidade.

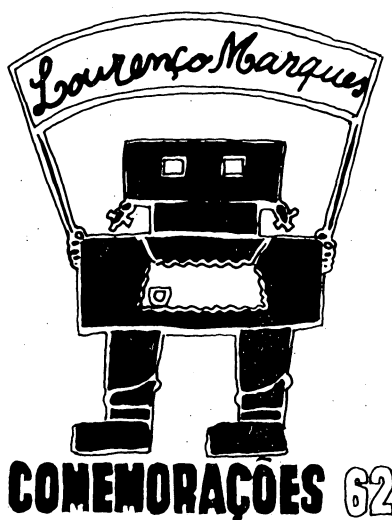
A maior parte das iniciativas eram consequentemente, viradas para cerimónias oficiais e para o desporto. Mas, algo queriam mostrar também de cultural e, daí, a possibilidade de aproveitamento que surgiu por parte daqueles que travavam luta nesse campo.

Ao conseguir-se que a parte cultural das comemorações ficasse a cargo do Núcleo de Arte, Imprensa Diária, Associação dos Naturais e Sociedade de Estudos e que, dessas organizações fossem escolhidos elementos para a subcomissão que, pelo menos, eram relativamente "moçambicanos", a intenção de fazer penetrar a cultura de Moçambique no seio das comemorações, podia ser desencadeada.

Posição que ainda mais se reforça com o facto de se tornar praticamente o Núcleo de Arte a chefiar todo o processo, visto o "deixar-andar" dos outros elementos³.

DE "ENCONTRÃO" EM "ENCONTRÃO"

O primeiro "encontrão" a ser dado, não conseguiu ir avante: a Informação, com um pequeno apoio monetário por parte da Câmara Municipal, preparava-se para oferecer à cidade o "I Festival da Canção e do Folclore de Moçambique". Quando já estavam inscritos conjuntos como o de macuaíela de Jaime Ngwe-



CARTAZ DA CIDADE
Uma estilização ambígua.

nya; "Harmonia" que, para além da marrabenta levada aos seus expoentes mais altos, interpretava só música tradicional moçambicana mas com instrumentos de orquestra ligeira; e o conjunto Daíco, o espantoso viola da noite urbana, a Câmara não concedeu o dinheiro pedido e a iniciativa perdeu-se. Até que ponto a Câmara o fez por pura incompetência e burocratismo ou por tentar travar uma manifestação que à partida proclamava o seu carácter moçambicano, não se consegue saber⁴.

Quase simultaneamente, cria-se a Comissão Inter-Associações para Folclore⁵ que pretende fazer a recolha e divulgação do Folclore Moçambicano e afirma de imediato a sua intenção de oferecer um espectáculo à cidade para as suas comemorações.

E este espectáculo — em que participaram vários grupos tradicionais e os conjuntos "Harmonia", "Djambu" e "João Domingos" — consegue realizar-se.

Essa sessão, uma exposição de Artes Plásticas, um concurso e respectiva exposição do Cartaz da Cidade, uma exposição de fotografia, um espectáculo de teatro para adultos e um para crianças, dois saraus de poesia, uma exposição de Arte Infantil e um concerto pela Orquestra Cívica e Coral Moçambicano, constituíram a parte cultural das comemorações dos 75 anos da cidade.



"Xigubo vai começar",
Nogar diz Craveirinha
Num dos Saraus de Poesia

E A FORÇA DE UMA CULTURA RESISTENTE SURTIU

E, aquilo que se pretendia esconder na época: a existência de uma cultura moçambicana, com tudo o que ela continha de resistência ao seu "abafar", a existência de valores tradicionais e de outros que, apesar de tudo, conseguiam nascer e tinham uma enorme força de afirmação só não reconhecida porque ao colonial-fascismo não interessava dar-lhe direito de cidade mas sim tentar anu

lar e "assimilar", saiu com a sua enorme pujança.

A exposição de Artes Plásticas, com a presença de 24 artistas apresentando 108 obras, atribui o seu Primeiro Prémio de Pintura a um artista quase desconhecido na altura, Malangatana N'Gwenya⁶.

O Cartaz da Cidade, o Cartaz dos 75 anos⁷, é da autoria de outro moçambicano, Júlio Abdias Muchanga, e, escândalo dos escândalos, a sua figura central, uma estilização de uma negrinha de trancinhas, deixava a ambiguidade de o seu traje ser um bibe ou um avental — marca de classe e da subjugação a que a população negra estava sujeita.

Para além disso, na exposição de Arte Infantil, "Lourenço Marques vista pelas suas crianças", a desigualdade entre a situação da cidade dos colonos e a cidade dos colonizados surgia bem clara.

Até no espectáculo teatral para adultos, uma das peças apresentadas, "Calígula", de Alberto Camus (só a sua segunda parte), era precedida de um prólogo de José Craveirinha em que se torna va inevitável a comparação entre Calígula e a opressão colonial-fascista⁸.

Ainda — e embora devido a atrasos ocasionais o espectáculo só se tenha realizado em 1963 — se levou à cena, pela primeira vez, um espectáculo teatral dedicado às crianças, baseado num conto tradicional ronga, "Achei é meu", traduzido para português por Luís Bernardo Honwana⁹.

O "SOCO" DOS SARAUS

Mas talvez o maior "soco" assestado na face dos "comemorantes" fosse o dos saraus de poesia¹⁰.

Levados a efeito no Salão Nobre da Câmara Municipal — símbolo por si só de toda a administração colonial — neles se viram desmascarados e contestados os valores que pretendiam representar.

Numa época de censura e PIDE, em que muito difícil era ser-se um pouco mais claro, afirmaram-se vontades de resistência, valores de uma cultura que não estava esmagada — que não se deixava esmagar —, que chegaram a fazer prever a muitos dos assistentes, a prisão possível dos intervenientes e o encerramento do Núcleo de Arte, entidade responsável directa¹¹.

Neles foram apresentados e declamados, desde Rui de Noronha e Rui Knopfli a José Craveirinha, Noémia de Sousa, Nogar, Duarte Galvão e Orlando Mendes.

Apresentando-os e tentando mostrar, dentro dos condicionamentos existentes — o que representavam como afirmação de uma moçambicanidade, de uma resistência à colonização e também de

resistência à opressão e à exploração, estiveram, entre outros, Rui Baltazar, Rui Nogar, Filipe Ferreira, Gouvêa Lemos e, a dizer os seus versos, a "berrá-los" quando necessário, Luís Bernardo, Rui Nogar, Palla de Lima.

XIPALAPALA ESTAVA A CHAMAR XIGUBO VAI COMEÇAR

Quando, perante os ares mais ou menos comprometidos, mais ou menos procurando-se impassíveis, mais ou menos escondendo a fúria, dos "Senhores" presentes¹², "Xipalapala está a chamar/... /E o mato dos xipenhe vai acordar/sangue da minha mãe!/.../ xigubo vai começar/oh... sangue da minha mãe xigubo vai começar", lhes era estampado nas faces, quando o Cartaz da Cidade era de Abdias, quando o 1.º Prémio de Pintura era de Malangatana, quando o ritmo da "Harmonia", "Djambu", "João Domingos" invadia a cidade, os Parabéns aos 75 anos dela pareciam corresponder, na sua possível medida, às Comemorações — essas para todo o País — que se anunciavam esse ano: a fundação da FRELIMO.

NOTAS

- ¹ O Estatuto do Indígena fora abolido. Perante as pressões da resistência dos povos colonizados e as pressões internacionais, Portugal passara a considerar-se multirracial e multiterritorial. Mas, a tentativa neo-colonialista, a procura de encontrar "fantoques" ainda não lhes era propícia em Moçambique.
- ² Órgãos do patronato e do Governo ou por ele submetidos — a Informação. Convém não esquecer que o "Sindicato" era, como todos os outros da época, uma organização corporativa, nada tendo a ver na realidade com os trabalhadores, mesmo colonos. Dos moçambicanos estava totalmente divorciado.
- ³ O Núcleo de Arte, de há muito que tinha direcções que não pactuavam com o regime colonial-fascista, procurando evitar qualquer ligação oficial, e que procuravam chamar a atenção sobre toda a cultura moçambicana. A Associação dos Naturais, embora com maiores variações, conforme as direcções, representava — nessa altura — uma "moçambicanidade branca". A Sociedade de Estudos, enfeudada ao regime, tinha no entanto também alguns elementos dessa "moçambicanidade branca".
- ⁴ De notar, dentro do contexto de "penetração" de valores culturais moçambicanos no "tecido colonial" que até mesmo os dois símbolos propostos para emblema do Festival, um era baseado numa peça de psikelekedana e outro num mapico.
- ⁵ Esta Comissão era constituída por representantes da Associação Africana (José Craveirinha), Associação dos Naturais de Moçambique (Luís Bernardo Honwana e Manuel Romano), Centro Associativo dos Negros (Moisés Hunguana) e Núcleo de Arte (Bibila, Roque Aguiar Jr. e J. Navarro).
- ⁶ O júri da exposição era constituído pelos arquitectos Megre Pires (representando a Câmara) e João Tinoco e pelo escultor Silva Pinto. De realçar ainda que a Menção Honrosa de Pintura atribuída a Zé Júlio, o Primeiro Prémio de Escultura atribuído a João Paulo e as Menções Honrosas de Desenho atribuídas a Sérgio Guerra e Dana Michaelis, eram todos com temas vincadamente de Moçambique.

- 7 O júri do concurso era constituído pelos arquitectos Megre Pires (representando a Câmara) e "Pancho" Miranda Guedes e pelo jornalista Júlio Navarro.
- 8 Eis um excerto desse prólogo: "Fechai os ouvidos ao zumbido das abelhas que fazem o néctar do Olimpo (...)"
 "Ouvi o nobre patricio Cherea dizer-vos que a Vingança não é razão de luta mas sim a Ideia."
 "E, ao verdes a história de Calígula, pensai que a tirania é alimentada pelo método, como a cerveja pelo lúpulo e o gume do gládio pelo ódio (...)"
 "Sabei que ele (Calígula) será libertado do mundo dos homens pelas dextas armadas de adagas dos patricios aterrorizados mas saturados de Medo até à última fimbria das togas."
 "E a saturação do medo torna-se destruidora como legiões invencíveis enviadas para aplacar a ira dos deuses."
 "E Calígula morrerá."
- 9 Adaptado ao teatro por um anónimo, levado à cena no Teatro Varietá e encenado pelo artista plástico António Heleno, em produção do Núcleo de Arte.
- 10 Os saraus trouxeram Rui de Noronha, apresentado por Domingos Reis Costa e dito por Gouveia Pinto; Fernando Couto, apresentado por Gouvêa Lemos e dito por Nuno Carlos Ruy; Rui Knopfli, apresentado por Fernando Magalhães e dito por Luís Bernardo Honwana; Reinaldo Ferreira, apresentado por Adrião Rodrigues e dito por Palla de Lima; Noémia de Sousa, apresentada por Ana Maria Barradas e dita por Teresa Roza d'Oliveira; Rui Nogar, apresentado por Rui Baltazar e dito por Rui Nogar; Duarte Galvão, apresentado por Filipe Ferreira e dito por Nuno Carlos Ruy; Orlando Mendes, apresentado por João Reis e dito por Luís Bernardo Honwana; José Craveirinha, apresentado por Eugénio Lisboa e dito por Rui Nogar.
- 11 Isso só não deve ter sucedido porque poria em cheque a própria posição dos patrocinadores, a Câmara Municipal, que, assim, preferiram "engulir a afronta".
- 12 As sessões estiveram presentes o presidente da Câmara, Humberto das Neves, e a restante Vareação, bem como Oliveira Boléo, Director dos Serviços de Instrução, e o deputado à Assembleia Nacional, Pedroso de Lima, entre outros elementos de destaque do regime.

2 CRÓNICAS SOBRE A CIDADE

Não pretendemos, com este número do boletim "Arquivo", esgotar o tema "a cidade". Todavia, pensamos que a ausência de um retrato de Lourenço Marques na década de sessenta do nosso século — ainda que na forma de um simples "flash" — constituiria uma lacuna de peso. De facto, é nesta década e na seguinte que, alheada da luta de libertação iniciada nas regiões setentrionais, a cidade sedimenta elementos de uma falsa estabilidade e de um fugaz progresso. Aqui se apanham as características da cidade do turista sul-africano, rosado como os camarões que procura; A cidade dos cafés e dos bazares; Do "neon" piscando na noite; Dos "clubs" e dos mercedes nas garagens de Sommershield; A cidade, também, do Samuel "que é contínuo num terceiro andar da baixa" e mora as quatro horas que lhe sobram do dia no Chamanculo.

Afinal, a cidade que os guerrilheiros vieram encontrar em 1974, descrita em duas crónicas datadas de jornal, ambas do "Diário de Moçambique" e de 24 de Julho de 1963.

NO PRINCÍPIO ERA O PORTO

Luis Bernardo

OS TESTEMUNHOS DO PASSADO E OS MONSTROS DO PRESENTE

Em disputa feroz do espaço à volta do Porto, os prédios de Lourenço Marques erguem-se por entre os telhados de zinco das velhas construções, roubando enormes pedaços do belo céu africano aos voos graciosos das já raras andorinhas.

Todavia, a zona da baixa, palco da gigantesca luta entre os dois tipos distintos de construção, conserva ainda muito ciosamente as estreitas ruelas e as casas de janelas gradeadas com alpendres sustentados por colunas de ferro, a crescer por sobre as ruas, típicos da primeira fase da sua vida subsidiária da actividade do porto. Do que o futuro reserva a essas construções não há, não obstante, qualquer possibilidade de dúvida, que o progresso traduz-se pela rudeza inflexível de um caminhar a passo de ganso... E, assim sendo, as formas maciças, por vezes belas nos modernos conceitos arquitectónicos, por testemunharem uma fase mais actual da vida da cidade de Lourenço Marques e da dependência já indirecta da actividade portuária, vencerão e substituirão completamente os velhos prédios da baixa como determina e impõe a marcha do progresso...

ASPECTOS DA VIDA DA ERA DA "FLAT"

As nesgas de sol, que conseguem vencer a barreira dos prédios, roubam, nas ruas, além de reflexos encadeadores dos cromados, aspectos policromos da vida de uma cidade que vive sob o signo da velocidade.

A busca de um espaço vago para estacionar, a passagem de uma senhora ajoujada de volumes embrulhados em papel de loja cara, a travagem de autocarro, a buzina do táxi, o tossir circunspecto do sujeito de "balalaica", a sirene dos bombeiros, a passagem do casal enamorado, o acidente de viação, os pés nus dos turistas e dos ardinas, a conversa do grupo que se formou na paragem do autocarro, o grito de alguém, o segredar de alguém, o riso de alguém, o besourar das motorizadas são tudo coisas que acontecem entre o verde e o amarelo de um "robot"...

E quando as manchas de sol se alongam e desaparecem ao fim do dia, cai uma noite sem luar, sem estrelas e sem pirilampos. A noite da cidade é parda. É uma noite cansada, esgotada, branca, sem o mistério das sombras negras, sem luar, impessoal. Nem há gente na noite da cidade, porque a noite faz da cidade vila e todos trepam para as "flats", para o sono reparador.

Mas, mesmo assim, dança-se algures. Dança-se, convive-se, confraterniza-se, comemora-se, "cosmopolitiza-se". Nas ruas, o luar fluorescente mistura-se com pirilampos de néon, e nos "dancings" a música traz angústia e nostalgia. A velocidade prevalece na noite da cidade. A velocidade mantém-se nos sonhos por sobre da praia, longe da baixa, onde o luar não foi abolido nem substituído.

A SUBIDA DE ENCOSTA

Além de várias outras significações, porto pode apenas ser o nome de uma gigantesca porta.

Pela porta do porto de Lourenço Marques entram e saem combustíveis, minérios, produtos agrícolas, produtos manufacturados e tudo o que por uma porta com as proporções do porto, pode entrar e sair. Alimentados por este vai-vém crescem, multiplicam-se, estagnam, revitalizam-se, morrem e tornam a nascer o comércio, a indústria e a agricultura da área de Lourenço Marques.

Por uma necessidade económica, estas actividades procuram instalar-se em sítios próximos do porto.

CONTINUAÇÃO DA SUBIDA DA ENCOSTA

A gente que trabalha na indústria e no comércio (a agricultura afasta-se um pouco, porque não tem espaço na avenida da República), e a gente que vive da burocracia (que vive do comércio

e da indústria) começou a fazer casas perto do porto — e assim nasceu a cidade de Lourenço Marques. Além disso a agricultura, o comércio, a indústria e a burocracia foram crescendo com o aumento do vai-vém das coisas na porta do porto e foram comportando mais gente.

Ora as pessoas também se foram amontoando em volta do porto, porque igualmente, por necessidade, não lhes convinha ficar longe da porta.

A estrutura tribal em que a população africana de Moçambique vive, tem vindo a sossobrar sob o peso de particularidades culturais alheias à sua génese. De resto a decadência da tribo já nem é lugar comum na produção literária.

As populações das áreas rurais, onde ainda se respeitam muitas das normas tribais, ressentem-se das limitações que as diminuem no confronto civilizacional a que não se podem furtar; e como a economia da tribo é essencialmente agrícola, vêem-se forçados a procurar as áreas urbanas onde são possíveis actividades mais lucrativas e menos contingentes do que a agricultura não mecanizada de que vivem.

Estabelecido o sistema de vasos comunicantes, conclui-se rapidamente que o equilíbrio económico está na cidade. As minas do rand são simples recordações do passado, sem interesse para a actual luta pela sobrevivência.

NO TOPO DA ENCOSTA

Alto-Maé, Malhangalene, Polana e Sommerschield são áreas residenciais construídas depois do encantamento que o porto parecia exercer sobre a população da cidade. Construídos em extensão, estes bairros são os responsáveis pelo tamanho da cidade e alojam a maior parte dos seus habitantes.

Funcionários, operários, técnicos, dirigentes, proprietários e oficiais, gente da segunda fase da exploração do porto, vivendo sob o roteiro serviço-casa-casa-serviço, formam uma vida sem velocidade, repousada, segura e alheia.

PARA UM RETRATO DA MINHA AMIGA CIDADE

Gouvêa Lemos

O sol nasce agora às seis e trinta e seis, mas continua a nascer no mar como em todo o ano. No lado noroeste da cidade não esperam por ele para começar o dia; usam madrugadas com lua, auroras de pobre.

O Samuel, que é contínuo num terceiro andar da baixa desde as sete às dezassete e come o farnel à sombra de árvores, chama das em latim no Jardim da Gama, e vai à noite às aulas da Industrial, mora as restantes quatro horas no Chamanculo. Chega ali já noite alta; sai de lá antes que a noite finde. Samuel é um mocego que sonha ser pássaro. Minha amiga cidade, Samuel será pásaro, não será?

*

São quatro e meia da manhã e o vermelho machimbombo arranca em frente do Bazar do Xipamanine, com seus cigarros "king size" e seus sorrisos de dentífrico nos lombos, carregando lá dentro sob as luzes amarelas cinquenta e tal estivadores, rumo à Praça Mac-Mahon. Que é do sol, que ainda não veio alumiar estes heróis no avanço sobre o cais Gorjão, onde vão manusear às lingadas o pão nosso de cada dia? Que é do sol, que se guarda para acordar a Polana?!

Minha amiga cidade, atenção a esse sol, não vá ele aburgue sar-se.

*

Pela avenida Graveiro Lopes, já vêm chapinhando na água das chuvas, chap-chap, os pés descalços no leito de asfalto do rio parado, os mainatos, os moleques, os cozinheiros, os mufanas, as mamas, os serventes, os ardinhas. Os camiões do lixo recolhem. Os do leite circulam. Na Caldas Xavier galopa uma carrinha de quatro cilindros, trabalhando em três e batendo os guarda-lamas, com um cão a ladrar-lhe. Leva galinhas, ovos e papaias.

*

Mesas empilhadas e cadeiras encolhidas junto das cervejarias, água e vassouras espreitando às portas, criados retirando as latas vazias de lixo, vai começando o ronronar contínuo dos motores de toda a casta de bichos com rodas, e — bom dia, Lourenço Marques! — o sol já nasceu sim senhores, que as empregadinhas já pisam, e pisam bem, e ainda bem que pisam, as ruas que descem para as lojas, para os armazéns, para os salões, para os escritórios, para as repartições, ah! as empregadas já vêm, fadoras, os cabelos cacimbados do chuveiro, ó cidade amiga, elas dão-te mais graça, elas são mais frescas, elas são mais repousan tes que todos os parques e jardins!

*

Negros Mercedes-Benz são lavados sob os alpendres das morias, no Sommerschield; fardas de impedidos, paletós de motoristas, fardetas de moleques passam as cancelas de ferro. O pão já veio. Saem meninos para a escola. Lá para a Rua Nevala, comanda um clarim com voz de galo. O Grémio Civil ainda tem os vidros em baciados e já o sol toma banho na baía. É verdade: na baía, con

vêm que um navio apitasse. Embora a chuva que há-de vir já traga, a cidade inteira, os silvos das locomotivas em manobras. E uma ambulância corra, tão cedo, com a sirene a gritar, pela Pinheiro Chagas, levando a mulher que ia tendo a criança na rua. Suponho que já chega de música de fundo, com a ubíqua motorizada na bateria.

*

Cai toda a gente no afã de ganhar a vida consumindo outro dia. Tilintaram relógios de ponto. Chaminés largaram uns fumos de indústria. Caixeiros iniciaram o eterno dobra-e-desdobra das peças de tecido. E as barcas da Catembe vêm e voltam, carregando e descarregando gente, cestas e cangarras. Nos mercados municipais ou furtivos agitam-se figurantes em cenário de natureza morta. Compradores e vendedeiras fazem torneios de voz alta. A bela Juju ainda na cama, acorda e boceja; só agora dá conta, em câmara lenta, da noite que foi a noite passada. — Ahahnnn...., foi demais, ela própria confessa, e enovela-se em busca do sono, que ao fugir, a deixa nua diante de si. Vamos fugir da Juju, que ela vai chorar.

*

Entretanto, lembremo-nos dela, ingenuamente fingindo de ingénua-bardot, a passar na Avenida da República, rentinha às mesas do Continental, entre as cinco e as cinco e meia da tarde. Não há lugares para mais ninguém nem é preciso haver, que estão lá todos os do costume. As pessoas falam umas com as outras, não se olhando, pois o olhar é preciso para quem passa. As conversas... ora para que falar das conversas? Não interessam nem podem interessar até porque, se interessassem, quem as apreciaria mais não seriam os interlocutores mas aquele sujeito da mesa ao lado; quem é ele, que faz ele, que está sempre na mesa do lado?...

*

Sobretudo a praia, a praia principalmente. Eis o grande atractivo turístico da turística Lourenço Marques. É certo que há os camarões e os lagostins. É certo. E as lojas dos chins e a arte indígena. O ambiente muito continental dos hotéis e a pincelada ibérica das touradas. E a hospitalidade, também, de que as turistas (nem sempre) se queixam. Mas a praia, sim, é que dá o tom. Por isso a marginal é o que é, e se tornou obrigatório rodar por ali, doze quilómetros a ir, doze quilómetros a vir. E por isso, também, o sr. Alves Pinheiro se embasbacou e falou dos "seus clubes navais"... Por trás dumas grades acampam turistas vermelhos que comem bananas. A gente vai vê-los, quando eles não estão a comer bananas e sim a porem-se vermelhos sobre a areia. Conventcionou-se que elas são todas "giras", o que dá uma certa alegria à rapaziada, que se embebeda, também convencionalmente, com coca-cola.

*

Do sétimo andar caiu um belo vasinho de avencas. Escarrapachou-se no tejadilho do Hilman do senhorio. Um magnífico fim de tarde, prenhe de interesse, espumante de agitação. O senhor Freitas, seu marido, prefere a pesca de paredão. Ao menos ali, ninguém o chateia nem fala de ninguém. Deixou foi de levar o "transportador" para pousar na balaustrada, pois afastava os safios.

*

Além da pesca desportiva, há a outra, sobre a qual as teorias são diversas, parecendo, porém, provado que nas águas do Canal de Moçambique pescam bem os japoneses. Entretanto, poveiros em traineiras, gente de Marracuene em "tatarjos", indianos em seus barcos à vela, lá vão trazendo o teu peixe, amiga cidade. Arrancado a pulso, com saber e paciência, ao teu amado Índico. Mulheres, de filhos no dorso, varam a noite, metidas na água salgada até às coxas, caçando mariscos para o teu caril dominical e para ornamento da rendosa "season". Peixe e mariscos para regatearmos bem regateados, que a vida, assim a subir... mas que grande roubalheira!

*

Também varam a noite outras mulheres, sem filhos no dorso. Sem filhos no dorso, que as atrapalhariam no "twist". Entram com a sua parte no coquetel do grande "show" nocturno, misturando-se com as espanholas e as gregas e as transvalianas, da cançoneta e do baile. São elas as encarregadas do "tic" exótico. Como começaram, como vão acabar, oh! lá, lá! — isso que interessa? Para já, bebem e fumam, dançam e divertem.

*

Rápida corrida para os cinemas. Rápida corrida para casa. Um atrasosinho para meio bife. Deitar cedo e cedo erguer dá saúde e faz crescer. Lourenço Marques, a moderna capital da província portuguesa de Moçambique, é uma cidade que cresce espectacularmente.

Os jornais, esta manhã, diziam todos o mesmo. Os que não diziam o mesmo diziam, obrigatoriamente, disparates. Os que não diziam disparates não diziam nada. Mas será verdade o que eles dizem?... E o que eles não dizem, será verdade?... Mas consta, garantiram-me... Deixe, que eu pago os cafés. Até amanhã.

*

Antes de ir para a cama, ainda quero dizer que Lourenço Marques é uma cidade acentuadamente desportiva. As piscinas, os "courts" de ténis, os estádios abertos e cobertos, o Eusébio. Agora temos uma estação aérea muito melhor para receber hoquistas.

Pronto, as redacções fecharam. Ficaram os impressores a fa

zer os jornais. Só falta cumprir a conversa de bar. Começa em no breza: a "cidade de caniço" foi o grande assunto jornalístico deste ano; devemos comprometer-nos a explorá-lo toda a vida. Con cordam? Tudo concorda. Mais adiante umas garrafas, surge a pri meira discrepância. Pequena. Depois outra, maior. E outra e ou tra. Vem a mãe das discrepâncias e cerra o horizonte da bula-bu la. Só há uma solução: cada um fala do seu assunto. E vários mo nólogos simultâneos dão todo o esoterismo da conversa de bar.

*

O compadre Tomás apanhou-o na queda e meteu-lhe um ombro sob o sovaco, puxou-lhe o braço à roda do pescoço e levou-o, de per nas bambas, pés a arrastar, os dois aos bordos, numa solidarie dade forçada. O compadre Tomás, enfermeiro do Quadro de Saúde, ia a pensar na vida do João e perguntava-se a si mesmo, se fazia bem ou mal em levá-lo a casa. Ao mesmo tempo ia reparando em que a viagem, assim, era morosa e cansativa. Quando chegaria ele, To más, a sua casa? E pensava, Tomás, que entraria de serviço na ma nhã seguinte, bem cedo. João resfolgava. Que ideia a tua João!

*

Por mim, minha amiga cidade, vou apagar a luz na mesa de ca beceira. Cansado e tentado a não ter esperança. Mas sei que acor darei com um sol doirado e quente, em céu escandalosamente azul, a envolver-te completa, nos arrebiques e nas maselas, no riso e no choro, na música e nos gritos, nas flores e nos charcos, nos prédios e nos barracos, no amor e na briga de todos os contras tes, dando-se na mesma dádiva às trezentas e cinquenta mil pes soas de que és feita. E o sol, minha amiga, minha mais bela ci dade do mundo, o sol nasce agora às seis e trinta e seis. Nasce fatalmente!

TRAÇOS GERAIS DA CIDADE DE MAPUTO

Aniceto dos Muchangos

Com este texto pretende-se dar uma vista geral do desenvolvimento da cidade de Maputo e a sua actual importância. Trata-se de mostrar a relação entre o desenvolvimento histórico e a diferenciação da cidade em zonas funcionais.

DESENVOLVIMENTO E IMPORTÂNCIA DE MAPUTO

De uma maneira geral, pode dividir-se a história desta cidade nas épocas pré-colonial, colonial e do desenvolvimento verificado após a Independência Nacional.

O processo de desenvolvimento da cidade durante o período colonial foi descrito por vários autores¹. Infelizmente, estes dados são incompletos no que se refere ao período pré-colonial, sobretudo sobre as condições naturais originais e sua transformação ao longo dos tempos.

A época colonial foi iniciada pelo navegador português João da Nova que alcançou, entre 1502 e 1503, a Baía de Maputo, então Baía da Lagoa². Entre 1544 e 1546, a baía foi explorada pela primeira vez por um comerciante chamado Lourenço Marques. O rei D. João III de Portugal mandou erguer na Ponta Mahona, na margem Sul da baía, uma feitoria e, em homenagem ao seu descobridor, foi atribuída à baía o nome de Lourenço Marques.

Com a construção da feitoria começou o desenvolvimento de Maputo como povoamento³. De facto, nessa altura, o maior peso das actividades dos portugueses desenvolvia-se ao Norte, onde se localizava a capital do território, na Ilha de Moçambique. A Lourenço Marques só irregularmente aportavam navios que se dirigiam à Índia⁴.

Na outra margem, imediatamente frontal à actual baixa citadina, foi edificada uma feitoria com posto militar para controlar o comércio do marfim com as zonas vizinhas. O comércio foi, assim, a principal actividade desenvolvida na baía entre 1693 e 1785. Mais tarde, com a descoberta do ouro no Transvaal, as condições económicas e naturais favoráveis de Maputo contribuíram

*Este texto constitui um extracto de uma obra do autor, a ser publicada em breve pelo Arquivo Histórico de Moçambique.

para que, a partir daí, a cidade fosse alvo da cobiça de vários grupos de piratas de diversas nacionalidades, que várias vezes a disputaram e ocuparam.

Em 1782, Joaquim de Araújo, o primeiro governador português de Maputo, fortificou a baía e iniciou o seu povoamento com imigrantes. Esta fortificação viria a ser destruída mais tarde, em 1796, por ataques de franceses, tendo sido reconstruída após a sua recuperação, em 1867⁵.

Com a reconstrução da fortaleza começou o povoamento permanente com casas estáveis e sólidas. Na verdade, tratava-se de casas de madeira e zinco, com e sem terraço. Nessa altura, este tipo de construção era muito apreciado pela sua simplicidade e pelo seu baixo custo. Assim se foi adensando esta parte do núcleo da cidade, que actualmente se encontra bastante alterada. O desenvolvimento da parte oriental e ocidental da baixa foi relativamente mais lento devido à existência de zonas de pântanos que impediam, antes da sua drenagem, uma expansão contemporânea.

Com o início da construção do porto, em 1784, começou a nova era do desenvolvimento de Maputo, sobretudo pelas suas ligações com o exterior.

Em 1786 a cidade foi parcelada em direcção às plataformas elevadas. Ela cresceu geometricamente em direcção ao Norte, o que ampliou consideravelmente a área do núcleo da cidade. Ao mesmo tempo agravaram-se também os problemas de construção de estradas, do abastecimento de água potável e de combate aos mosquitos.

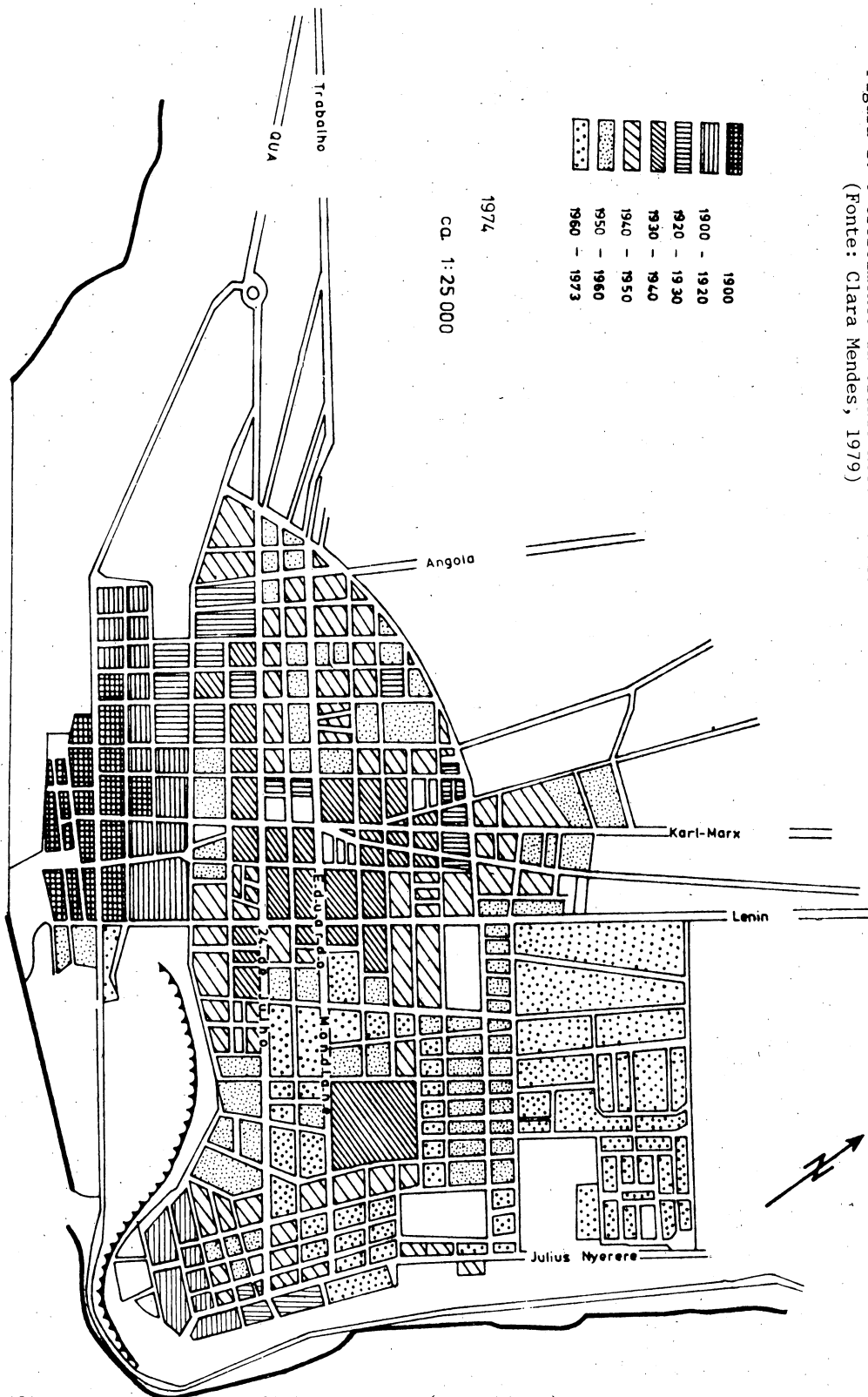
A transferência da capital da Ilha de Moçambique para Maputo, em 1899, e a inauguração das linhas ferroviárias de ligação com o Transvaal (1895), Suazilândia (1912), e Zimbabwe (1956); aumentaram a importância da cidade, transformando-a num centro florescente de indústria, de mercado de capital, de comércio e no principal nó de trânsito para o hinterland⁶.

Pelas suas condições naturais vantajosas em relação ao hinterland, transitam por Maputo vários produtos, entre eles o cobre, zinco, chumbo, manganês, carvão, citrinos e carnes. Também no que respeita à importação de bens de consumo, Maputo é uma passagem obrigatória para o abastecimento de várias zonas do subcontinente.

O crescimento mais notável da cidade verificou-se após a Segunda Grande Guerra (Fig.1). Na década de 50 iniciou-se a construção da Matola e Machava, como zonas industriais por excelência. Foram aí planificadas e instaladas empresas industriais para a produção de alimentos, vestuário, indústrias metalúrgicas e uma fábrica de cimentos. É também nesta zona onde se localiza a única refinaria do país.

A produção industrial de Maputo dirige-se, maioritariamente

Figura 1: O Crescimento da Cidade neste Século
(Fonte: Clara Mendes, 1979)



te ao consumo interno, sendo a matéria-prima assegurada pela importação. Com este desenvolvimento da cidade surgiu, em estreita ligação com o desenvolvimento da burguesia colonial, um serviço doméstico muito amplo. Os militares e o pessoal administrativo complementavam a população branca da cidade.

O serviço ao domicílio constituía e constitui, ainda hoje, uma importante base da existência para uma grande parte dos imigrantes das zonas rurais do país.

O rápido e considerável crescimento da cidade e sua população, sobretudo através da imigração da força de trabalho das áreas rurais, levou inevitavelmente a uma rápida transformação da área citadina. O núcleo da cidade, que se divide em baixa e cidade alta, recebeu um amplo sistema de estradas geometricamente traçadas, onde se implantaram numerosas vivendas e prédios de vários andares e tipos. Foi assegurado, ao mesmo tempo, o abastecimento em água potável a partir da captação no rio Umbelúzi, onde se procede também ao seu tratamento primário. Paralelamente, foi instalado um sistema de esgotos para grande parte da área citadina.

O tipo de construções sólidas, e típicas de uma "cidade ocidental", foi ainda ampliado pelos edifícios públicos e por uma série de construções na periferia, de tipo provisório — os subúrbios.

Na evolução da cidade, muitas outras construções sólidas foram sendo instaladas na periferia, em bairros ou isoladamente, ou ainda junto às principais vias de acesso. Mas este crescimento foi acompanhado, em grande parte, por uma mudança forçada da população indígena, o que agravou ainda mais a contradição entre a chamada cidade do cimento e a cidade do caniço. A cidade do cimento correspondia à zona construída com casas sólidas de alvenaria, onde o abastecimento de água e a canalização dos esgotos está garantida, com estradas alcatroadas e outras infraestruturas. Como antagónica, existia a zona do caniço onde essas infraestruturas não estão totalmente asseguradas; esta última era a cidade da população negra, pobre e sem assistência central garantida.

Assim, a cidade de cimento expandiu-se ao longo das actuais avenidas Karl Marx, Lenine, Angola, Xipamanine, Trabalho e OUA (Fig.1), que são as principais vias de acesso ao meio rural. Ao longo destas avenidas fixaram-se várias empresas industriais que, linearmente, ultrapassam o próprio subúrbio.

Com base nos dados existentes é difícil estabelecer exactamente as diferentes fases do desenvolvimento do subúrbio. As suas zonas mais antigas situam-se próximo do núcleo da cidade e possuem uma estrutura difusa, entre as avenidas anteriormente cita

das. As condições naturais, aí particularmente desfavoráveis, explicam que o seu crescimento não seja radial como se verifica para todo o núcleo da cidade. Estas condições desfavoráveis são sobretudo constituídas pela elevada humidade dos solos e, consequentemente, pela sua má qualidade para a construção de casas. Ao atingir a zona dos subúrbios mais antigos, a cidade só cresceu no sentido Oeste-Este, tendo-se constituído os seus bairros mais favoráveis. Na carta topográfica editada em 1967 pelos Serviços Geográficos e Cadastrais portugueses, na escala 1:25.000, as zonas de caniço mais densas e de estrutura difusa encontram-se junto à cidade de cimento, cuja área correspondia aproximadamente ao total ocupado pelo próprio núcleo da cidade.

Para além dos bairros suburbanos de caniço, que possuem uma fraca densidade de construção, existem parcelamentos isolados onde, todavia, não foram construídas habitações. Estas áreas estendem-se por mais de 8 km do limite do núcleo da cidade, sendo mais comuns na Matola e Machava.

O povoamento disperso, que é característico para uma grande parte do território moçambicano, pode ser observado em locais mais afastados do núcleo, que se podem considerar meio rural. Esta zona rural vai sendo progressivamente afastada para o exterior, sobretudo nos últimos anos.

Com o notável crescimento dos subúrbios, verificado na década de 60, desenvolveram-se paralelamente numerosas quintas e hortas para suprir as necessidades crescentes da população da cidade em géneros frescos⁷.

A sua expansão através das vias de acesso mostra, ao mesmo tempo, a grande importância dos transportes rodoviários para o desenvolvimento desta cidade portuária. As vias de acesso são, ainda hoje, os principais elos de ligação com os subúrbios, periferia urbana e zona rural.

A diferenciação espacial da população segundo critérios socio-económicos era, no termo do período colonial, muito complicada. Nela se sobrepunham elementos das contradições existentes entre as estruturas tradicionais e modernas com as do racismo. O modo de vida colonial-capitalista levou a um desenvolvimento sectorial da cidade que acompanhou também o seu desenvolvimento industrial e de infraestruturas. Ao mesmo tempo, a divisão da cidade em termos de segregação racial, expressava-se em diferenças nas condições naturais e nas condições ambientais de vida nos locais de residência. Uma consequência nefasta e desfavorável foi o desenvolvimento do povoamento desordenado e difuso que se regista no subúrbio. Com a proclamação da Independência, as atenções centralizaram-se na melhoria das condições de vida das populações que habitam os subúrbios, nas zonas de caniços. Estima

-se em cerca de 30.000 o número de pessoas que melhoraram consideravelmente as suas condições de habitação na cidade de Maputo. Mas devido ao aumento crescente da população da cidade, sobretudo pela imigração das populações periurbanas, continuam a verificar-se problemas habitacionais agudos na periferia de Maputo. Estes problemas são, para além da garantia de uma habitação confortável, o abastecimento em água, energia e alimentos, e o próprio emprego.

A construção de casas na cidade não acompanhou as necessidades habitacionais da população com a rapidez requerida. Actualmente constroem-se casas dos mais diversos tipos (caniços, barracas, alvenaria, moradias, etc.). Estas casas têm sido construídas nas parcelas que já obedecem, na sua maior parte, ao plano de desenvolvimento da cidade. De facto, esta forma de construção é a que predomina actualmente na cidade de Maputo. Uma grande parte das casas é construída por fases e conta com o apoio de estruturas responsáveis pelo desenvolvimento urbano, sobretudo na instalação de infraestruturas sociais e edifícios comunitários, tais como as estradas, abastecimento de água e energia, escolas, cantinas e outros.

Estes processos expressam-se pela expansão da planta física da cidade através do crescimento e adensamento dos subúrbios com as suas casas de tipos muito diferentes, mas também pela extensão da rede viária e pela intensificação da produção nas zonas verdes da periferia da cidade.

Como capital do país, Maputo detém mais de 50% da produção industrial nacional⁸. Cerca de 27% dos trabalhadores de Maputo estão registados como operários (Tab.1).

Tabela 1: ESTRUTURA DA POPULAÇÃO ACTIVA EM MAPUTO

Sector	Número	%
Agricultura	3.588	2,97
Indústria	31.747	26,29
Construção	5.461	4,52
Transporte	22.437	18,58
Comércio	11.461	9,49
Administração	12.210	10,11
Turismo	5.665	4,69
Artesanato	9.260	7,67
Serviços Vários	18.942	15,69

Fonte: DNH (1980)

No esforço desenvolvido por Moçambique e todos os países da África Austral para se libertarem da dependência em relação a

República da África do Sul, existem grandes projectos no âmbito da SADCC para a utilização do porto de Maputo. Vários acordos interestatais encontram-se já na sua fase de implementação, o que influirá decisivamente no desenvolvimento espacial da cidade.

Tabela 2: CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO EM MAPUTO

Ano	Número	
1900	552*	
1905	1.267	
1910	1.666	
1915	2.207	
1920	2.322	
1925	2.715	
1930	47.390	*Antes de 1930 não foi considerada a população negra.
1940	68.223	
1950	93.265	
1960	181.864	
1970	395.862	
1980	755.300	

Fonte: Anuário Estatístico (1939, 1942, 1952 e 1964), RGP (1970 e 1980).

O rápido crescimento da área da cidade que se verificou até hoje pode ainda ser analisado à luz do desenvolvimento da sua população (Tab.2). A partir de 1950 a população tornou-se no ve vezes superior, sendo o crescimento mais notável o que se registou a partir da Independência. Este desenvolvimento explosivo e sua tendência, permite prever para 1990 uma população de mais de 1,5 milhões (Fig.2).

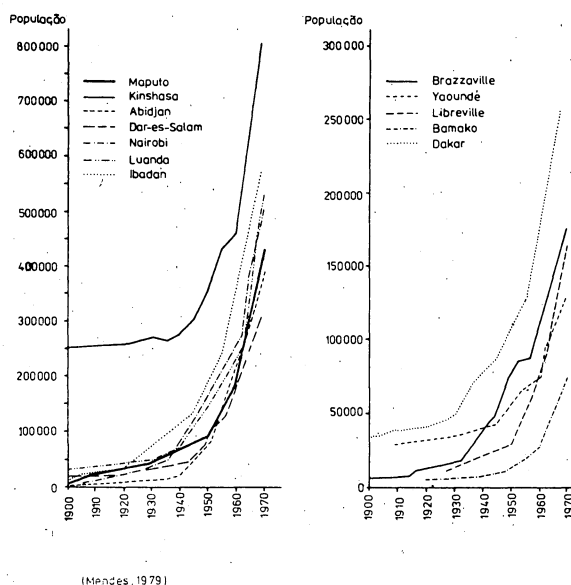


Figura 2: Evolução da População nas Principais Cidades da África Tropical ao Sul do Sahara (Fonte: Clara Mendes, 1979)

DIVISÃO ESPACIAL E FUNCIONAL DA CIDADE DE MAPUTO

Segundo a sua diferenciação espacial, a cidade de Maputo divide-se em núcleo da cidade, subúrbio e periferia urbana (Figs. 3 e 4).

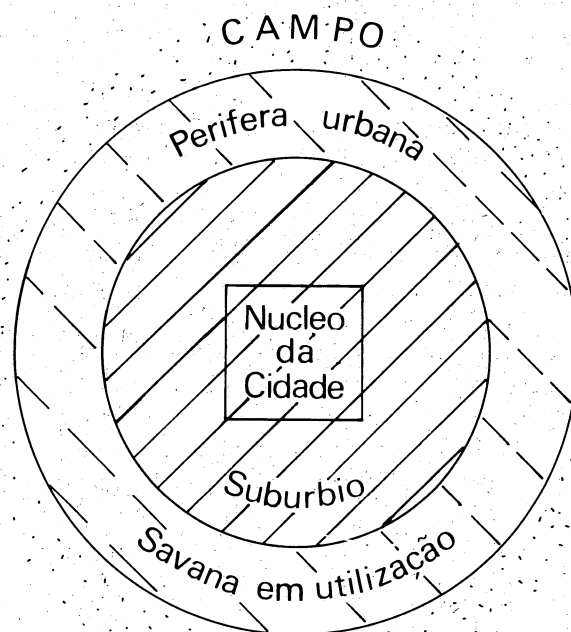


Figura 3: ESQUEMA DA DIVISÃO DA ÁREA CITADINA

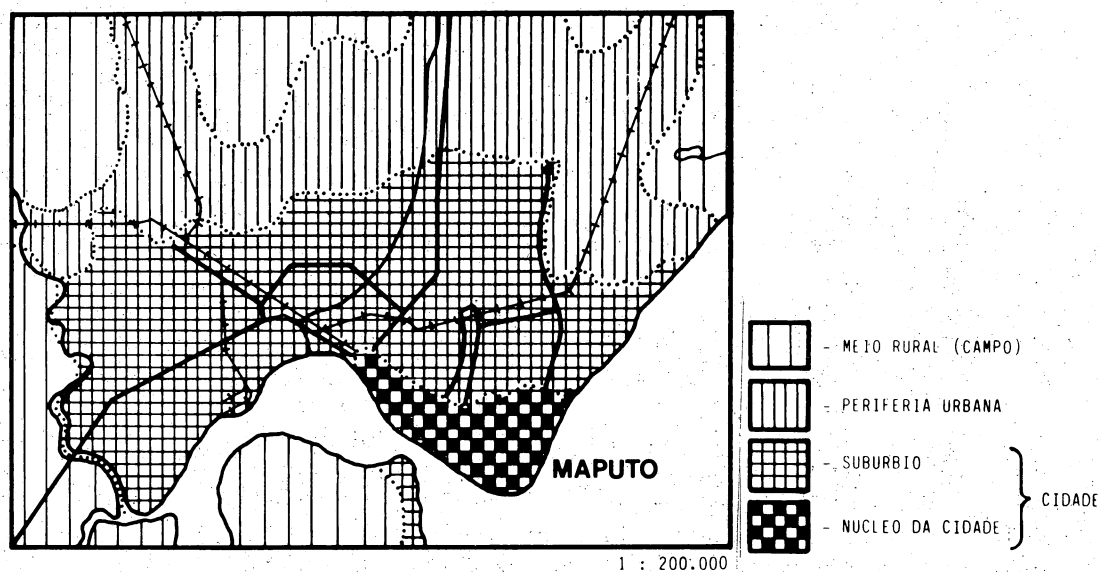


Figura 4: DIVISÃO FUNCIONAL-ZONAL

Só ao Norte, em pequenas franjas, se inclui a zona rural que por vezes parte do próprio subúrbio, acompanhando as vias de acesso.

O núcleo da cidade possui construções sólidas e apresenta uma grande densidade de construção, separando-se do subúrbio por uma linha relativamente fácil de fixar. Mais difícil é estabelecer o limite exterior do subúrbio dado que as áreas utilizadas agricolamente se expandem para Norte em faixas a partir dos subúrbios, de modo que o limite exterior dos subúrbios só pode ser apresentado esquematicamente.

O tipo de construção na margem norte do Estuário do Espírito Santo caracteriza-se pela existência de edifícios sólidos de tipo moradia, prédios, arranha-céus, e por ruas e avenidas largas.

O núcleo da cidade, na sua estrutura, não se encontra totalmente desenvolvido, mas interrompido em vários locais. Estas interrupções resultam da influência de factores tanto de ordem natural como socio-económicos e históricos. Algumas destas áreas são: as barreiras, as baixas húmidas e algumas áreas livres dentro do núcleo da cidade.

O núcleo da cidade tem um centr, ou "city", como todas as grandes cidades. Este centro situa-se na planície aluvial, também conhecida vulgarmente por baixa, envolvendo totalmente a zona histórica da cidade. Típica desta baixa é a concentração e sobreposição de áreas comerciais, residenciais, e da zona portuária e industrial.

O porto de Maputo, com as suas instalações e infraestruturas várias, é, de facto, a área com maior peso na cidade de Maputo. O desenvolvimento da cidade partiu dele e ocupa uma enorme área, comparada com as restantes formas de ocupação do espaço em toda a cidade. A ele estreitamente ligada encontra-se uma área industrial que lhe presta os serviços mais essenciais, ou seja, que depende dele consideravelmente.

Imediatamente a seguir à baixa e no sentido Sul-Norte, aparece a chamada cidade alta, que é predominantemente residencial com as suas numerosas vivendas, prédios, arranha-céus e outros edifícios comunitários. A baixa citadina, em conjunto com a cidade alta constituem o núcleo da cidade.

É na cidade alta onde se localizam as instalações escolares, os hospitais, os quartéis, igrejas, hotéis e vários outros edifícios comunitários, incluindo as zonas de recreação.

A densidade populacional, no núcleo da cidade, varia consideravelmente consoante os bairros. Na área ocupada por mansardas, que se localiza na parte oriental do núcleo da cidade, a densidade é inferior a 93 hab/ha (Sommerschield e Polana). Ela é

relativamente elevada nos bairros centrais, onde atinge mais de 150 hab/ha (Tab.3).

Tabela 3: CARACTERÍSTICAS DE ALGUNS BAIRROS DE MAPUTO

	Bairro	A	B	C	D
Núcleo da Cidade	Central	141	32	99	4
	Polana	93	26	99	7
	Alto Mae	166	33	99	3
	Sommerschild	55	8	99	17
	Coop	156	28	99	5
	Malhangalene	188	37	92	8
Subúrbio	Mafalala	145	11	15	54
	Maxaquene	158	35	40	77
	Aeroporto	154	32	27	60
	Chamanculo	218	49	31	41
	Xipamanine	98	22	19	47
	Inhagóia	173	33	27	72
	Laulane	107	20	39	97
	Polana-Canico	40	9	15	94
	Hulene	87	16	40	95
	Malhazine	40	6	65	85
	Matola-A	9	2	51	74
	Matola-H	72	14	66	99
	Machava-A	23	4	26	78
	T-3	99	18	38	98
	Vale do Infulene	46	1	25	86
Periferia Urbana	Mussumbuluco	3	1	44	99
	Bunhiça	4	1	32	99
	S.Damanso	12	2	27	99
	Zona Verde	18	4	22	99
	Ngonine	5	1	31	100
	Mahotas	4	1	23	99
Zona Rural	Malhanguene	10	20	17	100
	Cobe	1	1	8	98
	Congolote	4	1	23	100
	Magoanine	2	1	1	99
	Albazine	1	1	40	92

A- Densidade populacional (ha); B- Numero de habitações (ha); C-Percentagem de casas sólidas (%); D- Percentagem de casas privadas (%).

Fonte: Relatórios da DNH, 1980.

A seguir ao núcleo da cidade estende-se a zona suburbana, ocupando uma área consideravelmente superior (Tab.4). Esta zona suburbana caracteriza-se ainda por possuir um grande espectro de tipos de ocupação do espaço, muitas vezes vizinhos uns dos outros. Na zona da Matola-Machava existe também uma extensa área ocupada por mansardas comparáveis às do núcleo da cidade. Este tipo de construções ocorre ainda ao longo das vias de acesso e

também em forma de ilhas, na periferia urbana, tal como os bairros Triunfo e Ferroviário.

Tabela 4: DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS

	Km ²	%
Núcleo da Cidade	35	5,5
Subúrbio	130	20,5
Periferia Urbana	111	10,7
Zona Rural	80	12,0
Outras	277	51,3
TOTAL	633	100,0

De facto, existem diferenças entre as construções do núcleo da cidade e as das zonas industriais da Machava e Matola, bem como dos bairros anteriormente mencionados, que não cabe mencionar aqui.

Imediatamente a seguir às zonas de construções sólidas localiza-se, tal como se referiu anteriormente, o subúrbio, que é típico, tanto pela área que ocupa como pelo tipo de construções aí dominantes. Particularmente notável nesta área da cidade é a grande miscelânea de palhotas, caniços, barracas, casas em comboio e, até, casas de alvenaria convencionais. Aqui verifica-se também a ocorrência de machambas e outras áreas livres.

Junto ao núcleo da cidade a zona suburbana não se encontra parcelada, possuindo uma estrutura difusa que complica ainda mais a identificação das formas de ocupação do espaço.

Nos subúrbios verifica-se com evidência a influência das relações de propriedade sobre o estado de conservação das casas de habitação. Após 1976, a maioria das casas que eram destinadas ao aluguer foram nacionalizadas. Ocupadas actualmente por inquilinos do APIE, elas encontram-se num mau estado de conservação se não mesmo péssimo. Estas casas encontram-se muito próximas do núcleo da cidade, exactamente onde se verificou o maior número de nacionalizações.

Mas as nacionalizações atingiram sobretudo os blocos residenciais e os numerosos prédios da cidade de cimento. As zonas de mansardas possuem, ainda, um elevado número de habitações privadas. As zonas de caniço são, predominantemente, áreas residenciais, mas também ocorrem outros tipos de ocupação do espaço tais como as áreas agrícolas, de recreação, e outras áreas com equipamento urbano de maior amplitude, tais como o Aeroporto, cemitérios, áreas de transporte, etc.

À medida que se afasta do núcleo da cidade, a zona suburba

na vai sendo mais esparsa, mas mais ordenada. Soberetudo com o parcelamento que aí se desenvolve, os bairros vão sendo mais diferenciados e mais higiénicos.

Uma outra característica distintiva do subúrbio, em relação ao núcleo da cidade, é a distribuição da população. A população distribui-se irregularmente pelas duas áreas descritas anteriormente (núcleo e subúrbio). Esta distribuição desigual evidencia-se e explica-se pelo grande poder de atracção que a baixa citadina exerce na fixação das pessoas (Fig.5).

Para todo o núcleo e subúrbios, encontram-se disseminadas áreas com funções muito diversas, entre elas as sanitárias e de abastecimento da cidade. A maior parte das áreas com funções de recreação localizam-se perifericamente, sobretudo junto à costa oriental.

As praias constituem, sem dúvida, uma das principais dadi-vas da natureza na cidade de Maputo. Elas são frequentadas mais intensivamente na época quente, entre Setembro e Abril.

Para além das praias, Maputo possui um grande número de campos de futebol, assim como diversos parques desportivos e recreativos.

Disseminadas por toda a área citadina e sua periferia existem também áreas de repouso e recreação, e zonas de produção hortícola. As zonas verdes produtivas, incluídas em quintas e hortas, localizam-se sobretudo na zona suburbana. Este tipo de ocupação do espaço desempenha um importante papel no abastecimento da população em géneros alimentícios frescos, tais como hortícolas, frutas, ovos, carnes e leite. Formas especiais na zona suburbana são as quintas, que ocupam extensas áreas da cidade na sua periferia e que, em conjunto com as hortas, constituem as chamadas zonas verdes.

A periferia urbana pode ser designada por savana em uso, pela sua estrutura e pelas formas de combinação do uso do solo. Aqui predominam formas de ocupação agrária do solo.

À medida que se afasta do núcleo da cidade, e com a progressiva e rápida dispersão das habitações, aumenta nesta savana em uso a percentagem de casas modestas em relação às construções sólidas do núcleo da cidade ou da zona suburbana. A savana em uso caracteriza-se não só pela intensidade do uso do solo, como também pela elevada densidade populacional, que ainda é cerca de dez vezes superior (150 hab/ha) à densidade média do país.

A população desta parte da savana em uso tem relações muito estreitas com o núcleo da cidade propriamente dito. A sua existência só é possível com o emprego suplementar que a cidade lhe oferece. A família não pode sobreviver apenas com as pequenas machambas da agricultura de subsistência que pratica.

Para além da agricultura, uma actividade que se desenvolve na periferia urbana é a pesca. A pesca pratica-se na Baía de Maputo e, em parte, fora dela e em pequena escala, nos canais da Costa do Sol e na foz dos rios que desaguam na baía. Nesses locais e especialmente na Catembe, desenvolvem-se aldeias ou bairros de pescadores.

NOTAS

- ¹Entre eles Lobato, A. A História da Fundação de Lourenço Marques. Lisboa: Revista Lusitana, vol.XVI, 1948; A História do Presídio de Lourenço Marques, 1782-1786, Lisboa: 1949; A História do Presidio de Lourenço Marques, 1787-1799, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 19, 1960; Quatro Estudos e uma Evocação, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1961. Montez, C. Descobrimento e Fundação de Lourenço Marques, 1500-1800, Lourenço Marques: Minerva Central, 1948. Lima, A. P. Lourenço Marques, Lourenço Marques: Edições Turismo, 1965; Edifícios Históricos de Lourenço Marques, Lourenço Marques: 1966; História dos Caminhos de Ferro de Moçambique, Lourenço Marques: Administração dos Portos, Caminhos de Ferro e Transportes de Moçambique, vol.3, 1971. Mendes, C. Variação Espacial da Densidade de População Urbana em Lourenço Marques, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Estudos Para o Planeamento Regional e Urbano, nº1, Universidade de Lisboa, I.N.I.C., 1976; Maputo Antes da Independência - Geografia de uma Cidade Colonial, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Estudos Para o Planeamento Regional e Urbano, Universidade de Lisboa, I.N.I.C., 1979. De Blij, H.J. The Functional Structure and Central Business District of Lourenço Marques, Mozambique, Massachusetts: Economic Geography, vol.38, 1962. Richter, G. Das Umland von Lourenço Marques - Wandlungen in der Agrarlandschaft unter dem Einfluß einer Afrikanischen Großstadt. Wiesbaden: Braunschweiger Geographischen Studien 3, 1971.
- ²Lima, A.P. Lourenço Marques, Lisboa: Editorial de Publicações Turísticas, 1968.
- ³Lobato, A. (1961), op. cit.
- ⁴Lobato, A. (1949), op. cit.
- ⁵Lobato, A. (1961), op. cit.
- ⁶Lima, A.P. (1971), op. cit., e Mendes, C. (1979), op. cit.
- ⁷Richter, G. (1971), op. cit.

O MAR GRANDE DO DESASSOSSEGO

Manuela Sousa Lobo

Era normal o movimento na Praça: gente que ia e vinha; as vendedeiras de crochê trabalhando em silêncio: dedos, agulhas, lâ, num movimento combinado, cadenciadamente, calmo, sabedor: gorros, coletes, xales. Quanto custa um par de botinhas para bebé? Mil meticais, senhora... (Em voz mais baixa: Dois randes, se a senhora quiser...).

Artesanato, sobre o cartão de caixas desmanteladas. Procurei madeiras brancas, desse castiço fabulário ronga, tartarugas, pássaros, hipopótamos, (quem foi que descreveu uma pantera devorando um inglês?), mas não encontrei; apenas sândalos rebuscados, detestáveis, grandes cabeças de dragão, com um cinzeiro onde seria o caco, para venda ao estrangeiro de mau-gosto, que ronda, fascinado: quanto custa (o seu monstro)? Doze contos, madame, o que faz doze dólares USA, se a senhora quiser (são oito quilos de trigo, oito quilos de arroz, quando a madame queira, ao seu dispor). Afastei-me, andava noutra, a procurar swikelekedana, mas não são fáceis de encontrar (naquele dia, há uns meses, é que foi, três caixas extraordinárias, um camaleão, um chacal e uma galinholha, em mafurra branquinha, leve parte da raiz, bem seca como deve ser, esculpida pela mão de velho mestre nesta arte do sul, apagada, mal conhecida, mas resistente e prenhe; como a do tio Felisberto, à maneira que séculos ensinaram: "Se a senhora for a Inharrime, pergunta pelo Felisberto; se não souberem quem é, diga que é o velho de chapéu de galinha e todos, qualquer pessoa lhe vai explicar onde ele mora; é um artista, a senhora sabe como os artistas são, fez um chapéu de palha, de madeira e penas, só para ele, modelo único; se for a Inharrime, não se esqueça de ir procurar o meu tio Felisberto, ele há-de ter mais alguma caixa destas, tem o gosto das caixas, faz caixas devagar, devagarinho, todas diferentes umas das outras, acaba uma, logo começa outra; demora muito a acabar, diz que trabalhar madeira é como comer, tem de ser devagar, devagarinho, para dar alegria", assim contava o seu sobrinho, que vem de vez em quando à capital vender-lhe a obra).

Na Praça, as coisas oscilavam? Novamente, os objectos se cobriam de tons de chá. Era eu, plasma, oscilando, a transbordar-me, olhando? Eu, quê? Meu amigo, ngambalo, choramos a girafa do deserto, um canto ronga ao longe... Rendas antigas, dedilhar de cordas, pés dançando, ai!

Dirigi-me a um dos bancos do lado do cais e sentei-me, um pouco para lá da árvore onde, diz-se, durante anos funcionou a forca, à porta da Fortaleza.

À minha frente o rio, o estuário, a foz, uma golfada de se pia e solidão.

Era uma vez uma baía, que constou em mapas e escrituras com a fria designação de "baía do Cabo das Correntes, na costa do Na tal". (Assim a nomeava quem a não conhecia, que os outros, presos do seu encantamento, de sua leda mansidão, mornos nomes lhe atribuíram: Baía da Paz, da Boa Morte, Baía dos Bons Sinais. Uma ria de sol e de bem-estar.

"Aos que chegavam de barco, surgia esta água de repente, co mo um porto de abrigo — uma abertura larga na costa, duas mãos de terra em berço, uma ilha à esquerda, outra adiante por estibordo ao lume de água; navegando-se, ia surgindo uma fita negra estendida no horizonte redondo e em fundo verde, às curvas pela terra.

A direita, o planalto, a crista da barreira agreste e, do outro lado, uma pequena ponta de mar e o sertão, plano e a perder de vista, com árvores grandes e nítidas. A ravina, alguém vi ria depois a rampeá-la à faca, a relvá-la de verde liso, a se-mear-lhe casas no topo". Mas isso foi depois.

Aqui veio dar, por um acaso, vindo do interior, há mais de quatrocentos anos, um aventureiro de nome Lourenço Marques; entrado pelo Limpopo, percorreu o Umbelúzi e, de rio em rio, atin-giu o Maputo, descendo até ao mar, pelo Incomati; no fim da água doce, uma grande suavidade de mar se lhe abriu em frente e cha-mou-lhe ele Baía da Lagoa, no espírito quinhentista pouco dado a metáforas que terá sido o seu (daí o nome, a esta clareza ver-de, de Delagoa Bay, que os ingleses, apesar de péssimos pronun-ciadores, mantiveram até há pouco tempo).

Por aqui andou Lourenço Marques, mais um tal Caldeira, seu amigo, com suas barcas negras, toupeira furando, esperta e per-sistente, deixando simpatias: negociava em cobre e em marfim, segundo João de Castro, que era dom, o tal de quem não conheci mais do que as barbas, nos meus primeiros anos de instrução pri-mária (triste escola fiz, bem pouco ousada). João III (outro dom, também João e ate rei, mas surumbático), doente já de melancolia (terrível fim num estadista, mas a mágoa de ver morrer nove fi-lhos amolenta qualquer um) referiu-se a estas águas designando-as por Baía do Espírito Santo (alguma visita lugebre e alada ti-verá a sua pobre majestade nessa manhã de despacho) e, tempos depois, para honrar a ousadia desse que por ali andou a reconhe-cer os rios, decretou Sua Alteza que tais águas se chamassem de Lourenço Marques (coitado de D. João III, que nem ronga falar sa

bia e para quem a vida era uma reza, sem xibugo algum!).

Um banco virado para o cais. O que me fez sentar-me neste banco e aí ficar especada, olhando mastros e guindastes? Doíam-me os pés, apesar das sapatilhas escafiadas e cómodas. Ao longe, à direita, a Matola; à esquerda para trás, as Mahotas; em frente, passam três Migs a rasar, como três patos em triângulo, sobre a Catembe; para as bandas de Matutuine e da Ponta do Ouro, erguem-se colunas de fumo: o sinal silencioso da guerra. A guerra de hoje, de ontem, de sempre.

O cais torna-se praia. Era uma vez uma ria. Oscilo em golfadas de sépia, nos matizes vários da nossa solidão. Uma ria, grande foz de rios. "Terras baixas pantanosas, manchas claras, redondas, rapadas, como tinha no cabelame escuro do arvoredado ralo; o rio é caprichoso, tem pela esquerda a foz em fantasia, como enorme língua de cobra assanhada, imensa e sinuosa pelo mato dentro, donde vem, como temeroso bicho antigo das terras quentes, refrescar-se nas águas do mar".

Lá longe, o interior, são serras; a costa, um charco.

Sépia, sépia sobre mim e solidão. Remamos todos no mar grande do grande desassossego.

Seguimos em direitura à terra. Lancei o prumo e achei todas as braças. Até meia légua de terra lançamos âncoras, em frente da boca de um rio. Procurar abrigada, tomar água e lenha. Ai, Senhora dos Mareantes! Andar ao frio com água pela braga! Praia chã e formosa. É bom parar, depois de percorrer nosso caminho, por este mar de longo, ai Senhora dos Navegantes, se não houve botelho novo que não visse, todos os seus tons! (nos dias de vista haver de terra, senhora minha). Até o português desaprendi, com o descostume.

Era uma ria ronga. Com portugueses. Com holandeses depois, e austríacos. Portugueses novamente, há dois séculos atrás, na década de oitenta, em 1782 exactamente (pronto estava já o sacco onde iria cair a cabeça de Luís XVI, e ainda bem que assim foi; mas aqui, nestas águas, a história era diferente e apagada, sem a pluma de Montesquieu nenhum).

Mansos rios, mansos arvoredos. Um excessivo verde. "Nesta baía se recolhe a água de três rios: o primeiro deles para a parte do sul, se chama mar do Zembe, que divide as terras de um rei assim chamado, das de outro, que é o Inhaca com que nós ao depois estivemos. O segundo se chama Santo Espírito, ou de Lourenço Marques, este aparta as terras do Zembe das de outros dois senhores cujos nomes são o Rumo e Mena Libombo. O terceiro, é último rio para o Norte se chama Domanhica, por outro cafre assim chamado, que ali reina". Zembe: Tembe, as terras do Capela e é Maputo; um rei Inhaca, que entretanto se confinou à Ilha; Rumo,

Mafumo, as terras do Matola; Domanhica, Manhiça, aí está Incomati, em terras do Magaya. Nomes, designações sucessivas. Era a melhor aguada na costa do Natal.

Década de oitenta, há exactamente dois séculos atrás. Galeiras, palas, lanchas e bergantins, corvetas e escaleres davam fundo neste surgidouro, trazidas pela monção de Novembro. E mutumbas indo e vindo, a cintilar de peixe fresco.

Fortaleza, nem esta que aqui está nem outra alguma, havia então; era só apenas o estabelecimento (uma dúzia de soldados descontentes, em meia dúzia de palhotas, mais uma embarcação funda-deada).

As barquinhas metiam-se de terra em terra, na permuta, enquanto os navios esperavam ao largo, na baía, o seu regresso. (Levavam bebidas, fazendas, manilhas, missangas, velório, subiam o Incomati até Xinavane e Magude; regressavam carregadas de marfim, pontas de abada — algumas de sete palmos — sacos e sacos de âmbar).

O que me faz chorar? Sei lá. Flamingos a voar, talvez. A saudade dum futuro terrivelmente difícil de atingir. Um futuro verde, cestadas de ovos brancos. Um bem-estar de redes balançando. Gente junta, cantando.

Terras férteis, foram estas, mal se consegue acreditar. Muito arroz, legumes, feijão, favas, ervilhas; grãos, guandos, couves, alfaces; cebolas, cana-doce; e gado, gado farto: vacas, o capado, o chibarro, carneiros de cinco quartos de lã corredia e curta, à maneira de pelo de cavalo. E que dizer das praias, tão abundantemente ricas de marisco e pescado? Metros e metros de redes de pesca em casca de árvore! As montanhas, lá para o interior, era delas que vinha oiro e cobre dos nguni, após seis ou sete meses de caminho.

Tons de chá. Naperons apodrecidos. Eu, plasma, a transbordar, olhando-me. Um bando de flamingos, em triângulo, sobre a Catembe; rosados e indiferentes. E eu, liricamente, vendo tudo: o que foi, o que talvez venha a ser. Recebendo sinais, via satélite.

Ao lado do estabelecimento, num movimento fervilhado, a feira: gaiolas cheias de galinhas, grandes cestas a abarrotar de frescos, caixas com manilhas de latão, altos montes de âmbar e marfim (por vezes tão baratos que já ninguém os queria...!).

Negócio chorudo, era nos barcos: o Capela, grande régulo das terras da Catembe, fazia-se anunciar com uma vaca de refresco e, no barco português, jantava e bebia os seus licores, recebia suas peças de pano preto, suas sacas de contas, seus litros de aguardente, e preparavam-se as trocas. Puxava da tabaqueira de ébano: "Fólê"? Aspiravam a pitada. Dois séculos, é assim tanto tempo?

O que era este lugar, o que foi, o que se tornou, o que é, o que será? O Mahota, mesmo à boca do estuário, à entrada para todos os rios, recebendo o saguate de cada barca ou barquinha que subia. E a corte do Grão Caixa, a vinte dias de viagem rio acima, era uma alfândega.

Sépia, meu amor, golfadas de sépia e solidão. À minha frente, os grumetes descarregavam vergas. Um branco vestido de castanho desdobrou cobertas pintadas de Damão, pendurando-as nos arbustos do campo arenoso. Falei-lhe, bem lhe comprava uma colcha dessas, mas não me ouviu, ia batendo na seda com tapinhas carinhosos. O presídio, improvisado no terreno arenoso da praia, é uma estacaria circundando um aglomerado de palhotas, num charco cedido por Chibanzane, o Matola. Lá dentro, estendido num catre, Joaquim Araújo vai rebentando aos poucos, hidrópico. Sete ou oito gaivotas pousadas nas estacas, muito direitas, a olhar em frente. Araújo, o incauto fundador deste amontoado de vidas em que estamos agora (longe dele o sabê-lo).

E Almeida substituiu a Araújo. Bêbado, arranjou desavenças com o Matola, tornou-se malcriado; passou a viver na corveta, entre o copo e o medo; um dia fugiu: desmantelou o presídio, recolheu canhões e provimentos, embarcou para a Ilha de Moçambique, onde era a Vila capital de então, deixando a Baía da Paz, da Lagoa, da Boa Morte, do Espírito Santo, do Cabo das Correntes na Costa do Natal, zut! sem guarnição (e os austríacos, agora é que eles tomavam posições, reocupavam o posto, com tegatês ao Capela, ao Mahota, ao Matola, tegatês e fazendas baratas, ao preço da uva mijona...! Lá ia um patamar a correr, com o seu saquinho de cartas! E outro! Um desvario de cartas!).

E depois, foi Pedro Testevim, encarregado de reconstruir o presídio...! Encarregado de reatar relações com os régulos da praia, de rearmar a bandeira da Coroa! De desembarcar artilharia e palamento para a fortificação; coitado do Pedro Testevim, tão tímido e prudente, mandado a impedir os barcos estrangeiros nestes rios, a vigiar o contrabando, a proibir a venda de armas e de pólvora. Pedro Testevim, com sua escrita gaga acrescida de receios a engatar-lhe as sílabas a queixar-se ao governador: que seus soldados o insultavam, e passavam os dias a jogar tchuba! Que insinuavam não ter ele dado todos os panos previstos aos indígenas, que alguém levantara a bandeira portuguesa em terras do Matola sem que este tivesse tido conhecimento do acto (ai que ri xa com o régulo, senhor governador...!); coitado do Testevim: ao ver a "Telemaque", corveta dos franceses, mandou-lhes pum! foi um primeiro tiro, e depois pum! foi o segundo tiro, este de peça, mas nem mesmo assim os franceses desistiram, que vinham só por água e lenha, manhosos, lamuriavam, que aqui estariam só uns

quinze dias, pois sim, que sim, ficassem. E não eis que os puxa va era o cheiro da escravatura, senhor governador?! Vá lá a gente perceber... Claro, senhor governador, houve rixa das antigas, morre ram uns franceses, uma povoação do Capela foi incendiada. uma ne gra amarrada e outra assassinada, (foi o início do massacre, aqui no sul, e nem se deu por tal, chamou-se escaramuça; mas era ele, xitukulumukhumba do massacre ao de leve chegando, nos biquinhos dos pés, sorrateiro, sem que ninguém soubesse que seria o primei ro de muitos por chegar, arrastando-nos a todos para uma condi ção humana demasiado animal); coitado de Pedro Testevim: se o Ca pela lhe levou a bandeira e um capitão lhe pedia resgate...; se os faxinas lhe roubavam coisas da barraca; se até um soldado doen te, em delírio, pegou fogo à palhota que era o hospital...! E ele, tenente embaraçado e ofendido, de caneta na mão, a escrever, na sua escrita gaga, ridículas queixas ao governador... Pois até homens lhe fugiram para o sertão! Testevim, disléxico e atarantado.

Após ele, foi Costa Portugal, fino como a seda, matreiro co mo o cuco. Contrabandista, de há muito se fizera o negócio, pe las ilhas do norte. O presídio foi, então, feixes de faxina a formar um valado de altura dum homem de joelhos e os outros três lados da fortificação imaginária, abertos, devassados ao mato. Mau comércio o seu, o dos ingleses dominando tudo, com fazendas baratas.

Mas, embora tanto mau governo, (em cinco anos, tivera este lugar seis governadores! se eles já vinham nomeados com indica ção do substituto e do substituto do substituto, escabrosa fun dação!) o estabelecimento se fez presídio, isto é, jurisdição; e a paliçada, de imaginária, ergueu-se finalmente; para se ver erguida, teve o charco que esperar, na sua perplexidade pantano sa, as ordens de Melo e Castro, ele sim, com sua voz de olhão colonial: "suficiente numero de homens para conter os cafres em respeito", aconselhava já, na linguagem peculiaríssima da domi nação. Foi ele que providentemente enviou ferro, madeira, ferra mentas várias, enxadas, machados, picaretas, pás, alcatrão e pe dras e até um portal lavrado e cantaria! Construir-se-ia a for tificação. E enviou carpinteiros, pedreiros e taipeiros, ferrei ros e soldados! E até estanho, para conserto dos caldeirões! Pre viu ou não previu a ocupação? (Para os régulos, o Matola e o Ca pela, cabaia encarnada agaloada, fivelas de sapatos e calção, um chapéu e um par de botões de camisa; não esquecer o Inhaca, com barretes e panos, toucas e cabaia também).

Era uma vez uma água mansa, verde e azul de muitos rios. Ca ranguejos, mangas e ananases. Grandes selhas cheias de lagostas. A par do presídio, que cresceu (em cem anos, se fez casario, o casario. cidade e, uma década depois, capital da colónia! e um

poço de síflis!), chegaram a tais lugares as razias de Mzilika-zi, rei dos Ndebele; de Shobuza, rei dos Suazi, e de Sochangane, o Manicusse, que os três vinham fugindo de Tchaka e procuravam bons rios e bons prados; para estas regiões vieram, com seus guerreiros, dançar o muthine da vitória. E trouxeram nhedzane, a que te esburaca a cara, e trouxeram psicuembo, os espíritos que te tornam possessor. E depois de Manicusse, foi Muzila, e depois de Muzila, Ngungunyany (deste se diz que mandava matar os homens baixos).

Ai, nossa cidade, nascida de um hidrópico, dum bêbado, dum disléxico e dum contrabandista, qual deles o mais embaraçado! Quem torto nasce, quando se endireita? Passa um Peugeot, a buzinar.

Sépia, solidão e sépia. O banco. Tons de chá. O branco vestido de castanho acabara de arrumar suas colchas de Damão. Por trás dele, um outro: munguins vermelhos, com elefantes pintados a amarelo e azul.

Passou um miúdo com um cesto redondo, onde chocalhavam manilhas de latão; Chamei-o, não me respondeu. Ia chocar comigo? Passou através de mim, continuou.

Um burro carregado de sacos de missangas brancas, azuis, douradas, cor de cana e de laranja.

Por todo o lado, garrações: cachaça do Rio aqui, da Baía ali, de Pernambuco acolá. Um transbordamento de cachaça. Embriões de história boiando em álcool. Tenho muitos olhos. Recebendo sinais. Passam dois Migs. Flamingos!

Calou-se o choro dos escravos, (era uma longa fila que chegava) perplexos e temerosos, olhando o rio: água grande é morte da gente, meu irmão, água grande é noite. Sentaram-se no chão, ao rés da praia, atados uns aos outros; o homem que os conduzia totalmente despido, com seu cinto de caudas e sandálias de pele de boi, encostou-se a um sicômoro e ouvi-o cantar (engraçado, eu traduzia-lhe as palavras):

Eles marcham numa só linha
os elefantes, os grandes!
vão matar a sede, vamos nós também.
Bebem nas poças, viva!
Escutem!
Bramidos abafados na floresta,
é um grande barulho, o bramido na floresta.
Grito de elefante, de fêmea de elefante! É ela
a chamar os caçadores às poças.
Viva! É ela! Hôô! Viva!
Além, o de grandes orelhas pendentes!

Viva! O de grandes orelhas pendentes acaba de passar. Viva!
Os rapazes já lá estão;
Eis o ruído das facas que se afiam,
Lá onde o elefante caiu!
Viva! O ruído das facas que se afiam! Viva!

O cantador calou-se, que se chegara a ele um outro indivíduo, mas este com uma grande pérola no canudo fálico e sua ngiana de cera a coroar-lhe a cabeça, (pois não era ele um Senhor que nunca acarretava fardos?!); segredou-lhe o grande qualquer coisa ao ouvido, que não consegui entender, o cantador gritou para os escravos, que se puseram de pé, a chorar baixinho. E lá se foram, numa só linha, o grande, o médio e os pequenos, em direcção à praia. Uma gaivota sobrevoava o barco, fundeado no rio; picou. Ena, uma sumaca pejada de tangerinas! Passa um Lada.

Ai, águas verdes e azuis! Cestadas de camarões! Rasgaram-se as cabaias encarnadas, entornaram-se os saquinhos de missangas, a ria é uma golfada de suor, um nó górdio de Hinterland com Kimberley e, às suas praias, vêm dar as linhas férreas que transportam os esqueletos da fome. Não me larga este cheiro a sangue e diamantes.

Ai nossa cidade, nascida nessa mansa lentidão em que nem sequer se reparava; caniço aqui, tijolo acolá, desembocando no fervilhar deste milhão de gentes que hoje somos. Pesa em nós essa carga de histórias passadas tão presentes ainda. Cheira a papel e a petróleo. A minha imaginação procura pontes para os jardins suspensos do devir.

Três Migs. Tenho frio. Metros e metros de tule cor de chá sobre as árvores da praça. Um Volvo a buzinar. Tudo penumbra. Estou gelada. Fim do filme.

O OPERARIADO MOÇAMBICANO E A SUA HISTÓRIA: PROBLEMAS E PERSPECTIVAS

A PARTIR DE UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS ESTIVADORES
DO PORTO COMERCIAL DE MAPUTO

Alexandrino José

INTRODUÇÃO

Em 1984 o matutino "Notícias" anunciava os preparativos para o início de um processo de levantamento histórico da classe operária no nosso país, acção a ser realizada pela Organização dos Trabalhadores Moçambicanos no quadro do seu programa¹.

Esta acção afigurava-se extremamente importante, em primeiro lugar, por abrir, pela primeira vez na História de Moçambique, a possibilidade de integrar o operariado na reconstrução da sua própria história, já não como mero objecto de extracção e exploração de factos históricos, mas como sujeito — protagonista capaz de participar na reflexão e problematização do seu próprio passado. Em segundo lugar, esta iniciativa permitiria iniciar, no campo da ciência histórica, o combate contra a divisão negativa, herdada do colonialismo, entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, neste caso específico entre o profissional da história e o sujeito — protagonista. Em terceiro lugar, a integração dos operários neste empreendimento permitiria o avanço da história nesta área concreta, dado que aqueles trariam novas problemáticas, novas concepções que, certamente, teriam grande impacto na actual historiografia sobre a classe operária, baseada no trabalho de profissionais oriundos da pequena-burguesia. Colocar aqui esta dificuldade não é, de modo algum, negar ou ignorar que a questão central é a da posição e não a da origem de classe do estudioso diante das fontes e da concepção que ilumina o seu trabalho. Assim, esta perspectiva permitiria enfrentar o magno problema da escassez de fontes, que é particularmente agudo em relação ao passado do operariado, destruindo barreiras entre o protagonista como fonte, e o especialista detentor do instrumental científico.

A notícia do periódico "Notícias", atrás referida, dizia ainda "que, dada a complexidade e natureza de uma acção deste tipo, e porque a sua realização exige meios humanos com conhecimentos

nas áreas de investigação, as estruturas centrais da OTM têm projectado contactos com diversos organismos, com vista a que estes apoiem a efectivação do programa".

Com efeito, a ciência da história — como produção — é exterior ao operariado. Qual seria, então, o papel dos "apoiantes" e qual o dos "apoitados" neste empreendimento da OTM? Para vingar a problemática e a elaboração da história do proletariado no seio do próprio proletariado, é necessário — senão essencial —, portanto, reflectir sobre esta relação.

Assim, este artigo pretende ser um contributo para as estruturas que, pela primeira vez, visam levar a classe operária a reflectir e elaborar o seu vivido. Neste sentido, vamos aqui apresentar algumas reflexões, muitas interrogações e poucas respostas sobre os problemas que enfrentámos no trabalho de reconstrução de algumas etapas da história dos estivadores do Porto Comercial de Maputo.

ALGUNS ASPECTOS DA HISTORIOGRAFIA COLONIAL SOBRE O OPERARIADO

A historiografia sobre a classe operária, em Moçambique, acha-se bloqueada, em grande medida, pela concepção de história do operariado e estrutura de fontes herdadas do tempo colonial. Neste contexto, um dos aspectos característicos consiste em esvaziar o próprio movimento operário de sentido.

No seu estudo "Os Africanos de Lourenço Marques", Rita-Ferreira dedica algumas linhas a conjecturar sobre as causas da inexistência de um movimento operário entre o proletariado local. Apresenta, sucintamente, algumas razões para tal:

a) A extrema dissolução da população assalariada teria dado origem a um proletariado amorfo e desunido, que estaria longe de representar uma categoria económica precisa e estável².

b) A mediocridade das estruturas profissionais, aliando-se à apertada supervisão administrativa, teria desencorajado o desenvolvimento das relações entre assalariados empregados em actividades semelhantes. Os laços criados pelo trabalho em comum seriam, assim, frouxos, não resistindo aos antagonismos étnicos. Tal seria consequência da "excessiva mobilidade da força de trabalho, do carácter recente de muitas actividades, percentagem elevada de recém-chegados do interior, preponderâncias da solidariedade familiar", etc³.

Nesta lista de causas não se consegue discernir qual a causa principal da dissolução e do amorfismo do proletariado moçambicano, e os efeitos. A apreciação levada a cabo abstrai-se completamente do sistema colonial-capitalista e das suas exigências de perpetuar relações de dominação-subordinação. Em relação ao

primeiro ponto, a dissolução e desunião do proletariado é apresentada como um fenómeno natural e inerente ao seu próprio estadio de crescimento. Esta visão eclética não permite verificar que os factores que constituem causas estão ligados entre si. Por isso não consegue aperceber-se que as "estruturas profissionais" foram criadas para o proletariado e que a sua desorganização foi institucionalmente concebida. Tomam-se, portanto, os efeitos como causas.

Depois, concede que "todavia, em Lourenço Marques há indícios de que, nas ocasiões de crise, os interesses derivados da ocupação profissional comum começam decididamente a sobrepôr-se aos laços e divisões étnicas e tribais. Um bom exemplo desta mutação é representado pelas reivindicações colectivas apresentadas em 1963 pelos carregadores da estiva, utilizando como meio de pressão uma paralização concertada do trabalho, que se prolongou por alguns dias, mas graças à qual alcançaram nítida melhoria das condições de trabalho e remuneração"⁴.

Faz-se claramente tábua rasa das acções desta fracção do proletariado que já se desenvolviam antes e depois do Estado Novo de Salazar. Ignora-se o facto da acção grevista ter ocorrido não só em Lourenço Marques como também nas restantes cidades e nas plantações. Rita-Ferreira quer fazer-nos crer que a acção concertada só começa nos anos sessenta. Pretende cimentar a idéia da inexistência da classe operária anteriormente, o que, por sua vez, justificaria a inexistência da necessidade da sua história antes do operariado ter crescido, se ter desenvolvido e tornado numa "categoria económica precisa"⁵.

Desta e de outras maneiras a historiografia colonial evacuava a história do proletariado da história de Moçambique, negando a existência de sujeitos-protagonistas.

AS REFLEXÕES DA FRELIMO SOBRE O OPERARIADO MOÇAMBICANO

Podemos considerar as reflexões da FRELIMO em dois períodos distintos. O primeiro compreende a fase que vai da altura da preparação e desenvolvimento da Luta Armada de Libertação Nacional até à tomada de posse do Governo de Transição, altura em que se inicia o segundo período, que se prolonga até à altura da constituição dos sindicatos moçambicanos. As análises feitas durante este segundo período são as de maior impacto, não por serem mais recentes mas por terem sido os únicos discursos objecto de estudo nas unidades económicas, sob a orientação dos Conselhos de Produção e das estruturas sindicais da OTM.

A. Primeira Fase:

A primeira tomada de posição da FRELIMO parece ter ocorri-

do aquando da greve dos carregadores da estiva, em 1963, na qual Mondlane afirma terem participado militantes da FRELIMO, na sua preparação e na coordenação simultânea para os portos de Lourenço Marques, Beira e Nacala⁶. A FRELIMO apoiava, logicamente, o levantamento dos estivadores, porque via nele um acto justo de "coragem" na legítima luta pela conquista dos seus direitos, en quanto trabalhadores, e, mais importante do que isso, considera va que o acto constituía uma contribuição necessária para a cau sa da Luta de Libertação Nacional, e para a denúncia oportuna da manutenção da exploração e opressão dos colonizados, não obstan te as reformas supérfluas que o Estado colonial vinha encetando. A FRELIMO apoiou incondicionalmente a greve, dando orientações precisas aos grevistas sobre como se comportarem diante das manobras patronais, exortando os trabalhadores a manterem-se firmes na luta pela conquista dos seus direitos⁷.

Mais tarde, Mondlane retomaria a reflexão sobre as acções históricas do proletariado urbano, no seu livro "Lutar por Moçambique". Em primeiro lugar, distingue, no meio urbano, a exis tência de dois tipos de trabalhadores com realizações históricas distintas: a intelectualidade e o operariado. Enquanto que os primeiros desenvolveram todo um pensamento analítico e estruturas de organização, o proletariado teria sido actor de uma "re-sistência activa e organizada"⁸. Apesar do Estado colonial não permitir que os trabalhadores colonizados se pudessem organizar em sindicatos, o proletariado sempre se levantou contra a explo ração. Mondlane demonstra esse facto com a apresentação de três greves. A primeira foi identificada no ano de 1947, no porto de Lourenço Marques, tendo-se alastrado para as plantações vizinhas e culminado "com uma insurreição abortada em 1948, e com várias centenas de africanos deportados para São Tomé"⁹. A segunda gre ve verificou-se em 1956, também no porto de Lourenço Marques e com um balanço de "49 participantes mortos"¹⁰. A terceira foi a greve de 1963.

Destes factos, e da repressão exercida pelo Estado colonial, Mondlane extrai três ilações importantes que irão influenciar a atenção que a Frente vai prestar aos operários, no decurso da Lu ta Armada de Libertação Nacional:

- O facto de não ser viável promover acções de combate con tra o colonialismo contando com os trabalhadores urbanos, dada a grande força do aparelho repressivo colonial nas cidades;

- Qua as acções dos intelectuais e do proletariado estavam votadas ao "fracasso" porque em ambos os casos eram acções de gru pos isolados¹¹;

- Como resultado disso, a luta contra o colonialismo devia ser iniciada a partir do campo, onde o aparelho de repressão do

Estado colonial era menos forte e sofisticado, e onde residia a principal base da sociedade moçambicana: o campesinato.

Consequentemente, a greve de 1963 teria constituído um marco histórico na clarificação da correlação de forças entre colonos e colonizados, e na própria definição do campo de luta e dos seus termos concretos.

Segunda Fase: O Período Pós-Independência

Samora Machel, na sua brochura "O Processo da Revolução Democrática Popular", volta a referir a greve de 1963, numa evocação episódica destinada a demonstrar a ferocidade com que o Estado colonial reprimia os peticionários. Para além disso, o segundo presidente da FRELIMO avança, depois de concluir que os capitais investidos na indústria de Moçambique eram de origem estrangeira não-portuguesa, que por isso mesmo a luta que a classe operária realizava pela Independência Nacional exigia, não só a destruição do Estado colonial mas, também, a luta contra a "subserviência" em relação às multinacionais, bem como pela insitauração de novas relações sociais de produção¹².

Depois da Independência de Moçambique, a FRELIMO volta a debruçar-se sobre o papel histórico da classe operária antes e depois da proclamação da República Popular de Moçambique. As exigências agora são a reconstrução nacional, a luta contra a dependência económica e a construção de novas relações de produção, socialistas. Mas a classe operária está desorganizada e sem estruturas de classe nem de tutela, desde que caiu o fascismo. Os discursos vão no sentido de dotar a classe operária de estruturas para ela realizar, organizadamente, o seu combate de classe, como classe dirigente no processo histórico.

Os dois discursos que referem estes aspectos são importantes até porque foram objecto de estudo dirigido em vários sectores de actividade económica, criando no seio do proletariado uma concepção daquilo que foi a sua participação na luta contra a opressão e a exploração da classe e da nação e, no futuro, da atitude que a classe deveria observar perante a produção e os inimigos de classe. Em grande parte, é em volta destes dois discursos que se estrutura a concepção prevalecente sobre a história da classe operária. Na abordagem que faremos em seguida, em relação a estes trabalhos, procuraremos referir o essencial e como eles estruturaram essa concepção.

Um dos problemas de interpretação do discurso político é o de não podermos verificar o conjunto da estrutura de fontes no qual se baseiam o argumento e asserções. Mas pode-se, precisamente, adiantar que a necessidade da contribuição da historiografia para potenciar certas ilações históricas do discurso político se faz sentir com bastante força. O problema é tão sério que, re

lativamente à produção escrita sobre a história da classe operária, podemos verificar que essa historiografia nem sequer se apresenta em atraso nem vêm a reboque das exigências e imperativos das lutas sociais, uma vez que, praticamente, são quase inexistentes, e quando existem limitam-se a repetir o que foi afirmado pelas fontes "políticas".

O discurso "Produzir é um Acto de Militância" começa com uma reflexão sobre a tarefa principal do momento: a reconstrução nacional. Descreve a situação de vítima na qual o operário se achava na sociedade colonial, nestes termos: "Na cidade, o capitalismo ganhava dinheiro, construía prédios, hotéis, comprava casas e carros à custa do trabalho do operário. O operário nada tinha, não podia falar e era espancado pelos polícias e mordido pelos seus cães, se se encontrasse na rua depois das nove horas da noite. Ele era metido numa fábrica e obrigado a produzir peças que não sabia o que eram, para que servissem, quanto custavam. O operário era brutalizado, tratado como um bicho"¹³.

A mesma caracterização era feita em relação à situação do camponês e incitava-se os trabalhadores a revoltarem-se contra um passado de humilhação, repressão e exploração.

Frequentemente, como resultado, o operário assume a sua história como vítima que nunca concebeu tácticas de defesa e ataque contra o sistema. Nesta acepção, é mais fácil recolher um depoimento sobre o xibali (trabalho forçado) do que sobre o desenvolvimento de uma greve.

É sobre o poder de uma aliança operário-camponesa que a FRELIMO se assume como vanguarda, é nessa aliança que encontra a sua base social de apoio. Foram esses operários e camponeses que constituíram a FRELIMO e a definiram como sua organização. Foram eles que, sob a direcção da FRELIMO, pegaram em armas para expulsar o colonialismo português. Foram eles que se sacrificaram na luta de libertação. A nossa Independência foi conquistada pelo sangue dos operários e camponeses. As Forças Populares são um exército de operários e camponeses¹⁴. Atribui-se à classe operária a função de classe dirigente da História¹⁵.

Voltando ao presente, o discurso explica em detalhe as tarefas actuais: "Nós estamos na fase da luta pela independência económica. Mas a luta pela independência económica implica, antes de mais, o aumento da produção. Aumentando a produção no nosso país, aumentaremos a nossa capacidade de combate contra o imperialismo. Aumentando a produção no nosso país, modificaremos a natureza das relações de produção que herdámos do colonialismo.

Para a FRELIMO, depois do golpe de estado de 25 de Abril de 1974, o operariado é inconscientemente utilizado para servir os interesses do seu inimigo de classe, ou seja, da burguesia colo

nial, contra a própria FRELIMO, que se havia revelado como o partido de vanguarda dos operários e camponeses desde a vitória sobre a facção conservadora conhecido como dos "novos exploradores", personificados em Lázaro Jacob Kavandame. "Aproveitando o entusiasmo e a emoção popular, o capitalismo utilizou a fraca consciência dos trabalhadores para fazer a agitação das massas em seu benefício"¹⁶. E, mais adiante: "Quem não analisar correctamente estas questões pode pensar que as greves, os saneamentos indiscriminados, as reivindicações salariais que na maior parte dos casos eram instigados pelo próprio patrão capitalista ou pelos seus agentes, constituíam formas correctas de luta nacionalista e anticapitalista"¹⁷. De facto, "muitos participavam nas greves e pensavam que que isso era uma atitude nacionalista. Mas não há luta política sem consciência política"¹⁸. Os estivadores são, directamente, as vítimas dessa inconsciência: "Um estivador podia dizer: eu não descarrego estas caixas porque o dinheiro que me pagam é pouco. As caixas eram as armas, munições e bombas que o exército colonial utilizava para combater a FRELIMO. Mas passavam a pagar mais ao estivador e ele descarregava. Quem é que ficava a ganhar? O povo moçambicano, por causa do aumento de salário do estivador, ou os nossos inimigos, que ficavam com mais bombas para massacrar o povo moçambicano?"¹⁹

Aqui era necessário recordar que o estivador não tinha nenhum partido operário, nem mesmo nacionalista, que organizasse e dirigisse a sua luta contra o capital e a opressão colonial. A rede clandestina da FRELIMO, nomeadamente os militantes da IV Região Militar, encontravam-se detidos nas cadeias da PIDE/DGS ou neutralizados a ponto de não poderem participar com os operários no seu combate. Portanto, sem um partido político as acções desta secção do operariado não podiam, certamente, transpor a fronteira da luta sindical, dando a sua participação à luta nacional a título individual e não como fracção de classe.

Na brochura "Sindicatos Organizarão os Trabalhadores Para Matar a Fome e a Nudez" é igualmente referido o desenvolvimento histórico das lutas dos trabalhadores. "Como reacção à dominação estrangeira e às relações sociais de produção impostas pelo capitalismo, inúmeras greves e lutas reivindicativas foram desencadeadas pelos trabalhadores moçambicanos. São exemplos ilustrativos destas formas de resistência as greves e lutas reivindicativas levadas a cabo pelos operários dos portos de Lourenço Marques e Beira, e pelos trabalhadores das grandes plantações de Xinavane, Marromeu e Zambézia. Estas manifestações de luta não tinham ainda um carácter nacional e patriótico. Eram lutas que não punham a questão da Independência Nacional"²⁰. Todavia, para além de terem sido necessárias para a sobrevivência dos trabalha

dores, são qualificadas como sendo "um importante património cultural"²¹. Porém, depois do derrube do fascismo, os trabalhadores apenas reivindicaram melhores salários e não exigiram explicitamente a independência. Nem foram capazes de distinguir os seus interesses das intenções dos capitalistas que, na altura, em termos de objectivos, eram de "confundir as massas, dividir os trabalhadores, agravar a crise que a economia colonial atravessava. O seu objectivo era tornar impossível à FRELIMO a gestão económica do país, para finalmente impedir que o povo, ao tomar o poder político, reunisse condições para a tomada do poder"²².

É necessário, todavia, aprofundar o estudo deste processo, nomeadamente através de uma periodização correcta, que nos revelará posições de classe não em bloco, mas através de atitudes contraditórias, onde também figuravam confrontações abertas e directas entre operários e capitalistas ou seus fantoches, e atitudes diferentes de cada uma das classes face à luta sindical e política. Houve, de facto, secções do proletariado que se bateram nas fábricas, em comícios de apoio à FRELIMO, contra os partidos fantoches, na Praça de Touros, em Xipamanine, na Xipangara, no Estádio da Machava, durante o 7 de Setembro de 1974, acções que, entretanto, demonstravam a posição dos trabalhadores face à representatividade da Frente de Libertação de Moçambique, não referendável porque representava o povo. Toda esta participação se encontra por estudar e é neste sentido que a história da classe operária, da participação dos seus protagonistas na luta, faz realmente falta.

ALGUMAS PERSPECTIVAS PARA A HISTÓRIA DA CLASSE OPERÁRIA MOÇAMBICANA

O problema maior com a reconstrução da classe operária moçambicana não é tanto o da documentação que foi destruída pelos colonos ou pela incúria dos colonizados, ou o dos protagonistas que vão desaparecendo com o decorrer do tempo, mas o facto dos protagonistas terem relutância em depôr, sem a consciência de terem sido sujeitos (e de ainda o serem) de um passado com interesse histórico. Como é que, por exemplo, um carregador poderia ser uma figura de interesse histórico? Como é que, por exemplo, uma canção de trabalho, pontuada de obscenidades, poderia ter um valor para reflexão histórica? Foi a custo que conseguimos registar canções, pois os protagonistas argumentavam que só tinham valor para manusear o cobre e não para a história.

As classes mais oprimidas foram habituadas a ver protagonistas nos seus opressores: régulos, governadores, imperadores, as únicas figuras portadoras de epopeia. A nossa classe operária não tem um herói de classe sequer.

Como quebrar essa concepção de que só os outros são heróis portadores de história? A existência de um Estado popular e revolucionário favorece esse combate de inversão de concepções e valores que, todavia, não se faz automaticamente, sem um combate de classe prolongado e preservante. A necessidade de tal combate é-nos revelada por algumas reacções, verificadas quando insistíamos com os protagonistas para que depusessem sobre a sua história. Vimos que alguns trabalhadores iam perdendo o "medo" de falar do seu passado e até começavam a ganhar a consciência da necessidade de transmitir o seu testemunho, não só oralmente como também por escrito. Este aspecto está bem patente numa das diversas entrevistas:

"Pergunta — Para voltar ao assunto, disse que na sua infância não precisava de pedir aos pais que contassem a sua experiência de vida. Hoje em dia os pais ainda fazê isso?

Resposta — Hum! Nós hoje não, e estamos a perder. Já estamos a perder. Talvez haja alguns pais que contem. No meu caso, não tenho contado nada aos meus filhos.

P — Mas eles não perguntam?

R — Também não perguntam. Se perguntassem, concerteza que teria que contar aquilo que sei. Quando falo com eles é para dizer: 'você têm que estudar para serem homens. Têm que se esforçar, devem aproveitar-me porque não vou guardar dinheiro para o vosso futuro. Estudem para se poderem governar'.

P — Da sua parte, nunca sentiu que havia qualquer coisa que faltava?...

R — É a questão da fase. A fase é outra, é a fase da civilização. Estranhámos as coisas anteriores mas nunca tive essa preocupação.

P — Por outro lado, disse que 'já estamos a perder'...

R — Sim. Eu agora estou a ver, através desta conversa, o quanto estamos a perder. Porque afinal de contas é muito importante que os nossos filhos saibam a nossa vida anterior. Poderia servir de História.

P — Mas os trabalhadores mais jovens nunca chegaram perto de si para perguntar como é que era a vida do operário?

R — Nunca! Infelizmente nunca" ²³.

É evidente que que esta história do operariado não tinha interesse para o colonialismo, pois a reflexão sobre ela permitiria a educação da classe contra a opressão e a exploração. Por isso o sistema apenas cultivou, como disse este nosso interlocutor, a história dos "usos e costumes", que concorreu fortemente para adormecer a consciência dos operários, despojando-os de um papel de sujeitos da sua história. O folclore dos "usos e costumes" ocupou assim o espaço que devia ser preenchido pela história.

Outro problema que bloqueia a reconstrução da história do operariado é o medo que ainda impera na classe, resultante de todo um passado de repressão e marginalização institucionalizada. Os estivadores foram uma das secções do proletariado que sempre laboraram sob rigorosa vigilância policial. Muitos daqueles que entrevistámos foram, no passado, chamados à polícia pelo menos uma vez. Portanto, o profissional da história é ainda muitas vezes identificado como um agente da "autoridade".

O medo que existe está relacionado, também, com a dificuldade de distinguir entre a necessidade que os trabalhadores tinham de fazer greves para sobreviverem, e a nova realidade do Estado popular. Vejamos, a título de exemplo, como o mesmo interlocutor nos conta uma greve e como, simultaneamente, se desculpa e justifica pelo acto, reproduzindo os problemas atrás referidos: "A história da greve, quando nós a começámos, era uma verdadeira luta nossa contra as formas de trabalho aqui no porto de Maputo [então porto comercial de Lourenço Marques]. Nós trabalhavamos muito mal aqui no porto. Quando pedíamos qualquer coisa eles recusavam. Então nós decidimos fazer greve. Da primeira vez fomos ao governo [Governo Geral, na Ponta Vermelha]. Não nos atenderam o nosso pedido. Voltámos pela segunda vez e então atenderam um bocadinho das nossas reivindicações. Eu não sei, mas parece que havia um bocadinho de mau vento naquela altura em que fazíamos greves. Não pensávamos em nada que não fosse no aumento. Nesses dias andávamos com as cabeças avariadas, não pensávamos como agora".

Outra voz que ilustra confusão entre as exigências da luta inevitável contra a exploração colonial capitalista através de greves e outras petições, é os métodos de luta inerentes ao Estado de operários e camponeses contra a burguesia derrubada, é a de Vicente Jalane, que nos deu conta da sua atitude quando os carregadores da estiva fizeram greve: "Tratava-se de uma greve de estiva e eu era trabalhador dos Caminhos de Ferro, não estava ligado à estiva. Os trabalhadores dos Caminhos de Ferro eram apertados porque os da estiva não deixavam entrar com facilidade na porta [Portão 6] para poder prestar o serviço normal. Eu mesmo fui um dia apertado mas procurei fazer tudo por tudo até conseguir entrar, porque eu era apontador... O fim daquilo eu não presenciei, só vi que metiam pessoas em carros para as levar para "lá", e como o tempo passava eu tinha de correr para a Zona"²⁴. E quando foi visado e criticado pelos carregadores por não se ter solidarizado com a sua luta, explicou-nos como se defendeu: "Olhem — disseram os carregadores — este aqui é também culpado porque, com o chefe dele, estavam a meter trabalhadores Xibalos no navio, para trabalharem!" Eu disse-lhes, por minha vez: "Olhem,

eu, como apontador, o que devia fazer? Quando chego à Zona tenho de 'fazer a chamada e distribuir os trabalhadores presentes pelos guindastes'. O movimento portuário precisava de pôr o cais a trabalhar porque não havia trabalhadores estivadores. Então mandou-se buscar todos os trabalhadores que estavam na Pousada".

Os operários sentem-se mais à vontade quando são convidados a falar sobre todas as situações em que eles aparecem como vítimas do colonialismo: da palmatória, do Xibalo, das deportações para São Tomé, das prisões e, especialmente, da PIDE. Outro exemplo de reprodução desse tipo de discurso histórico dominante é-nos dado por Bernardo Mufanequisso: "Mais tarde, com o sucesso da Luta de Libertação e nós sem estarmos muito conscientes, depois do golpe de Estado, houve mais reivindicações e nós também fizemos a nossa reivindicação. Foi quando conseguimos, como sabotagem, porque eles sabiam já que a Independência estava ganha. Portanto, foi nessa altura que subimos os nossos vencimentos para letras mais elevadas, embora continuassem sempre os 40% de diferença entre nós e eles. O vencimento atingia 4500\$00, 5000\$00, 6000\$00, 7000\$00, para os considerados praticantes. Mas isso foi sabotagem porque, depois do golpe, o governo colonial não sentia mais o sofrimento dos trabalhadores do que antes"²⁵.

Portanto, em forma de síntese, diríamos que os problemas que a reconstrução da história da classe operária coloca estão relacionados com o tipo de história que se fez durante o colonialismo, com os vestígios por ela deixados, com a ausência de trabalho neste âmbito, com determinados traumas existentes no seio do operariado e com o monopólio que os profissionais da história de têm sobre este campo. O único contacto que existe entre protagonistas e esses profissionais caracteriza-se pela extracção, operada pelos segundos, dos factos vividos pelos primeiros. Esta relação não liberta uns nem outros, antes reproduz uma relação que é necessário quebrar, por imperativo da democracia popular. Mas como fazê-lo sem cair em populismos? Como reconstruir sem substituir determinados mitos por outros, em relação ao passado do operariado? Que significado terá essa história, na qual participa o operariado, para os protagonistas e para a sociedade? Como vencer os receios? Algumas destas interrogações poderão ter respostas claras e concretas no próprio fluir da reconstrução da história, com o envolvimento dos que a fizerem. O que, de momento, podemos afirmar é que, para libertar a história do operariado, para que este assuma o seu passado sem medo nem vergonha, é pois necessário que se institucionalize a prática de recolha e reflexão da sua própria história no seio da classe. É necessário que a classe participe com os seus amigos na reconstrução do seu passado, não como mina de dados perdidos mas como sujeito, e que desse acto possam despertar talentos, os futuros cientistas da classe.

CRONOLOGIA PRELIMINAR SOBRE AS LUTAS LABORAIS NA CIDADE DE LOURENÇO MARQUES

I. 1893-1933

30-08-1893 — Greve dos empregados da Função pública, em protesto contra a redução de salários. Esta parece ter sido a primeira greve em Lourenço Marques²⁶.

26-06-1902 — Greve dos trabalhadores colonizados. O jornal "O Progresso" insurgiu-se contra o facto alegando que "os indígenas não têm direito a tal exigência porque estão ganhando geralmente 700 réis por dia"²⁷. Capturados 3 dos 6 "cabecilhas" da greve. "O Progresso" era ainda da opinião de que "o público é que não pode estar sujeito aos caprichos dos indígenas" e acrescentava que eram dos "primeiros a defender o preto das injustiças e das violências de que são vítimas, mas também somos dos primeiros a protestar contra as suas exigências e contra a sua ociosidade"²⁸.

18-01-1903 — Greve na Lingham & Trading Co., realizada por 500 trabalhadores. "No último sábado, sem prévio aviso, pagaram a cada um dos trabalhadores 2\$50, quando estes vinham a receber 4\$00". A entidade patronal anunciou às autoridades que havia uma "grande revolta dos pretos" e, em consequência, "a nossa tropa correu em auxílio d'aquelle potentado — que afinal de contas não corria perigo nenhum", reportava "O Progresso"²⁹. Na manhã da greve, os trabalhadores recusaram-se a receber as suas senhas de trabalho antes de lhes ser garantida a reposição do antigo salário. Não tendo obtido resposta favorável, os trabalhadores regressaram às suas casas. Foi feita uma enorme rusga e capturados muitos dos reivindicadores, trazidos algemados para a propriedade, num combóio apinhado.

03-03-1904 — Trabalhadores da Pedreira do Incomati abandonam o trabalho.

10-04-1910 — Greve dos Carroceiros, que exigiam 500 réis. Os petiçãoários viram satisfeitas as suas reivindicações.

11-07-1910 — Greve no cais de Lourenço Marques, realizada por estivadores e devida à redução dos seus salários. Regresso ao trabalho no mesmo dia.

Ano de 1911 — Movimento dos Carroceiros da firma David & Carvalho. A entidade patronal, que oferecia 60.000 réis mensais, em Dezembro-Janeiro, passa a prometer apenas 45.000 réis e as severando que quem não aceitasse seria despedido. Não chegou a haver greve.

06-01-1911 — Greve dos Guarda-Freios e Condutores dos carros eléctricos de Lourenço Marques, da Delagoa Bay Development Corporation Ltd., ocasionada pelas desigualdades salariais. Uns venciam 60.000 e outros 75.000 réis. Os grevistas reivindicavam aumentos de 400 e 2.500 réis. O patronato pediu três dias para consultar a sede em Londres. No dia imediato os grevistas ocuparam as instalações da empresa e o Governador Geral mandou evacuar o recinto. A solução foi achada numa reunião havida entre o presidente da Câmara Municipal, o presidente do Centro Republicano, Couceiro da Costa, e os grevistas. Os resultados da reunião foram comunicados no encontro havido entre os grevistas e o Governador Geral.

Ano de 1913 — Greve de 3 dias realizada por 15 machambeiros chinezes, que se recusavam a vender no Mercado Municipal por as autoridades da Câmara os terem obrigado a pagar o aluguer das bancas em dias que eles não tinham trabalhado. A polícia zेलou para que os machambeiros não montassem bancas noutros locais da cidade. Sob coacção, ameaças e negociações, os vendedores viram-se obrigados a voltar ao mercado.

10-09-1913 — Logistas e comerciantes organizam uma greve de trabalhadores, em protesto contra a escassez de vinho.

31-01-1914 — Greve dos quadros dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques, devido à demissão de um colega.

06-12-1916 — Greve do pessoal dos eléctricos, reivindicando 8 horas semanais de trabalho, 100% de aumento em horas extraordinárias e descanso semanal. Da luta resultou a aceitação por parte do patronato, das 8 horas semanais e de \$40/hora em termos de horas extraordinárias.

06-06-1917 — Greve geral do pessoal do porto e caminhos de ferro de Lourenço Marques, reivindicando aumento de salário para contrabalançar a supressão do pagamento dos domingos. Foi decretado o estado de sítio em Lourenço Marques e suspensa a liberdade de movimentos na cidade e arredores. Foi confiada ao tenente-coronel José de Almeida Vasconcelos, comandante da Guarda Republicana, a defesa da cidade. Foram presos 22 ferroviários, enviados para a Ilha da Xefina. A greve durou 23 dias e o governo fez algumas concessões. Durante a greve os jornais foram censurados.

06-07-1917 — Greve dos trabalhadores ferroviários. Greve de solidariedade com aqueles, por parte dos "Trams".

08-04-1918 — Os trabalhadores da divisão técnica da Câmara Municipal de Lourenço Marques recusam-se a trabalhar aos sábados à tarde.

Ano de 1919 — O pessoal dos carros eléctricos reivindica 30 dias de férias anuais e aumento de vencimento. Em conversações com as entidades do governo ficou assente que os trabalhadores receberiam de salário, por cada turno de trabalho, 1 xelim e 6 pence, uniformes e 24 dias de férias pagas, e um salário mínimo de 20\$00.

24-01-1919 — Trabalhadores do porto de Lourenço Marques entram em greve exigindo aumento de salários, devido a questões de ordem cambial. Após dois dias de negociações os trabalhadores vieram satisfeitas as suas reivindicações.

24-01-1919 — Tentativa de greve por parte dos estivadores do porto de Lourenço Marques, num esforço para obter os 20 a 25% do aumento já obtido pelos trabalhadores colonos. A Câmara de Comércio local defendeu o aumento tanto para uns como para outros.

05-05-1919 — Reivindicações dos estivadores do porto de Lourenço Marques devido à redução do seu salário de \$80 a 1\$00. A Guarda Republicana e a Polícia foram mandatadas pelas instâncias superiores para se ocuparem dos grevistas. Por volta das 14 horas os 400 grevistas foram trazidos de volta às docas. Os fura-greves, vindos do campo de aviação e em número de 280, regressaram ao seu sector de actividade quando a greve terminou.

24-11-1919 — Greve dos trabalhadores da Casa Le May. Em carta enviada à entidade patronal, exigiam: 44 horas de trabalho semanal contra as 48 em vigor; 100% de aumento nas horas extraordinárias, em vez dos 50% propostos. Em resposta, o patrão rasgou a carta diante dos petiçãoários e estes, exaltados, paralizaram a actividade. Os trabalhadores acabaram derrotados. Na sequência deste acto grevista criou-se a Associação dos Metalúrgicos.

Ano de 1920 — Trabalhadores da Imprensa Africana reivindicam aumento de salários.

12-04-1920 — "O Emancipador" anuncia o estalar de uma greve entre os gráficos e os operários das casas de obras, nomeadamente na "Casa Bayly", "Tipografia Oriental", "Imprensa Portuguesa", "Minerva Central", "Casa Roque Cabral", "Casa Roque Ferreira", etc. Algumas dessas empresas (Minerva Central, Imprensa Portuguesa e Tipografia Moderna) recusavam o pagamento dos salários reivindicados, o que provocou o desencadeamento de uma greve, iniciada a 5 de Abril e que viria a terminar no dia 16 às 17 horas com a vitória dos trabalhadores.

- 05-06-1920 — Estivadores entram em greve, reivindicando aumento de salários, cujo valor deveria ser pago, em parte, em escudos, e outra parte em moeda externa.
- 02-08-1920 — Quarta acção grevista dos trabalhadores dos eléctricos, em solidariedade com um companheiro expulso e por terem sido extintas as horas extraordinárias. Reivindicavam também um aumento de 5 xelins. A greve durou 19 dias. Os trabalhadores recorrerão novamente à greve em Setembro, para obrigar o patrão a implementar os acordos negociados nesta ocasião.
- 03-08-1920 — Greve de ferroviários colonos. O problema central era o da carestia de vida: os preços dos bens de primeira necessidade aumentavam e o salário permanecia fixo. Os trabalhadores reivindicavam um aumento de 15 libras mensais. A greve foi acelerada com a prisão dos dirigentes grevistas. Os trabalhadores paralizaram para exigir a soltura dos 16 colegas detidos, ameaçados de serem deportados para Luanda. Foi decretado o estado de sítio em toda a cidade de Lourenço Marques, cujo governo foi confiado a um coronel do Estado Maior. Foi constituída a Brigada Militar dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques para impedir a paralização das actividades ferro-portuárias. Durante a greve, os ferroviários perderam muitos dos seus dirigentes, alguns dos quais foram deportados para o Norte de Moçambique.
- 08-09-1920 — Trabalhadores da Câmara Municipal de Lourenço Marques paralizam a sua actividade em protesto contra os baixos salários.
- 17-10-1921 — Greve na "Casa David George" devido à redução do salário do seu encarregado, o mauriciano Henry Adam, e à sua despromoção a simples operário. A 2 de Outubro, Adam leva o assunto à junta sindical. Esta nomeou delegados para negociar com George, o que aconteceu no dia 4, sem êxito. A greve redundou em fracasso devido a divergências internas.
- 27-11-1920 — Alfaiates assalariados de origem goesa reivindicam um salário mínimo de 10 libras mensais. Não há notícias sobre o desfecho desta acção ³⁰.
- 03-01-1921 — Metalúrgicos da "Casa David George" mantêm a luta em defesa do seu encarregado e entram em greve. A greve dura 3 dias e é apoiada pelos mauricianos.
- Ano de 1923 — Os trabalhadores dos carros eléctricos voltam à greve por o patronato não ter aceite o aumento reivindicado. Os eléctricos passam a funcionar com condutores de nacionali-

dade inglesa e outros fura-greves recrutados para o mesmo fim. Assim, os grevistas são obrigados a voltar ao trabalho e os cabecilhas são despedidos.

Ano de 1924 — Greve dos Marítimos, que viria a ser assinalada e comentada pelo "Jornal do Comércio", que a considera um absurdo sem explicar as razões.

20-07-1925 — Uma comissão de trabalhadores integrando representantes da Delagoa Bay Water Works, Delagoa Bay Electric Tramways e da Compagnie Générale de Electricité, reúne-se com a direcção apresentando uma petição e um prazo de dez dias para a ver respondida, findo o qual entrariam em greve. A 1 de Agosto é apresentado o aviso de greve, que se consuma a 13. Eles pediam o ajustamento dos salários em relação ao padrão ouro. O acordo com a companhia foi conseguido a 28 de Agosto, tendo os funcionários que não participaram na greve sido aumentados em 10% a partir de 1 de Setembro.

01-08-1925 — O pessoal da Delagoa Bay Development Co. entra em greve. Os quadros médios não aderem, permanecendo no trabalho para atender o público. Na origem da greve estava a desvalorização da moeda.

15-09-1925 — Mil estivadores desencadeiam uma greve no porto de Lourenço Marques. Reivindicam a duplicação do salário de 18 pence diários, e alimentação no período do almoço. Os 3 trabalhadores tidos como cabecilhas não mais foram vistos depois da greve, que durou apenas um dia.

11-11-1925 — Início da greve dos trabalhadores do porto e cami nhos de ferro, que conheceu o seu término a 12 de Março de 1926. Esta greve foi tida como revolucionária e passou a ser comemorada todos os anos³¹. Nela participaram funcionários públicos, comerciantes e trabalhadores da indústria. Na sua origem esteve a política monetária, que era extremamente desfavorável para os trabalhadores, devido à desvalorização do escu do português. A causa imediata da greve foi o plano de reorga nização e saneamento da economia dos Portos e Caminhos de Fer ro, da autoria do engenheiro Avelar Ruas. Este entendia que os trabalhadores ferroviários não deviam gozar das regalias dos funcionários públicos, dado que os caminhos de ferro eram uma companhia privada que como tal se deveria reger e administrar. Os trabalhadores reagiram às medidas tomadas com a sabotagem de comboios e linhas ferroviárias. Por seu turno, o Estado colonial recorreu a toda a sua força para derrotar a greve. Finda esta, o director Avelar Ruas e o Governador Geral, Azevedo Coutinho, tiveram os seus mandatos revogados.

II. 1933-1974

29-08-1933 — Greve da Quinhenta. Sobre este acontecimento o "Bra do Africano" escreveu o seguinte: "Bom seria irem pensando no que sucederá amanhã, quando o preto estiver instruído e conhecendo os seus direitos e os seus deveres. Nessa altura o fechar as portas será o pior serviço que se poderá fazer àqueles que, cheios de razões e com a barriga vazia, se encontrem frente a frente com os patrões da Ponte Caes, agaloados, bem comidos e cheios de dinheiro".

"Não aprovamos as greves mas ainda não se inventou outra maneira de os trabalhadores explorados reivindicarem os seus legítimos direitos".

Enquanto que, por seu turno, o "Emancipador" escreveu o seguinte: "Os trabalhadores negros da Ponte-Cais também não escaparam à razia que se tem feito nos vencimentos de quem trabalha".

"Tiraram-lhes cinquenta centavos por dia e estes, numa atitude que os dignifica, protestaram abandonando o trabalho. Foi necessário certo aparato e promettimentos vários para os convencer a voltar ao serviço, promessas que parece não se haverem cumprido porque, por fim, para abafar novo protesto, fecharam os indígenas dentro do recinto da Ponte-Cais ou local de trabalho, o que não está certo por qualquer lado que a questão possa ser encarada"³².

Finalmente, o "Progresso" registou as seguintes palavras: "Os indígenas do Porto e o seu salário: Na base do corte de cinquenta centavos sobre o vencimento, os nativos empregados no Cais recusaram retomar o trabalho ontem depois do almoço, tendo-se reunido no pântano. Foram rapidamente cercados pela polícia e, depois de meia-hora de atraso, voltaram ao trabalho excepto alguns, devido ao efeito do álcool, que foram 'corridos'." ³³

24-11-1947 — Deportados 500 trabalhadores de Lourenço Marques para São Tomé e Príncipe, no vapor "Sofala".

Ano de 1948 — Condenados cerca de 43 homens ao Xibalo em São Tomé.

07-05-1948 — Deportados 600 trabalhadores para São Tomé.

Ano de 1949 — Estivadores eventuais de empresas privadas de estiva em Lourenço Marques paralizam o trabalho durante 4 dias.

Ano de 1955 — Foi descoberta a falsificação de cartões de efectividade de estivador-carregador do Porto de Lourenço Marques, que permitia que indivíduos de outras profissões se pudessem engajar no porto sem conhecimento da Administração do Concelho.

A falsificação de cartões fazia parte das táticas de luta dos carregadores contra os trabalhos mais difíceis, perigosos e mal remunerados, como o carregamento da fruta e peixe do frigorífico, e do carvão. Os trabalhadores responsáveis foram detidos e deportados para São Tomé, e os restantes fizeram Xibalo em Moçambique.

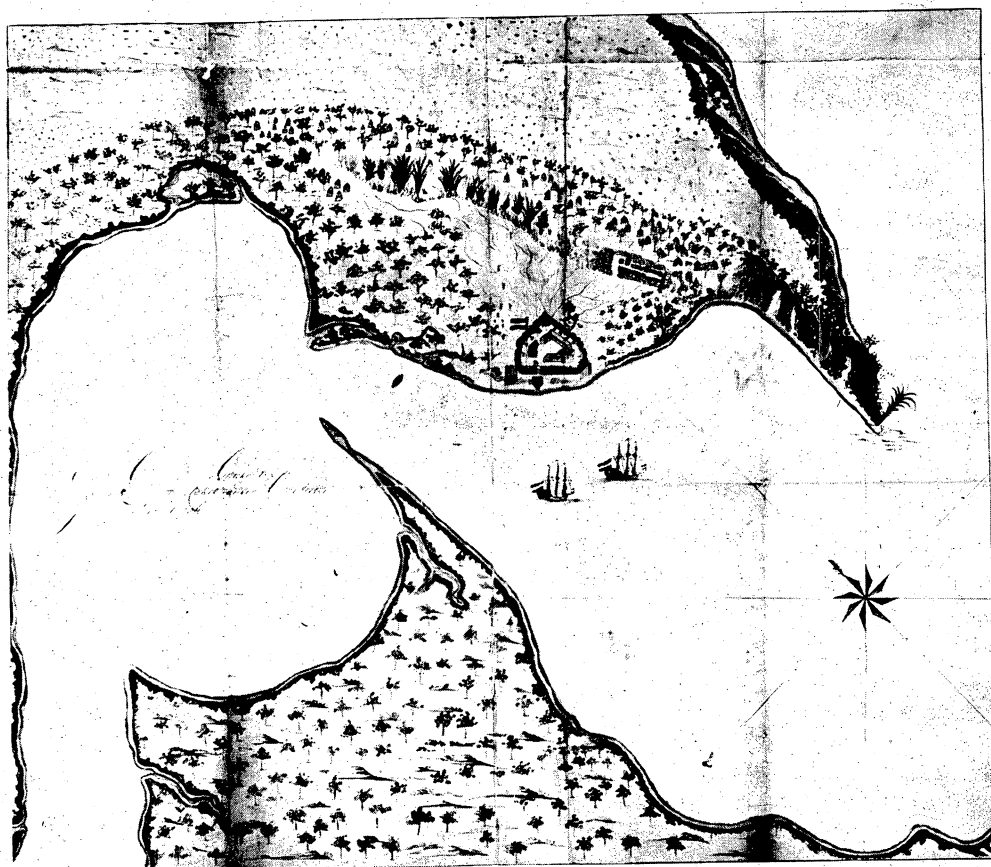
26-08-1963 — Greve no porto de Lourenço Marques, realizada por estivadores. Reivindicavam aumento salarial sob pretexto de o trabalho ter aumentado sem que isso fosse acompanhado de estímulos salariais. Apresentavam uma reivindicação de 100 a 250 escudos por dia de trabalho, alegando que era o mesmo que recebiam os trabalhadores das docas de Durban. A greve durou 3 dias e acabou com a prisão de estivadores e a morte de Paulo Baloi. Os estivadores lograram ver aumentado o seu salário e o controle contra a infiltração, quer de nacionais quer de estrangeiros, no seio dos trabalhadores. Este combate serviu de teste para os nacionalistas, que puderam avaliar a força do proletariado e as condições de luta na cidade, contra o sistema colonial capitalista.

NOTAS

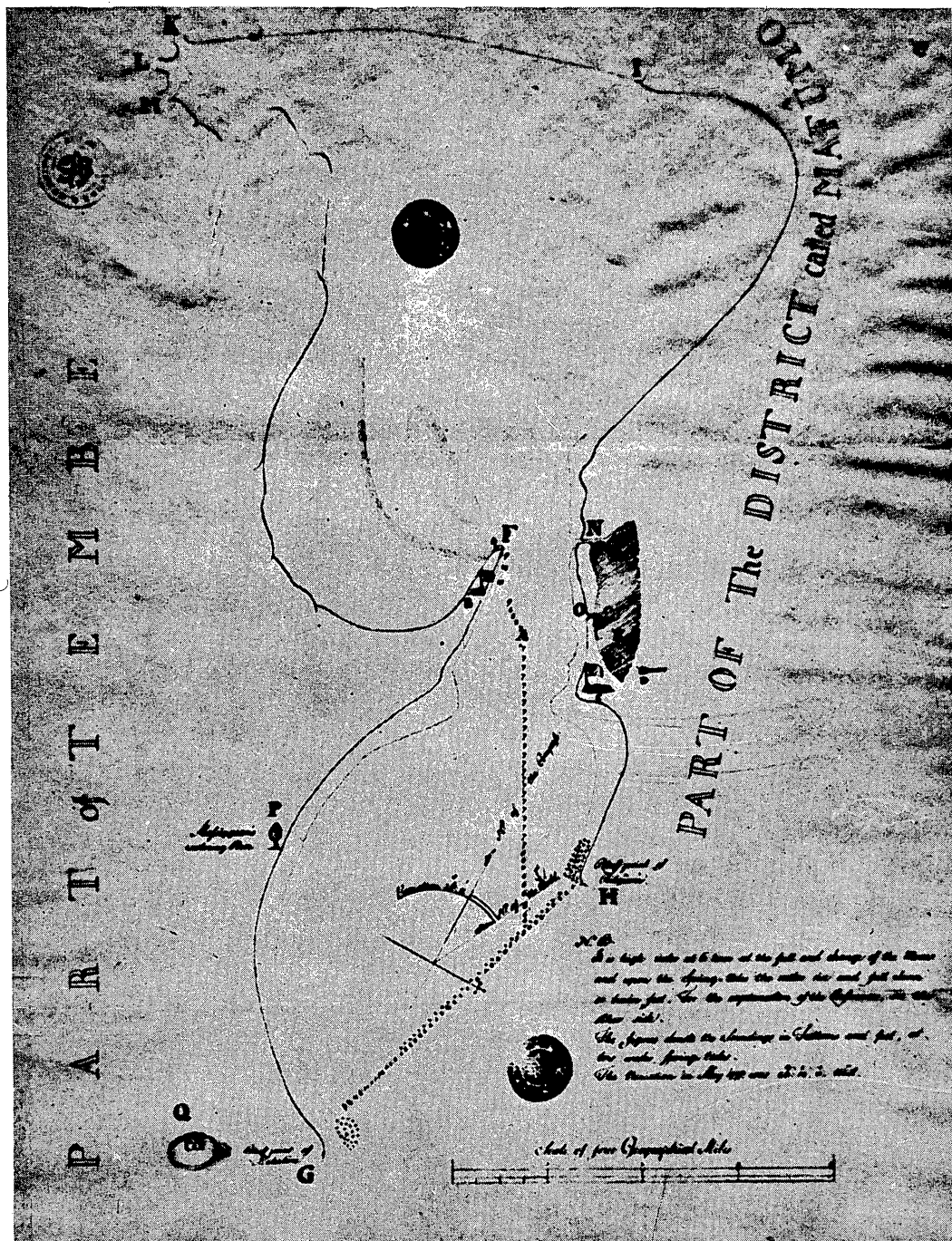
- ¹ Jornal "Notícias", Maputo, 25 de Julho de 1984.
- ² Rita-Ferreira, A. Os Africanos de Lourenço Marques. Lourenço Marques: Memórias do Instituto de Investigação Científica de Moçambique, Série C - Ciências Sociais, vol.9, 1967/68, p.330.
- ³ Idem. Ibidem.
- ⁴ Idem. Ibidem.
- ⁵ Penvenne, J.M. Preliminary Cronology of Labour Resistence in Lourenço Marques. Maputo: Centro de Estudos Africanos, cx 30-967.9. A historiadora detectou 30 greves na cidade de Lourenço Marques, das quais 11 foram realizadas no complexo ferro-portuário.
- ⁶ Mondlane, E. Lutar Por Moçambique. Lisboa: Sá da Costa, 1977, p.123.
- ⁷ FRELIMO, O Processo da Guerra Popular de Libertação (artigos coligidos pela Voz da Revolução, de 1963 a 1974). Maputo: Departamento do Trabalho Ideológico, Colecção Textos e Documentos da FRELIMO, 1977.
- ⁸ Mondlane, E. Op. cit., p.123.
- ⁹ Idem. Ibidem.
- ¹⁰ Idem. Ibidem.
- ¹¹ Idem, p.124.
- ¹² FRELIMO, O Processo da Revolução Democrática Popular em Moçambique. Maputo: Departamento de Informação e Propaganda, Colecção Estudos e Orientações, nº8, s/d, pp.24-25.

- ¹³Machel, S.M. Produzir é um Acto de Militância, Maputo, DTI, 1976, p.5.
- ¹⁴Idem, p.6.
- ¹⁵Idem. Ibidem.
- ¹⁶Idem, pp.13-14.
- ¹⁷Idem, p.17.
- ¹⁸Idem, p.14.
- ¹⁹Idem, Ibidem.
- ²⁰Machel, S.M. Sindicatos Organizarão os Trabalhadores para Matar a Fome e a Nudez. Maputo, Partido FRELIMO, Colecção Palavras de Ordem, 1983, p.24.
- ²¹Idem, p.25.
- ²²Idem, p.28.
- ²³Entrevista com Sebastião Chissano. 28 de Agosto de 1981.
- ²⁴Entrevista com Bernardo Mufanequisso Penhowane. 10 de Dezembro de 1985.
- ²⁵Entrevista com Vicente Jalane. 23 de Abril de 1985.
- ²⁶Capela, J., O Movimento Operário em Lourenço Marques, 1898-1927, p.157.
- ²⁷"O Progresso", Lourenço Marques, 26 de Junho de 1902.
- ²⁸Idem.
- ²⁹"O Progresso", Lourenço Marques, 28 de Janeiro de 1904.
- ³⁰"O Emancipador", Lourenço Marques, 19 de Novembro de 1933.
- ³¹"O Brado Africano", 9 de Setembro de 1933; "O Emancipador", 11 de Setembro de 1933; "O Progresso", Lourenço Marques, 11 de Setembro de 1933.
- ³²"O Emancipador", Lourenço Marques, 11 de Setembro de 1933.
- ³³"O Progresso", Lourenço Marques, 11 de Setembro de 1933.

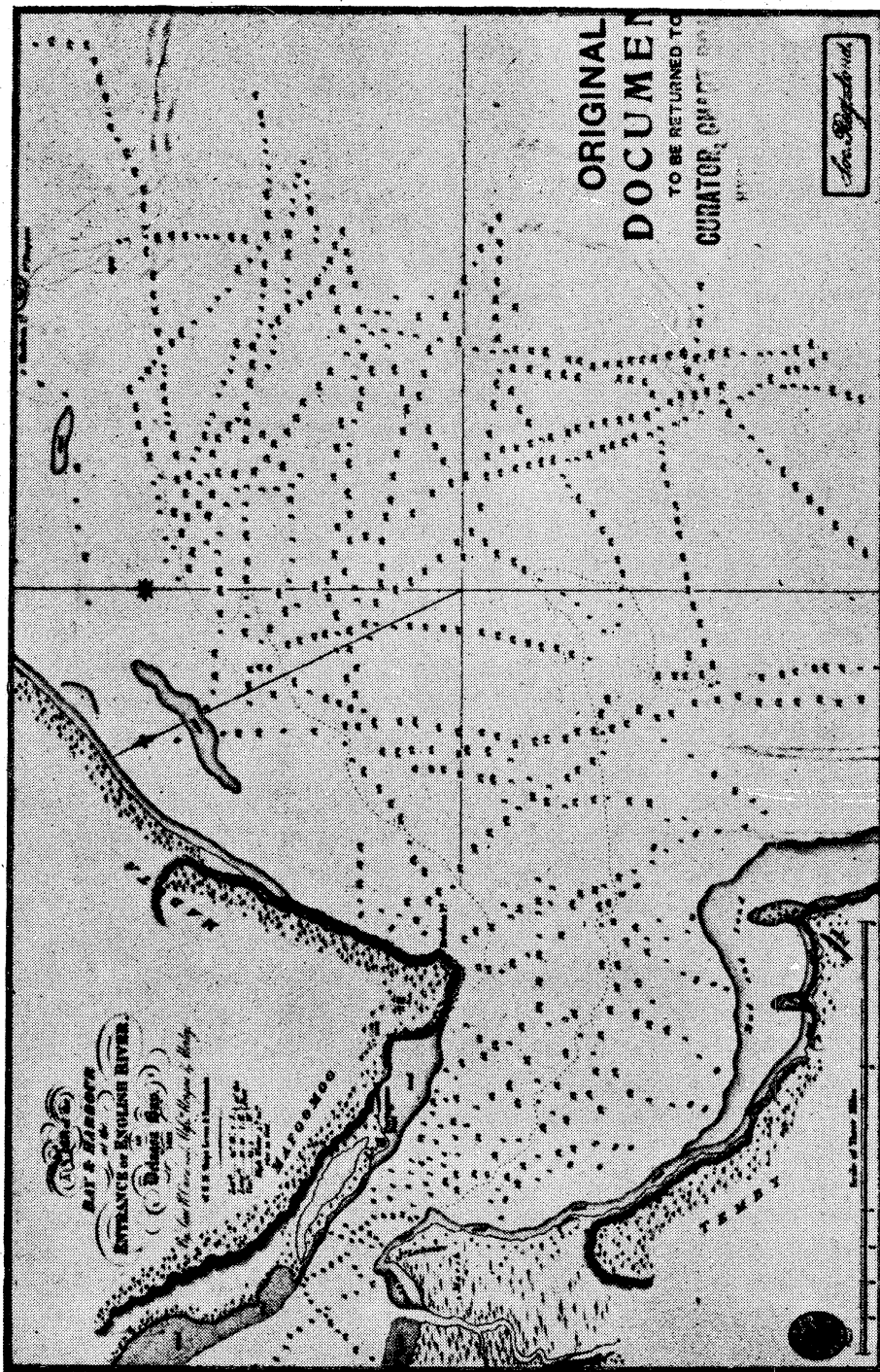
ALGUNS MAPAS HISTÓRICOS DA CIDADE



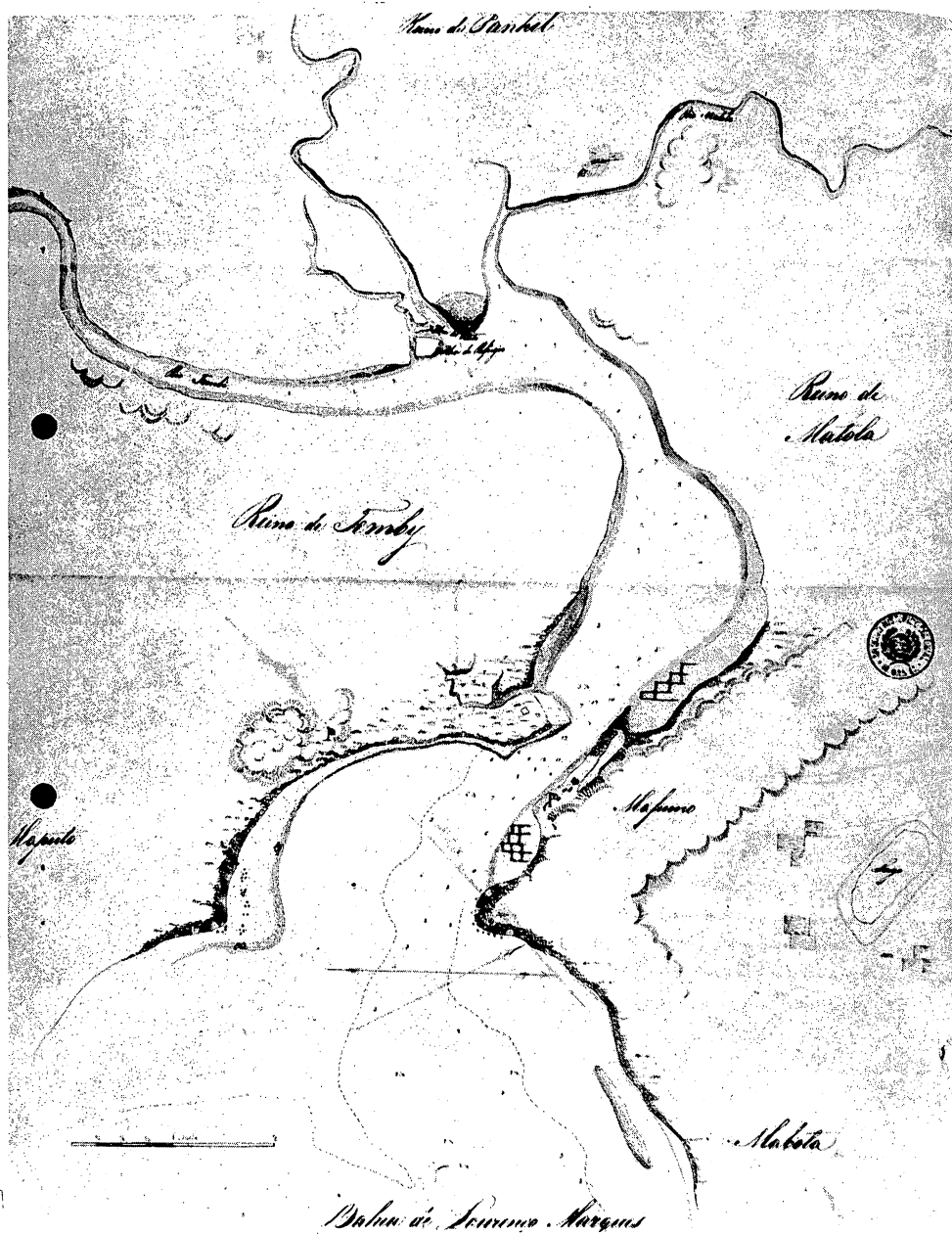
1. Mapa da baía, com a localização do forte erguido pelos holandeses nas terras de Mpumo, no segundo quartel do século XVIII (Arquivo Real de Haia, Holanda).



2. Mapa da baía, com a localização do estabelecimento austriaco, entre 1777 e 1781 (Mapa do Arquivo Imperial de Viena, Áustria).



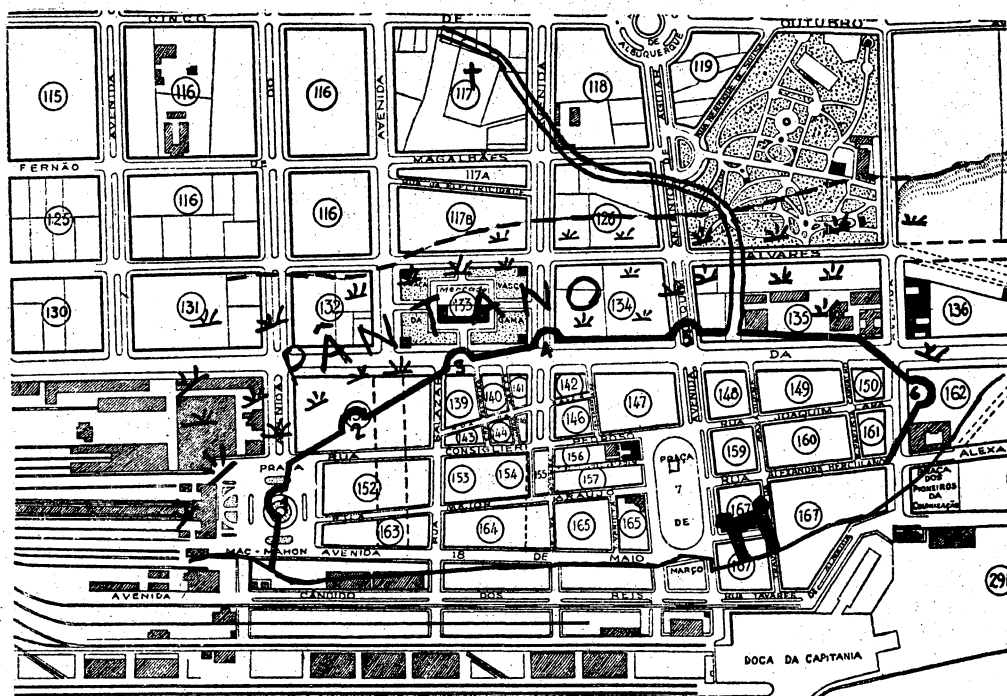
3. Mapa da baía feito por William F. Owen em 1822, notando-se a faixa onde assentou o Presídio português de Lourenço Marques, de que se podem ver o Forte e as primeiras casas (Admiralty Chart nº 646, Londres).



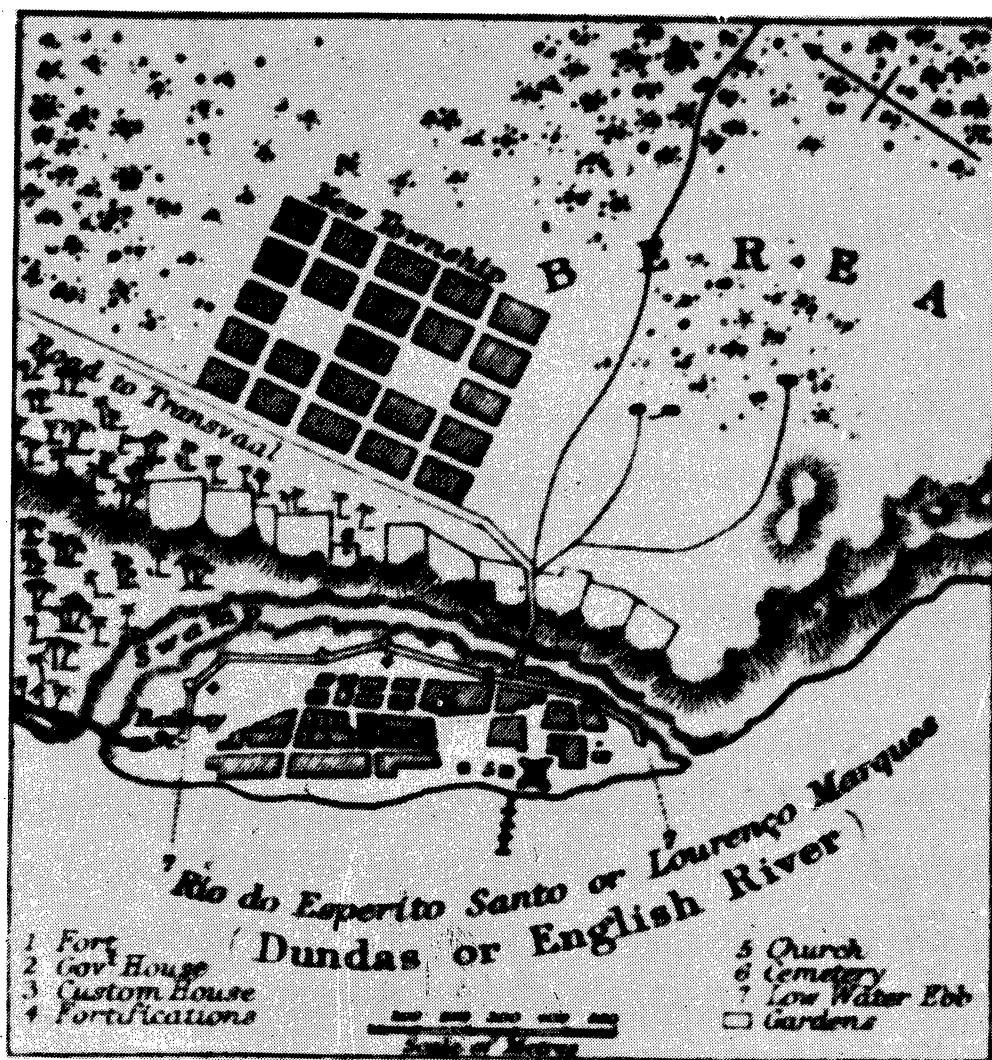
4. Decalque do mapa de W.F.Owen feito pelo Capitão-General Xavier Botelho em 1825, para mostrar onde os ingleses tinham colocado a sua bandeira, na perspectiva de se apossarem do Sul da baía (Arquivo do Conselho Ultramarino, Lisboa).



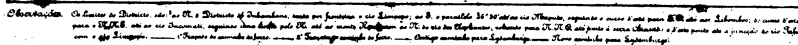
5. Lourenço Marques em 1876: Planta do Presídio com a Linha de Defesa e a estrada para Lydenburg (Arquivo de Alexandre Lobato).



6. A antiga Linha de Defesa desenhada sobre uma carta da cidade de c.1970 (Arquivo de Alexandre Lobato).



7. A planta de Lourenço Marques em 1878, elaborada por F. Jeppe a partir de informações de Ignacio Jose de Paiva Raposo ("Map of the Transvaal and the surrounding territories", Pretoria).



○ 1 2 3 4

6

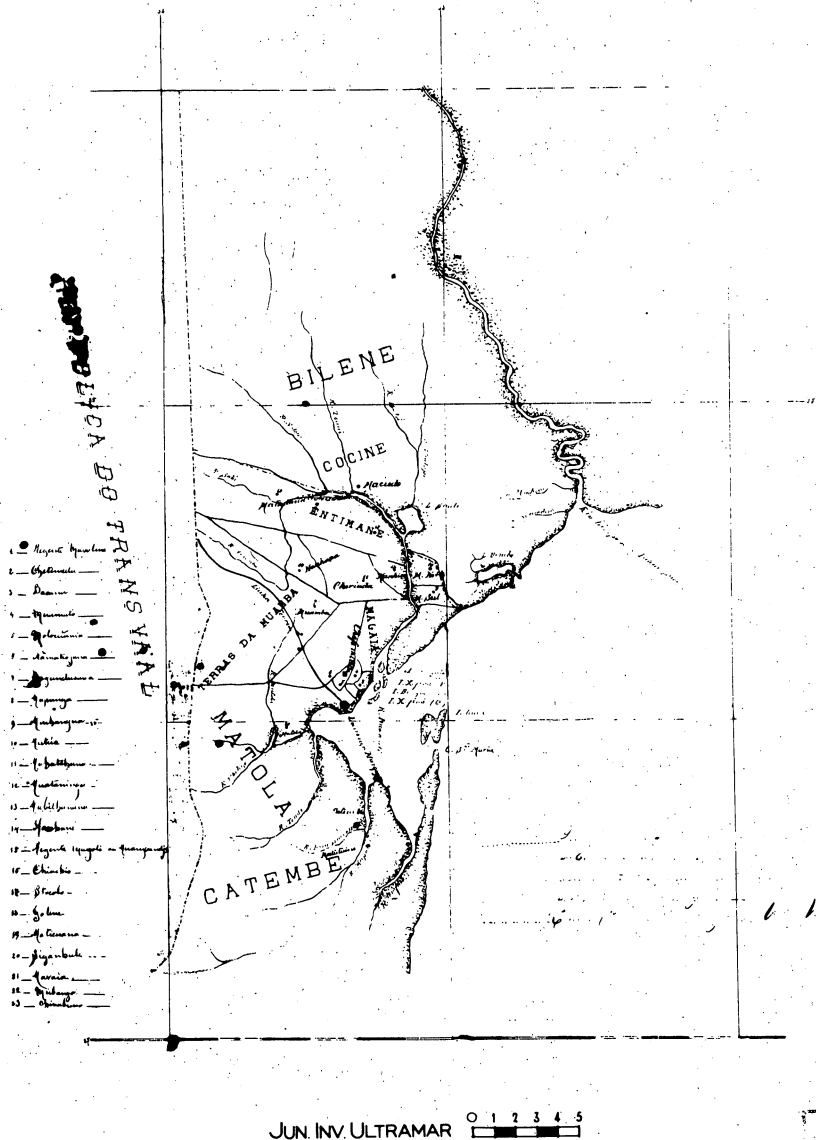
Parte 17

COMISSÃO

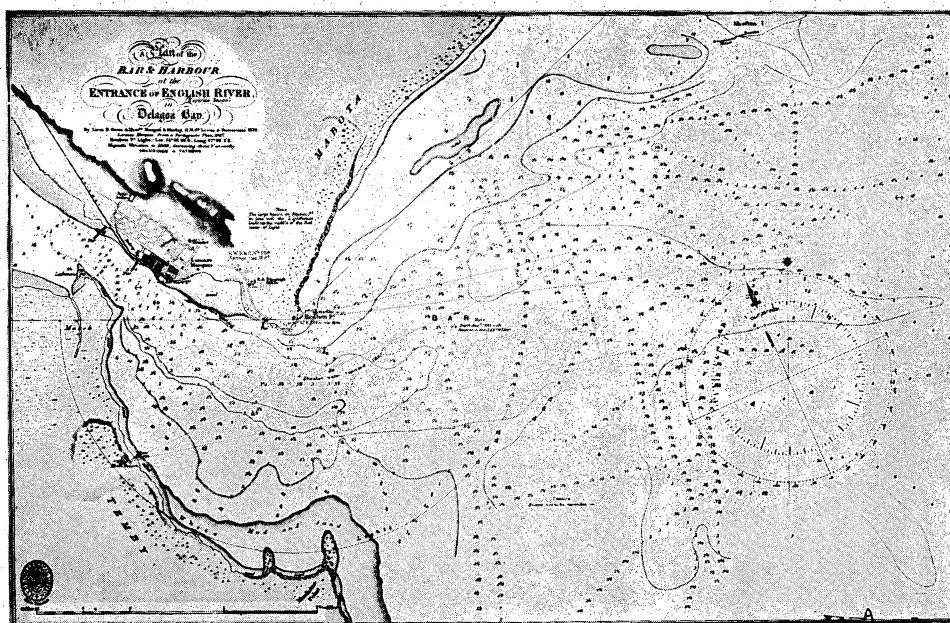
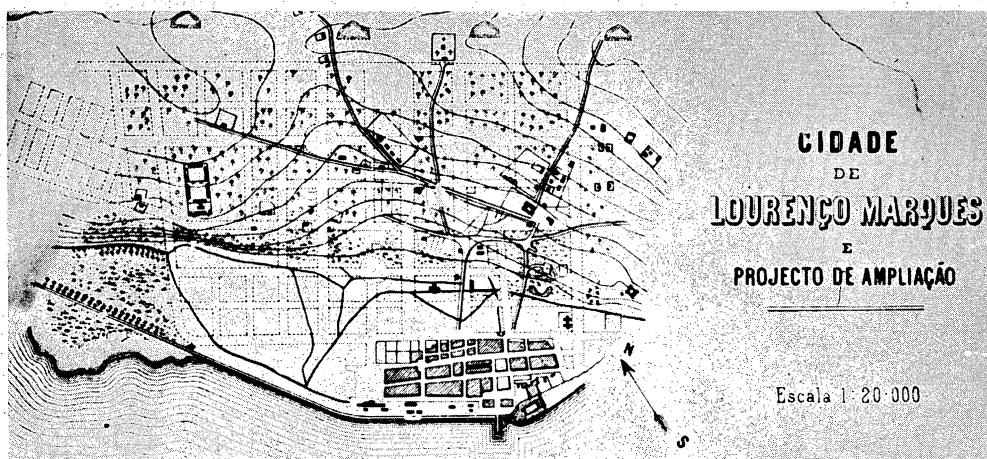
CARTA DO DISTRITO DE LOURENÇO MARQUES



Com a delimitação aproximada das terras de regadio que existiam sob administração directa do Governo districtal, elaborada por J. de Almeida, segundo as indicações construídas de S.º E.º Silva, chefe de gabinete do districto de Lourenço Marques.



9. Carta do Distrito de Lourenço Marques em 1886 (Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa).



10 e 11. Duas perspectivas do projecto de ampliação de Lourenço Marques transpostas para o mapa de Owen, datadas de 1887 (Admiralty Chart nº 646, Londres).

